



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-  
BRASILEIRA – UNILAB  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS - GRADUAÇÃO  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS - IHL  
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES – MIH**

**EDIMILSON SILVA BARRETO**

**A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL VISTA A PARTIR DO ASSENTAMENTO  
ANTONIO CONSELHEIRO, CEARÁ**

**REDENÇÃO- CE- BRASIL**

**2018**

**EDIMILSON SILVA BARRETO**

**A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL VISTA A PARTIR DO ASSENTAMENTO  
ANTONIO CONSELHEIRO, CEARÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades-CMIH- Programa de Mestrado da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira- UNILAB, para a obtenção parcial do grau de Mestre em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. José Weyne Freitas de Sousa

**REDENÇÃO- CE- BRASIL**

**2018**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da UNILAB  
Catalogação de Publicação na Fonte.

---

Barreto, Edimilson Silva.

B262r

a reforma agrária no brasil vista a partir do assentamento antonio conselheiro, ceará / Edimilson Silva Barreto. - Redenção, 2018.

199f: il.

Dissertação - Curso de Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Humanidades, Coord. Do Curso De Mest. Interdisciplinar em Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018.

Orientador: José Weyne Freitas de Sousa.

1. movimentos sociais - Brasil. 2. Reforma Agrária. 3. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Brasil). I. Título

CE/UF/BSCL

CDD 981.062

---

**EDIMILSON SILVA BARRETO**

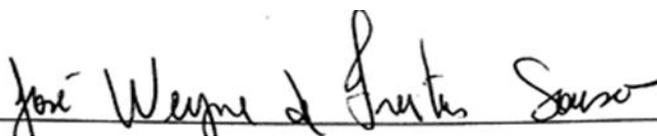
**A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL VISTA A PARTIR DO ASSENTAMENTO  
ANTONIO CONSELHEIRO, CEARÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades-  
CMIH- Programa de Mestrado da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia  
Afro-Brasileira- UNILAB, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em  
Humanidades.

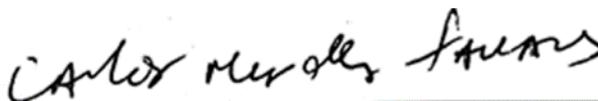
**Linha de pesquisa:** Trabalho, desenvolvimento e Migração

Aprovada em: 25/01/2018 Nota: 9.0

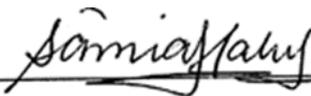
**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dr. Weyne Freitas de Sousa (Orientador)  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)



Prof. Dr. Carlos Mendes Tavares  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)



Prof.ª Drª Samia Nagib Maluf  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

**REDENÇÃO- CE- BRASIL**

**2018**

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiro de tudo, agradeço a Deus pelo dom da vida e pelas maravilhas que tem me proporcionado ao longo da vida. Sou grato a toda minha família, meus pais, irmãos, que embora distante, ainda assim se constitui como um grande alicerce para mim. A minha esposa pela compreensão e ajuda durante esse trabalho que não foi fácil e mesmo assim me deu total apoio. Agradeço mais uma vez a Deus pelo nascimento do nosso filho Murilo que nos trouxe mais alegria nas nossas vidas.

Agradeço também meu irmão Elves Barreto que foi quem me incentivou a me inscrever na seleção para o Mestrado em Humanidades e que me ajudou bastante na organização desse sonho. Sou grato a todos os professores, principalmente ao meu orientador professor Weyne pela paciência e compreensão que teve comigo, e a coordenação do MIH pela forma que nos relacionamos durante essa jornada de dois anos de estudos. Aos colegas da primeira turma do MIH, Mayara, Liz, Marcia, Glícia, Márcia, Alexandra, Daniele, Fernando, Paulo Garcia, Isaac, Joviano, Josiara, que me permitiu aprender junto com eles e me proporcionou bastante aprendizado e alegrias durante o curso.

Essa pesquisa não seria possível se não fosse a estimada ajuda das pessoas do assentamento Antonio Conselheiro, que me receberam muito bem e deram informações muito precisas para esse trabalho. A Márcia Barreto, funcionária do INCRA-CE- SR2, que me concedeu entrevista que respondeu as minhas dúvidas acerca dos assentamentos. A senhora Marli, presidente da Cooperativa da Agricultura Familiar de Ocara- COOAF e Isabel, coordenadora do Programa de Aquisição de Alimentos. Ambas me ajudaram bastante.

Aos meus amigos e amigas espalhados por vários lugares, o meu muito obrigado!

## RESUMO

O presente trabalho se propõe compreender a questão agrária no Brasil, principalmente a partir da década de 1960, que é quando se acirra um debate mais acalorado sobre a reforma agrária no país. Apresenta também as tensões dos conflitos sociais no campo e na cidade, principalmente o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), no qual teve destaque na questão agrária brasileira, dividindo opiniões na da sociedade civil e nas políticas de reforma agrária. As reflexões aqui propostas partem de uma aproximação com o paradigma agrarista brasileiro com o objetivo de compreender os conflitos ideológicos, políticos e social presente nos Movimentos Sociais bem como no assentamento, a fim de compreender a reforma agrária no Brasil a partir desse assentamento, e qual o tipo de reforma agrária está presente no assentamento. A visão de reforma agrária para os assentados, os aspectos sócios econômicos e suas relações com o INCRA e o MST. O assentamento Antonio Conselheiro fica situado em Ocara, Ceará, na fazenda que se chamava Córrego do Quixinxé. A ocupação da área foi efetivada em 20 de maio de 1995, com a participação de 400 famílias, na época contava com cerca de quase 1500 pessoas oriundas de vários municípios cearenses, inclusive Quixeramobim, terra onde nasceu Antonio Conselheiro. Com uma área de 5.968 hectares, desse total, 4.476 hectares ficaram pertencendo aos trabalhadores rurais organizados pelo MST, a outra parte, ou seja, 1.492 hectares ficaram com os ex-moradores. O Antonio Conselheiro é um assentamento que foi resultado das reivindicações do MST. Considerando o que afirmam as lideranças do MST de que o processo de assentamentos de famílias tem como finalidade a produção de alimentos para a economia local, o MST afirma que 70% dos alimentos que vai a mesa é produzido pelas famílias por meio da agricultura familiar. Nesse sentido, a pesquisa vai avaliar qual o modelo de reforma agrária implantada no assentamento, de é o modelo produtivista como afirma os que são a favor da divisão de terra ou se é distributivista.

**Palavras-chave:** Movimentos Sociais, Reforma Agrária, MST, Assentamento

## ABSTRACT

The present paper intends to understand the agrarian question in Brazil, especially since the 1960s, which is when a heated debate about agrarian reform in the country intensifies. It also presents the tensions of social conflicts in the countryside and in the city, especially the Landless Workers' Movement (MST), in which it was highlighted in the Brazilian agrarian question, dividing opinions in civil society and agrarian reform policies. The reflections proposed here start from an approximation with the Brazilian agrarian paradigm with the objective of understanding the ideological, political and social conflicts present in the Social Movements as well as in the settlement, in order to understand the agrarian reform in Brazil from this settlement, and which the type of agrarian reform is present in the settlement. The vision of agrarian reform for the settlers, the socioeconomic aspects and their relations with INCRA and the MST. The Antonio Conselheiro settlement is located in Ocara, Ceará, on the farm called Córrego do Quixinxé. The occupation of the area was carried out on May 20, 1995, with the participation of 400 families, at that time had about 1500 people coming from several municipalities of Ceará, including Quixeramobim, land where Antonio Conselheiro was born. With an area of 5,968 hectares, of this total, 4,476 hectares belonged to the rural workers organized by the MST, the other part, that is, 1,492 hectares were with the former residents. Antonio Conselheiro is a settlement that was the result of the MST's claims. Considering what MST leaders say the family settlement process is aimed at producing food for the local economy, the MST says 70 percent of the food at the table is produced by families through family farming. In this sense, the research will evaluate the model of agrarian reform implanted in the settlement, of is the productivist model as it affirms those who are in favor of the division of land or if it is distributivist.

**Key words:** Social Movements, Agrarian Reform, MST, Settlement

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>1 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL.....</b>	<b>18</b>
1.1 EVOLUÇÃO DA QUESTÃO AGRARIA NO BRASIL .....	18
1.2 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E O SEU DESENVOLVIMENTO .....	34
1.3 A AGRICULTURA MODERNA NO BRASIL E O DEBATE AGRÁRIO A PARTIR DOS ANOS 60 .....	38
<b>2 A POLÍTICA DA REFORMA AGRÁRIA E O GOVERNO DO PT .....</b>	<b>56</b>
2.1 OS NÚMEROS DA REFORMA AGRÁRIA DO GOVERNO LULA .....	56
2.2 A REFORMA AGRARIA NO DISCURSO E A REFORMA AGRÁRIA NA REALIDADE .....	71
2.3 CONFLITOS NO CAMPO E A VIOLÊNCIA CAUSADA ENTRE SEM-TERRA E PROPRIETÁRIOS NA DISPUTA PELA TERRA .....	80
<b>3 MST- QUAL O VIÉS DE REFORMA AGRÁRIA DEFENDIDA PELO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA (MST)? .....</b>	<b>90</b>
3.1 UMA BREVE ABORDAGEM SOCIOLÓGICA DOS MOVIMENTO SOCIAIS .....	90
3.2 MST- O QUE É, ONDE ESTÁ PRESENTE E QUAL O SEU OBJETIVO .....	95
3.3 SOBRE OS CONFLITOS SOCIAIS NO CAMPO – TECENDO UM DIÁLOGO COM O MST .....	98
3.4 O MST: COMO UM MOVIMENTO DE OCUPAÇÃO E RESISTÊNCIA .....	99
3.5 MAIS DO QUE UM PROJETO DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA: O MST ENQUANTO AGENTE DO MOVIMENTO SOCIAL NO BRASIL.....	104
3.6 O LATIFÚNDIO NO CEARÁ E OS TRABALHADORES EXCLUÍDOS DA TERRA .....	111
<b>4 ASSENTAMENTO ANTONIO CONSELHEIRO: OCUPAÇÃO, RESISTÊNCIA, LUTA PELA TERRA E A QUESTÃO AGRÁRIA. ....</b>	<b>122</b>
4.1 CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS .....	122
4.2 MODALIDADES DE PROJETOS CRIADOS PELO INCRA ATUALMENTE.....	125

4.3 MODALIDADES DE ÁREAS RECONHECIDAS PELO INCRA .....	126
4.4 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE OCARA .....	132
4.5 CONSOLIDAÇÃO DO ASSENTAMENTO ANTÔNIO CONSELHEIRO - A OCUPAÇÃO DE FATO .....	138
4.6 COMO NA PRÁTICA, O VIÉS DE REFORMA AGRÁRIA DO MST ESTÁ PRESENTE NO ASSENTAMENTO ANTONIO CONSELHEIRO .....	144
4.7 ORGANIZAÇÃO E ASPECTO SÓCIO ECONÔMICO DO ASSENTAMENTO .....	157
4.8 AGRICULTURA FAMILIAR- AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE .....	162
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>180</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>182</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>190</b>

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ANCA- Associação Nacional de Cooperação Agrícola  
APRUCE- Associação dos Proprietários Rurais do Ceará  
ARTER- Assistência Técnica Rural  
BM- Banco Mundial  
BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e social  
CAE- Conselho de Alimentação Escolar  
CEBs- Comunidades Eclesiais de Base  
CEPA- Comissão Estadual de Planejamento Agrícola  
CEPAL-Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe  
CCU- Cadastro de Concessão de Uso  
CGU- Controladoria Geral da União  
CNA- Confederação Nacional da Agricultura  
CONAB- Companhia Nacional de Abastecimento  
COOAF- Cooperativa da Agricultura Familiar de Ocara  
CPI- Comissão Parlamentar de Inquérito  
CONTAG- Confederação Nacional do Trabalhadores na Agricultura  
COPOSAT- Cooperativa de Prestação de Serviço e Assistência Técnica LTDA  
CPT-Comissão Pastoral da Terra  
CUT- Central Única dos Trabalhadores  
DAP- Declaração de Aptidão ao Pronaf  
DARA- Departamento de Apoio a Reforma Agrária  
DATALUTA-Banco de Dados da Luta pela Terra  
DOPS- Departamento da Ordem Política e Social  
EMATERCE- Empresa de Assistência Técnica Rural do Ceará  
EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
FAO- Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura  
FAREC- Federação das Associações Rurais do Ceará  
FETRAECE-Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará  
FHC- Fernando Henrique Cardoso  
FNDE-Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
GRET- Grupo de Trabalho de Regularização do Estatuto da terra

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IBRA- Instituto Brasileiro de Reforma Agrária  
IDACE- Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará  
INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INDA- Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário  
ITERCE- Instituto de Terras do Ceará  
MCC- Movimento Camponês Corumbiara  
MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MDSA- Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário  
MIRAD- Ministério da Reforma Agraria e do Desenvolvimento Agrário  
MLT- Movimento de Luta pela Terra  
MMA- Movimento de Mulheres Agricultoras  
MRAM- Modelo de Reforma Agraria de Mercado  
MST- Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra  
MTB- Movimento Terra Brasil  
NERA- Núcleo de Estudo, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária  
OCB- Organização das Cooperativas do Brasil  
ONGs- Organizações Não Governamental  
PAA-Programa de Aquisição de Alimentos  
PAs- Projetos de Assentamento  
PCB- Partido Comunista Brasileiro  
PED- Plano Estratégico de Desenvolvimento  
PIB- Produto Interno Bruto  
PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra a Domicilio  
PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNRA- Programa Nacional de Reforma Agrária  
PROCERA- Programa de Créditos Especial Para a Reforma Agrária  
PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PRRA- Programa Regional de Reforma Agrária  
PT- Partido dos Trabalhadores  
SAAB- Secretaria de Agricultura e Abastecimento  
SEARA- Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária  
SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas  
SDA- Secretaria de Desenvolvimento Agrário

SDR- Secretaria de Desenvolvimento Rural  
SENAR- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural  
SNCR- Sistema Nacional de Crédito Rural  
SNPA- Sistema Nacional de Planejamento Agropecuário  
SRB- Sociedade Rural Brasileira  
STDA- Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social  
STR- Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
TCU- Tribunal de Contas da União  
TDAS- Títulos da Dívida Ativa  
EU- União Europeia  
UDR- União Democrática Ruralista  
URSS- União das Republicas Socialistas Soviéticas

## LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1: Gráfico 1- ocupação da área territorial no Brasil de acordo com o Censo agropecuário do IBGE, 2006.....	29
Figura 2: Tabela 1 - Ocupações de terra no Brasil, período 1995 a 2006. Segundo dados oficiais do INCRA.....	81
Figura 3: Tabela 2 – Brasil, conflitos no campo período de 1998 a 2007.....	84
Figura 4: Tabela 3. Estrutura fundiária no Brasil.....	88
Figura 5: Capa da Revista Veja em 02/09/2009.....	107
Figura 6: Figura 6 -Mapa do município de Ocara.....	133
Figura 7: Tabela 4- Crescimento populacional de Ocara (1991- 2015).....	133
Figura 8: Tabela 5- Dados sobre a população rural e urbana de Ocara (1991-2010).....	133
Figura 9: Tabela 6: renda, pobreza e desigualdade em Ocara.....	134
Figura 10: Tabela 7- Censo Agropecuário de Ocara.....	135
Figura 11: Foto: Casa Sede- fonte: Edimilson S. Barreto (2017).....	138
Figura 12: Fotos - Caminhão com pessoas chegando na fazenda Córrego do Quixinxé em 1995 e construção de barracas para os acampados.....	139
Figura 13: Imagem - Passeata dos assentados - Estrada do algodão (arquivo Luizinha Camurça).....	144
Figura 14: TABELA 8 - Distribuição da terra (área) do assentamento.....	158
Figura 15: Fotos - Barraca dos assentados Diassis e Elissandra, 2017.....	160
Figura 16: Fotos - Barraca dos assentados Diassis e Elissandra, 2017.....	161
Figura 17: Tabela 9- Produtos produzidos e vendidos para o PNAE.....	168
Figura 18: Tabela 10- Produtos produzidos e vendidos para o PNAE.....	168
Figura 19: Tabela 11- Produtos produzidos e vendidos para o PNAE.....	169
Figura 20: Tabela 12- Produtos produzidos e vendidos para o PNAE.....	170
Figura 21: TABELA 13- Infraestrutura do assentamento Antonio Conselheiro.....	173

## INTRODUÇÃO

Essa pesquisa de dissertação de mestrado está inserida na linha de pesquisa: Trabalho, Desenvolvimento e Migração. O trabalho aqui desenvolvido teve como foco o assentamento Antonio Conselheiro, localizado no município de Ocara no Ceará. Os assentamentos são uma realidade em todo o Brasil, frutos da política de reforma agrária no âmbito federal e do processo de reivindicação dos movimentos sociais, entre os quais o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). O desenvolvimento desse trabalho, ressalta a importância da distribuição pela terra enquanto um processo social, político e econômico. Segundo Sauer (2010) esses fatores abarcam um conjunto de transformações no campo, redistribuindo a propriedade da terra e o poder, redirecionando e democratizando a participação da população rural no conjunto da sociedade brasileira (SAUER, 2010: 38).

A democratização que Sauer se refere seria comunização da terra numa democracia dita socialista. Graziano Neto questiona o paradigma agrarista brasileiro baseado na ideologia anti- latifundiária. O autor defende uma política de desenvolvimento rural como uma alternativa à reforma agrária distributivista em virtude das recentes transformações na agricultura e a formação do complexo agroindustrial, ou seja, o agronegócio.

Nesse trabalho aborda-se também o período de 1960 até aos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). O foco recai sobre esse período pelo fato do debate acerca da reforma agrária ter se tornado mais acalorado e se estende até o momento atual da pesquisa, principalmente na primeira década dos anos 2000, ou seja, contempla os dois mandatos do presidente Lula. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez mais pela reforma agrária do que todos seus antecessores juntos. É o que assegura uma série de números divulgada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). São dados que impressionam à primeira vista, mas também causam polêmica: segundo especialistas, eles foram anabolizados.

Considerando o que dizem os que defendem a reforma agrária e as lideranças do MST de que o processo de assentamentos de famílias tem como finalidade a produção de alimentos para a economia local, o MST afirma que 70% dos alimentos que vai a mesa é produzido pelas famílias por meio da agricultura familiar. Comentam também que a agricultura familiar fornece alimentos para a economia local, além de fornecer 30% dessa produção para as escolas por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

De acordo com a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, 30% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades que vivem nos assentamentos de reforma agrária.

Nessa pesquisa compreende-se que o assentamento Antonio Conselheiro não consegue realizar seu papel socioeconômico de produzir alimentos para o abastecimento das famílias assentadas e gerar excedentes para o comércio do município de Ocara. Percebemos também que das 200 famílias assentadas apenas 04 agricultores assentados estão associados a Cooperativa da Agricultura Familiar de Ocara (COOAF). Desses 04 agricultores que repassam seus produtos por meio da COOAF para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), constatamos que são vendidos 10 itens alimentícios. Entre esses itens estão o feijão que é o produto básico cultivado no assentamento, as polpas de frutas, verduras e bolos.

Percebe-se que no assentamento não há uma produção suficiente capaz de torna-lo autossuficiente. Dos 07 assentamentos existentes em Ocara, 05 deles repassam alimentos para o PNAE, sendo que o Antonio Conselheiro é um dos que mais comercializa. Alguns assentados alegam que o fato de não se produzir mais se deve aos fatores climáticos, quer dizer, a falta de chuvas. Entendemos que a falta de produção se deve a displicências dos próprios assentados, da falta de incentivos e de uma presença maior de técnicos no assentamento.

A metodologia empregada no trabalho se deu por meio de leituras sobre o assunto, livros, teses, dissertações, artigos, principalmente no primeiro capítulo. As fontes ligadas ao governo, que é o caso do INCRA e o próprio assentamento como laboratório, bem como as entrevistas. Análises dos dados fornecidos junto à Cooperativa da Agricultura Familiar de Ocara (COOAF) e da coordenação do Programa de Aquisição de Alimento (PAA) foram de grande importância para saber quais produtos são produzidos no assentamento e para as escolas e outras instituições. Também para saber quantos agricultores produzem esses alimentos.

O presente estudo se justifica pela necessidade de procurar perceber qual o tipo de reforma agrária foi implantado no assentamento Antonio Conselheiro. O assentamento está entre os maiores do estado do Ceará, com uma área de mais de 5.600 hectares. Contém 200

famílias cadastradas além dos agregados e é considerado pelo MST uma comunidade importante no município. Foi a primeira propriedade ocupada pelo Movimento e desapropriada para a reforma agrária no município. Avaliar o que é produzido nessa comunidade é fundamental para se entender se o assentamento está na direção certa e que a reforma agrária pode ser realizada por meio da distribuição de terra.

A dissertação está organizada em quatro capítulos, nos quais a partir das referências bibliográficas e análise de fontes estabelece uma reflexão que avalie a questão agrária no país e as várias visões acerca do assunto. Desta forma, o primeiro capítulo traz uma análise sobre a evolução da questão agrária no Brasil e as visões produtivistas e distributivistas no país. Para muitos, a grande concentração da propriedade de terras no Brasil é um dos principais fatores que causa a desigualdade social e amplia a miséria no campo. Esse problema só é resolvido por meio de uma distribuição de terra. Para outros, o país já é autossuficiente na produção de grãos. A reforma agrária seria um discurso da esquerda para se apropriar de grandes áreas de terras.

No segundo capítulo aborda-se a política de reforma agrária no governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e alguns dados sobre os números de conflitos acontecidos no meio rural durante o governo do presidente Lula. Também averigua-se a política da questão agrária no discurso e na realidade durante os oito anos do governo dos trabalhadores.

No terceiro capítulo analisa-se o viés de reforma agrária defendido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que é o viés que entendemos ser distributivista (divisão da terra em pequenas propriedades) sob a alegação de que é preciso produzir e essa produção se dá através da agricultura familiar. Apresentamos também a questão dos conflitos no campo e as várias formas de ocupação pelo Movimento afim de pressionar o governo para realizar a reforma agrária.

No quarto capítulo apresenta os modelos de assentamentos existentes no Brasil, aqueles criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e os que são reconhecidos pelo INCRA. Portanto, analisa-se o Antonio Conselheiro como um assentamento de reforma agrária desde de 1996, e com mais de duas décadas de existência. Por ser um assentamento já consolidado e de bastante influência do MST, focaliza-se em perceber a situação de como se encontra atualmente e se houve na prática uma melhora no período do governo Lula.

Objetiva-se perceber o viés distributivista nesse assentamento, assim também como o discurso produtivista defendido pelo MST. Nesse capítulo avaliamos se realmente existe no assentamento uma produção autossuficiente capaz de atender as famílias assentadas e se há excedente para comercializar no comércio de Ocara e quais produtos são vendidos para as escolas do município através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e também o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

# 1 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

## 1.1 EVOLUÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Na sociedade brasileira a propriedade privada da terra, exprime entre os grupos uma relação social de identidades e antagonismos, e, portanto, isso pode ser um fator que determina os traços culturais e políticos da nossa sociedade ao longo do tempo. O país é marcado por especificidades sociais decorrentes de uma história de colonialismo e persistência de estruturas desiguais de poder, nunca conseguiu uma verdadeira dissolução da grande concentração fundiária no país, originária da era colonial (LIMA, 2012).

O Brasil apresenta atualmente um dos maiores índices de concentração da propriedade de terra do mundo. O total de imóveis rurais existente no país, de acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é de 5.498.505 milhões e com o total de área cadastrada de 605.387.746,06 hectares.<sup>1</sup> Segundo Girardi (2008) no que diz respeito a questão fundiária no Brasil, entre 1992 e 2003 foram acrescidos 108,5 milhões de hectares à estrutura fundiária brasileira sem que a mesma fosse desconcentrada, já que o índice de Gini passou de 0,826, em 1992, para 0,816, em 2003. A causa desse acréscimo se deu em virtude da incorporação de terras na área da Amazônia legal, principalmente nas áreas de cerrado.

Na Amazônia foram criados assentamentos em terras pertencentes ao governo, ou seja, terras públicas como uma resposta aos conflitos por terras nas regiões Nordeste e centro-sul. Essa política de assentamentos rurais é uma maneira de desarticular a territorialização e o avanço dos camponeses em áreas de grandes latifúndios. A criação desses assentamentos não deixa de ser uma medida alternativa e conservadora para impedir a realização da reforma agrária nas demais regiões brasileiras. Girardi afirma que de 1998 a 2007 foram desflorestadas na Amazônia uma área de 54,5 milhões de hectares de fronteira agropecuária.

---

<sup>1</sup> MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO- MDA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA- INCRA. DIRETORIA DE ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA- DF. NÚCLEO DE ESTUDO E ESTATÍSTICA CADASTRAIS- NEEC.  
Fonte: SNCR- Sistema Nacional de Cadastro Rural. Apuração especial realizada em 02/ 2012.

No período de mais de uma década vimos que o índice de Gini teve uma pequena evolução de 0,010, isso significa dizer que a concentração de terras no Brasil continua praticamente inalterada, pois quanto mais próximo de 1(um) maior é a sua concentração. Há uma grande possibilidade dessa concentração ser ainda maior, já que existem proprietários que são donos de mais de uma propriedade. Esse período citado acima compreende os dois governos de FHC e o primeiro ano governo de Lula da Silva, que segundo alguns autores foram os governos que mais fizeram pela reforma agrária. Se esses dados se confirmarem, significa dizer que as políticas de reforma agrária foram insuficientes e que o governo mostrou incapacidade de tocar na raiz do problema, que é a alta concentração da estrutura fundiária brasileira.

Sendo um dos maiores países do mundo em extensão territorial e também em terras agricultáveis significa dizer que quem detém a terra é que pode extrair a renda e a produtividade. Outras partes são ocupadas não necessariamente com atividades agrícolas ou extrativistas, são usadas para a criação de grandes rebanhos de gado.

De acordo com Pompeu Accioly (1984), o estudo das raízes históricas da propriedade de terras no Brasil passou por diferentes períodos: a fase do escambo, o regime das sesmarias, o regime de posse e a propriedade na república. O escambo aconteceu na fase inicial da colonização onde foram transplantadas organizações econômicas baseadas nas ideias de posse e divisão de bens e trabalho para uma terra habitada por povos cuja organização social desconhecia a divisão de bens e não sentiam a necessidade de demarcar território. Nesse período, o pau-brasil e a madeira para marcenaria, produtos principais usados pelos europeus eram trocados com os índios por utensílios agrícolas e de pesca, pentes e espelhos. Nesse momento, que se estende até 1530, não houve distribuição de terras nem instalação de núcleos de povoamento.

Da época em que os portugueses chegaram no Brasil, em 1500 até 1530, nesse período não houve nenhum movimento ou interesse de ocupação por aqui. Somente a partir de 1530 foi que Portugal começou a ocupar e guardar as terras brasileiras protegendo-as de outros povos. Nessa época foi adotado o sistema de capitânicas hereditárias, onde os donatários recebiam terras para nelas plantar cana de açúcar, instalar engenhos e produzir açúcar, produto de grande aceitação no mercado europeu. Apesar de poder explorar as terras e ter que guardá-las de outros exploradores, os concessionários não tinham a posse total e nem podiam deixá-las para os seus descendentes. Alguns tempos depois por meio de carta régia, é que foi

concedido o direito de transferência das terras, mas havia um prazo de dois anos para o aproveitamento e produção de alimentos nos primeiros três anos.

Em 1534 começa a distribuição de terra no território brasileiro por meio das Capitânicas Hereditária e depois por meio das Sesmarias. Essas ações funcionavam como forma de ocupar os espaços desabitados e também para facilitar o controle do novo território. Nesse período o uso da terra serviu produzir produtos tropicais para a Europa, concomitantemente foi introduzido as plantations.<sup>2</sup> Em virtude das inúmeras irregularidades, em 1822 foram suspensas as concessões de sesmarias por D. Pedro, só permaneceu aquelas anteriormente reconhecidas. Quem se beneficiou de tal medida foram os posseiros, que ascenderam socialmente e se firmaram como únicos proprietários de terras a partir de então, com escritura de propriedade registrada em cartório. De 1822 até 1850 ocorreu a posse livre das terras devolutas, uma vez que não havia leis que regulamentasse o direito do uso da terra.<sup>3</sup>

Em todo o período colonial, a legislação sobre as terras foi marcada por cartas régias, avisos, alvarás, ordens e disposições que se voltaram para atender a interesses ocasionais e manter privilégios. O regime de sesmaria foi a concessão de terras a sesmeiros que se dispusessem a cultivá-las e fazê-la produzir, pagando a coroa a sexta parte de seus lucros, ainda assim teve sua legislação tumultuada. As fontes informativas sobre as doações de terras no período colonial referem-se apenas a Bahia, Sergipe, Espírito Santo e ao Pernambuco. Quanto as terras do Sul, entende que por causa da economia que lá já se formaram, eram sesmarias bem menores que as sesmarias do Nordeste.

Segundo Lima (2012) com o surgimento de uma burguesia industrial e com uma modernização da sociedade capitalista, não alterou o poder político da classe dominante rural. Portanto,

A detenção da terra, historicamente, imbuiu-os de poder político, sendo influente em várias esferas do Estado brasileiro desde as primeiras formas de distribuição da terra com as capitânicas hereditárias e as sesmarias e, posteriormente, a Lei de Terras (1850), onde as terras, antes de propriedade do Estado, passaram a ser comercializadas, diferenciando-se os capazes no investimento na propriedade rural, excluindo negros, pobres, indígenas, a massa pobre brasileira (LIMA, 2012, p.35).

---

<sup>2</sup> As Capitânicas Hereditárias foi um sistema de administração territorial criado pelo rei de Portugal, D. João III, em 1534. Estas pessoas que recebiam a concessão de uma capitania eram conhecidas como donatários. Esses donatários tinham como missão colonizar, proteger e administrar o território.

<sup>3</sup> Terras devolutas são terras públicas sem destinação do Poder Público e que em nenhum momento integraram o patrimônio de um particular, ainda que estejam irregularmente sob sua posse. O termo “devoluta” relaciona-se ao conceito de terra devolvida ou a ser devolvida ao Estado.

Em 1850 o governo brasileiro, D. Pedro II criou a **Lei de Terras**, com o objetivo de estabelecer a compra como única forma de obtenção de terras públicas. Desta forma, inviabilizou os sistemas de posses ou doação para transformar uma terra em propriedade privada. Foi uma lei que determinou parâmetros e normas sobre a posse, manutenção, uso e comercialização de terras no período do Segundo Reinado. Além disso, o governo pretendia arrecadar mais impostos e taxas com a criação de registro e demarcação de terras. Segundo Forster (2003) esses recursos tinham como destino o financiamento da imigração estrangeira, voltada para a geração de mão de obra, principalmente para as lavouras de café. Na época o tráfico de escravos já tinha diminuído e havia uma demanda por mão de obra.<sup>4</sup>

Para Forster (2003) na Lei de Terra a compra ou a posse de terras por pessoas pobres ficou muito difícil, pois a lei provocou um aumento significativo nos preços das terras no Brasil. A Lei também, além de favorecer grandes proprietários rurais, teve algumas consequências, pois possibilitou a manutenção da concentração de terra no Brasil. Regulamentou a propriedade privada, aumentou o poder das oligarquias e suas proximidades com o governo. Forster (2003) afirma que a Lei inviabilizou o acesso de pessoas de baixa renda a conseguir uma propriedade. Muitas pessoas perderam suas terras e suas fontes de rendas, restando apenas o trabalho nas grandes propriedades rurais como empregados.

Segundo Pompeu Acioly (1984) quando a família real portuguesa chegou ao Brasil, a legislação agrária passou a permitir o acesso dos estrangeiros a propriedade de terras e pessoas dos países como a Suécia, Alemanha, Inglaterra, França, dos EUA e das colônias espanhola na América do Sul, receberam sesmarias ou compraram sítios brasileiros em terras brasileiras. É nesse momento que entendemos que aconteceu a formação das pequenas propriedades rurais no Brasil. Em julho de 1822 foi extinto o regime de sesmaria, período esse que foi marcado por imensos latifúndios destinados a poucos privilegiados e pela distribuição de terras sujeitas a invasões.

Ao lado dos grandes latifundiários e sesmeiros sobreviveram grandes quantidades de sem-terra, tais como: agregados, e capatazes no meio rural, desempregados no espaço urbano. Todo esse passado ainda repercute em quase todas as regiões brasileiras, principalmente no

---

<sup>4</sup> A **Lei de Terras**, a chamada Lei 601 de 1850, foi uma Lei sancionada por D. Pedro II em setembro de 1850. Foi uma lei que determinou os parâmetros e as normas a posse e comercialização das terras brasileiras no Segundo Reinado. Ver a obra Lei de Terra de 1850. de Rainer Gonçalves Sousa. Mundoeducação.com. Disponível em: [http:// www. Mundoeducação.com.br/históriadoBrasil/lei-terras-1850](http://www.Mundoeducação.com.br/históriadoBrasil/lei-terras-1850). Acesso em 02 de novembro de 2017.

Germano de Rezende Forster, **A privatização das terras rurais**, 2003.

Nordeste. Portanto, entendemos que a política fundiária no Brasil esteve e está contribuindo para a concentração da propriedade para um pequeno grupo de privilegiados. Só assim podemos perceber que a questão agrária no Brasil atualmente teve sua origem em ações políticas no passado, e que pouco tem sido feito por todos os governos que já governaram esse país. Nos últimos anos ficamos assistindo de longe as reformas ocorridas em países da Ásia e mais recentemente nos países do leste europeu.

Segundo Ernesto Filippi (2005) a “reprivatização” dos estabelecimentos rurais na Europa Central e Oriental no início dos anos 1990 tornou-se realidade com os processos de independência dos países que formavam a União das repúblicas Socialistas Soviéticas- URSS e de outras nações que, embora não fazendo parte da URSS, compunham o chamado bloco socialista na Europa e na Ásia Central. Estudos do Banco Mundial apontam que países como a Albânia onde apenas 4% das terras eram de propriedade privada antes do colapso da URSS e hoje a totalidade dos estabelecimentos rurais foram privatizados. Da mesma forma aconteceu com as repúblicas da Europa Oriental que passaram a integrar a UE - União Europeia. Os casos de “reprivatização” das terras da República Tcheca, da Eslováquia e das chamadas “repúblicas bálticas” - Estônia, Letônia, Lituânia - atestam que entre 80% e 95% dos estabelecimentos rurais foram privados nos últimos quinze anos(Filippi,2005).

No Brasil poderíamos classificar os grandes latifúndios em três formas distintas. Em primeiro lugar, as chamadas oligarquias rurais, os coronéis do interior que foram acumulando e se apoderando de enorme extensão de terra desde a Lei de 1850. De início senhores de escravos e de engenho, posteriormente passaram a explorar os colonos, os meeiros e os camponeses, alcançando depois os boias-frias<sup>5</sup>. Um segundo tipo de grandes proprietários são os grupos econômicos de origem comercial, financeira e industrial que resolveram aplicar seus capitais na agricultura. O terceiro tipo de latifundiário são as empresas multinacionais ou pessoas físicas estrangeiras que resolveram investir no Brasil e comprar grandes áreas de terra. Não há um registro preciso da extensão de terras que empresas ou pessoas do exterior possuam no Brasil.

A partir da Lei de Terras de 1850, as vendas de terras serviram para custear a vinda de muitos imigrantes europeus e asiáticos para trabalhar no Brasil. Os trabalhos aconteciam

---

<sup>5</sup> Em alguns estados das regiões Nordeste e Norte, como o Maranhão, Piauí, Pará, esses processos de “entrega” de terras públicas a famílias tradicionais de políticos foi um procedimento adotado e que ocorreu por exemplo por meio do Projeto da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em que as terras foram doadas as grandes empresas.

principalmente nas grandes fazendas de café. A partir de então, a terra passou a ser usada como moeda de troca, compra e venda, passou a ser sinônimo de poder. Além de reafirmar a propriedade a grande propriedade rural no Brasil, a propriedade da terra se tornou instrumento de poder, percebemos isso durante o ciclo da grande produção de café no país, pois desde a metade do século XIX o Brasil o maior produtor desse grão e o maior exportador. Outro fator interessante é que desde a última década de século XIX até 1930 era a oligarquia rural de São Paulo e Minas Gerais quem indicava o presidente da república, ou seja, o chamado de “política do café com leite”.

Chega-se no século XXI e ainda estamos falando acerca da reforma agrária, uma questão que há muito tempo é discutida politicamente e com visões diferentes. Para aqueles que têm dedicado tempo e investimentos nos estudos sobre as transformações do mundo rural, talvez tenham um desconforto intelectual procurando compreender a lentidão com que essas transformações ocorreram e ainda ocorrem.

Essa problemática que já faz parte da realidade atual é uma questão que merece ser tratada e discutida principalmente porque existem visões diferentes e variadas quando se fala de reforma agrária. Segundo a historiadora brasileira Joana Salém Vasconcelos (2013) o termo “reforma agrária” não tem um único significado. Segundo ela, tal termo se identifica com diferentes conteúdos políticos mobilizados por disputas acirradas, principalmente com a revolução cubana e a Guerra Fria, no século XX.

Desta forma, há de convir que a urgência da reforma agrária como uma questão continental foi fomentada por diversos sujeitos políticos e movimentos sociais, na conjuntura da crise da divisão internacional do trabalho. Em consequência da Primeira Guerra Mundial e da crise de 1929 nos Estados Unidos, a reconfiguração dos fluxos internacionais de mercadorias tornou possível e necessária a industrialização por substituição de importações em alguns países capitalistas periféricos (VASCONCELOS,2013).

Antes de tudo é necessário contextualizar a reforma agrária sem perder de vista os processos históricos que nos últimos anos tem moldado o quadro agrário brasileiro dando uma nova configuração da estrutura de propriedade, posse e uso da terra e às relações de produção que foram sendo constituídas. Em *A formação do Estado Populista na América Latina (1975)* de Otavio Ianne, o autor faz uma análise da substituição da importação de mercadorias por industrialização em alguns países ditos periféricos. Portanto, as oligarquias rurais de cunho

liberal se definharam em face de uma nova parcela da burguesia, de acordo com o pensamento desenvolvimentista. Surge nesse período um pensamento reformista que incluía a mudança da função da agricultura no conjunto da economia.

A problemática da questão agrária não é nova no continente americano e no Brasil ainda é bastante discutida e em muitos casos, com embates bastante acalorados. Mas somente a partir da década de 1960 o país passou a vivenciar de fato um intenso debate sobre a necessidade de se discutir reformas acerca das estruturas políticas e econômicas e principalmente com grandes destaques para as questões fundiárias.

Desse debate participam pensadores como Caio Prado Junior, Alberto Passos Guimarães, Ignácio Rangel, Graziano Neto, Moacir Palmeira, Delgado entre outros que passam a participar mais ativamente dessa questão. Todos com seus ideais políticos pensavam na questão agrária como um projeto de transformação social para o Brasil. Segundo Carter (2010) foi no século XX que a reforma agrária ganhou destaque pela luta política empreendida em torno do tema, diante do rápido crescimento da população mundial que fez com que as terras cultiváveis passassem a ser um bem escasso. Com a rápida modernização econômica fez com que gerasse uma pressão em favor de mudanças no uso e controle da terra.

No século XVIII, período da Revolução Industrial, com o grande processo da industrialização muitas pessoas migraram do campo para as zonas urbanas (êxodo rural). Dessa forma muitos países tiveram que modernizar os seus sistemas produtivos, introduzindo novas tecnologias no campo, sobretudo implementos e máquinas agrícolas que pudesse permitir maior produtividade, ampliando e fornecendo matéria prima exigidos pelas indústrias e abastecendo de alimento a população crescente das cidades.

Com o surgimento de uma burguesia industrial brasileira, com a modernização capitalista, não foi possível alterar o poder político da classe dominante rural. O monopólio da terra, historicamente, imbuiu-se de poder político, sendo influente em várias esferas do Estado brasileiro desde as primeiras formas de distribuição da terra com as capitânicas hereditárias e as sesmarias e, posteriormente, a Lei de Terras (1850), onde as terras, antes de propriedade do Estado, passaram a ser comercializadas, diferenciando-se os capazes no investimento na propriedade rural, excluindo negros, pobres, indígenas, a massa pobre brasileira (SANTOS, 1994; MEDEIROS, 1989; LIMA, 2012).

A Lei das Terras Devolutas de 1850, representou um esforço no sentido de disciplinar a posse das terras devolvidas ao governo, pois só admitia a compra mediante pagamento em dinheiro e permitia a revalidação das sesmarias que se mantivessem cultivadas. No entanto, o preço fixado para as terras do Estado, muitas vezes excediam o preço das terras particulares e estava além das posses dos pequenos agricultores, o que dificultava o acesso a elas. Contudo, analisando a obra de Márcia Motta **“Nas fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX”**, publicada em 1998, percebemos que a partir do 5º capítulo que trata da Lei de Terras e seus significados, a autora deixa claro que esta Lei teve seu desdobramento bem mais complexo, principalmente na maneira de como foi interpretada por diversas pessoas e que não serviu para pôr um fim às questões de terras no Brasil.

A partir da Constituição republicana de 1981, os governos estaduais passaram a adotar os princípios básicos da Lei de Terra de 1850 e a legislar sobre as terras devolutas, revalidação de sesmarias e legislação de posses. O Código Civil de 1917 proibia a revalidação das sesmarias e a legitimação de posses, pois a posse da terra só seria concedida por meio da venda ou na forma da usucapião.

A Constituição Federal de 1947, contraditória em seus artigos referentes a posse de terras, anexou-se a emenda constitucional nº 10 e o Estatuto da Terra, o qual apesar de apresentar vários dispositivos que nada favorecem a uma redistribuição de terras, representou um avanço em relação as situações anteriores, visto que estabelecem a concepção de que o uso da propriedade está relacionado ao bem-estar social (Art. 147) e determinava que as desapropriações, quer por utilidade pública, quer por interesse social deveriam ser feitas mediante prévia e justa indenização em dinheiro.

A partir do século XX, as indústrias químicas se desenvolveram muito rápido e os países desenvolvidos criaram o chamado “pacote tecnológico” de desenvolvimento para a agricultura e introduziram técnicas de cultivo mais eficientes para maior produtividade, implementando o uso de defensivos agrícolas, fertilizantes químicos e sementes selecionadas e variadas com alto rendimentos produtivos, que até então não eram usadas. Com o propósito de aumentar a produção e a produtividade para combater a fome e a miséria em países subdesenvolvidos, esse pacote tecnológico também elevou bastante a dependência desses países em relação aos mais ricos, uma vez que aqueles detinham controle tecnológico indispensável aos novos plantios e forneciam insumos necessários para viabilizar a produção nos países mais pobres.

Para Graziano Neto (1989) a década de 1960 foi à época em que mais se popularizou a ideia de reforma agrária, era parte do cotidiano da época. No governo de João Goulart, era uma das principais reformas de base. Acreditava-se que sem uma profunda reforma na estrutura agrária a sociedade brasileira não conseguiria industrializar-se e sair do subdesenvolvimento (NETO, 1989, p. 09).

O ano de 1964 foi marcado pelo golpe militar, portanto caíram por terra os projetos que objetivavam mudanças sociais previstas no governo de Goulart. Para Diamico (2007), as chamadas reformas de base que englobavam um conjunto de iniciativas: reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária, universitária e eleitoral - defendia a necessidade de estender o direito de voto aos analfabetos e às patentes subalternas das forças armadas, como marinheiros e os sargentos. Defendia também medidas nacionalistas como a de maior e mais ampla intervenção do Estado na vida econômica e um maior controle dos investimentos estrangeiros no país, mediante a regulamentação das remessas de lucros para o exterior.

O carro chefe dessas reformas foi a Reforma Agrária, que visava eliminar os conflitos pela posse da terra e garantir o acesso à propriedade a milhões de trabalhadores rurais. Defendia Jango que, não só pretendia fazer a reforma agrária, como seria impossível desenvolver o país sem realizá-la, e para tanto, seria necessário alterar, inclusive, a constituição nacional (DIAMICO, 2007, p.74).

A força repressiva do Estado fez com que a reforma agrária ficasse de lado e esquecida por alguns anos. No mesmo ano o governo institui o Estatuto da Terra, Lei que regulava “os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução de reforma agrária e promoção da política agrícola” (NETO, 1989, P.09 e 10). De acordo com Lima (2012) embora considerando que o Estatuto da Terra foi a primeira legislação de reforma agrária feita no país, a mesma foi motivo de conflitos e tensões diante da disputa entre defensores da reforma agrária e os grandes proprietários de terra. Foram realizadas discussões dos conceitos que o nortearam, tais como dispositivos que regulam o uso social da terra e a definição do que seja um latifúndio. *É importante salientar que o modelo de desenvolvimento rural hegemônico baseado na Revolução Verde orientou Governos brasileiros, cuja necessidade da reforma agrária foi constantemente questionada* (LIMA, 2012, p.37).

É inegável a contribuição dos governos militares para o desenvolvimento da agricultura brasileira. Foi nesse período que o campo passa por grandes transformações com a modernização trazida ao setor agrícola, inclusive com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Dessa forma impôs a introdução de técnicas e processos oriundos da “Revolução Verde”. Com a tecnologia mecânica e química acontece pela primeira vez uma ruptura na forma de trabalho e produção no campo, ou seja, o campo estava a partir de agora interligado diretamente a indústria, tanto no uso de máquinas como de insumos agrícolas para uma maior produtividade.

O processo de industrialização no setor produtivo da agricultura brasileira se inicia na segunda metade da década de 60 com implementação de equipamentos industriais no campo bem como o aumento de fábricas (tratores e fábricas), fertilizantes, adubos, sementes e defensivos, fazendo do campo um dependente da indústria e de setores ligados a atividades industriais.

Entendemos que o desenvolvimento do capitalismo agrário no Brasil levou à modernização da agricultura, principalmente a partir dos anos 60 do século passado, porém mantendo um perfil excludente com relação aos trabalhadores rurais, e concentrador da terra e da renda agrícolas. Daí porque alguns autores atribuem a esse fenômeno a denominação de “modernização conservadora”. Mas que também modernizou, inclusive resolveu o grande problema de abastecimento e que na década seguinte ficou conhecida como a década do “milagre brasileiro”, pois a economia do país se desenvolveu muito bem.

Para Sorj (1980), foi a visão dominante de desenvolvimento agrária presente no Estado que promoveu o setor patronal por meio de extensa e profunda intervenção pública, e o crédito agrícola foi fundamental nessa modernização, sendo destinado para os grandes proprietários de terras e regiões mais desenvolvidas, sobretudo sul e sudeste do país. Lembrando que os resultados foram positivos para a classe trabalhadora gerando emprego e renda.

Para Martins (1983) um dos traços que caracterizou e caracteriza a nossa economia é a concentrada estrutura fundiária, que conseguiu tornar-se intocável por séculos sendo indiferentes às lutas e os embates políticas pela sua democratização, nesse caso, comunização da terra, uma vez que os movimentos pró- reforma agrária defendem a distribuição da terra em lotes gerando milhares de minifúndios.

Segundo Guedes e Fleury (2016), foi na década de 1980 que se levantou a bandeira em defesa de uma ampla reforma agrária e que mobilizou vários seguimentos da sociedade brasileira. Foi nesse contexto de redemocratização política e na efervescência do regime democrático brasileiro que de fato se pretendeu fincar essa bandeira, embora possam afirmar que foi uma luta conflituosa dos trabalhadores sem-terra para que a reforma agrária se tornasse política de Estado nos governos democráticos.

Em 1985 foi criado o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) e também o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA). Após sucessivas versões e intocáveis reuniões, a proposta do PNRA transformou-se em plano oficial de governo através do Decreto nº 91.766 de 10/10/85 (NETO, 1989).

Na época, a meta era assentar 7,1 milhões de trabalhadores rurais no período de 15 anos, ou seja, chegar ao ano 2000 com esse total de famílias sendo beneficiadas com um pedaço de terra, revertendo dessa forma séculos de exclusão social que impedia os trabalhadores de terem acesso a terra e uma vida econômica com maior sustentabilidade, oferecendo assim um desenvolvimento rural para os agricultores e suas famílias.

A atual questão agrária no Brasil não somente retoma os problemas advindos do passado colonial e imperial, como também dos governos democráticos. Em pleno século XXI, sendo um dos países com maior concentração de terra do planeta, o Brasil tem cerca de 5 milhões de estabelecimentos rurais, 20% desses estabelecimentos, segundo Mello (2016), são frutos de um processo recente da política agrária de FHC e Lula, quer dizer, entre 1995 e 2010.

De acordo com o Censo Agropecuário 2006 revelou que a concentração na distribuição de terras permaneceu praticamente inalterada nos últimos vinte anos, embora tenha diminuído em 2.360 municípios. Nos Censos Agropecuários de 1985, 1995 e 2006, os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares ocupavam 43% da área total de estabelecimentos agropecuários no país, enquanto aqueles com menos de 10 hectares ocupavam, apenas, 2,7% da área total. Focalizando-se o número total de estabelecimentos, cerca de 47% tinham menos de 10 hectares, enquanto aqueles com mais de 1.000 hectares representavam em torno de 1% do total, nos censos analisados.

Entre 1995 e 2006, os estabelecimentos agropecuários registraram redução de suas áreas de florestas (-11%) e de pastagens naturais (-26,6%), e aumento nas áreas de pastagens

plantadas de 1,7 milhão de hectares (1,8%), sobretudo na região Norte (39,7%), enquanto aquelas dedicadas à agricultura cresceram 19,4%, sendo que o maior aumento ocorreu no Centro-Oeste (63,9%).<sup>6</sup>

**Figura 1: Gráfico 1- ocupação da área territorial no Brasil de acordo com o Censo agropecuário do IBGE, 2006.**



Em 2006, o Censo Agropecuário apurou que os 5.175.489 estabelecimentos agropecuários ocupavam 329.941.393 hectares, o equivalente a 36,75% do território brasileiro (851.487.659 hectares)<sup>7</sup>. Em relação ao Censo de 1995, houve uma redução de 23.659.882 hectares na área total dos estabelecimentos agropecuários (-6,69%). Um dos motivos para isso pode ter sido a criação, contando a partir de 1995, de novas terras indígenas e unidades de conservação, as quais correspondem a um total de 60.630.859 hectares. As unidades de conservação representavam, em 2006, 8,47% do território nacional (ou 72.099.864 hectares),

<sup>6</sup> Agência IBGE notícias. Nov. de 2009. Censo agro de 2006. IBGE revela retrato do Brasil agrário. Acesso em 23 de novembro de 2017.

<sup>7</sup> É importante esclarecer que em 2007 quando foi divulgado os resultados preliminares do Censo, foi apresentado o valor de 354.865.534 hectares, a área total do estabelecimento, porém desse total, 30.709.039 hectares estavam contidos em terras indígenas e outra parte em unidades de conservação. Depois de toda a apuração e análise foram constatados registros indevidos de áreas de conservação de terras indígenas como estabelecimento agropecuário, restando do número divulgado anteriormente o total de somente 8.433.064. Houve uma enorme redução de 22.255.975 hectares. Ver censo agropecuário de 2006.

enquanto as terras indígenas ocupavam 14,74% do país (ou 125.545.870 ha), com crescimentos de, respectivamente, 128,20% e 19,09% em relação à 1995.

O Brasil sempre foi um país agrícola, mas nos últimos anos o agronegócio tem se tornado uma espécie de sustentáculo para a economia brasileira, porém as desigualdades no campo ainda continuam e isso tem resultados em movimentações de pequenos produtores em busca de um pedaço de terra para produzir.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,2010), a safra esperada tinha uma produção de 140 milhões de grãos no país, como soja e milho. É a segunda produção agrícola do mundo ficando atrás dos Estados Unidos. Também é grande quando se fala em rebanho bovino, existem cerca de 200 milhões, talvez o maior do mundo.

É importante lembrar que esses rebanhos também contribuem para aumentar o latifundiário e o acossamento de povos como os indígenas para cada vez mais distante, quando não se apossam das terras para a plantação de pastos para criação de cabeças de gados.

Atualmente, ao todo a agropecuária utiliza quase 400 milhões de hectares, o equivalente a 36,76% do território nacional. São 5.175,489 estabelecimentos agropecuários. Segundo o censo agropecuário do IBGE, a distribuição dessas terras é desequilibrada, apenas 1% dos proprietários controlam 46% das propriedades rurais do país. O resultado da concentração fundiária aparece nas margens das estradas de quase todas as áreas rurais do Brasil.

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, (INCRA) são 4.800,000 sem terras. A reforma agrária é garantida desde 1964, quando o governo militar criou o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964) e a Constituição de 1988, manteve a garantia. Para o MST, o Brasil tem todas as condições de realização da reforma agrária, o fato de não fazer se deve as questões políticas, das forças políticas existentes, principalmente a bancada ruralista.

A reforma agrária é um assunto que divide opiniões na sociedade brasileira. Essa questão se confunde com a história republicana brasileira, principalmente a partir de 1940 com o surgimento das Ligas Camponesas no Nordeste, que reunia e defendia os direitos dos trabalhadores.

A luta de enfrentamentos diretos se dá nos anos 50 e início de 60, através das Ligas Camponesas, e, dos anos 80 até hoje, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, alguns sindicatos ligados à CONTAG e outros movimentos regionais secundários, dissidentes do MST, como por exemplo, o Movimento de Luta pela Terra - MLT, na Bahia e em Minas Gerias, o Movimento Camponês Corumbiara – MCC, em Rondônia, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MTST, em São Paulo, etc. Todavia, embora não seja o único diretamente envolvido com a reivindicação pela terra e pela reforma agrária no Brasil, sem dúvida alguma o MST é o mais importante e expressivo movimento social surgido no Brasil nos últimos 50 anos.

Em 1963 em pleno governo de João Goulart (Jango), o Brasil se preparava para discutir as reformas de bases, na qual se incluía propostas de mudanças estruturais no campo. Na década de 1980 o país assistia a volta da redemocratização e a eleição de Tancredo Neves e juntos assistia também a volta dos movimentos e conflitos pela posse da terra. Em 1984 surge o MST que ganhava força e cada vez mais voz nacional.

O governo de FHC, do PSDB, de 1995 a 2002 foi o que mais desapropriou imóveis rurais inativos. Foram 3.532 e mais de 540 mil famílias assentadas. Esses dados são do INCRA. Há um grande debate acerca da reforma agrária no que diz respeito a sua realização ou não. Para alguns o país não precisa de reforma agrária, e pensar nisso é ir contra o setor da economia- o agronegócio, que é responsável por 20%, ou seja, 1/5 da nossa economia.

Para outros, é preciso ocupar as áreas inativas, pois de acordo com o ex-ministro do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) Pepe Vargas, cerca de 70% da comida que vai para mesa dos brasileiros, é fruto da agricultura familiar. Mas de acordo com Rodolfo Hoffman, um estudioso profundo do assunto, afirmou que os dados eram falsos e o governo estava exagerando, segundo ele, a agricultura familiar responde por no máximo de 25% a 30%.

Em 2009 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou dados do Censo Agropecuário de 2006. Ao mesmo tempo foi apresentado o caderno sobre a “Agricultura Familiar: Primeiros Resultados”, resultado do MDA com o IBGE. É um documento importante que revela a importância dos dados para o aperfeiçoamento das políticas públicas de desenvolvimento rural. A divulgação provocou e continuará provocando um debate público sobre a situação atual da agricultura brasileira, e subsidiará a análise das

políticas de desenvolvimento rural, em especial da política de reforma agrária, das políticas agrícolas e, em particular, das políticas diferenciadas para a agricultura familiar.<sup>8</sup> A lei que regulamenta a Agricultura Familiar é a Lei 11.326/2006.

Segundo o IBGE (2009), os dados apresentados são frutos de uma longa jornada de afirmação e reconhecimento pelo Estado brasileiro da importância econômica e social e da legitimidade das demandas e reivindicações da agricultura familiar, um conjunto plural formado pela pequena e média propriedade, assentamentos de reforma agrária e as comunidades rurais tradicionais – extrativistas, pescadores, ribeirinhos, quilombolas. Uma jornada impulsionada por lutas sociais que integraram a agenda da redemocratização brasileira e que aos poucos foram inscrevendo no marco institucional as políticas públicas de desenvolvimento rural. O reconhecimento do direito à previdência rural, a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1995, a constituição e consolidação de um feixe simultâneo e permanente de políticas públicas diferenciadas e a lei da agricultura familiar são marcos fundamentais desta história.

No interregno de uma década, de 1996 a 2006 a população brasileira passou de 154 milhões de habitantes para 187 milhões, ou seja, um acréscimo aproximado de 33 milhões de pessoas. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), a população brasileira residente nas áreas rurais manteve-se estável, variando de 31,6 milhões em 1996 para 31,3 milhões de pessoas em 2006. No entanto, houve mudança significativa em termos relativos, pois ela passou de 20,5% do total nacional em 1996 para 16,7% em 2006.<sup>9</sup>

O Produto Interno Bruto (PIB), segundo o IBGE (2009) passou de R\$ 705,6 bilhões em 1995 para R\$ 2,369 trilhões em 2006. O PIB per capita cresceu de R\$ 4,4 mil (US\$ 4,8 mil) em 1995 para R\$ 12,8 mil (US\$ 5,9 mil) em 2006. O valor adicionado<sup>11</sup> a preços básicos da agropecuária passou de R\$ 35,6 bilhões para R\$ 111,2 bilhões neste mesmo período. Em termos relativos, estes valores representaram uma participação estável no PIB, variando de 5,8% em 1995 a 5,5% em 2006.

Diante de todo esse avanço na produção agropecuária nos últimos anos, é necessário o país fazer uma reforma agrária? E a quem interessa a reforma agrária? Se existe, onde e em

---

<sup>8</sup> IBGE, Censo Agropecuário 2006. Agricultura Familiar. Primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação, 2009. [www.neard.org.br](http://www.neard.org.br)

<sup>9</sup> . [www.neard.org.br](http://www.neard.org.br), 2009.

que local ela aparece? Existe a questão agrária no Brasil ou depende do ponto de vista político?

É fundamental lembrar que a questão agrária no atual momento está sendo debatida política, econômica e teoricamente. Entretanto, sempre que se fala em conflito envolvendo trabalhadores rurais e proprietários de terra, a problemática da questão agrária ganha espaço em debates gerando opiniões que convergem e divergem acerca do assunto. De 1985 até 2010, cerca de 93 mil famílias foram envolvidas em conflitos de terra no Brasil. Anualmente a média de número de pessoas mortas é de 63, cerca de 15 mil famílias despejadas, 12 mil famílias expulsa, ou seja, isso indica que existe uma problemática agrária muito séria e que precisa ser resolvida.

Segundo Artur Zimmerman (2010), a explicação da bibliografia existente no Brasil sobre o tema da violência agrária é a desigualdade fundiária (ALMEIDA 2000; GUANZIROLI *et alli.* 2001; INCRA 2001; KAY 2001; ROMERO 1998, TEIXEIRA 2006): os camponeses se apossam de terras como meio de protesto e manifestação, ferindo o direito à propriedade privada; os grandes fazendeiros contratam pistoleiros e bandos armados para defenderem a integridade de suas terras; em alguns casos há a intervenção da polícia e exército, inclusive com mandatos judiciais. O resultado é o confronto violento, acompanhado de mortes

Para Antônio Buainain, professor do Instituto de Economia da Unicamp, afirma não ser necessária uma reforma agrária no Brasil. Segundo o autor a reforma agrária foi datado em 1963 e sancionada pelo regime militar em 1964. Buainain entende que a maneira como foi elaborada, se analisarmos as transformações pelas quais o país já passou, não faz mais sentido.

Para Buainain, naquele momento havia alguns problemas como a presença de terras improdutivas, latifúndio ou não, crise no abastecimento agrícola de responder a economia brasileira provocando inflação, graves problemas sociais no campo e um enorme contingente de pobreza rural.

Em tese, na visão do autor, a solução feita para resolver um problema de quase meio século não atende os problemas atuais, embora ainda existam casos semelhantes à época, que é o caso da pobreza nas áreas rurais.

Não é de se admirar que até mesmo antes de 1950 houvesse pouco esforço no tocante a busca de compreensão sobre a reforma agrária, visto que ainda era tratado como algo marginal dentro de um programa de alguns partidos políticos. Isso era coisa de partidos comunistas de países subdesenvolvidos.

Segundo Angelo Priori (2003) o trabalhador rural e a exploração agrícola, estavam subordinados as questões colocadas pelo operariado, que seria aquele que representaria a “positividade histórica”. Nesse caso, o trabalhador rural, o camponês estava automaticamente inserido dentro do projeto de superação da sociedade capitalista como base que permitiria a vitória da classe operária.

Antes, quero mostraremos de forma simples (popular) o que seria reforma agrária na visão de muitos. “Podemos definir reforma agrária como um sistema em que ocorre a divisão de terras, ou seja, propriedades particulares (latifúndios improdutivos) são compradas pelo governo a fim de lotear e distribuir para famílias que não possuem terras para plantar”.

Nesse caso, as famílias que recebem os lotes, ganham também condições para desenvolver o cultivo: sementes, implantação de irrigação e eletrificação, financiamentos, infraestrutura, assistência social e consultoria. Tudo isso oferecido pelo governo. Esse processo não é tão simples e nem tampouco funciona com todos esses quesitos.

## 1.2 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E O SEU DESENVOLVIMENTO

Ao longo do tempo a agricultura passou por diversas transformações, ao passo que as forças produtivas evoluíram, os padrões de desenvolvimento se tornaram bastante satisfatórios, principalmente para o setor econômico. Na agricultura, esse processo de modernização teve início na Europa em diversas regiões ainda nos séculos XVIII e XIX com a chamada Revolução Agrícola. Portanto, foi

Um processo intenso de mudanças tecnológicas, sociais e econômicas, que hoje chamamos de Revolução Agrícola, teve papel crucial na decomposição do feudalismo e no advento do capitalismo. Mas esse parto resultou numa gestação de dez séculos. A fusão das civilizações germânicas e romana, que engendrou o feudalismo europeu, começou a aproximar a prática agrícola, propriamente dita, da

pecuária. Deixando de serem atividades opostas, para se tornarem cada vez mais complementares, o cultivo e a criação de animais formaram progressivamente os alicerces das sociedades europeias. E esse grande acúmulo acabou por provocar um dos mais importantes saltos de qualidade da civilização humana: o fim da escassez crônica de alimentos (VEIGA, 1991 apud EHLERS, 1994, p.10).

Essas mudanças foram ocasionadas pela ideia de que era possível conseguir uma produção mais elevada sem aumentar uma grande quantidade de áreas de terra, e portanto, dessa forma nascia uma solução para resolver o problema da escassez de alimentos. Tais formas de produção se deu por meios de mudanças técnicas aperfeiçoada ao longo do processo e que tornou a agricultura itinerante numa agricultura permanente.

A agricultura itinerante se caracteriza por sua temporalidade da produção em espaço, muitas vezes considerados descontínuos. Nesse caso é necessária uma grande reserva de terras, pois a recuperação dessas terras se dá em um período longo de tempo. De acordo com Silva (2004) a agricultura itinerante se considera um sistema equilibrado porque utiliza a técnica do plantio direto e o emprego do fogo para a limpeza do terreno. Mas acredita-se que o que ocasionou o abandono desse tipo de agricultura foi o grande aumento demográfico e a necessidade de produção maior de alimentos para suprir a população. Não havia mais tempo de repouso para essas terras, pois agora era utilizada para a produção de alimentos. Esse processo representava uma nova fase de produção e exigia o emprego de novos métodos.

No que diz respeito a agricultura permanente, essa trazia consigo uma série de mudanças tais como: padrão de produção, emprego de equipamentos com arado, uso de fertilizantes através do uso do calcário, fertilizantes naturais e alterações ecológicas. Para Silva (2004), nesse tipo de agricultura, o esforço físico animal agora ocupa lugar de auxiliar no processo produtivo, que é o caso de ajudar no transporte, na produção de dejetos que servia para fortalecer o solo e no mais era alvos dos produtos como carne, leite e lã.

As mudanças por quais a agricultura passou tiveram suas marcas nas relações de produção e que foi decisivo no tipo de agricultura que se pretendia fazer. Na transição do feudalismo para o capitalismo Oliveira (1986) salienta que os cercamentos na Inglaterra no século XVI e XVII foram responsáveis pela retirada de uma parcela considerável de camponeses e pelo surgimento de arrendatários capitalistas. Na França, ainda segundo o autor, já havia uma produção camponesa familiar e livre, foi um direito adquirido desde a Revolução Francesa de 1789. Em outras regiões não funcionavam da mesma forma, que é caso do leste europeu, onde os senhores feudais ainda relutavam e continuavam explorando os camponeses.

A passagem de um sistema socioeconômico para outro, não acontece de forma homogênea e linear. Nenhum país do mundo conseguiu sua modernização deixando a agricultura em segundo plano, pelo contrário, a agricultura foi a base da industrialização. Isso é observado durante o desenvolvimento industrial na Europa, em que a agricultura estava voltada para suprir a necessidade da população urbana. Portanto, a expansão da agricultura capitalista se deu com o desenvolvimento da indústria e das cidades. O que impôs uma nova necessidade: a produção de alimentos em maior escala e em menor tempo (SILVA, 2004, p.20).

No século XIX o químico alemão Justus Von Liebig lança a sua “teoria mineralista” no livro denominado *Organic Chemistry in its application to agriculture and physiology*. De acordo com essa teoria, a nutrição mineral das plantas se faz por meio de compostos minerais, quer dizer, de substâncias químicas presentes no solo. Ao utilizar experimentos em laboratórios, Liebig descartava a matéria orgânica como algo necessário a nutrição das plantas. Poderia representar uma solução, visto que já havia a necessidade de uma maior quantidade de adubos orgânicos de origem animal ou de resto de lavouras aumentando assim a fertilidade do solo.

Os estudos de Liebig foi de grande contribuição para as indústrias, pois começaram a produzir fertilizantes químicos. Isso representou mudanças profundas no modo de produção. O fertilizante orgânico foi substituído pelo fertilizante artificial. Essas alterações ocorreram após a Revolução Industrial e posteriormente com a industrialização da agricultura. Tais manifestações aconteceram na Europa e na América. Esse modelo de agricultura logo se difundiu principalmente com a produção de fertilizantes artificial e outros produtos capaz de eliminar e controlar o aumento de pragas nas lavouras e também a mecanização do campo, tornando cada vez mais a rentabilidade da produção.

Com tantas mudanças a agricultura se torna bastante especulativa e a terra passou a ser vista como um local de possibilidade de se fazer dinheiro. Para Romero (19980) só depois foi que se averiguou os estragos produzidos, pois não havia uma consciência da conservação da terra e por isso veio a degradação do solo que influenciava nos rendimentos.

A partir da Segunda Guerra Mundial houve grandes avanços no cenário agrícola mundial. Houve um grande aumento de insumos, as sementes melhoradas, a fertilização

química e o uso de agrotóxicos. Toda essa técnica de aprimoramento da alta produção no campo foi denominada de Revolução Verde. Segundo Ehlers (1994) tudo isso,

Fundamenta-se na melhoria do desempenho dos índices de produtividade agrícola, por meio da substituição dos moldes de produção locais, ou tradicionais por um conjunto bem mais homogêneo de práticas tecnológicas, isto é, variedades vegetais geneticamente melhoradas, muito exigentes em fertilizantes químicos de alta solubilidade, agrotóxico com maior poder biocida, irrigação e moto-mecanização, também chamado de pacote tecnológico, viabilizou na Europa e nos EUA, as condições necessárias à adoção, em larga escala, dos sistemas monoculturais (EHLERS, 1994,p. 22).

Acontece que no final da II Guerra Mundial, muitos temiam uma escassez de alimentos e a “Revolução Verde” era a esperança que tinham para espantar esse fantasma. Isso porque já tinha dados comprovando grandes safras de alimentos que mostrava um salto de 700 milhões para 1.8 bilhões de toneladas nos anos de 1950 a 1985(ROMERO, 1998, p.61).

Se por um lado havia um grande otimismo quanto a ideia de uma agricultura moderna, por outro começa a dá sinais de algumas dificuldades. Concomitante ao aumento da produtividade havia alguns problemas que iam desde a especulação econômica a danos ambientais. Segundo Ehlers (1994) o caminho criado para diminuir a fome e a miséria no mundo culminou aumentando cada vez mais a concentração de terras, de riquezas, aumento do desemprego e provocou intenso processo migratório para os centros urbanos mais industrializados.

Nos países subdesenvolvidos, que é o caso do Brasil, essa modernização trouxe uma série de alterações no campo, mas também repercutiram no meio urbano. Segundo Silva (2004) aqui no Brasil o desenvolvimento desencadeado no campo a partir da Revolução Verde, recebeu o nome de “modernização conservadora” ou “modernização dolorosa”. Essa modernização forçou a saída do homem do campo, ocasionou uma maior concentração de terra, desta forma enfraqueceu a agricultura familiar, surgiu as grandes áreas de lavouras de monoculturas, desajustes ambientais tais como a contaminação dos solos, águas e alimentos.

### 1.3 A AGRICULTURA MODERNA NO BRASIL E O DEBATE AGRÁRIO A PARTIR DOS ANOS 60

A modernização da agricultura não tardou muito em chegar no Brasil e ser disseminada em regiões como Sul e Sudeste por meio do chamado pacote tecnológico. Assim como em outras do mundo, no Brasil também implicou em concentração de terras, grande área de monocultura e degradação do meio ambiente. Preço esse pago sob a justificativa da política tecnológica e do grande aumento da produção.

Segundo Szmrecsanyi (1990) a industrialização da agricultura brasileira aconteceu antes mesmo de se instalar as indústrias de insumos no país. Antes mesmo os produtores já compravam os insumos com créditos subsidiados no mercado exterior, visando o aumento da produtividade do solo. Portanto a grande demanda por produtos industrializados levou a emergência de substituir os produtos importados e instalar as indústrias aqui mesmo no Brasil. A partir de 1960 as indústrias passaram atender a demanda local de produtos mecanizados, insumos agroquímicos, como fertilizantes e defensivos agrícolas, considerados grandes inimigos dos que defendem os produtos orgânicos.

Essa política de modernização que foi implantada no campo não conseguiu cobrir todo o território nacional. Oliveira (1999) vai afirmar que isso aconteceu dessa forma por ainda se conservar as velhas estruturas agrárias que contava com o apoio do Estado. Constava a viabilização políticas e incentivos fiscais e financeiros para o desenvolvimento de uma minoria privilegiada. Como dito antes, essa modernização se deu com maior intensidade nas regiões Sul e Sudeste, regiões produtoras de gêneros agrícolas de exportação. Exemplo disso foi o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) criado após o golpe de 1964, que tinha como objetivo melhorar as condições econômicas dos produtores rurais, aumentando dessa forma a produtividade no campo.

Segundo Graziano da Silva (1996) a grande mudança no processo agrícola, embora tenha se consolidado nas décadas de 1960 e 1970, foi iniciada desde o final do século XIX, com a formação de estabelecimentos industriais, inaugurando assim, uma fase diferente da economia brasileira. Portanto, para compreender melhor a dinâmica agrícola, é interessante

compreender também a diferença entre industrialização e modernização presente no campo. Entretanto, a modernização da agricultura

Consiste num processo genérico de crescente integração da agricultura no sistema capitalista, especialmente por meios de mudanças tecnológicas e de ruptura das relações de produção arcaicas e do domínio do capital comercial, processo que perpassa várias décadas e se acentua após a década de 1960 (SILVA, 1996, p.30).

No final dos anos de 1950, alguns governos estaduais já realizavam desapropriações ou assentavam trabalhadores em terras públicas tentando atenuar as pressões sociais empreendidas pelos trabalhadores rurais que começavam a se organizar em diversas partes do país, principalmente através das Ligas Camponesas, movimento organizado em vários municípios que obedecia às direções estaduais, que tiveram rápida expansão pelo país e que agregavam principalmente os que dependiam diretamente da terra fossem eles foreiros, moradores ou parceiros. Ao lado das Ligas, também divulgando suas reivindicações através de jornais, folhetos ou cartilhas. Também tratavam da questão agrária, os sindicatos e uma parte da Igreja, que tendo feito oposição a democratização da terra nos períodos colonial e imperial, passava a defender uma profunda transformação na estrutura agrária do país.<sup>10</sup>

No início da década de 1960 do século XX as reivindicações populares por reforma agrária levaram a criação de vários órgãos destinados à tarefa de redistribuir terras, todavia, após a ruptura institucional de 1964 houve um retrocesso nas conquistas das associações de trabalhadores rurais que foram abafadas pelo novo regime. O Congresso Nacional embora tenha aprovado o Estatuto da Terra, considerando-o uma Lei de desenvolvimento rural e abrindo um espaço legal para a realização de mudanças na estrutura fundiária, embora tenha criado organismo institucionais para cuidar das questões agrárias e agrícolas como o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário(INDA) e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária(IBRA), ambos substituídos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 1972, quase nada mudou na estrutura agrária brasileira, visto que a desapropriação de terras por interesse social aconteceu em escala muito ínfima e a

---

<sup>10</sup> As Ligas Camponesas foram um movimento de luta pela reforma agrária no Brasil iniciado na década de 1950, que teve como principal figura incentivadora o advogado e deputado pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) Francisco Julião (1915-1999). As Ligas Camponesas organizaram milhares de trabalhadores rurais que viviam como parceiros ou arrendatários, principalmente no Nordeste brasileiro, utilizando o lema” Reforma Agrária na lei ou na marra” contra a secular estrutura latifundiária no Brasil.

concentração de propriedades aumentou, intensificando o êxodo rural com a expulsão de colonos, parceiros e assalariados pelos donos de terras.

Para o período da ditadura militar no Brasil, José de Souza Martins faz uma análise e afirma que o enfoque dado ao assunto, na época, levava os brasileiros a encarar a questão como um choque entre governo de um lado e do outro, os sem-terra, influenciados pelas organizações de esquerda. Para o autor, a partir de 1969, quando os ministérios estratégicos do governo passaram para ministros contrários à reforma agrária, e favoráveis a instalação de grandes empresas no campo, aconteceu a vitória política dos que contestavam a reforma agrária como instrumento de política econômica e social.

Como a terra no Brasil foi e continua sendo sinônimo de poder e privilégios, os governantes até agora não tiveram como enfrentar os grandes latifundiários e a bancada ruralista, antes favoreceu as grandes concentrações. Em 1964, ano da intervenção militar, os latifúndios com mais de 100 mil hectares representavam 45% do total de terras privadas, atualmente já ultrapassa esse número no total (Martins, 1984). Segundo Márcia Motta (1998), não conseguimos dissociar a lei da imposição política dos fazendeiros que, em regra conseguem tornar vitoriosa a interpretação que tem dela. Ainda segundo Motta, os grandes fazendeiros se apropriam da legislação não porque as leis satisfazem inteiramente os seus interesses, mas porque eles possuem recursos para financiar processos custosos, recompensando satisfatoriamente os defensores de sua versão nos tribunais.

Quanto aos posseiros e os demais sem-terra, esses parecem contar com a sociedade civil e muitas vezes com advogados para contrapor as versões e os fatos e também com a sorte. Existe uma espécie de megalomania rural entre as elites brasileiras, que ainda identificam projeção social e prestígio político com a posse de grandes áreas de terra, mesmo que as mesmas não sejam sua principal fonte de renda explorada economicamente (Grzybowski, 1987).

No Brasil, o desenvolvimento rural sempre esteve associado ao conjunto de ações do Estado e de outros organismos internacionais que eram destinadas a intervenção nas regiões rurais que não conseguiam se integrar ao processo de modernização agrícola. De acordo com Lima (2012) propriedade privada da terra no Brasil, enquanto uma relação social que exprime identidades e antagonismos entre grupos, é fator que determina traços culturais e políticos da sociedade brasileira. O Estado, marcado por especificidades sociais decorrentes de uma

história de colonialismo e persistência de estruturas desiguais de poder, nunca conseguiu uma verdadeira dissolução da grande concentração fundiária no país, originária da era colonial.

Na década de 1970 em pleno governo militar, as políticas de desenvolvimento rural integrado (PDRI) foram apontadas como a solução viável para as regiões atrasadas e para os agricultores os quais não conseguiam se modernizar tecnologicamente. Nesse período o governo priorizava ações de intervenção dirigidas, orientadas e de caráter compensatório, que foi o caso de assentamento na região amazônica e as ações de combate à seca no Nordeste, região tida como a mais atrasada do país na época.

O setor rural ocupa sem sombra de dúvida um lugar de destaque na economia brasileira e os debates que dele se fez e ainda continua fazendo, principalmente a partir da década de 60 do século XX. Para Moacir Palmeira (1989) a partir dos finais dos anos de 1960 o setor agrícola absorveu grandes quantidades de créditos agrícolas, incorporando assim os chamados insumos modernos a sua produtividade, modernizando o processo produtivo e integrando aos modernos circuitos de comercialização.

A forma como foi moldada a ocupação histórica do território brasileiro, entretanto, foi o que causou o elevado grau de concentração da propriedade e posse da terra, isso se agravou no período pós- redemocratização. O resultado foi que gerou os conhecidos latifúndios e os milhões de minifúndios, caracterizando assim a questão da estrutura fundiária brasileira.

Graziano Neto (1989) descreve que o termo latifúndio tem sua origem nas grandes aristocracias romanas e o próprio conceito como já diz, está vinculado a ideia de imensidão, de uma terra improdutiva, do atraso, do trabalho mal pago, do coronel, do conflito, da monocultura, do subdesenvolvimento.

No seu livro denominado “Quatro Séculos de Latifúndio”, Alberto Passos Guimarães (1981) afirma que se fizermos um acompanhamento da evolução do sistema latifundiário brasileiro, perceberemos que com o tempo foi perdendo algumas de suas características sem deixar de ser arcaico, anacrônico e lesivo aos interesses progressistas da sociedade brasileira.

Ainda segundo o autor, no início da década de 1960 a reforma agrária teria um objetivo preciso para ter um alcance muito maior, além de ser uma reforma agrária democrática, seu objetivo era destruir o sistema espoliativo e opressivo. Dessa forma

extirpava de vez as relações semicoloniais de dependência, e os vínculos subordinado ao poder econômico, político e jurídico dos grandes latifúndios.

Sobre a questão agrária, Guilherme Delgado (2001) diz que a construção teórica e política da questão agrária no pensamento econômico se deram de maneira mais sistemática a partir dos anos 60 com a própria emergência da reforma agrária ao debate político. Segundo o autor, foram feitos três centros de reflexão a esquerda: o Partido Comunista Brasileiro; setores progressistas da Igreja católica e a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Alguns economistas de fora desse espectro ideológico, como Delfim Netto e o próprio Roberto Campos, entrariam neste debate, certamente mais preocupados com o tema da industrialização (DELGADO, 2001, p.158).

Em 1948 com o surgimento da CEPAL surgiu um quadro teórico em que cujo assunto era as disputas por reforma agrária em vários e diferentes países sob a justificativa de um programa de reformas estruturais. Nesse sentido a reforma agrária era de caráter capitalista apresentado em um contexto periférico com bastantes restrições.<sup>11</sup> Tais restrições se davam de acordo a tradição histórica oligárquica existente em cada país, que é o caso do Brasil, Argentina, Equador, Colômbia, Cuba, Guatemala entre outros. Esses países tinham como características exportação de produtos agrícolas tropicais. Todos esses países tiveram projetos capitalistas de reformas agrárias bloqueados, por afetarem interesses oligárquicos e exigirem enfrentamento excessivo para agenda reformista. Houve casos, contudo, em que a reforma agrária capitalista foi bem-sucedida e contou com expressiva redistribuição da terra, como no México de Lázaro Cárdenas (Vasconcelos, 2013).

Para Celso Furtado, nos anos 1960, mais da metade da população latino-americana vivia em países exportadores de produtos agrícolas tropicais, que concentravam sua principal fonte de divisas na monocultura latifundiária com mão de obra quase servil (Furtado, 1969, p. 62-4). Para Ignacio Rangel (1961) e Caio Prado Jr (1962) ambos os autores destacaram aspectos distintos do ponto de vista da questão agrária. Caio Prado Junior entendia que

---

<sup>11</sup> A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) foi estabelecida pela resolução 106 (VI) do Conselho Econômico e Social, de 25 de fevereiro de 1948, e começou a funcionar nesse mesmo ano. Mediante a resolução 1984/67, de 27 de julho de 1984, o Conselho decidiu que a Comissão passaria a se chamar Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. A CEPAL é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas e sua sede está em Santiago do Chile. Foi fundada para contribuir ao desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho foi ampliado aos países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social.

naquele momento que a reforma agrária seria para melhorar o padrão de vida da população rural e dá a essas pessoas condições humanas de vida, que era o caso de boa parte do Brasil.

Havia uma estratégia bastante explícita de reforma agrária com duas vertentes bem definidas. De um lado tratava da extensão da legislação social e do outro lado, previa a modificação da estrutura da propriedade fundiária. A primeira seria uma legislação trabalhista para o campo, isto é, de proporcionar ao trabalhador rural proteção legal adequada que lhe assegurasse melhores condições de vida, que era o caso do trabalhador urbano. A segunda seria uma forma de corrigir a grande concentração fundiária, para proporcionar aos trabalhadores rurais a oportunidades de ter acesso à posse da terra para seu próprio proveito.

Para Delfim Netto que foi ministro da Fazenda dos governos militares de Costa e Silva e de Emilio Garrastazu Médici nos anos 60, surge com uma proposta de modernização agrícola, uma vez que refutou a tese cepalina de que havia uma rigidez de oferta agrícola contida no Plano Trienal de 1963. Nesse período João Goulart enfrentava problemas não só políticos, mas também econômicos.

O Brasil passava por uma fase marcada por elevados índices inflacionários nos anos de 1961, 1962 e 1963, o que esteve relacionado também com a instabilidade política. No final de 1962, Jango reuniu sua equipe liderada pelo Ministro do Planejamento Celso Furtado para elaborar medidas que pudessem conter a inflação que batia marcas de 70%.

O Plano Trienal serviu para aumentar a instabilidade política nacional. O Plano Trienal se deparou, em 1963, com um crescimento do PIB de apenas 0,6% e, em 1964, conheceu uma inflação geral de 91,8%. Todo o projeto elaborado pelo Ministério do Planejamento de João Goulart não rendeu o esperado e a oposição aumentou a quantidade de críticas sobre o presidente brasileiro. Este, por sua vez, em ações desesperadas, passou a editar decretos-lei tentando corrigir as situações desagradáveis no Brasil e passou a defender a reforma agrária.

A situação foi se aquecendo cada vez mais, os trabalhadores ganhavam espaço com movimentos sindicais, a reforma agrária que é associada ao socialismo e a economia apresentava índices desastrosos. No tocante a reforma agrária, a parte que dispunha o documento deixava claro que:

Nenhum trabalhador que, durante um ciclo agrícola completo, tiver ocupado terras virgens e nelas permanecido sem contestação, será obrigado pagar renda sobre a

terra economicamente utilizada; (...) todas as terras, consideradas necessárias a produção de alimentos, que não esteja sendo utilizadas ou estejam para outros fins, com rendimentos inferiores a medias estabelecidas regionalmente, deverão ser desapropriadas para pagamento a longo prazo (PLANO TRIENAL, 1963, p.194-195)

O resultado de todo esse ambiente de contestação e instabilidade foi o golpe político dado pelos militares em 1964 que derrubou Jango do poder e iniciou uma ditadura que duraria mais de 20 anos no Brasil.

O sociólogo colombiano Antonio Garcia, na década de 1970 já fazia estudos acerca da reforma agrária na América Latina e foi capaz de distinguir nesse período três tipos de reforma agrária existente na época. Segundo a sua concepção:

A reforma agrária estrutural; que integra um processo nacional de transformações revolucionárias, liberalizado por um agressivo elenco de novas forças sociais (...) as reformas agrárias de tipo convencional; que forma parte de uma operação negociada entre as antigas e novas forças sociais por intermédio do sistema institucionalizado de partidos (conservadores, reformistas e revolucionário). (...) as reformas agrárias marginais; que não apontam para a quebra do monopólio senhorial sobre a terra ou para a transformação das estruturas latifundiárias (relações de poder, sistema legal), mas para a representação superficial dessas estruturas (...) (GARCIA, 1973, p.10).

No primeiro momento, esse tipo de reforma agrária está ligado diretamente à ideia de uma revolução social. Isso significava que a revolução aconteceria por meio de forças sociais surgidas a partir de aspirações de uma nova ordem econômica e social. Tivemos esses tipos de reformas em países como Cuba, México e Bolívia. No segundo momento, que é o segundo tipo, seria aquele onde há uma negociação das partes que nutrem forças antagônicas.

Nesse caso, a negociação é política e o sistema não sofre rompimentos das regras institucionais. Por último não há alteração no regime latifundiário, apenas se criam algumas medidas paliativas ou uma maneira de compensação para impedir pressões populares que por ventura reclamem por reforma agrária. O fato é que tanto o segundo como o terceiro tipo de forma alguma alterariam o regime capitalista.

Atualmente um dos maiores defensores da reforma agrária no Brasil é o líder do maior movimento social do país, João Pedro Stédile, dirigente nacional do MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que embora não sendo sociólogo e nem historiador, pois

é economista e marxista por formação, sempre teceu críticas aos governos anteriores, principalmente no que diz respeito à questão agrária brasileira. Recentemente fez críticas à política agrária do governo Lula da Silva, embora se saiba que ele mesmo o apoia, mas esse assunto ficará para mais adiante, nos próximos capítulos. O líder do MST faz uma análise da situação e mostra que existe a possibilidade de três tipos de reforma agrária no Brasil:

Uma reforma agrária clássica: nesse sentido a reforma agrária será entendida como estando assentada nas bases do capitalismo. Segundo Stédile esse tipo de reforma agrária tem o intuito de democratizar a propriedade da terra com distribuição de terras para os camponeses transformando todos em pequenos produtores, mas autônomos. Com esse sistema, geraria um grande mercado produtor e ao mesmo tempo consumidor, os próprios trabalhadores que uma vez tendo uma renda maior, comprariam bens de origem industrial.

A política de assentamentos: Nesse segundo caso se confunde muito a política de implantação de assentamento com a reforma agrária. Aqui é mais uma política de assistencialismo (programa sociais) como uma forma de se livrar dos movimentos sociais no campo, pois isso não resolve o problema da propriedade da terra. Portanto, construir, formar assentamento não é o mesmo que fazer reforma agrária.

Reforma agrária dos movimentos sociais progressistas: Nessa última parte é onde busca resolver o problema da questão fundiária. É preciso realiza um programa de desapropriações de terras de forma rápida e cada região e distribuir a todas as famílias sem-terra existente no Brasil (STÉDILE e FERNANDES, 1999).

No primeiro tipo de reforma agrária definida por Stédile, fica claro o fortalecimento do capitalismo nos lugares onde é implantada, uma vez que teria como objetivo fomentar o mercado interno inserindo dentro dele pequenos produtores.

No segundo tipo de reforma, se refere às políticas governamentais como forma de conter os conflitos que poderia vir acontecer, e se caso aconteça instalações de assentamentos, não há um plano geral que contemple a desconcentração fundiária por meio de uma reforma agrária.

Para Lopes (2002) o Estado tem sido impelido a constituir assentamentos rurais em áreas de latifúndios desapropriadas pelo INCRA, nas diferentes regiões do Brasil. Isto faz dos assentamentos rurais, na atualidade, um importante fenômeno da questão agrária brasileira.

Entre outros motivos, porque é cada vez mais visível a constatação de que o tema da reforma agrária está sendo pensado a partir da realidade dos assentamentos rurais, como afirma a professora Sônia Bergamasco, no livro *O que são assentamentos rurais* (Bergamasco & Noder, 1996).

No terceiro e último tipo de reforma agrária seriam os movimentos sociais os percussores que defenderiam a necessidade urgente de uma desconcentração fundiária, permitindo assim milhares de camponeses, trabalhadores sem-terra o acesso massivo a reforma agrária. No Brasil há movimentos sociais com essa linha de pensamento tais como o MST, CONTAG, Via Campesina, entre outros.

A condição de proprietário e da posse da terra para o camponês representa muito, é a sua liberdade e certa autonomia sobre o seu trabalho e produção. A propriedade é de suma importância para a existência camponesa, assim também a garantia de trabalho e subsistência da família.

Para o trabalhador camponês, a propriedade e os seus instrumentos de trabalho é fundamental no desenvolvimento de sua forma de trabalho, que se diferencia da propriedade capitalista atribuída à exploração do trabalhador. Segundo Tavares dos Santos (1978), a subordinação do camponês ao capital está desta forma pela sujeição de sua força de trabalho. Martins (1981) vai dizer que ocorre a subordinação da renda da terra e não do trabalho ao capital.

Para o camponês, não ocorre separação do trabalhador dos seus meios de produção e nem sujeição do trabalho ao capital. O que está sujeita é a renda da terra. Para Martins, a expansão capitalista de produção não ocorre de forma igualitária em todos os setores da agricultura, pois depende muito da forma com que o capital se apropria da terra, podendo a renda ser mais elevada.

Para Alberto Passos Guimarães (1968) numa reflexão histórica o autor afirma que o modo como numa determinada formação social o homem obtém o meio de existência que é a base de um desenvolvimento de um regime econômico. Isso seria o modo como os homens produzem os bens materiais de quem precisa para viver, vai determinar outros processos econômicos e sociais, exemplo disso é a distribuição e circulação de bens.

Para ele, pensar a reforma agrária brasileira na metade do século XX, seria ao mesmo tempo pensar em sua gênese. Para o autor a reforma agrária na década de 1960 tinha um objetivo claro e preciso:

Uma reforma agrária democrática tem um alcance muito maior: seu objetivo fundamental é destruir pela base um duplo sistema espoliativo e opressivo; romper e extirpar, simultaneamente, as relações semicoloniais de dependência ao imperialismo e os vínculos semifeudais de subordinação ao poder extra econômico, político e “jurídico” da classe latifundiária. (GUIMARÃES, 1968, p.38).

Segundo o pensamento do autor, as forças progressistas da sociedade deveriam apoiar no campo as transformações burguesas que tinham como finalidade a destruição dos laços com o feudalismo e o comprometimento com um desenvolvimento democrático, apoiado no capitalismo de Estado e na propriedade camponesa.

Assim como Alberto Guimarães, Caio Prado Junior também fez uma reflexão acerca da questão agrária com base no materialismo histórico. Segundo Astor Diehl a obra de Caio Prado Junior residiu numa tentativa de fazer historicamente a genealogia das raízes do Brasil contemporâneo e os desafios da revolução brasileira.

A questão agrária ocupou um papel importante em sua análise, como um dos elementos a serem solucionados para a concretização dos desafios dessa revolução. Ratificando a tese do livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, que no início na década de 1960, Caio Prado chegou a afirmar que:

O acentuado grau de concentração da propriedade fundiária que caracteriza [...], a generalidade da estrutura agrária brasileira, é reflexo da natureza de nossa economia, tal como resulta da formação do país desde os primórdios da colonização, e como se perpetuou, em suas linhas gerais e fundamentais, até os nossos dias. A colonização brasileira e ocupação progressiva do território que formaria o nosso País, constituiu sempre, desde o início, e ainda é essencialmente assim nos dias que correm, um empreendimento mercantil. (PRADO JR.1976, p.47-48).

Segundo Tavares dos Santos (1978), tanto o camponês quanto o operário é uma pessoa livre, embora o trabalho do operário seja dependente. Sendo o camponês dono da sua própria terra, não se torna totalmente livre, mas não está totalmente submisso ao seu trabalho. A subordinação camponesa ao capital se difere do operariado porque o que o camponês não

vende é a sua força de trabalho, como o operário, mas sim o que é produzido como fruto do seu trabalho e repassa a renda da terra ao capital.

De acordo com o tipo de reforma agrária que segundo Stédile ela é advinda dos movimentos sociais progressistas, parte da ideia de que a reforma agrária é um dos caminhos, se não o caminho para o desenvolvimento do país. Dessa forma Oliveira (2007) analisando a questão da demanda por reforma agrária no Brasil defende a ideia de que não é somente uma medida para alcançar o desenvolvimento, mas também para alcançar desenvolvimento político, social e econômico. Nessa perspectiva Oliveira afirma que:

No Brasil é quase consenso, que qualquer alternativa de remoção da exclusão social neste país passa pela Reforma Agrária. Ela tem, portanto, um objetivo social, ou seja, é o caminho para retirar da marginalidade social no mínimo, uma parte dos pobres. Mas a Reforma Agrária é também, econômica, porque ela certamente levará a um aumento ainda maior da oferta de produtos agrícolas destas pequenas unidades ao mercado. Mas a Reforma Agrária tem que ser também política. Tem que ser instrumento através do qual, esta parcela da população conquista a cidadania (OLIVEIRA, 2007, p. 146).

Entendida como uma forma de desenvolvimento ou um modelo de desenvolvimento econômico, político e social para o Brasil a reforma agrária passa a ser vista como um entrave à territorialização para a expansão do agronegócio, já que ambos comportam modelos distintos de desenvolvimento para o campo.

É quase impossível pensar no desenvolvimento tecnológico no campo sem perceber o papel que teve o Estado nesse processo. Para Palmeira (1989), é difícil até dimensionar o que significou a intervenção do Estado na condução do tal processo e a abrangência que teve não deixa espaço para dúvidas. Os autores chegam a um consenso de que o grande instrumento de que se valeu o Estado foi o crédito subsidiado (PALMEIRA, 1989, p.96).

Segundo Palmeira (1989), na primeira metade da década de 70 o volume de crédito rural cresceu três vezes, e que embora permanecendo estável nos anos seguintes, ainda assim os subsídios continuaram crescendo até o final de 1970. Na época representava cerca de 18% do valor total da produção agrícola, que comparando com o início que era de 1% a 2%.

Os dois outros instrumentos de que o Estado se valeu para a modernização e produções agrícolas foram os incentivos fiscais as atividades agropecuárias e a política de terras públicas. A região Nordeste recebeu na época US\$ 1,3 bilhão, de 1975 a 1985, desse

montante UR\$ 1, 157 bilhão foi destinado a pecuária, basicamente para modernizar os latifúndios (PALMEIRA, 1989, p.97).

Segundo Fernandes (2008) a tendência dos governantes é pensar o desenvolvimento a partir da perspectiva do agronegócio uma vez que é entendido na sua totalidade como já fazendo parte da agricultura camponesa e familiar. Desse modo a luta pela terra e a reforma agrária se configura como instrumentos de resistência no campo. Continua o autor,

(...) a luta pela terra e a reforma agrária formam o principal fator de territorialização do campesinato no território nacional. O desenvolvimento territorial e reforma agrária são processos indissociáveis. Portanto, a obtenção de terras e o desenvolvimento dos assentamentos são processos inseparáveis. O capital forma os seus territórios e se territorializa, ou seja, se expande multiplicando o controle de enormes áreas em todas as regiões. Na atualidade, no campo brasileiro, o capital tem o nome de agronegócio, que procura se apropriar das terras e subalternizar o campesinato através da terceirização da produção (que muitos chamam de integração) ou expropriá-lo através da verticalização da produção, controlando todos os sistemas que o compõe (FERNANDES, 2008. p. 11).

A disputa entre agronegócio e reforma agrária pelas terras agricultáveis no Brasil tem sido também debatida por economistas, entre eles está Guilherme Delgado, doutor em economia pela Unicamp. O que Guilherme Delgado defende é a ideia de uma reforma agrária que ainda não foi prioridade como pauta de um programa oficial de nenhum governo federal.

Para Delgado, o agronegócio tem se apoderado com facilidade das áreas agrícolas e isso tem gerado grandes prejuízos à população, já que este modelo de produção não cumpre com suas funções sociais e ambientais e da posse da terra, e nem tampouco respeita as relações de trabalho. Portanto, uma das formas de impedir o avanço do agronegócio seria um tipo de reforma agrária que fosse inclusiva.

Desta maneira, Delgado (2008) salienta que a reforma agrária não é um programa oficial do governo, e como não é feita a reforma, a questão agora seria discutir como inserir as pequenas propriedades no modelo de produção, nesse caso seria necessária uma política econômica distinta para que setores do campo possam participar ativamente do desenvolvimento mais “inclusivo”, dessa forma não seria engolido pelo agronegócio.

Ao comparar o agronegócio brasileiro com o europeu e americano, fica claro que estamos no par de desigualdades. Chegamos ao século XXI sem grandes mudanças no campo

que beneficiassem a população em geral. Para alguns, o tempo de fazer reforma agrária já passou.

Um formato de reforma agrária incluyente, de desenvolvimento e igualdade não está fora da agenda ao menos que se pense que não há desigualdade no país. O pessoal acha que desenvolvimento é modernização conservadora. É a moda Geisel, desenvolver o modelo do regime militar. Agora, o Brasil precisa de uma política clara de contenção da liberdade de ação do agronegócio. Sem isso, a reforma agrária é engodo, tão residual e incapaz de se manter que será engolida (DELGADO *apud* FERNANDES, p.11, 2008).

Até aqui percebemos que tanto Oliveira e Fernandes, assim como Delgado, afirmam que o capital (agronegócio) tem sido o grande obstáculo para a territorialização da reforma agrária no Brasil. A disputa entre o agronegócio e a reforma agrária mostra que há grande interesse nas áreas agricultáveis.

Martins (2000) defende a ideia de que o que define a reforma agrária não é a quantidade, mas a qualidade. O autor salienta que a conquista de territórios de assentamentos é um fator secundário se comparar a um espaço de mercado no que diz respeito à agricultura familiar. Martins (2000) afirma que,

A reforma agrária é um tema político que se propõe em termos qualitativos e não em termos quantitativos. Não é o número de desapropriações ou o número em terras desapropriadas ou compradas que definem o perfil da reforma agrária brasileira, sua justiça ou não. O essencial é que haja um setor ponderável da sociedade reivindicando a ampliação do lugar da agricultura familiar no sistema econômico e que em parte essa agricultura familiar esteja nas mãos de pessoas que se ressocializaram na luta pela reforma agrária e nela se politizaram (MARTINS, 2000. p. 103-104).

A ideia que Martins defende aqui é a de assegurar uma diversidade de oportunidades de trabalho no interior e no campo, com uma modernização econômica, das mentalidades e das relações sociais. Mas parece que Martins se esquece do grande número de camponeses acampados na margem das rodovias debaixo de grandes lonas (moradas improvisadas) que reclamam por terra, na espera de assentamentos. Para esses atores essa é uma das formas de pressionar o governo na realização da reforma agrária.

Para o agrônomo e ex-presidente do INCRA, José Gomes da Silva, afirma que para atender toda demanda dos trabalhadores sem-terra que vivem acampados à beira das rodovias,

é necessário um processo de reforma agrária imediato. Para o mesmo esse processo não deve resumir a medidas conjunturais, pois deve ser ao mesmo tempo amplo, massivo, -porque deve englobar o maior número de pessoas possível- para a redistribuição de direitos da propriedade das terras agrícolas. Para o ex-presidente do INCRA, a reforma agrária teria o papel de fomentar um novo sistema agrícola, eliminando dessa forma qualquer vestígio deixado pelo antigo sistema. Desta forma, Silva diz que a,

Reforma Agrária, por definição, é um processo amplo (massivo), imediato e drástico, de redistribuição dos direitos de propriedade da terra agrícola. Decuplando o conceito: amplo para guardar relação com a magnitude do problema agrário do país onde é executada; imediato para poder beneficiar a atual geração dos sem-terra, como os acampados na beira das estradas; e drástico (no sentido de "diferente", não de "violento") para garantir que anova relação homem/terra, baseada na propriedade privada de um bem comum, mostre-se bastante diferente do antigo sistema latifundiário, ou seja, a agricultura "reformada" precisa apresentar características estruturais totalmente diferentes do "status quo" por ela modificado (SILVA, 1996).

Pelo trecho citado, percebemos que o autor deixa claro que a reforma agrária é uma questão de ordem estrutural, significa que ela está ligada diretamente as várias dimensões que compõe a sociedade. Está explícito que tudo isso é um processo, e uma vez que é constituído o assentamento, medidas devem ser tomadas para que haja mudanças no território.

Numa entrevista publicada em abril de 2006 por Renato Simões na revista **Teoria e Debate**, Renato perguntando se a reforma agrária continuaria sendo um elemento determinante na conjuntura brasileira, José Gomes da Silva é categórico em afirmar que:

Acredito firmemente que ela voltará ao cenário político com a mesma força. Porque, se ela pode ser um programa superado em outros países, em outro tipo de economia e de sociedade, o Brasil está cada vez mais dependente de soluções na área da agricultura. Não só por seu valor estratégico, mas como forma de vida, como local de habitação de uma grande parcela da população que não pode mais ir para a cidade. E há, também, a questão da distribuição de renda, porque a maneira mais prática, de maior impacto para concretizá-la é a reforma agrária. São ativos vultosos e de fácil redistribuição. Isto vai ocorrer no Brasil, mais cedo ou mais tarde. (SIMÕES, 2006).

Em 1964, José Gomes da Silva foi Presidente da Superintendência de Política Agrária/SUPRA e responsável pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária/IBRA. No ano seguinte, foi membro do Grupo de Trabalho de Regulamentação do Estatuto da Terra

(GRET), instituído junto ao Gabinete do Ministro do Planejamento e Coordenação Econômica e assumiu a Coordenadoria do Grupo de Trabalho do Programa Específico de Cooperativas Açucareiras de Reforma Agrária.

Em 1988, ano que foi aprovada a Constituição Federal, houveram debates antecedentes e durante a Assembleia Nacional Constituinte que foram permeados pelos conflitos teóricos e políticos de sindicatos rurais, movimentos populares, partidos e interesses de latifundiários.

A Constituição Federal de 1988 dedica, dentro do Título VII – Da Ordem Econômica e Financeira, o Capítulo III – Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, contendo os artigos 184 a 191. Atualmente, prevalece o conceito sobre Reforma Agrária contido no Art. 1º, § 1º, Lei 4504/64 do Estatuto da Terra onde, “Considera-se reforma agrária o conjunto de medidas que visam a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade”.

Existe, especificamente para fins de reforma agrária, a *lei de desapropriação*, garantida pela Constituição de 1988, instituída pelo **Plano Nacional de Reforma Agrária**, sob o decreto de lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, reformulado pela Constituição, o qual assegura o direito da União à desapropriação de terras ditas particulares, consideradas improdutivas, em decorrência da utilidade pública, especialmente para fins de Reforma Agrária, podendo haver também outras prioridades de utilidade por parte da União.

O principal instrumento para realização da Reforma Agrária é a desapropriação para fins de Reforma Agrária dos imóveis que não cumpram a função social, de competência da União. Os requisitos são expostos na Constituição Federal,

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

- I – Aproveitamento racional e adequado;
- II – Utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV – Exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Para Marés (2003) A propriedade que não cumpre a sua função social não está protegida; nem é considerada propriedade. No artigo 184 da Constituição Brasileira, está escrito que o Estado pode retirar compulsoriamente a propriedade rural de seu proprietário, através do mecanismo de desapropriação. Marés (2003) diz que:

Na realidade quem cumpre uma função social não é a propriedade, que é um conceito, uma abstração, mas a terra, mesmo quando não alterada antropicamente, e a ação humana ao intervir na terra, independente do título de propriedade que o Direito ou o Estado lhe outorgue (MARÉS, 2003: 116

Portanto, Apesar dos elementos que compõem a função social, o Artigo 185 da Constituição Federal altera a tipologia da propriedade agrária, tutelada pelo Estatuto da Terra, ao estabelecer as insuscetibilidades da desapropriação para fins de reforma agrária.

Segundo Lima (2012), A inclusão da propriedade produtiva confere tratamento especial, abrindo brechas para interpretações relativas a sua função social. Desta forma, há uma contradição dentro da Constituição que possibilita que o setor patronal rural e o setor de trabalhadores rurais disputem a interpretação de qual artigo constitucional é mais importante. Souza (2005) o Artigo 184 afirma a função social, enquanto que no Artigo 185 define a punição pela desapropriação, mas é negada no artigo seguinte.

Na Constituição Federal de 1988 no Artigo 184, “*Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei*” (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Embora promulgada em 1988 a Constituição Federal, foi somente no ano de 1993 que houve a regulamentação sobre os procedimentos para a reforma agrária conforme manda a Carta Magna. A Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, conhecida como Lei da Reforma Agrária, reclassifica as propriedades rurais em pequena, média e grande propriedade, que dizia que dependendo do tamanho, a propriedade que fosse produtiva não seria passível de desapropriação para fins de reforma agrária.

Na Constituinte de 1988 a defesa do “direito de propriedade”, garantida como um direito individual, foi a resposta dada aos setores que conseguiram incluir a “função social da terra” na Carta Magna. Dentro da institucionalidade do Estado, função social e direito de propriedade, de forma condicionada ou não, são os conceitos que norteiam a disputa entre os setores antagônicos mediante a luta pela terra (LIMA, 2012 p. 56).

Diante dessas inovações, os atores sociais e políticos serão a partir dessas definições influenciados pela consolidação de modelos de desenvolvimento no meio rural. O velho latifundiário é ressignificado em grande empresário rural, aliado ao grande capital estrangeiro ou nacional, mantendo *habitus* da classe dominante no meio rural construída sob os valores da grande propriedade (LIMA, 2012, p.56).

No final da década de 1990 e início de 2000, durante o governo de FHC, houve grandes mobilizações por parte dos movimentos sociais e também a criminalização das ocupações de terra foi uma estratégia adotada por esse governo. Em 2000 o governo edita uma Medida Provisória que proibiu a vistoria em imóveis que fosse alvo de ocupação e vetava também as desapropriações e negociações em caso de ocupações de prédios públicos. Com isso, há por parte da Polícia Federal um assíduo monitoramento dos movimentos sociais, sobretudo o MST.

Com isso resultou no aumento da violência contra trabalhadores rurais, praticada pelo Estado, seja por meio de despejos violentos, seja através de prisões arbitrárias, ou até mesmo pelo poder privado, através de milícias organizadas por associações de proprietários rurais (MEDEIROS, 2002; BRUNO, 2009; TRAJANO, 2010; LIMA, 2012). Para Sauer (2006), as tentativas governamentais para assumir o protagonismo na distribuição de terras, ainda vinculado ao processo de mobilização dos movimentos sociais de luta pela terra, envolveram mecanismos de disputas entre os movimentos sociais.

Nesse interregno surgem o nascimento de algumas instituições ligadas ao setor patronal rural, que é o caso da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), entre outras, relacionando o agronegócio com assuntos como: segurança alimentar, distribuição de renda, desenvolvimento sustentável, cooperativismo, propondo um modelo de desenvolvimento para o meio rural. Observando isso, os movimentos sociais de luta pela terra, em especial o MST, ao identificar estas apropriações, passa a considerar o agronegócio como inimigo a ser combatido. Segundo Medeiros, esse deslocamento traz novas vertentes: a denúncia ao

agronegócio e a concentração fundiária, sua matriz tecnológica, o que inclui o uso das sementes transgênicas, o uso de agrotóxicos, a monocultura (LEITE; MEDEIROS, 2012; LIMA,2012).

Com a eleição do Lula em 2002, desperta nos movimentos sociais uma esperança de mudança em favor da luta pela terra. Veremos sobre esse assunto no próximo capítulo.

## **2 A POLÍTICA DA REFORMA AGRÁRIA E O GOVERNO DO PT**

### **2.1 OS NÚMEROS DA REFORMA AGRÁRIA DO GOVERNO LULA**

“[...] continuo com o meu sonho de fazer a reforma agrária neste país. Continuo com o meu sonho de garantir uma escola pública de boa qualidade para o nosso povo; e que a Universidade não seja um privilégio de apenas 8% da sociedade, mas que seja um direito ao alcance de todos. [...] continuo sonhando em construir uma sociedade justa, solidária, fraterna, onde o resultado da riqueza produzida no país seja distribuído de forma mais equânime para todos os filhos deste país.

[...] eu sei a expectativa que estou gerando nas mulheres, nos homens e nas crianças. Eu nunca vi, na história do Brasil, tanta expectativa, tanta esperança e tanta gente pedindo a Deus para a gente acertar. E tanta gente pedindo, não emprego, mas dizendo para mim: “Lula, como é que eu faço para ajudar o nosso Governo a dar certo?”

“[...]. Eu não vou errar e vou fazer um Governo voltado para os pobres deste país.

[...] Sou Presidente de um país que tem 45 milhões de pessoas que não consomem as calorias e as proteínas necessárias. Sou Presidente de um país que tem história e que tem um povo. [...] Dizer em Davos que não é possível continuar uma ordem econômica onde poucos podem comer cinco vezes ao dia, e muitos passam cinco dias sem comer no planeta Terra. Dizer a eles que é preciso uma nova ordem econômica mundial, em que o resultado da riqueza seja distribuído de forma mais justa, para que os países pobres tenham a oportunidade de ser menos pobres.

[...] nós somos pobres. Uma parte pode ser culpa dos países ricos. Mas outra pode ser culpa de uma parte da elite do continente sul-americano, que governou de forma subserviente, que governou de forma subalterna este país, praticando os casos mais absurdos de corrupção.

[...] eu quero poder, a cada mês, a cada ano, olhar na cara de cada criança, de cada mulher, de cada homem e dizer: “Nós estamos construindo uma nova Nação. Nós estamos construindo um novo país.” E teimo em dizer, todo santo dia: eu hei de realizar um sonho, que não é só meu, mas um sonho que é de todos vocês: que haverá um dia, neste país, onde

nenhuma criança irá dormir sem um prato de comida e nenhuma criança acordará sem um café da manhã.

[...]E quero poder dizer ao mundo: como seria bom, como seria maravilhoso se, ao invés de os países ricos produzirem e gastarem dinheiro com tantas armas, gastassem dinheiro com pão, com feijão e com arroz, para matar a fome do povo. E não podemos aceitar que o Brasil, do tamanho que é, continue, a cada ano que passa, sendo um país que apresenta maior índice de pobreza e miserabilidade”.<sup>12</sup>

Em 2003 em Porto Alegre, no Fórum Social Mundial Lula afirmou: “Eu continuo com o meu sonho de fazer a reforma agrária neste país”. Com a chegada de Lula a presidência da República trouxe para o centro do cenário político as expectativas dos movimentos sociais de trabalhadores rurais em ver a execução da reforma agrária sob uma ruptura mais aprofundada da grande propriedade da terra (LIMA 2012). O II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) enquanto programa do Governo Lula para a reforma agrária, foi apresentado em 2003 como resposta às demandas dos movimentos sociais que estavam em período de forte mobilização.

Depois de duas gestões, apesar de seu sonho ter sido frustrado e ter feito muito pouco, a reforma agrária permanece como um desafio para o Brasil. Segundo Fernandes (2013) a não superação desse problema durante os dois governos de Lula aconteceu por o governo não ter enfrentado duas questões estruturais: a manutenção do campesinato em estado permanente de subalternidade ao capitalismo, por meio da renda capitalizada da terra, e a insuficiência das políticas de desenvolvimento para a agricultura camponesa.

Segundo Fernandes é muito difícil implantar uma política de reforma agrária que possa destruir o território capitalista, isso significa que embora a terra não esteja cumprindo sua função social, como diz a Constituição Brasileira no capítulo 184, ainda assim é um grande desafio. Na visão de Fernandes,

No entanto, para implantar a reforma agrária é preciso muito mais do que a desconcentração fundiária, é imprescindível eliminar a hegemonia do agronegócio sobre as políticas de desenvolvimento da agropecuária e reconhecer a importância das diferentes relações de produção, como a familiar, a associativa e a cooperativa (FERNANDES,2013, p. 191)

---

<sup>12</sup> Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio da Silva, no III Fórum Social Mundial. Anfiteatro Pôr do Sol, Porto Alegre- RS, 24 de janeiro de 2003.

A reforma agrária volta à pauta na sociedade brasileira, mediante uma proposta governamental a partir do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), na década de 1980. Na campanha política de 1989 e 2002, o Partido dos Trabalhadores (PT) retoma a questão da reforma agrária com o discurso de que seria um programa estratégico para modificar a estrutura fundiária do país e como uma forma de amenizar a pobreza e facilitar o desenvolvimento econômico da agricultura.

Fazendo uma leitura do contexto da época, Oliveira (2006) entende que a aplicação de um programa de reforma agrária, significa a mudança na estrutura pré-existente, isto é, uma reforma na estrutura fundiária vigente. Segundo Rangel (2005), a questão agrária se concentra nos complexos rurais da economia brasileira. O autor ainda afirma que para o desenvolvimento do país, a reforma agrária não seria necessária, visto que a formação de um capital oligopolista que havia desenvolvido no Brasil já seria suficiente para sobrepor o sistema feudal existente na agricultura e abastecer as cidades com suas populações (ENGELMANN e GIL, 2012).

Diante de tal afirmativa, Delgado vai dizer que Rangel está sobre influências das teses da Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que considera o setor agrícola um polo que gera tensões estruturais sobre a inflação e crises frequentes de abastecimento de alimentos. Contrapondo o que foi dito, Rangel (2005) afirma que o cerne da questão agrária está concentrado na superpopulação que a indústria não absorve e na superprodução, que o mercado não consegue escoar. Dessa forma a crise da questão agrária se dá pela falta de mecanismo de controle da indústria e do mercado.

Para Ignácio Rangel, não há necessidade alguma de desenvolver um programa de reforma agrária que venha alterar a estrutura fundiária, porque a solução para os problemas que ele denomina de “impróprios”, seria a falta na oferta de bens agrícolas e a escassez sazonal de mão-de-obra em alguns setores agrícolas, estaria na modernização do campo, a questão era manter pequenas áreas agricultáveis próximas dos grandes complexos rurais, como uma forma de garantir mão- de- obra assalariada rural e subsistência o ano inteiro.

Podemos resumir o pensamento de Rangel em relação a Questão Agrária em Industrialização versus Agricultura, ou seja, como uma depende da outra para desenvolver-se, ele não trata como dois segmentos separados na economia. Após perceber que a industrialização não cumpriu com o papel de amenizar a superprodução e superpopulação,

Rangel diz que a sociedade se confrontou com uma crise que exige mudanças nas relações de produção do sistema e nas instituições que as formalizam.

O Partido dos Trabalhadores (PT) enquanto estava na oposição criticava sistematicamente o governo anterior, FHC. Acusava o governo de se aliar aos grupos com interesses econômicos, as instituições financeiras internacionais, no caso o Fundo Monetário Internacional (FMI), uma estratégia política que somente beneficiava o mercado externo inviabilizando a atuação do setor público brasileiro. Para o PT, havia grande exclusão de vários setores da sociedade e a ineficiência do governo no campo das políticas pública.

Em 2002, com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), causou uma comoção na esquerda brasileira diante da possibilidade de mudanças e reorientação nas concepções do executivo acerca da reforma agrária. Desde a sua formação, há no PT uma forte identificação com os pobres rurais. As raízes do PT estão fortemente ligadas às mobilizações de trabalhadores da indústria já experientes em greves, professores e outras categorias sindicais ligadas a CUT nas lutas por direito e pela democracia. Segundo Brandford (2010), durante a formação do PT, muitos ativistas do MST, por exemplo, filiaram-se ao partido formado do Luiz Inácio Lula da Silva e promoveram uma incansável campanha para o partido nas eleições presidenciais de 1989.

Segundo Lima (2012), a principal presença figura pública do PT era o Lula. Era sempre visto e presente nos encontros e congressos que o MST promoveu durante sua história. Segundo a autora os contatos das duas organizações se intensificaram na década de 1990, na medida em que o PT procurou o apoio do MST para campanhas eleitorais, ainda com diferenças – o MST, enquanto movimento que organiza trabalhadores rurais, e o PT, enquanto partido envolvido na política eleitoral.

A ligação do PT com os movimentos sociais e sindicais começou a causar desconfiança dos setores patronais diante da possibilidade de o direito à propriedade da terra ser reconfigurado, tal como o questionamento da hegemonia do agronegócio. Branford (2010), O setor patronal rural, antes apoiador do Poder Executivo, passa a ser oposição, mesmo com a coalizão construída para a sustentabilidade do Governo Lula, que envolveu diversos partidos, onde se identificavam empresários e proprietários rurais entre o conjunto de seus membros.

Para Charles C. Muelle<sup>13</sup>, a política de estabilização da Administração do presidente Lula não divergiu da política adotada durante o segundo governo de FHC, houve até uma extensão maior com o FMI. No que diz respeito à questão agrícola e agrária, ao comparar o discurso da campanha presidencial do governo petista com as políticas da administração, não parece ser semelhante. A população que apoiou e a coalização que elegeu Lula acreditava que ocorreria mudanças radicais, que não foi o que aconteceu.

De um lado um contingente de trabalhadores sem-terra, por outro um pequeno grupo de fortes latifundiários sedentos de favores governamentais, que graças ao seu poder e influência conseguiram evitar a implementação da reforma agrária. Dessa forma a reforma agrária excluía um grande e crescente número de trabalhadores rurais sem-terra, protelando mais uma vez a chance de divisão da terra.

O discurso petista durante a campanha de 2002 era de que os grandes proprietários teriam se aliado ao governo de Fernando Henrique Cardoso para barrar o encaminhamento da reforma agrária. Na teoria, o novo governo tão logo agiria de forma rápida e eficiente e, portanto, grandes áreas de terra seriam desapropriadas e distribuídas para os trabalhadores rurais sem terra.

Para alguns setores da sociedade no primeiro governo do Lula houve um aceno positivo para os movimentos sociais que vinham se empenhando na luta pela terra e reforma agrária. Era talvez a oportunidade de realizar uma grande mudança na estrutura fundiária brasileira, de reverter o quadro da grande concentrada de terra. O governo toma de empréstimo o nome que inspirou a política de reforma agrária do período da redemocratização. Denominou como sendo o II PNRA.

Observa-se que no período (2003-2006) o governo assentou cerca de 380 mil famílias, dessas famílias, 136.000 famílias foram somente no ano de 2006 (INCRA, 2014). No segundo mandato do governo Lula (2007-2010) houve uma diminuição no número de famílias assentadas. O número de famílias assentadas passou de 67.500 em 2007 para um pouco mais da metade, ou seja, 39.400 em 2010.

Comparando o segundo governo de Lula com o segundo governo de FHC percebe-se que em ambos os governos tiveram um declínio no tocante o número de famílias assentadas,

---

<sup>13</sup> Agricultura, desenvolvimento agrário e o governo Lula. **Revista de Política Agrícola**. Ano XIV – Nº 2 – Abril/Maio/Jun. 2005

contrastando assim com seus primeiros mandatos. Para Leite (1999), o número de famílias alcançado no primeiro governo de FHC (1995-1998) como algo “expressivo”. Naquele ano de 1998 o número de famílias assentadas atingiu o ápice de 101.094 famílias atendidas.

Em 2011 o presidente do MST, João Pedro Stédile exaltava os feitos do governo Lula no II PNRA como sendo o governo com maior recorde de famílias assentadas em um único ano. Foram 136,3 mil no ano de 2006, ultrapassando o governo anterior e sendo o que mais fez pelo homem do campo nos últimos trinta anos.

O principal alvo das críticas da questão fundiária tanto no governo de FHC (1995-2002) como no governo do Lula (2002-2010) foi sem dúvida a desapropriação por interesse social. Para Stédile (2011; e Leite 2013), entendem que para se construir assentamentos rurais é necessário haver desapropriações. Dessa forma se combaterá o grande latifúndio que está improdutivo e as famílias sem-terra serão atendidas.

Se porventura o discurso tivesse seguido da prática, é provável que tivéssemos uma redução considerada de trabalhadores rurais sem-terra e conseqüentemente uma melhoria na distribuição de renda seguida também de grande produção de alimentos no campo. Não foi o que de fato aconteceu. Nos anos que sucederam 2002, o que ganhou destaque de fato foi o setor do agronegócio, que atualmente responde por 1/5 da nossa economia, mercado de produção e lucros de exportação no qual foi alvo de elogios pelo próprio governo Lula.

Em 2004, coube ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), elaborar o II Plano Nacional de Reforma Agrária. No plano intitulado “paz, produção e qualidade de vida no meio rural.” Nesse plano estava claro que a reforma agrária seria uma

(...) condição para a retomada do crescimento econômico com distribuição de renda e para a construção de uma nação moderna e soberana (...). A Reforma Agrária é urgente não apenas pela gravidade da questão agrária expressa pelos conflitos no campo e por uma forte demanda social, mas, principalmente, pela sua contribuição à superação da desigualdade e a exclusão social de parte significativa da população rural. (BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2004. p. 6).

O MDA define a reforma agrária como sendo uma condição para fazer com que o país volte a crescer. É importante deixar claro que crescimento econômico difere de desenvolvimento. O crescimento econômico, que é o crescimento do Produto Interno Bruto

(PIB), pode está muito bem, embora acompanhado de grandes desigualdades sociais. O desenvolvimento consiste em incorporar todos os aspectos econômicos, sociais, culturais, ambientais, educacionais, etc.

Em 2007 o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) diziam que nos últimos quatro anos de governo (2003-2006) tinham garantido o assentamento de 381.419 famílias. Afirmaram que esse número representavam o melhor desempenho dos últimos anos da existência do INCRA, pois somente em 2006 havia assentado naquele ano 136.358 famílias. No entanto não ficou claro essas informações, visto que na realidade os dados fornecidos não correspondiam o total de assentamentos. O governo devia uma explicação mais precisa dos dados. Tanto o MDA como o INCRA diziam na época que os dados faziam referência as onze metas composta no II PNRA. A mídia pregava que o governo (Lula) teria cumprido 95% da meta estabelecida pelo II PNRA. Isso significava dizer que o governo teria cumprido a Meta número 1, que dizia que iria assentar 400 mil famílias entre 2003 e 2006. Não era verdade porque todos esses dados referentes aos novos assentamentos de 2006 não foram divulgados de forma separada das demais metas.

Além disso, se for somado à Meta 1 – novos assentamentos, a Meta 2 – regularizações fundiárias, nos quatro anos do primeiro mandato do governo Lula, deveriam ter sido assentadas 900.000 famílias, entretanto, alcançou-se apenas 42% da meta proposta. Reforma agrária – Meta 01 do II PNRA (Assentamentos decorrentes de ações desapropriatórias de grandes propriedades improdutivas, compras de terra e retomada de terras públicas griladas) foram assentadas apenas 79.298 famílias.

No que diz respeito aos reassentamentos fundiários de famílias atingidas por barragens (proprietárias ou com direitos adquiridos em decorrência de grandes obras de barragens e linhas de transmissão de energia realizadas pelo Estado e/ou empresas concessionárias e/ou privadas) assentaram 1.670 famílias. A reordenação fundiária (substituição e/ou reconhecimento de famílias presentes nos assentamentos já existentes) – envolveram 124.872 famílias.

Será que esses números não foram inflados para dá a impressão de que a reforma agrária estava sendo posto em prática? Para alguns, o que o ex-presidente Lula fez pela reforma agrária nem um outro presidente tinham feito até aquele momento. De certa forma os

dados causam uma certa impressão. Mas ao mesmo tempo, gera algumas polemicas. Pelos números do INCRA, 48,3 milhões de hectares de terras foram incorporados às áreas de assentamentos e 614 mil famílias ganharam lotes rurais no período de 2003 a 2010. Isso significa dizer que o governo do Lula teria garantido 56% do total de 85,8 milhões de hectares incorporados à reforma agrária em toda a história. Mais do que isso: ele seria responsável, sozinho, por 66,4% do total de 924 mil famílias assentadas no País.

Na opinião do pesquisador da Universidade de São Paulo (USP), Ariovaldo Umbelino, os números chegam a distorcer a realidade do que foi a reforma agrária no governo de Lula. Segundo Ariovaldo, os dados acumulados de 2003 a 2009 verifica-se que quase um terço (26,6%) das famílias assentadas por Lula é, na verdade, constituído por famílias que já viviam e produziam na zona rural, mas sem título de propriedade. A única ação do governo foi dar-lhes o título da terra e incluí-los nos programas de apoio à agricultura familiar.

Ao analisar cuidadosamente os dados, Ariovaldo Umbelino concluiu que os novos assentamentos representam apenas 34,4% do total registrado de 2003 a 2009. Aplicando essa taxa ao número divulgado agora, pode-se concluir que foram assentadas 211 mil novas famílias – e não 614 mil. A polemica existente diz respeito ao número de terras que foi incorporado e que entrou também como sendo criação de assentamentos. Quando se desdobra o total de 48,3 milhões de hectares destinados à reforma agrária no governo Lula, verifica-se que somente 4,5 milhões (9,3%) foram obtidos com desapropriações de áreas particulares. A maior parte das terras – 43,3 milhões de hectares – eram terras públicas, da União ou dos Estados, localizadas sobretudo na Região Norte do Brasil. "Isso é colonização e não reforma agrária, uma vez que não altera a estrutura fundiária", diz Umbelino.

Para o pesquisador do Núcleo de Estudo, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), da Unesp Bernardo Mançano Fernandes, uma das principais características da política de Lula foi justamente a substituição da desapropriação pela regularização de terras. Segundo ele "Não havia força política para se fazer a reforma agrária com ênfase na desapropriação de terras improdutivas", afirma.

Assim, entendemos que a população e alguns movimentos sociais foram enganados pelos dados mostrados de forma não transparente, pois sempre ouviram o discurso de que a reforma agrária seria feita. Mas, os mais prejudicados foram os camponeses em geral,

principalmente os sem-terra, e com eles uma parte da sociedade brasileira, que permanece na esperança de que um dia, a dívida social da reforma agrária seja verdadeiramente paga.

Quanto a regularização fundiária (Reconhecimento do direito das famílias – populações tradicionais, extrativistas, ribeirinhos, pescadores posseiros, etc. – já existentes nas áreas objeto da ação (flonas, resex, agroextrativista, desenvolvimento social, fundo de pastos, etc) – foram assentadas 39.221 famílias. No governo do Partido dos Trabalhadores (PT) tanto se falou em descentralizar a terra, pelo contrário, houve um grande aumento de concentração de terra em grandes propriedades privadas. No governo Lula, de 2003 a 2010, o aumento das grandes propriedades, públicas e privadas, foi ainda maior do que na gestão de Dilma. Elas saltaram de 214,8 milhões, em 2003, para 318 milhões de hectares em 2010: aumento de 114 milhões de hectares

Para Ariovaldo Umbelino, o crescimento de 2,5% em quatro anos das grandes propriedades privadas do país mostra que a concentração de terra não tem retrocedido. O coeficiente de Gini, que mede a desigualdade, aponta essa tendência. Ele deve variar de 1 a 0, sendo que, quanto mais próximo de zero, menor a desigualdade. De 1967 até 2010, última data em que foi calculado, porém, o coeficiente de Gini sobre concentração fundiária, com base em dados do Incra, apenas variou de 0,836 para 0,820.

Para o presidente da Associação Brasileira Para a Reforma Agrária, Gerson Teixeira, o aumento da concentração de terra se deveu ao crescimento do agronegócio e do ciclo de valorização das commodities. Recentemente Kátia Abreu, que foi ministra do Desenvolvimento Agrário e Patrus Ananias, que também foi ministro da Agricultura, ambos ligados ao governo do PT, protagonizaram uma discussão sobre a questão da concentração de terra, Patrus disse que era preciso derrubar as cercas do latifúndio, enquanto que Kátia retrucou dizendo que não existia mais a questão do latifúndio no Brasil.

O Censo agropecuário do ano de 2006, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que nos últimos vinte anos a distribuição de terra permaneceu praticamente inalterada no Brasil. Os dados mostram que o **índice Gini**<sup>14</sup>, que mede o grau de

---

<sup>14</sup> Índice de Gini é utilizado para medir o grau de concentração de um atributo (renda, terra, etc.) numa distribuição de frequência. “Razão de concentração (R)”, no índice de Gini (“R”), que se insere no intervalo de 0 a 1, quanto maior for a concentração, mais próximo o índice estará de 1 (um), valor este que representaria a concentração absoluta.

desigualdade social no campo, aponta que, enquanto em 1985 a concentração de terras era de 0,857, em 2006 o índice caiu somente para 0,854.

Quanto mais o coeficiente se aproxima de um, maior o grau de concentração de terra. O IBGE ainda revela que nos Censos de 1985, 1995 e 2006, enquanto as pequenas propriedades, com menos de 10 hectares, ocupam apenas 2,7% da área total de estabelecimentos rurais, as grandes fazendas, com mais de um mil hectare concentram 43% da área total.

Com os dados fornecidos apurados e fornecidos pelo IBGE, isso demonstram que a estrutura fundiária no Brasil continua concentrada nas mãos de poucos e dominada pela classe dominante agrária, sendo uma das mais desiguais do mundo. O MST admite que essa classe dominante agrária vem ao longo da história do Brasil se aliando a vários grupos e setores dominantes para tentar impedir todo e qualquer projeto de reforma agrária.

Em virtude disso os movimentos sociais brasileiros têm travado consecutivas lutas pela reforma agrária, mas falta uma política governamental estratégica por parte dos governos para a realização de uma reforma agrária que modifique a estrutura da terra e gere desenvolvimento no campo. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é o mais atuante em relação à exigência de se fazer a reforma agrária.

Para o MST, a reforma agrária precisa estar acompanhada de uma mudança estrutural na sociedade, não é somente a divisão da terra que importa, ela deve ser ampla, atendendo em todos os aspectos e beneficiando todos os trabalhadores rurais sem-terra. O MST também entende que fazer reforma agraria é garantir a posse e o uso da terra para todas as comunidades originárias, tais como os quilombolas, índios, ribeirinhos, seringueiros e os demais povos que não tem a terra para plantar e precisa dela.

Mas o que se percebe é que muitas vezes o resultado nos assentamentos principalmente aqueles reivindicados pelo Movimentos não é o esperado. Muitos acabam abandonando seus lotes ou vendem e vão morar em outros lugares. Os que ficam não produzem o suficiente nem para sobreviver. Diante desses fatos, parece que a verdadeira intenção dessas pessoas é dividir a terra a qualquer custo, ou seja, o que eles chamam de descentralizar.

A reforma agrária defendida pelo MST tem como princípio a soberania alimentar, bem como a produção de alimentos saudáveis, sem uso de agrotóxicos e organismos geneticamente modificados (transgênicos) A visão de luta pela reforma agrária pelo MST tinha como princípio:

A nação, por meio do Estado, do governo, das leis e da organização de seu povo deve zelar permanentemente, pela soberania, pelo patrimônio coletivo e pela sanidade ambiental. É preciso realizar uma ampla Reforma Agrária, com caráter popular, para garantir acesso à terra para todos os que nela trabalham. Garantir a posse e uso de todas as comunidades originárias, dos povos indígenas, ribeirinhos, seringueiros, geraiszeiros e quilombolas. Estabelecer um limite máximo ao tamanho da propriedade de terra, como forma de garantir sua utilização social e racional. É preciso organizar a produção agrícola nacional tendo como objetivo principal a produção de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e organismos geneticamente modificados (transgênicos) para toda a população, aplicando assim o princípio da soberania alimentar. A política de exportação de produtos agrícolas deve ser apenas complementar, buscando maior valor agregado possível e evitando a exportação de matérias-primas (MST, 2007).

O movimento tem como proposta, o princípio de que é necessária a participação do Estado no processo de desapropriação de terras para que de fato isso possa acontecer dentro da legitimidade. Paralelo a isso há outra perspectiva denominada de reforma agrária de mercado dada pelo Banco Mundial. Esta instituição financeira desde a década de 1990 vem adotando uma serie de ajuste no sentido de controlar as pressões sociais e estreitar mais o modelo neoliberal, nesse sentido reduzindo o papel do Estado nas ações amenizar a pobreza e a liberalização do mercado de terras.

Para Ramos Filho (2007), foi nesse contexto que a instituição passou a enfatizar a questão da terra como estratégia de desenvolvimento rural e o tema da reforma agrária foi capturado por suas diretrizes. O próprio Modelo de Reforma Agrária de Mercado (MRAM) foi arquitetado e desenhado pelo Banco Mundial (BM), tendo em vista ser uma alternativa à reforma agrária tendo como base a desapropriação de propriedades improdutivas e que não cumpre a sua função social.

Desta forma fundamenta-se que os assentamentos nasceram dessa política que tem raiz em operações imobiliárias de compra e venda de terras, quer dizer, é um “meio lícito” alternativo às desapropriações de grandes áreas de terra. Para Mello (2016), embora reconhecendo que a reciprocidade nem sempre assume facetas positivas, é por meio dela que

os agentes sociais constroem possibilidades de convivência e evitam conflitos. O Banco Mundial considera que a política de terras desenvolve um papel de grande importância, promovendo assim o crescimento sustentável.

Para o estudioso da questão agrária no Brasil, José de Sousa Martins, o mesmo se torna um referencial pelo enfoque que dá aos camponeses e o entendimento acerca do que ele mesmo denomina de expansão capitalista no campo. O autor traz uma discursão em torno da chamada recriação de formas não capitalista de produção, pois a sujeição da renda ao capital deixa indícios de que vai se assumindo formas cada vez mais elaboradas para subordinar o trabalhador. Demonstrando a discursão que imprime a reforma agrária, Martins afirma que,

(...) não é preciso que as forças produtivas se desenvolvam em cada estabelecimento agrícola ou industrial (...) a ponto de impor a necessidade de relações caracteristicamente capitalista de produção, (...) para que o capital estenda suas contradições e suas violências aos vários ramos da produção no campo e na cidade (MARTINS, 1981, p. 14)

O autor defende a existência de uma classe camponesa e que a mesma não poderá ser reduzida à condição de assalariada, nesse ponto divergindo de Caio Prado Junior<sup>15</sup>. Para ele, a forma como foi criado o campesinato brasileiro, foi a maneira do sistema escravista, latifundiário e exportador.

Comparando ao camponês europeu, aqui não foi concedido o direito a posse da terra, restando apenas a posse como alternativa. Contudo para que aconteça a exploração capitalista, basta que se pague a renda. Em torno de tal discursão, Martins vai admitir que a propriedade da terra é uma contradição do capitalismo, visto que cobrar tributo do capital não pode considerar excrescente, embora estando interna a essas relações.

Uma das propostas do Banco Mundial passa adotar como referência ao MRAM, é a compra e venda como um modelo preferencial de acesso à terra pelo campesinato pobre. Esse projeto já implantado em alguns países se adequa a sua realidade e sobre diferentes formatos. No Brasil e na Colômbia foi implantado a partir de 1997. Outra instituição que também tem sua definição própria do que é a reforma agrária, é a FAO- (em inglês), Food and Agriculture

---

<sup>15</sup> O pressuposto de que a relação de trabalho predominante na agropecuária brasileira é o assalariado, mesmo quando esse aparece camuflado em outras modalidades de pagamento, leva Caio Prado a vincular Reforma Agrária à elevação dos padrões de vida da população rural.

Organization, órgão da ONU- Organização das Nações Unidas, para a agricultura, a alimentação.

Na visão da FAO, a reforma agrária deve ser / estar além da distribuição de terras, circunscreve-se num processo mais amplo. Na realização do plano da organização para o período de (2008-2010), para essa instituição a reforma agrária deve ser entendida dessa forma:

No contexto atual, a reforma agrária não se limita exclusivamente à redistribuição de terras e recursos naturais, mas deveria ser acompanhada por políticas que abordem de maneira integral o acesso aos recursos e sua administração, sustentadas nos princípios de diversidade e participação, o que implica entregar aos atores públicos e privados, através de mecanismos de concertação e diálogo, a liderança no desenvolvimento de seus respectivos territórios (FAO, 2008).

Pela escassez de alimentos em muitos lugares, a FAO considera a reforma agrária como uma solução para amenizar a crise mundial da produção de alimentos. O alto índice de concentração de terra tem sido obstáculos para a produção de alimentos em muitos países. Não que a produção de alimentos esteja em extinção, mas pelo acesso a ela. Segundo a FAO (2008), calculou que em 2005 seis por cento da população brasileira, cerca de 11 milhões de pessoas, sofriam de desnutrição.<sup>16</sup>

Ao analisar e comparar o programa do PT de 1989 e o programa de 2002 percebe-se algumas diferenças. Para Engelmann e Gil (2012), enquanto que em 1989 o objetivo era enfrentar a concentração fundiária no país a partir da desapropriação de latifúndios. Em 2002 o projeto que o governo tinha para a reforma agrária passava a categoria de plano de desenvolvimento para o combate à pobreza, com a desapropriação de latifúndios improdutivos e áreas ocupadas ilegalmente.

Percebe-se que o governo trocou, ou melhor, substituiu a chamada “democratização fundiária” por um programa de criação de assentamentos rurais. É bom lembrar que essas áreas eram consideradas improdutivas ou ilegais e a reestruturação de assentamentos antigos.

O governo Lula não foi capaz de fazer a reforma agrária tão propagada em campanhas anteriores, no seu governo o que houve foi um maior número de regularização de

---

<sup>16</sup> Nera – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (Unesp)

assentamentos. De um lado o governo mostrou a sua astúcia desenvolvendo uma política de fortalecimento da agricultura familiar. Política de criação de assentamentos para a produção de alimentos para implementação de outro programa social assistencialista, o fome zero e o bolsa família.

Porém o governo sabia que era necessária também uma alta produção de alimentos para poder gerar receitas. Daí concedeu incentivos financeiros altíssimos para o agronegócio, produção voltada para exportação. É nesse processo de tentar conciliar esses dois projetos bem distintos e que não seria fácil, é onde dá a entender que o projeto de se fazer reforma agrária ficaria de lado.

Para muitos, a questão é que o governo do PT sendo de esquerda ainda assim coloca o Estado a disposição dos grandes proprietários e grandes produtores. O apoio dado a classe dominante foi uma contradição feita pelo governo dos trabalhadores rurais sem terra e de certa forma um insulto aos movimentos sociais.

Parece que o governo petista se distanciou das promessas feitas em campanha, não concretizou o sonho de milhares de pessoas, principalmente os trabalhadores sem-terra, que era de fazer a reforma agrária. A agricultura que até então era tida como solução para muitas pessoas foi perdendo espaço para o agronegócio, que atualmente é o maior inimigo da agricultura familiar e ambos disputam espaço pela produção de alimentos no país.

Segundo Oliveira (2009), o governo do PT nos seus dois mandatos tão somente desenvolveu uma política compensatória de criação de assentamentos diante da intensidade dos conflitos no campo e também pela pressão dos movimentos sociais de luta pela terra. Para o autor o governo enterrou de vez a reforma agrária e os números divulgados não passam de uma grande farsa, pois os mesmos não correspondem aos números reais.

Famílias que já tinham propriedade e tiveram que ser transferidas de um local para outro, em decorrência da formação de lagos para hidrelétricas, também foram usadas para engrossar a lista de novos assentados. O governo Lula, segundo Fernandes, fez a reforma possível, beneficiando famílias que podiam perder suas terras por falta de títulos e de assistência do governo. Transferiu para o futuro, porém, o problema da concentração da propriedade rural. "Ele apenas adiou o conflito pela terra."

Foi também durante os dois governos do presidente Lula (2003-2010) que houve muitas denúncias referente ao MST. Nos seus dois governos foram criadas as CPIs da Terra (2003), das ONGs (2007) e a CPI do MST em 2009. Essas três CPIs questionavam a idoneidade dos movimentos sociais dos trabalhadores rurais e sua forma de atuação. Também recomendava as regulações acerca da reforma agrária, discutindo dessa forma, o seu papel e sua validade no desenvolvimento do país. No geral toda elas causaram grandes embates entre seus representantes (patronato rural) e os representantes dos movimentos sociais de luta pela terra, principalmente o MST e as demais entidades ligadas ao movimento.

A CPI da Terra (2002-2005) investigava as ações ilícitas e as sucessivas e violentas e violentas invasões de terras praticadas pelo MST. Envolveu o Senado e a Câmara do Deputados. A CPI da Terra foi sugerida pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR). Segundo Lima (2012), foram ouvidos 25 representantes de movimentos sociais de luta pela terra, entre eles o presidente da Contag, Manoel dos Santos, e o integrante da direção do MST, João Pedro Stedile; 24 representantes de organizações da sociedade civil, incluindo a CPT e entidades de apoio à Reforma Agrária. Também foram ouvidos 19 representantes de movimentos de proprietários rurais, incluindo o presidente da UDR, Antônio Nabhan Garcia, além de pesquisadores de universidades brasileiras e Ministros de Estado.

No relatório final, pedia o indiciamento de dirigentes nacionais do MST por crimes de formação de quadrilha, extorsão e demais delitos ligados às práticas do Movimento. A CPI das ONGs (2007-2010) de autoria do senador Heráclito Fortes (DEM-PI) estava relacionada ao levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre irregularidades no repasse de recursos públicos a entidades da sociedade, com base em uma amostragem de 28 organizações entre os anos de 1999 e 2005 (LIMA, 2012). Essa CPI tinha como objetivo apurar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs e para organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs), bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior ocorridas a partir do ano de 1999 até 8 de novembro de 2007 (CPI DAS ONGs, 2007). Em 2010 chegou o prazo final sem nenhum relatório criminalizando alguém ou instituição.

A CPMI do Campo ou chamada de "CPMI do MST" (2009-2011) de autoria da senadora Kátia Abreu, na época pertencia ao (DEM-RO), o documento denunciava desvios de R\$ 60 milhões de recursos públicos destinados a entidades ligadas ao MST para a realização de serviços de georreferenciamento e outros pareceres técnicos, principalmente no estado de

São Paulo. Falo com maior detalhe sobre esse assunto no terceiro capítulo no tópico que trata sobre o MST enquanto um agente do movimento social no Brasil.

## 2.2 A REFORMA AGRARIA NO DISCURSO E A REFORMA AGRÁRIA NA REALIDADE

O governo Lula foi o responsável pela formulação do II PNRA. De acordo com Plano, a demanda explícita por reforma agrária, em 2005, *podia ser identificada pelo cadastro resultante das inscrições via Correio no 'Programa de Acesso à Terra' e outras formas de cadastramento, como é o caso daqueles efetuados na Sala do Cidadão, chegava a um total de 839.715 cadastros* (BRASIL, 2005:17), ou seja, quase 900 mil famílias demandando terra diretamente.

O objetivo do governo ao formular o II PNRA era assentar um milhão de família em quatro anos, fazendo uso das terras griladas e em áreas onde o latifúndio era considerado improdutivo. Porém, em 2003, o governo Lula anunciou uma versão mais enxuta do II PNRA. Nessa versão havia uma redução do número de famílias para 400 mil até o final do ano de 2006. Adotou o método de destinação do latifúndio improdutivo para a reforma agraria. Branford (2010), o governo trabalhou com a regularização de títulos e com a facilitação da compra da terra e pretendia totalizar um milhão de famílias beneficiadas até o fim do seu primeiro governo.

De acordo com Barcellos (2013), o cenário agrícola e agrário internacional tem sido estruturado a partir de ajustes estruturais desiguais de vocação neoliberal, impostos em primazia aos países considerados em subdesenvolvimento. A continuação dos programas de subsídios vultosos em especial nos países tidos como desenvolvidos; a desigual liberalização do mercado agrícola para o setor privado o que aumentou em grande medida a influência política e econômica. Com a especialização da produção e a concentração de terras pelo agronegócio o mercado agrícola vem criando capacidades de produção e abastecimento desiguais; que tem tido intenso e crescente controle pelas corporações transnacionais.

Segundo Branford (2010) O II PNRA ainda trabalhou com a promoção da agricultura familiar, dedicando mais recursos ao Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), que subsidia créditos a pequenos agricultores; o aumento da eficiência dos assentamentos, principalmente para assistência em infraestrutura e moradia. A meta não chegou a ser cumprida e o primeiro Governo Lula findou com 381 mil famílias assentadas. Para Lima (2010), ainda que os resultados concretos do II PNRA tenham se revelado bem aquém do projeto inicial, a postura do então Presidente Lula era um diferencial.

As metas do II PNRA não foram cumpridas, mas o presidente Lula se mostrava que estava do lado dos movimentos sociais. O relato de Branford diz o seguinte:

Lula usou o boné vermelho do MST em várias ocasiões, em conversa com os ativistas e os incentivou a dar prosseguimento à mobilização. Em certa ocasião, ao falar para trabalhadores rurais, afirmou: *“Eu quero dizer aos camaradas trabalhadores que estão aqui que vocês não devem ter medo de fazer exigências. Vocês não devem se intimidar. Vocês devem continuar exigindo o que acham ser importante exigir”* (FOLHA DE SÃO PAULO b, 2004) (BRANFORD,2010. p.427-428).

No II PNRA o governo demonstrou pouca disposição para enfrentar o grande latifúndio. No Congresso Nacional se fortaleceu mais o setor patronal por meio dos senadores e deputados. Houve uma reorientação do foco da disputa e da construção da hegemonia do agronegócio e da concepção do direito de propriedade para o Parlamento, configurando-se em um campo, no sentido de Bourdieu (1974; 1989) e lugar de maior representatividade deste setor dentro do Estado (LIMA,2012).

Ressalta-se que ainda não há de fato uma política pública efetiva capaz de fortalecer a agricultura familiar. O financiamento para as famílias assentadas se dá por meio de políticas de créditos e nem sempre são acessíveis, pois muitos não podem pagar o financiamento. Segundo Oliveira (2009, p. 30), o Brasil possui uma área total de 850 milhões de hectares, com 170 milhões de terras devolutas, que tem registro, foram invadidas e/ou grilada por grandes proprietários. Portanto, “mais de 30% do território brasileiro ainda são de terras devolutas, (...) que fazem parte, portanto, das terras públicas não discriminadas”. Para Oliveira as terras devolutas mostram que existem áreas suficientes para a realização de uma ampla reforma agrária no Brasil. Para o autor, a questão fundiária no Brasil chega a esse

ponto porque a concentração da propriedade privada possui um caráter rentista, funcionando como processo de concentração da riqueza e do capital. (ENGELMANN e GIL,2012).

Nos anos 80 e 90, os movimentos de trabalhadores rurais ganham forças, tanto no campo como nas cidades. Nesse período a problemática da reforma agrária garantindo o acesso à terra torna-se palavra de ordem na sociedade brasileira. A questão da reforma agrária volta a ocupar a agenda política do país. No governo do ex-presidente José Sarney do pós-processo de redemocratização, tentou a ideia de elaborar um plano para a efetivação do Estatuto da Terra, na época o presidente do INCRA era José Gomes da Silva, já citado anteriormente, com sua equipe elabora a primeira proposta para o plano. Mas esse a proposta do plano foi mudada várias vezes como objetivo de atender aos interesses de setores ligados diretamente ao latifundiário.<sup>17</sup>

Uma dessas mudanças da proposta do Estatuto da Terra foi a substituição do atributo que permitiria a desapropriação por interesses social como o principal meio de obtenção da terra. Com a indenização por meio dos Títulos da Dívida Agrária – TDAs foi introduzida a possibilidade de negociação com os proprietários.

Não havia no documento explicando as áreas prioritárias para a implantação da reforma agrária, nesse caso, faltou iniciativa por parte do governo. Para Silva (1987) “(...) o PNRA sem as áreas prioritárias não é um PNRA, porque não satisfaz a primeira das exigências da Lei que obriga sua elaboração, o Estatuto da Terra” (SILVA, 1987, p. 123).

Em uma análise feita no período de 1988 a 2006<sup>18</sup>, com a intensificação dos problemas agrários, observa-se que os sucessivos governos desse período têm feito do projeto de reforma agrária uma política de criação de assentamentos rurais e concessão de créditos aos camponeses. O programa agrário defendido pelo PT em 1989 era de que era necessário urgente de uma realização da reforma agrária para que com isso viesse eliminar a alta concentração de terra e trazer o desenvolvimento para a agricultura e a economia.

Para este plano político, a reforma agrária era crucial para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Visava “(...) romper o monopólio da terra e lançar as

---

<sup>17</sup> Entre esses estavam: a TFP - Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade; a UDR - União Democrática Ruralista; a CNA - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e a SRB - Sociedade Rural Brasileira e a OCB – Organização da Cooperativas Brasileiras.

<sup>18</sup> A questão agrária no Brasil: a política agrária do governo Lula e a relação com o MST- *Revista Eletrônica do CEMOP - Nº 02 - setembro de 2012. www.memoriaoperaria.org.br - ISSN 2238-443X*

bases de um padrão de desenvolvimento para a agricultura e toda a economia brasileira. ”  
(*Programa Agrário do PT*, 1989, apud STÉDILE, 2005, p.181.).

Embora tendo sido mudado várias vezes, o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), prometia assentar pelo menos 1.400,000 famílias. Desse total previsto pelo governo, apenas 93.455 famílias foram assentadas, ou seja, apenas 6,7% do total que foi prometido. Ao mesmo tempo que se colocava a pauta da reforma agrária no cenário político se mostrava também e ao mesmo tempo um certo alinhamento de forças pró e contra ao PNRA.

Em 1985, com a transição democrática e o acirramento dos conflitos de terra, o debate sobre a necessidade de uma reforma agrária, mais uma vez, voltou à pauta da discussão. Agindo através das principais entidades de representação patronal, principalmente a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB), os grandes proprietários de terra se organizaram contra a proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária e contra as medidas institucionais implementadas no governo Sarney.

Durante a elaboração da Constituição de 1988, no governo Sarney, o projeto de reforma agrária sofre um grande retrocesso, o capítulo que tratava do assunto tinha norte de referência o Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

No período houve uma grande mobilização da população com apresentação de uma emenda popular com mais de um milhão de assinaturas, ainda assim não foi possível inverter a situação, pois acabou prevalecendo os interesses dos grupos poderosos e dos grandes latifundiários que acumularam grandes extensões de terras durante o período ditatorial.

A União Democrática Ruralista, criada em maio de 1985, por grandes proprietários de terra tinha como objetivos de defender a propriedade privada, uma expressão contra a política agrária. O movimento de mobilização dos grandes latifundiários contra a reforma agrária deu-se numa conjuntura de transição política, de esgotamento das condições que viabilizaram o padrão de desenvolvimento da agricultura, no momento em que se intensificavam os conflitos por terra e de uma maior organização dos trabalhadores rurais. Esses fatores contribuíram para potencializar a reação patronal rural.

Foi neste cenário político que despontou, em maio de 1985, a União Democrática Ruralista (UDR), como expressão da radicalização patronal rural contra a reforma agrária e como

espaço de aglutinação das insatisfações da "classe rural". O seu principal mote foi a defesa da intocabilidade do regime de propriedade existente. Foi desse modo que os representantes da UDR conseguiram um dispositivo genérico, tornando a propriedade produtiva intocável (FERNANDES, 1999).

No livro *Partido da Terra: Como os políticos conquistam o território brasileiro* (2012-238pág.) de Alceu Castilho, traz dados que revelam a situação da concentração fundiária atual brasileira. Embora não fazendo parte dos que figuram no terreno da literatura agrária, ainda assim a sua obra revela muito sobre a questão agrária. Para Alceu Castilho, aproximadamente 1,2% do território nacional ou 4,4 milhões de hectares são controlados por políticos que ocupam cargo nos poderes legislativo ou executivo, sendo que 2,3 milhões de hectares foram declarados pelos próprios proprietários à Justiça Eleitoral.

Muitos políticos recebem dinheiro para financiar campanhas em período de eleição. Muitas vezes esse dinheiro vem de grupos vinculados ao agronegócio. Segundo Mançano (2005), o agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. O nome pode ser novo, mas o modelo não, sua origem está no sistema plantation, em que grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação, que gera divisas na linguagem econômica.

Esse termo denominado de agronegócio é uma palavra nova, da década de 1990, e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. O latifúndio carrega em si a imagem da exploração do trabalho e da extrema concentração da terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico. Do ponto de vista dos que defendem a reforma agrária é, portanto, um espaço que pode ser ocupado para o desenvolvimento do país.

O latifúndio está associado com terra que não produz que pode ser utilizada para reforma agrária. A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-lo” o setor produtivo. Para os que defendem a agricultura familiar, soa como uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias, que vem crescendo a cada ano.

O desenvolvimento do conhecimento que provocou as mudanças tecnológicas foi construído a partir da estrutura do modo de produção capitalista. De modo que houve o

aperfeiçoamento do processo, mas não a solução dos problemas socioeconômicos e políticos: o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade.

A agricultura capitalista ou agricultura patronal ou agricultura empresarial ou agronegócio, qualquer que seja o eufemismo utilizado, não pode esconder o que está na sua raiz, na sua lógica: a concentração e a exploração. Nessa nova fase de desenvolvimento, o agronegócio procura representar a imagem da produtividade, da geração de riquezas para o país. Desse modo, se torna o espaço produtivo por excelência, cuja supremacia não pode ser ameaçada pela ocupação da terra. Se o território do latifúndio pode ser desapropriado para a implantação de projetos de reforma agrária, o território do agronegócio apresenta-se como sagrado, que não pode ser violado.

Para Mançano (2005) o agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento. A fundação do agronegócio expandiu sua territorialidade, ampliando o controle sobre o território e as relações sociais, agudizando as injustiças sociais. De acordo com a concepção do autor, o agronegócio é mais uma tentativa de manter o controle sobre as políticas e o território, mantendo dessa forma um espaço político de dominação.

Atualmente está em pauta um grande debate acerca do agronegócio e a agricultura familiar. Esse debate gira em torno de quem produz mais, produz com qualidade e sem uso de defensivos agrícolas, ou seja, livre de agrotóxicos. Vale lembrar que existem dados que apontam que a agricultura familiar é fundamental para o país e produz por exemplo 70% do feijão, 60% da produção de leite e metade da avicultura. Hoje ela é responsável por 35% de nosso Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de bens e serviços produzidos no país.

A agricultura familiar é fundamental para o abastecimento do mercado interno e pelo controle da inflação de muitos alimentos consumidos pelos brasileiros. Enquanto os incentivos para esse modelo de produção estão diminuindo, o setor do agronegócio ganha cada vez mais espaço e, apesar da crise econômica, teve aumento de 1,8% na produção em 2015. Hoje o agronegócio responde por 39% das exportações do país e faz com que o Brasil

seja o maior produtor mundial de café, laranja e carne bovina e o segundo maior de soja.<sup>19</sup> Em 2015, enquanto o PIB brasileiro retraiu 3,8%, o do agronegócio cresceu 1,8%, em relação a 2014. Esse bom desempenho está associado aos resultados de investimentos em pesquisa, tecnologia e inovação. Outros entendem que a mecanização do trabalho no campo impacta a agricultura familiar. Dos 4 milhões de trabalhadores rurais assalariados no país, cerca de 60% atuam na informalidade.<sup>20</sup>

No debate sobre “agronegócio e agricultura familiar no Brasil” promovido pelo Canal Futura em 29 de novembro de 2016, deixou claro o acirramento entre esses dois sistemas de produção. Para o presidente da Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), Antônio Alvarenga, o agronegócio é um grande sucesso para o Brasil. Ele chega a afirmar que nos últimos cinco anos o saldo da balança comercial do agronegócio somaram 400 bilhões de dólares. Esse saldo foi suficiente para cobrir o déficit da balança comercial de outros setores.

Antônio Alvarenga afirmou que o agronegócio vai aumentar nos próximos anos, embora reconheceu que pode haver algum problema climático ou econômico, mas o país deve seguir produzindo. Segundo o levantamento da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Brasil será o responsável por fornecer 40% do alimento para o mundo. O País dispõe de água, solo, tecnologia e gente. Para Alvarenga, o Brasil cresceu sua produtividade nos últimos anos graças a tecnologia, e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

A agricultura familiar muitas vezes é vista como um entrave para o desenvolvimento do agronegócio. Para Paulo de Oliveira Poleze, assessor de política agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), o agronegócio serve para produzir e exportar, enquanto que a agricultura familiar se difere por preservar a economia local dos municípios. Para ele, sem a agricultura familiar não será possível dinamizar a economia nos pequenos municípios brasileiros.

Essa disputa ideológica entre agricultura familiar e agronegócio vem se polarizando nos últimos anos. De um lado há os que defendem a agricultura familiar como forma de uma produção mais ecológica e uma distribuição de renda mais dinamizada, do outro há o agronegócio que além de prejudicar o solo, usar sementes modificadas para a alta produção,

---

<sup>19</sup> Agronegócio e Agricultura familiar no Brasil. Debate- sala de debate- Canal Futura. 29/11/2016. [www.futuraplay.org](http://www.futuraplay.org)

<sup>20</sup> Fonte: DIEESE.

ainda temos a questão da concentração de terras e expulsão dos muitos trabalhadores do campo. Paulo Oliveira duvida que a agricultura familiar represente apenas 35 % do PIB brasileiro, ele acredita que os números são bem mais. Para ele o PIB só leva em conta o que é exportado e não soma o que é consumido internamente.

Entendemos que é importante tanto para o agronegócio como para a agricultura familiar continuar se expandindo para o desenvolvimento produtivo brasileiro de forma responsável. A agricultura familiar como forma de fortalecer a economia local e o agronegócio produzir com qualidade se favorecendo da tecnologia, preservando o meio ambiente e as condições de relações de trabalho.

Segundo Mançano (2005) a reforma agrária de mercado foi criada com a tentativa de combater as ocupações de terras. Na visão do autor, é uma tentativa de tirar a luta popular do campo político e colocar no território de mercado onde o agronegócio pode controlar. A utilização de novas tecnologias tem possibilitado, cada vez mais, uma produção maior em áreas menores. Esse processo significou concentração de poder – consequentemente – de riqueza e de território. Essa expansão tem como ponto central o controle do conhecimento técnico, por meio de uma agricultura científica globalizada.

A influência das políticas agrícolas no desenvolvimento rural brasileiro faz da agricultura brasileira uma referência mundial devido ao seu elevado desempenho produtivo. Portanto, o Brasil passou a ser um dos maiores produtores e exportadores mundiais, com destaques para a produção de soja, milho, carnes bovina, suína e de frango, além de café, açúcar, suco de laranja e etc.

Segundo Buainain (2014), entre os vários fatores que contribuíram para esse marcante dinamismo da agricultura brasileira, foram as políticas agrícolas. Também é verdade que essas políticas vieram como resposta ao conjunto de pressões econômicas, políticas, sociais, internacionais e ambientais (SENAR,2015). Porém nem sempre foi assim, a produção agropecuária brasileira passou por momentos bons e ruins. Até por volta de 1955, o desenvolvimento do setor agropecuário era garantido por meio de novas terras (aumento das fronteiras agrícolas) e pelo uso de mão de obra barata.

Em 1960 houve uma crise de abastecimento alimentar nos principais mercados brasileiros devido a baixa produção de alimentos que não conseguiu acompanhar o rápido crescimento urbano e o aumento da renda da população. No final da década de 1960,

precisamente em 1968, o governo lança o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), tinha como objetivo elevar a produção e a produtividade agropecuária por meio de tecnologias e insumos mais modernos. Para Buainain (1999), essa intervenção foi uma estratégia planejada e se mostrou essencial para deslançar o crescimento do agronegócio brasileiro.

Com essa intervenção se criou também quatro sistemas que formavam instrumentos da política agrícola. São eles: Sistema Nacional de Planejamento Agropecuário (SNPA), Sistema Nacional de Crédito Rural (SNRC), Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e Sistema Nacional de Extensão Rural (EMBRATER). A implantação e operacionalização desses instrumentos foi fundamental e o resultado foi um salto qualitativo e quantitativo da agropecuária brasileira, cuja produção de grãos passou de aproximadamente de 45 toneladas para 50 mil toneladas em 1980 (SENAR,2015).

No Programa Agrário de Campanha de 2002, o PT passa a considerar a reforma agrária como uma política para o desenvolvimento rural, baseada em desapropriação de terras improdutivas; conciliada a produção de alimentos para combate à pobreza e a recuperação dos assentamentos, com infra-estrutura social, econômica, assistência técnica e créditos agrícolas. (*Programa Agrário da Campanha Presidencial do PT, 2002*, apud STÉDILE, 2005).

Segundo Engelmann e Gil (2012), O outro aspecto do programa contemplava as políticas compensatórias e emergenciais que acabaram se tornando o “carro chefe” do governo do PT, como a bolsa família, por exemplo. No entanto, mesmo com as limitações, caso o segundo programa agrário do governo Lula tivesse sido colocado em prática, talvez a reforma agrária e a agricultura familiar se tornassem políticas fundamentais para a garantia da soberania alimentar, erradicação da pobreza e geração de empregos, o que não se verifica na realidade. O que significa que as políticas agrícola e assistencialista estão determinadas pela política agrária, ou seja, não realização da reforma agrária ou destruição/partilha do grande latifúndio.

Diante dos dados sobre a reforma agrária do governo do PT, Oliveira (2009) demonstra que, ao contrário do anunciado pelo governo Lula, de que 519 mil famílias foram assentadas entre 2003-2008, nesse período foram assentadas somente 183.308 novas famílias. Nesse contexto, também se observa certa conformidade social por parte dos movimentos sociais e sindicais em relação à postura do governo Lula (“falsa reforma agrária”), o que teria provocado a diminuição do volume de protesto por parte dos sem-terra, se comparado aos

outros governos. Ainda segundo autor, *“o governo finge que faz a reforma agrária, e divulga números maquiados na expectativa de que a sociedade possa também fingir acreditar.”* (OLIVEIRA, 2009, p. 35).

### 2.3 CONFLITOS NO CAMPO E A VIOLÊNCIA CAUSADA ENTRE SEM-TERRA E PROPRIETÁRIOS NA DISPUTA PELA TERRA

Nos anos de 1990 a 1992, os movimentos socioterritoriais sofreram forte repressão por parte do governo, na época Collor de Mello, principalmente o MST que teve algumas de suas lideranças presos. Em virtude dessas repressões há certo recuo das ações e uma diminuição do processo de luta e também de territorialização de assentamentos.

Segundo Fernandes (2008) os anos que sucederam a ditadura militar, nos governos de José Sarney, Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e o governo Lula (2003-2010) o modelo de reforma agrária implantada por esses governos não foi capaz de resolver os problemas no campo. Em 2008 o MST dava conta de que havia no país mais de 150 mil famílias acampadas ligadas ao próprio Movimento, ligadas a outros movimentos havia 230 mil famílias e as famílias sem-terra era cerca de 4.5 milhões. Naquele período o MST também afirmava ter cerca de 120 milhões de hectares de terras improdutivas que correspondiam a 54 mil imóveis e que as terras devolutas somavam 130 milhões de hectares. Os assentados representavam 1/5 dos produtores da agricultura familiar nesse mesmo período.

Como já foi dito anteriormente, a concentração fundiária brasileira permanece praticamente intocada, haja vista o modelo de reforma agraria realizada até agora não deu conta de atender essa demanda. Parece que cada ano que sucede aumenta essa concentração e junto a isso vem também o aumento de ocupações, liderado principalmente pelo MST, como mostra a tabela:

**Figura 2: Tabela 1 - Ocupações de terra no Brasil, período 1995 a 2006. Segundo dados oficiais do INCRA**

<b>ANO</b>	1995	1996	1997	1998	1999	2000
<b>Nº OCUP.</b>	145	397	455	446	502	236
<b>ANO</b>	2001	2002	2003	2004	2005	2006
<b>Nº OCUP.</b>	158	103	222	327	221	110
<b>TOTAL</b>	3.322					

Dados sobre a ocupação de terra no Brasil por trabalhadores sem-terra. Fonte: INCRA Relatório de Ouvidoria Agrária, 2006.

No seu primeiro ano de governo, Collor cria a Secretaria Nacional de Reforma Agrária, que tinha o papel de gerir as funções cabíveis ao INCRA. Um ano depois essa secretaria é extinta e o INCRA volta a ser novamente o órgão principal para cuidar da questão da reforma agrária. Durante a campanha, Collor promete assentar 500 mil famílias, ao assumir o governo não fez diferente dos demais, ou seja, não cumpriu com a promessa de campanha. Na época o ministro da Agricultura e Reforma Agrária era Antonio Cabrera.

Para Coletti (2005) Cabrera tomava medidas que já havia sendo exigida pelos ruralistas desde a elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária. No início do ano de 1992, Collor cria o programa de reforma agrária denominado “Programa da Terra”, que tinha como objetivo assentar, naquele ano, 50 mil famílias; desapropriar 2,9 milhões de hectares de terras - dos quais 735 mil já estavam disponíveis; destinar, através do PROCERA<sup>21</sup>, 114 bilhões de cruzeiros para os assentados antigos; emancipar dez mil famílias assentadas; destinar 30 bilhões do Banco do Brasil para crédito fundiário a pequenos agricultores; dar assistência técnica às famílias assentadas; descentralizar a reforma agrária, envolvendo estados, municípios e entidades privadas, etc.

Em dezembro de 1992 acaba o seu governo através do impeachment e mais uma vez não se concretiza a promessa de governo. Segundo o DATALUTA (2007)<sup>22</sup>, no governo de Collor foram assentadas apenas 42.030 famílias em 288 projetos de assentamentos.

<sup>21</sup> O Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procera) foi criado pelo Conselho Monetário Nacional em 1985 com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade agrícolas dos assentados da reforma agrária, com sua plena inserção no mercado, e, assim, permitir a sua “emancipação”, ou seja, independência da tutela do governo, com titulação definitiva. PROGRAMA DE CRÉDITO ESPECIAL PARA REFORMA AGRÁRIA (PROCERA): INSTITUCIONALIDADE, SUBSÍDIO E EFICÁCIA. Ver, especialmente, Gervasio Castro Rezende. Rio de Janeiro, maio de 1999.

<sup>22</sup> Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA, 2007.

[www.prudente.unesp.br/dgeo/nera](http://www.prudente.unesp.br/dgeo/nera). Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária.

Quando Itamar Franco, que era vice de Collor assumiu o governo, houve uma aproximação maior dos sem-terra com o governo federal. A Lei Agrária N° 8.629 de 25.02.1993 rezava sobre os dispositivos constitucionais relativos a reforma agrária. Porém alguns dos artigos dessa Lei tendiam a dificultar a implantação dessa reforma. É caso do artigo 7º que constava que “não será passível de desapropriação, para fins de reforma agrária, o imóvel que comprove estar sendo objeto de implantação de projeto técnico...”.

Segundo Colleti (2005), “Tal determinação significava um perigoso precedente, pois poderia criar uma verdadeira “indústria de projetos frios”, forjados pelos proprietários dos imóveis pura e simplesmente para evitar a desapropriação”. No artigo 12º está claro a justa indenização das áreas desapropriadas. Colleti (2005) afirma que no mesmo ano foi aprovada a Lei do Rito Sumário, que definia o procedimento jurídico para o caso de desapropriações de terra por interesse social, para fins de reforma agrária. No governo de Itamar Franco foram assentadas 14.627 famílias em 118 projetos de assentamentos, segundo o DATALUTA (2007).

Nos dois governos de FHC (1994-2002) ficaram marcados na maneira como foi encarada a questão da reforma agrária. Foi nesse governo que aconteceu um dos maiores massacres na história da luta do MST. De acordo com Magrini (2015):

(...) talvez o fato mais marcante na história do MST, foi amplamente divulgado pelos grandes meios de comunicação e resultou em 19 mortes de agricultores no Sul do Pará. O massacre de Eldorado dos Carajás novamente não se diferencia da trajetória explicitada em outros conflitos entre poder vigente e resistência popular. Em 1996, centenas de Sem Terras fecharam a BR-155 como forma de protesto pela demora na desapropriação de terras no Pará. Com o intuito de instaurar a ordem e se utilizando do pressuposto pseudo constitucional do direito de ir e vir, a polícia paraense avançou em direção aos Sem Terras e além de conseguirem liberar a rodovia para o trânsito, cometeram uma das maiores chacinas contemporânea no campo brasileiro<sup>23</sup> (MAGRINI, 2016, p.104)

O autor salienta aqui sobre o pressuposto pseudo constitucional de ir e vir, mas a própria Constituição de 1988 nos garante esse direito. Mas é verdade também que em muitas ocasiões o MST interdita estradas, vias fazendo com que esse direito seja cessado e colocando ou deixando de cumprir esse direito.

---

<sup>23</sup> O Massacre de Corumbiara foi um violento conflito entre policiais e camponesas/es no processo de desocupação da Fazenda Santa Elina em 1995 no município de Corumbiara, no estado de Rondônia, que culminou em centenas de feridos e dezenas de mortos, sem, no entanto, haver um número oficial até hoje (CPT, 2015). Ver Pedro Rosas Magrini, 2015.

Na história dos movimentos sociais no Brasil, tem se mostrado bastante violento, principalmente nos conflitos no meio rural. Segundo Oliveira (2009) a histórica da segunda metade do século passado, apresenta dois aspectos antagônicos: enquanto de um lado, havia um grupo hegemônico que dominava a terra, de outro, se travava uma “luta sangrenta” pelos camponeses que cobravam o direito a terra e trabalho. Esses números de trabalhadores assassinados na luta pela terra no Brasil são alarmantes e segue avançando nesse século.

Devido os avanços das fronteiras agrícolas na Amazônia, no Cerrado, Mato Grosso e no Sul do Pará, isso tem contribuído nos últimos anos para um alto índice de violência no campo. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), os maiores índices de assassinatos se encontram nos estados da Amazônia e no estado do Pará, fazendo com que se configure uma nova geografia dos conflitos agrários no Brasil. A violência também tem se agravado em virtude das invasões em terras indígenas e entre outras coisas, a expansão das monoculturas para exportação. Vejamos esses dados na tabela a seguir.

De acordo com a CPT, nessa região o que impera é a lei do mais forte e que as lideranças ligadas aos sindicatos dos trabalhadores rurais, as ONGs que pelem em favor do meio ambiente e do uso sustentável do meio ambiente e as lideranças dos movimentos sociais no campo são perseguidas, presas, ameaçadas e mortas. Segundo Martins (1981) seria necessário incluir entre essas vítimas os posseiros que também tiveram suas casas queimadas por jagunços a serviços de grileiros, fazendeiros e grandes empresas nacionais e multinacionais; os que têm sido despejados, quase sempre violentamente, por equipes combinadas de jagunços e policiais com base em decisões judiciais (MARTINS, 1981, p.106).

**Figura 3: Tabela 2 – Brasil, conflitos no campo período de 1998 a 2007**

<b>ANO</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>
<b>Nº DE CONFLITOS</b>	1.100	983	660	880	925
<b>ASSASSINATOS</b>	47	27	21	29	43
<b>PESSOAS ENVOLVIDAS</b>	1.139.086	706.361	556.030	532.772	451.277
<b>HECTARES</b>	4.060.181	3.683.020	1.864.002	2.214.930	3.066.436
<b>ANO</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
<b>Nº DE CONFLITOS</b>	1.690	1.801	1.881	1.657	1.538
<b>ASSASSINATOS</b>	73	39	38	39	28
<b>PESSOAS ENVOLVIDAS</b>	1.190.578	975.987	1.021.355	783.801	795.341
<b>HECTARES</b>	3.831.405	5.069.399	11.487.072	5.051.348	8.420.083

Dados sobre os conflitos no campo no Brasil. Fonte: MDA\_INCRA – 2012 Olhando a tabela percebemos que o número de conflitos e de mortes no campo durante os governos de FHC e Lula nos últimos anos não diminuíram, no período que vai de 1998- 2007 foram assassinatos 384 pessoas. No mesmo período foram registrados 11.314 conflitos por terras. Contrariando alguns, a maioria tanto de assassinatos como dos conflitos, se deram no governo do Partido dos Trabalhadores, refletindo que o problema agrário no Brasil ainda não foi resolvido, e que a luta no campo é um problema social sério que envolve milhares de trabalhadores.

Segundo Engelmann e Gil (2012), o número de trabalhadores assassinados na luta pela terra no Brasil é alarmante e segue avançando nesse século. Conforme dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) (1993), entre 1964 e 1988 foram cerca de 2.100 assassinatos de trabalhadores rurais do campo. E entre 1991 e 1995 foram registrados 240. Situação que não se alterou com o governo Lula (2003-2010), segundo a CPT (2010), entre 2001 e 2010 foi registrado 376 assassinatos de trabalhadores no campo. No primeiro mandato de FHC, foram assentadas 306.285 famílias e criados 2.413 assentamentos, segundo o DATALUTA (2007). Até então nenhum governo tinha alcançado esse feito. Por isso o governo acreditava que as pressões dos movimentos socioterritoriais por ocupações de terras seriam diminuídas.

Com essa postura, FHC tinha o seu objetivo, que segundo Rocha (2008) o governo queria “modificar as regras de funcionamento da estrutura latifundiária sem mudar as normas institucionais da “sociedade tradicional” (ROCHA,2008. p. 4). Embora essas medidas tenham sido tomadas ainda assim em seu primeiro mandato ocorreram 1.986 ocupações de terras.

No segundo mandato (1999-2002) FHC toma medidas mais duras com relação aos movimentos socioterritoriais, uma delas foi a Medida Provisória 2109-52, criada em maio de 2001. Essa medida impedia a desapropriação da área ocupada e tira dos eventuais ocupantes o direito constitucional à reforma agrária. Esta foi uma das formas encontradas pelo governo federal de barrar o crescimento e ações de ocupação.

No ano de 1999 e 2000 registrou-se 1.425 ocupações de terra. Após a aprovação da medida provisória 2109-52, o ano de 2001 e 2002, tiveram apenas 556 ocupações de terras, ou seja, houve uma diminuição significativa de ocupações realizadas pelos movimentos socioterritoriais, que foi de 60%.

Rocha (2007) afirma que com a diminuição como as ocupações são a principal forma de pressão para a criação de assentamentos, com a diminuição do número de ocupações também diminuiu o número de assentamentos e de famílias assentadas em relação ao primeiro governo. Os dados do DATALUTA (2007) mostram que no segundo governo de FHC, foram assentadas 158.312 famílias e criados 1.931 assentamentos.

Outro fato que caracterizou a política de reforma agrária do governo de FHC, principalmente no seu segundo mandato foi a adoção do MRAM- Modelo de Reforma Agrária de Mercado. Com a criação do Banco da Terra, que tinha como função financiar a compra da terra para construção de assentamentos, foi estabelecido também uma linha de crédito fundiário através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES por meio de recursos do Banco Mundial.

Mais uma vez os mais beneficiados foram os grandes proprietários de terras que passaram a receber dinheiro a vista por suas terras vendidas. Para Fernandes (1999), dessa forma o latifúndio deixava de ser punido por não cumprir com sua função social, conforme exige a Constituição, tornando-se um ativo financeiro. Com isso, o governo FHC descaracterizava a reforma agrária e mercantilizava a questão agrária.

No governo de Lula da Silva (2003-2010), do Partido dos Trabalhadores (PT), havia uma grande expectativa em relação à reforma agrária e as possíveis mudanças que marcariam a história do Brasil, visto que agora se tinha no governo um partido com projetos capaz de comportar os setores mais pobres da sociedade brasileira. Agora os Movimentos sociais, como o MST, colocam a necessidade de uma reforma agrária como política estrutural e a eliminação da concentração fundiária para começar a solucionar os problemas cruciais do país. Também analisamos a mudança do programa de reforma agrária do MST que, diante da mudança do período pós-2003, defende uma reforma agrária popular no país.

Para alguns intelectuais que já perceberam o avanço e o fortalecimento do agronegócio passou a defender que não dá para fazer uma reforma agrária nos moldes capitalista, portanto essa ideia já estaria ultrapassada. Segundo Engelmann e Gil (2012), no seu Programa Agrário de 2007, o MST defende a necessidade de um “Projeto popular para a agricultura brasileira”, com uma proposta de reforma agrária capaz de “construir uma nova sociedade: igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável”. (MST, 2007).

Se nos governos de FHC foram utilizadas repressões para com os movimentos socioterritoriais, como forma de manter a ordem, no governo Lula foi marcado por uma política assistencialista, como o programa bolsa família, que é um programa que atende cerca de 14 milhões de famílias, ou seja, quase 50 milhões de pessoas em todo país. Entre esses estão os sem-terra acampados e assentados. Mas não significa dizer que não houve também violência no campo durante o seu governo. No início esse programa tinha como objetivo assistir cerca de 11 milhões de famílias e isso foi um dos motivos para que viesse diminuir o número de conflitos e acampamentos.

O II PNRA foi elaborado no governo de Lula e tinham metas para serem cumpridas até o final do primeiro mandato (2006). Agruparemos aqui essas metas a partir de quatro tipos de ações<sup>24</sup>:

**Reforma agrária:** tendo como meta o assentamento de quatrocentas mil novas famílias em projetos de reforma agrária, além do cadastramento georreferenciado<sup>25</sup> dos imóveis rurais.

---

<sup>24</sup> Ver análise e mapeamento dos tipos de assentamentos no Brasil: compreender a diversidade e a atualidade da reforma agrária brasileira - estudo dos assentamentos das regiões norte e nordeste- relatório final- Estevan Leopoldo de Freitas Coca. Presidente Prudente, maio de 2008.

**Regularização fundiária:** atingindo 500 mil famílias abrangendo dois milhões e duzentos mil imóveis rurais e o reconhecimento, demarcação e titulação de áreas de remanescentes quilombolas; reassentamento de ocupantes não índios em área indígenas.

**Reordenamento agrário:** promovendo o acesso a terra pelo Crédito fundiário de cento e trinta mil famílias.

**Políticas agrícolas e sociais:** recuperação da capacidade produtiva e viabilidade econômica dos assentamentos existentes; gerando dois milhões e setenta e cinco mil novos postos de trabalho permanente no setor reformado; promovendo a igualdade de gênero. Garantindo também assistência técnica e extensão rural, capacitação, créditos e políticas de comercialização às famílias assentadas; universalizando o direito à educação, a cultura e a seguridade social nas áreas reformadas. Isso aqui é o resumo do que estava nas metas apresentada no primeiro governo de Lula.

Percebe-se agora que o foco do segundo programa agrário do PT se volta para o combate à pobreza e o desenvolvimento capitalista do campo, principalmente acompanhado de um programa básico de políticas públicas para estruturação de assentamentos consolidados e com a desapropriação de novas áreas em menor intensidade.

Dentro do programa Fome Zero, a principal política do governo do PT se volta para a soberania alimentar. Portanto entende-se que a reforma agrária é tida como uma das alternativas capaz de assegurar o direito à alimentação digna da população brasileira, tendo como prioridade os mais necessitados. Stédile (2005) “o eixo central da nossa política de segurança alimentar está na conjugação adequada entre as chamadas políticas estruturais – voltadas à redistribuição da renda, crescimento da produção, geração de empregos, reforma agrária, entre outros”.

Com relação a concentração fundiária no Brasil, essa é por sua vez considerada por muitos um grave problema no espaço rural brasileiro, uma vez que as maiores áreas de terra se encontram concentradas nas mãos de poucos. Nos últimos 30 anos uma das questões mais debatidas na política interna brasileira é questão fundiária. Um dos grandes problemas está na

---

<sup>25</sup> A palavra: “geo” significa terra e referenciar = tomar como ponto de referência, localizar, situar, ou seja: georeferenciar é situar o imóvel rural no globo terrestre, é estabelecer um “endereço” para este imóvel na Terra, definindo a sua forma, dimensão e localização, através de métodos de levantamento topográfico, descrevendo os limites, características e confrontações do mesmo, através de memorial descritivo que deve conter as coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais, georeferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, (art. 176, § 4º, da Lei 6.015/75, com redação dada pela Lei 10.267/01)

concentração de renda, nos estabelecimentos de culturas voltadas para exportação entre outros fatores históricos.

Na realidade o que é preocupante para muitos, é grande concentração de terras em todo o país. Porém seria um grande erro atribuir somente as políticas dos últimos 15 anos o problema da concentração fundiária brasileira. Esse problema é histórico e que até agora nenhum governo teve a capacidade de resolver e por isso vem ao longo dos anos ganhando destaque nos debates políticos, acadêmicos e no campo os movimentos sociais na busca de pressionar os governos a realizar a reforma agrária, ocasiona os mais diversos conflitos, que por sua vez em muitas ocasiões faz desses movimentos os principais agentes invasores de grandes latifúndios. Vejamos os dados a seguir sobre a estrutura fundiária no Brasil.

**Figura 4: Tabela 3. Estrutura fundiária no Brasil.**

ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO BRASIL – 2009					
ESTRATOS DE ÁREA TOTAL (ha)	Imóveis		Área total		Área média (ha)
	Nº de imóveis	Em %	Em ha	Em %	
Até 10	1 744 540	33,7	8 215 337	1,4	4,7
De 10 a 25	1 316 237	25,4	21 345 232	3,7	16,2
De 25 a 50	814 138	15,7	28 563 707	5,0	35,1
De 50 a 100	578 783	11,2	40 096 597	7,0	69,3
De 100 a 500	563 346	10,9	116 156 530	20,3	206,2
De 500 a 1000	85 305	1,5	59 299 370	10,4	695,1
De 1000 a 2000	40 046	0,8	55 269 002	9,7	1 380,1
Mais de 2000	39 250	0,8	242 795 145	42,5	6 185,9
Total	5181 645	100,0	571 740 920	100,0	110,3

Tabela elaborada pelo DIEESE a respeito da estrutura fundiária no Brasil <sup>26</sup>

Como é possível perceber nos dados da estrutura fundiária brasileira, a maior parte dos estratos de área – 42,5% – encontra-se concentrada em 0,8% de imóveis, que apresentam uma área média de 6.185 hectares. Por outro lado, 33% dos imóveis apresentam uma área equivalente a 1,4% dos estratos de área ocupados, o que equivale a uma área média de apenas 4,7 hectares. Outros 25,4% dos imóveis apresentam uma área média de 16,2 hectares e

<sup>26</sup> Dados da tabela DIEESE. Estatísticas do Meio Rural 2010- 2011 apud, MARTINS, D. et al Geografia sociedade e cotidiano espaço brasileiro. Volume 02. 3ª ed. São Paulo: Escala Educacional, 2013, p. 109.

ocupam 3,7% da área total do Brasil destinada à produção econômica no campo. Isso revela que há uma grande quantidade de terras sob posse de um número muito pequeno de pessoas.<sup>27</sup>

---

<sup>27</sup> Ver PENA, Rodolfo F. Alves. “Concentração fundiária no Brasil”; Brasil Escola. Disponível em [http://brasilecola.uol.com.br/brasil/concentração – fundiária- no- brasil](http://brasilecola.uol.com.br/brasil/concentra%C3%A7%C3%A3o-fundi%C3%A1ria-no-brasil). Htm. Acesso em 27 de novembro de 2017.

### **3 MST- QUAL O VIÉS DE REFORMA AGRÁRIA DEFENDIDA PELO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA (MST)?**

#### **3.1 UMA BREVE ABORDAGEM SOCIOLOGICA DOS MOVIMENTO SOCIAIS**

Neste capítulo busco discutir as principais reivindicações do MST e suas formas de encontrar o(s) meio(s) de se fazer a reforma agrária no país, bem como as ações que o Movimento utiliza para pressionar o governo e o viés de reforma agrária que eles desejam. Antes, tento fazer uma ligação com outros movimentos que antecederam o MST fazendo um embasamento teórico para que o entendimento não fique deslocado do que pretendemos analisar.

Os movimentos sociais consistem em ações conjuntas e organizadas por grupos que reivindicam algo perante o modelo político econômico imposto pela sociedade dominante vigente. A partir daí os movimentos se colocam contra os governos objetivando mudanças sociais através da política. Exemplo disso é o MST, os movimentos sindicais e as ONGs entre outros, que buscam mudanças em determinado contexto da sociedade.

Segundo Lima (2012) ao falar das tensões e conflitos em torno da luta pela terra,

(...) no universo que separa conceitualmente sociedade civil e sociedade política, estão grupos conformados em setores (patronal rural e trabalhadores rurais) que disputam no âmbito da sociedade civil a hegemonia política, cultural e discursiva sobre os temas relacionados à questão da terra e desenvolvimento rural. Os dois setores explicitam projetos diferenciados, construídos dentro da organização e da identidade que cada grupo tem de si mesmo, sobre concepções acerca da propriedade da terra e acerca da organização de trabalhadores rurais (LIMA, 2012, p.18).

A autora reforça o fato de que não podemos pensar o conceito de sociedade civil tomando como ponto de partida alguns aspectos indiferentes ao caráter classista. Dessa forma eliminaria as contradições que existem no interior da sociedade civil que também resultam das contradições teórica e prática das visões de mundo. Portanto, como diz Lima, *o setor patronal rural está ligado à classe dominante no meio rural e o setor dos trabalhadores rurais à classe*

*trabalhadora, configurando-se em setores antagônicos, frutos de classes antagônicas que possuem ideologias e os projetos políticos diferenciados (LIMA,2012: 18)*

Segundo Bordieu (2007), o autor considera que as ideologias servem interesses particulares que tendem a se apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. Os "sistemas simbólicos" cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam.

Nos dias atuais está acontecendo no Brasil e no mundo uma onda crescente de movimentos sociais nos mais diversos países. Seus integrantes pertencem as variadas faixas etárias, classes sociais, econômica e cultural. Grande parte desses movimentos em sua maioria são jovens que buscam melhores perspectivas de vida entre essas reivindicações uma melhor assistência do estado como saúde, educação, trabalho entre outros buscando também que a política seja de fato democrática, e mais ética e menos corrupta.

Provavelmente a ideia de luta por direitos começa com uma nova concepção antropocêntrica (o homem no centro das transformações) como sujeito transformador do meio político e social, essa concepção vem com os iluministas que pregaram a razão, que aconteceu num período compreendido entre os anos de 1650 e 1700. O século XVIII ficaria conhecido na história como o século das revoluções não apenas pela revolução dos movimentos da França, mas pela onda de revoltas que se espalham pelo mundo. Na concepção do historiador Eric Hobsbawm, essa época compreende um período que vai de 1789 a 1848. Um período de revoluções que aconteceram não apenas no campo social, mas também econômico, e que, portanto, mudaria os séculos futuros.

Segundo Eric Robsbawm (2012),

A grande revolução de 1789 -1848 foi o triunfo não da "indústria" como tal, mas da classe média ou da sociedade "burguesa" liberal; não da "economia moderna" ou do "estado moderno", mas das economias e Estados em uma determinada região geográfica do mundo (parte da Europa e alguns trechos da América do Norte), cujo centro eram os Estados rivais e vizinhos da Grã-Bretanha e França. A transformação de 1789 – 1848 é essencialmente o levante gêmeo que se deu naqueles dois países e que dali se propagou por todo o mundo (HOBSBAWM, 2012.pag. 20).

Os principais destaques, todavia, são a revolução industrial britânica em seus estágios iniciais e desenvolvimento, assim como a Revolução Francesa, aos quais, o autor nomeou com o termo a “dupla revolução”. Pontua os efeitos de tais acontecimentos e seus reflexos no mundo contemporâneo e não apenas no tocante à França e Inglaterra apenas. Para Hobsbawm, nesse período o mundo era rural, com raras grandes áreas “urbanas” (como Londres e Paris), permeado por uma economia voltada ao campo. O trabalhador rural não possuía um conceito muito diferenciado do escravo: dedicava-se ao trabalho forçado nas terras de seu senhor, submetia-se a exploração e, em alguns casos, poderia até mesmo ser vendido.

Em 1795 o britânico Thomas Paine escreveu um texto intitulado de **“Justiça Agrária”** (Agrarian Justice). Nesse texto Paine traz uma ideia de uma renda universal. O Estado seria o administrador responsável por meio de um fundo especial. Havia uma justificativa por parte de Paine de que cada cidadão individualmente teria o direito de receber uma participação da riqueza produzida pela nação. Isso seria uma forma de compensar a perda de sua terra que ao longo dos tempos foi sendo apropriadas pelos agricultores da época. Esses agricultores enriqueceram fazendo uso da terra que pertencia a todos.

Em Thomas Paine Revisitado, de Modesto Florenzano (1998), Florenzano afirma que Paine se tornou uma figura mal vista nos Estados Unidos, fora dos pequenos círculos de radicais e livres pensadores. Em Thomas Paine Revisitado, o autor explora Paine do ponto de vista político, uma vez que está relegado a um lugar secundário principalmente na história da Revolução Francesa, quando o mesmo Paine apresenta uma visão interpretativa de “Os Direitos do Homem”. Florenzano reclama um lugar de destaque para Paine no campo das ideias políticas. No texto sobre a Justiça Agrária Paine diz que é errado dizer que Deus criou o rico e o pobre. Ele apenas criou o homem e a mulher e deu a eles a terra por herança.

No mundo globalizado e ao mesmo tempo informatizado faz pensar que nada acontece de forma isolada e fora do alcance das pessoas. A mídia, os noticiários chegam a nos informar de fatos que chegam a se concretizar instantaneamente, mas nem sempre foi assim. Os movimentos sociais sejam nos grandes centros ou no meio rural vêm ao longo do tempo demonstrando na sua natureza, os múltiplos e os mais diversos meios de se organizarem, mostrando que podem se moldar ao desenvolvimento mundial e tentar responder as necessidades sociais que foram geradas.

Para o sociólogo britânico Anthony Giddens, no Estado há um mecanismo político governamental que controla determinado território. Esse estado conta com um sistema de leis e de capacidade de usar a força para implementar suas políticas. As sociedades modernas são compostas por pessoas que se consideram parte de uma única nação e com sentimentos pertencentes a uma região, comunidade com suas representações, símbolos e convicções. É nessa sociedade diversa e dinâmica que existe uma enorme gama de diferenças ideológica, política, partidária e social.

O sociólogo francês Alain Touraine entende que a gênese dos movimentos sociais está no conflito entre classes e vontades políticas. Para Touraine, os conflitos sociais estão enraizados em nossa forma de governo e em nosso Estado moderno, permeado por vontades individuais e pelas desigualdades sociais. Essa desigualdade, que fere os princípios de igualdade de um Estado democrático, torna-se um agente de segregação social, cultural e econômica, interferindo na maioria das vezes nas formas de atuação civil daqueles afligidos por tal condição.

Por meio do pensamento propagado pelo Iluminismo, surgem os princípios universais que guiariam a Revolução Francesa: Liberté, Egalité, Fraternité (liberdade, igualdade e fraternidade). No entanto, que este mesmo pensamento, apesar de inovador, repleto de ideias humanitárias, de racionalidade e de progresso, ainda que indiretamente, favoreceu à consolidação do capitalismo. Por mais que alguns pensadores iluministas estivessem ao lado dos governantes monárquicos, ainda assim estes colaboraram para o declínio do Antigo Regime. Desta forma, com o desenvolvimento do capitalismo, a burguesia continuou sua ascensão econômica, que é caso da Inglaterra e França.

Todavia, enquanto a industrialização atingia índices vertiginosos na Inglaterra, em outras regiões, como a França parecia caminhar a passos lentos. Nesse caso, é que, diferentemente da Inglaterra, a economia capitalista francesa baseava-se nas estruturas do campesinato e da pequena burguesia – não direcionando capital para a indústria. Nos Estados Unidos, no entanto, a situação era diversa; enquanto na França existia o capital, este era escasso em terras americanas. Estes fatos demonstram claramente a maneira diversa como a industrialização se comportou nas diferentes regiões e nações. Baseado nas afirmações anteriores, o historiador Fábio Metzger ressalta que a maior consequência destes processos seria a divisão dos blocos entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

De acordo com Martins e Foracchi (1999), Touraine afirma que um movimento social apresenta três princípios básicos: 1. O princípio de identidade é a definição do ator por ele mesmo. Um movimento social só pode se organizar se esta definição é consciente; 2. O princípio da oposição. Um movimento social só se organiza se ele pode identificar seu adversário, mas sua ação não pressupõe identificação. O conflito faz surgir o adversário, forma a consciência dos atores presentes. 3. O princípio da totalidade nada mais é que o sistema de ação histórica, o movimento social, portanto, não é necessariamente global. Mas, mesmo se é localizado, o movimento social não deixa de recorrer a um princípio de totalidade.

É bastante visível a ótica marxista naquela que Hobsbawm chamou de “dupla revolução”, abordando o materialismo histórico quando menciona a evolução econômica que se deu na exploração do homem pelo homem. Essas compreensões se dão no campo e na cidade, principalmente com o crescimento das cidades onde ocupa um espaço considerado. De igual modo acontece com a importância dada a produção agrária da época e dos trabalhadores que ali viviam. Nesse período destacou-se os trabalhos dos fisiocratas que atribuíram uma grande importância a terra, ligando a sua posse a grandes riquezas.<sup>28</sup>

Ao se referir ao trabalhador do campo, Hobsbawm atenta para o trabalhador rural no que diz respeito a suas condições de trabalho e o êxodo rural provocado pela crescente industrialização e pelas leis de cercamento que priorizava a produção de lã como meio de produção para o setor têxtil. A produção agrária era tímida se comparada ao comércio e a indústria. Lembrando que tanto o ferro como carvão foram fundamentais na primeira fase da industrialização.

Os movimentos sociais do campo são aqueles que envolvem o campesinato, isto é, os trabalhadores rurais. Entre as suas principais bandeiras de luta estão a reforma agrária, a melhoria das condições de trabalho e o combate ao processo de substituição do homem pela máquina no meio agropecuário. No Brasil, em virtude de uma grande desigualdade social, possibilitou a criação e formação de várias organizações populares, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Conforme Gohn (2003) e Lima (2012), as décadas de 1970 e 1980 no Brasil, ao falar de sociedade civil significava teorizar os diversos movimentos populares que se formaram antes do processo de redemocratização. Era um tanto difuso

---

<sup>28</sup> Fisiocracia é uma escola de pensamento econômico, fundamentada na liberdade defendida por economistas no contexto do Iluminismo na segunda metade do século XVIII. De origem grega, tem como significado “ Governo da Natureza”. Exemplo disso é a obra “ A riqueza das Nações” de Adam Smith.

porque tanto o socialismo libertário como o anarquismo, ambos compreendiam uma análise marxista da realidade, sobretudo a busca por direitos sociais, tais como a vida, comida e abrigo.

Para Maia (2005), os movimentos rurais que antecederam o MST entre os séculos XVI e XX serviram de referência aos movimentos de resistência popular. Nos últimos anos as lutas travadas no campo vêm redimensionando o espaço rural por meio de confrontos e conflitos entre trabalhadores e proprietários de terras. No século XXI o MST atua incorporando princípios de uma organização social de massa, mas que ao mesmo tempo com características um tanto contraditória, visto que também faz ocupações em prédios públicos como bancos, o próprio INCRA, estradas, rodovias, uma vez que segundo o próprio movimento o maior objetivo é a reforma agrária e a democratização da terra.

Gohn (2010) reconhece que os movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas pôr os mais diversos atores sociais coletivos das mais diversas classes e camadas sociais. Suas articulações se dão sob temas que em sua maioria estão ligados a conflitos e disputas existentes na sociedade. Dentro dessas disputas surge o que a autora chama de identidade coletiva e ideológica que é política e cultural, influenciando assim a cultura política de um lugar aludindo o princípio de solidariedade, sobretudo de entidades e organizações da sociedade civil e política. Complementando essa visão, Tapia (2009) define os movimentos sociais como sendo uma forma política que problematiza a reprodução da ordem social de maneira parcial ou geral, ou seja, como um mecanismo de reforma e renovação da própria sociedade civil, uma complexificação da política e do sistema de relações entre sujeitos políticos (TAPIA,2009, p. 2).

### 3.2 MST- O QUE É, ONDE ESTÁ PRESENTE E QUAL O SEU OBJETIVO

De acordo com Bernardo M. Fernandes em seu livro *A formação do MST no Brasil* (2000), o MST nasceu da ocupação da terra e tem nesta ação seu instrumento de luta contra a concentração fundiária e o próprio Estado. Segundo este autor, pelo fato da não realização da reforma agrária, por meio das ocupações, os sem-terra intensificam a luta, impondo ao governo a realização de uma política de assentamentos rurais.

Hoje, ao noticiar as ações do MST em qualquer parte do Brasil, os jornais estão mostrando o que realmente está sendo construído pelos sem-terra, seja ocupações de terra, prédios públicos, interdição de rodovias, estradas e isso chama atenção da sociedade em geral. O Movimento alega que tais ações é para chamar a atenção do governo e pressionar para que seja atendida suas reivindicações. Para algumas pessoas há muitos oportunistas e aproveitadores e muitos casos não querem a terra para trabalhar. Mas afinal qual é viés de reforma agrária que o MST defende? Qual a sua contribuição no processo da desapropriação de terras para fins de reforma agrária? Há 30 anos o MST vem ocupando terras, fazendas e cometendo ações por todo país e até agora não se viu a concretização da reforma agrária.

Era, inicialmente, um grupo formado por posseiros que tinham sido limitados por barragens, meeiros, pequenos agricultores, migrantes, etc. Porém, os líderes e fundadores do MST, consideram injusta a afirmação de seu movimento ter surgido nessa época, pois dizem ter a semente lançada pelos primeiros indígenas que lutaram contra a mercantilização de suas terras pela coroa portuguesa e posteriormente movimentos como os quilombos e Canudos. Porém, a ideia de um movimento organizado, especificamente para esse fim, foi realmente concebida em Cascavel nos anos 80. O MST tem vertentes filosóficas fundamentadas no marxismo e no cristianismo progressista (ou teologia da libertação).

Segundo Morissawa (2001) o MST é o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, surgiu durante os anos de 1970, teve origem na oposição ao modelo de reforma agrária do período do regime militar.

O MST foi plantado em 7 de setembro de 1979 em plena ditadura militar e nasceu em 1984 quando aconteceu sua primeira ocupação na fazenda Macali, em Ronda Alta, Rio Grande do Sul. Organizada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), e a partir daí muitas outras lutas, nesse e em outros estados foram acontecendo e ampliando as conquistas em busca de um objetivo mais alto, a reforma agrária (MORISSAWA,2001. p.123).

Para a maioria das pessoas o MST teve sua origem em 1984. O movimento declara até hoje a busca pela redistribuição das terras improdutivas no país. Segundo o levantamento de 2016, o MST está presente nos 24 estados brasileiros. A sua estrutura se baseia em chamados núcleos, composto por 500 a 1000 famílias. O grupo tem direção estadual, regional

e nacional, vale lembrar que esta organização não tem registro legal por ser um movimento social, portanto, não é obrigado a prestar contas a nenhum órgão do governo.

O MST já ocupou terras em cada parte do país, no Paraná foram inúmeras manifestações e ocupações de fazendas e em meio a tudo isso há inúmeros conflitos envolvendo os ocupantes e os donos das propriedades. Recentemente houve ocupações no sudoeste do Paraná, em Quedas do Iguaçu, cidade de 30 mil habitantes. Depois dos atos de destruição feitas em viveiros florestais e de barracões da madeireira Araupel.

As propriedades vizinhas passaram a conviver com o medo. Na época duas fazendas vizinhas foram invadidas e segundo alguns moradores dessas fazendas o clima era muito tenso. As famílias tiveram que sair das casas para o MST entrar. Outras pessoas relatam que dentro do movimento existem pessoas que fazem uso de armas pesadas. Apesar de haver as mais variadas siglas, os movimentos sociais do campo constituíram-se, historicamente, a partir de duas principais frentes: as Ligas Camponesas, entre as décadas de 1940 e 1960, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), criado na década de 1980.

As Ligas Camponesas surgiram após o final da ditadura militar do Governo Vargas e estruturaram-se com bases e orientações do PCB – Partido Comunista Brasileiro. Porém, foi somente durante a década de 1950 que as Ligas conseguiram uma integração que envolveu quase a totalidade do país, através das organizações ou ligas regionais. No entanto, com o golpe militar de 1964, as Ligas Camponesas foram extintas pelo poder da repressão ditatorial.

Em 1984, durante o período da redemocratização, os trabalhadores rurais novamente se organizaram e fundaram o MST, durante o primeiro congresso nacional do movimento, realizado na cidade de Cascavel, no Paraná. Em sua agenda de lutas estão: a reforma agrária, a luta pela terra e a transformação social.

Desde a sua fundação, o MST atua através da ocupação de grandes latifúndios e terras improdutivas, construindo assentamentos. Porém, é importante observar que esse é um dos seus métodos de ação, e não o seu objetivo final. Após a ocupação, o movimento realiza pressão para que o Estado ofereça condições de infraestrutura básica como rede elétrica e outros.

Durante as ocupações, o MST costuma oferecer apoio às famílias, com a criação de escolas e cursos de formação política e de técnicas de cultivo e agricultura familiar,

estimulando a organização dos pequenos produtores rurais em cooperativas. As marchas são instrumentos usados para reivindicar projetos e ações do governo como também são estratégias utilizadas para os militantes resistirem na luta. No MST existem as mais diversas formas de resistência que vão desde as ocupações de terra como ponto fundamental da luta, ocupar a área e tentar resistir até que ocorra o processo de desapropriação que muitas vezes pode demorar mais de um ano.

O trabalho que é feito no terreno que acaba de ser ocupado (invadido) precisa ser animador. As falas, os discursos das lideranças são recheados de esperanças, utopias. Uma forma de encorajar para não desistir de um sonho que está muito perto, de um pedaço de chão para morar, plantar, criar e não viver preso ao patrão. Portanto, segundo Fernandes (1999), o acampamento se concretiza como o espaço de luta e resistência, é tudo ou nada. O trabalhador, no caso o acampado, parte para o enfrentamento direto como o estado e com o dono da terra, e essa ocupação é na verdade imprevisível. Quando o Movimento organiza essas ocupações em territórios diferentes, de abrangência local, regional e nacional resulta de fortes elementos de resistência contra a exploração. É uma maneira de tentar conseguir a atenção da sociedade para a causa e ao mesmo tempo suscitar opiniões diversas. Por meio de tudo isso procura denunciar o governo mostrando que não fez e nem está fazendo a reforma agrária.

### 3.3 SOBRE OS CONFLITOS SOCIAIS NO CAMPO – TECENDO UM DIÁLOGO COM O MST

Desde o século XVI, no Brasil houve conflitos sociais no campo, seja em forma de resistência, que é o caso do Quilombo União dos Palmares (1597) que lutava contra a escravidão, ou a Cabanagem (1835-1840), onde os “cabanos” exigiam melhores condições de vida (trabalho, moradia, comida), durante o período regencial brasileiro. Anos depois surgiram outras organizações tidas como movimentos sociais, que é o caso de Canudos (1893-1897) no estado da Bahia, que após várias tentativas foi aniquilado pelo exército brasileiro. Estima-se que morreram cerca de 15 a 25 mil pessoas na Guerra de Canudos, mas esses números são bastante imprecisos. Com uma maior expansão do que os anteriores foram

as Ligas Camponesas (1945-1964). Segundo Maia (2005), essa organização estava presente em quase todos os estados da federação e que foi desestruturada pelo regime militar a partir de 1964.

Na primeira metade do século XX no ano de 1926, surge no município de Juazeiro do Norte, Ceará houve um movimento de cunho político-religioso denominado Caldeirão. Na época sobre ordem de padre Cicero, o “padim Ciço,” o beato José Lourenço junta algumas famílias para cuidar do Sitio Caldeirão. O nome caldeirão era devido ao grande caldeirão de pedra que conservava a água até o verão. Em pouco tempo o trabalho de tantos agricultores conseguiu transformar o Caldeirão em uma terra muito produtiva. Lá eles produziam, também, as ferramentas de trabalho, roupas e calçados.

Em 1932 foi o ano de grande seca em todo o Nordeste. Em todo canto morria gente de doença e de fome. Mas no Caldeirão havia mantimentos para alimentar as famílias. Nos armazéns tinha o suficiente para todo aquele povo comer. Não faltou comida para ninguém, nem para os flagelados que chegaram lá em busca de comida. Os políticos e donos de terras não viam com bons olhos a concentração de trabalhadores em Caldeirão, que além de não pagarem renda, dificultavam a mão de obra barata nas fazendas. Lembravam da experiência de Canudos e tinham medo que o povo na posse da terra livre, criasse uma organização forte como a de Canudos.

Nas últimas décadas do século XX surgiu o Movimento dos Sem Terra- MST, parte do objeto dessa pesquisa, onde analisamos e discutimos o seu viés de reforma agrária defendida pelo Movimento. Desde sua fundação no início da década 1980, devido aos confrontos e conflitos morreram centenas de pessoas, resultado da violência no campo, mas também de ambos os lados, entre os sem-terra e os proprietários donos das terras.

#### 3.4 O MST: COMO UM MOVIMENTO DE OCUPAÇÃO E RESISTÊNCIA

O MST se autodomina como Movimento que luta por melhores condições de vida, terra e trabalho no Brasil. Nos últimos 30 anos as ocupações de terra têm se tornado uma das principais formas de acesso à terra. Dessa forma tem havido uma intensificação, resultando

em milhares de assentamentos rurais por todo país dividindo opiniões de alguns quanto a política de reforma agrária. Segundo Fernandes (2000),

O MST nasceu da ocupação da terra e a reproduz nos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra. Em cada estado onde iniciou a sua organização, o fato que registrou o seu princípio foi a ocupação. Essa ação e sua reprodução materializam a existência do Movimento, iniciando a construção de sua forma de organização dimensionando-a. (FERNANDES,2000, p.19)

Sendo assim, é a ocupação que vai determinar o tempo que o proprietário da terra vai protelar até a cisão do latifúndio. E para o MST essa ocupação será o fator primordial para a obtenção da terra, tido como espaço de luta e resistência que é enfrentada cotidianamente com os latifundiários e o Estado. Em alguns casos o proprietário entra com a reintegração de posse e os ocupantes são despejados do local de ocupação, nesse caso o acampamento.

Ao realizar suas ações, os sem-terra desenvolvem em outras dimensões certas resistências, fazendo com que se ampliem outras conquistas. Vivem a procura de superação dos “desafios”. Segundo Martins (1994), os trabalhadores rurais sem-terra:

Querem uma reforma social para as novas gerações, uma reforma que reconheça a ampliação histórica de suas necessidades sociais (...) a falta de reforma agrária não acaba com o camponês, com o pequeno agricultor, com o trabalhador rural. Ao contrário, multiplica as responsabilidades das elites políticas porque suprime uma alternativa de integração política social e econômica de milhões de brasileiros que vivem no campo, em condição cada vez mais difíceis (MARTINS, 1994, p.156)

As experiências adquiridas por muitos membros do MST, lhes dão oportunidades de persistirem na autonomia política do Movimento, uma vez que esse Movimento se tornou amplo e diverso. Conhecido como quem mais reclama e diz lutar pela reforma agrária, o MST expandiu suas raízes desde o Rio Grande do Sul, por todas as regiões e estados brasileiros, junto também vieram os conflitos e mortes.

Segundo Fernandes (2000) a falta de uma política de reforma agrária não impediu que o MST se territorializasse por todo o país, como forma de luta contra a exclusão e a exploração. Portanto, para Fernandes “o Movimento se reproduz não só pela lógica do desenvolvimento das relações econômicas, mas também por meio da ocupação da terra”.

Para alguns autores e principalmente Oliveira (1991), afirma que na proporção que aumenta a concentração das terras nas mãos dos grandes latifundiários, aumenta também o número de camponeses na luta pela recuperação das terras expropriadas. Para Oliveira:

Espaço e tempo unem-se dialeticamente na explicação desse processo. Quando essa possibilidade de recuperar a fração do território perdido não pode ser realizada, ele encontra novas formas de luta para abrir acesso à terra camponesa, onde ela se tornou capitalista (OLIVEIRA,1991, p.26).

Quando o MST se territorializa, a sua história como movimento vai sendo construída também. A sua estrutura estadual, regional e nacional requer uma organicidade mais complexa, afim de superar as realidades presentes e futuras. Então é nesse curso, nas marchas, nas experiências construídas e nas memórias da luta, como dizem muitos assentados, que servem como referências no processo histórico do Movimento.

O MST entre outras coisas é tido e aceito por muitos como um movimento que resultou da insistência e resistência do campesinato brasileiro, é uma continuação da luta e busca pela reforma agrária. O Movimento reclama aquilo que seria a “comunização da terra”, ou seja, não só a desconcentração da terra, mas a democratização dos grandes latifúndios. Constitucionalmente falando, isso fere o direito da propriedade privada. Os sem-terra alegam por meio de seu líder João Pedro Stédile que são feitos ocupações e acampamentos para futuros assentamentos em terras que não estão cumprindo sua função social, ou seja, não se produz nessa terra e por ser improdutiva está apta a ser desapropriada para fins da reforma agrária.

De acordo com Fernandes (2000) os fatores econômicos e políticos nos governos militares, a partir de 1970 são fundamentais na compreensão do que seja o MST. Nesse período os governos militares implantaram um modelo de desenvolvimento para o campo que consistia em acelerar a modernização da agricultura por meio de um grande sistema de créditos e subsídios. Esses subsídios beneficiaram os grandes proprietários de terra e os créditos fortaleceram ainda mais na capacidade de investir em alguns setores da agricultura.

Naquela época surgia uma grande dependência da indústria produtora de insumos agrícolas em detrimento dos recursos naturais. Com todo esse apoio financeiro e tecnológico passou-se a perceber o aumento de grandes áreas de cultivo da monocultura. Não podemos esquecer ou ocultar de que houve um aumento de trabalhadores assalariados e uma grande intensificação da cultura mecanizada na agricultura brasileira.

A política de modernização no campo ficou conhecida com a “modernização conservadora”. Muitos ficaram excluídos desse programa: pequenos agricultores, meeiros, parceiros, rendeiros etc. Houve também um grande crescimento econômico para o Brasil e para o campo, ao mesmo tempo que houve grandes concentrações de terras e migrações para as grandes cidades e regiões brasileiras.

Mesmo com toda a vigilância do regime militar as formas de continuar buscando meios de organizar os camponeses para reivindicar terras para o trabalho não parou. Uma parte da Igreja Católica, principalmente os mais progressistas se engajaram na luta pela terra por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que foi fundamental na articulação das experiências no campo. Os ideais políticos por parte da Igreja já vinham de outros países latino-americano, como Colômbia e México. A Igreja servia de espaço para as discussões dos camponeses, e junto a tudo isso havia uma renovação por meio da Teologia da Libertação. Estava dessa forma gerada uma recusa pelos políticos impostos pelo governo da época.

O nascimento do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) circunscreve no interior dessas lutas em que os trabalhadores eram contrários a expropriação, expulsão e trabalho assalariado. De acordo com Fernandes (2000):

O Movimento começou a ser formado no Centro-Sul, desde 7 de setembro de 1979, quando aconteceu a ocupação da gleba Macali em Ronda Alta no Rio Grande do Sul. Essa foi uma das ações que resultaram na formação do MST. Muitas outras ações dos trabalhadores sem-terra, que aconteceram nos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, fazem parte da gênese e contribuíram para a formação do Movimento (FERNANDES, 2000, p. 46).

Nesse sentido, entendemos que a sua existência não poderá ser compreendida somente por uma ação ou por um momento ímpar que aconteceu isolado. Houveram vários momentos e um conjunto de ações que surgiram no interregno de quatro anos, quer dizer, de 1979 a 1984, ano do Primeiro Encontro Nacional que aconteceu na cidade de Cascavel, no estado do Paraná.

Para Thomas Skidmore (1988), o atual MST surgiu de uma dupla crise: a do trabalho agrário da Igreja (Pastoral da Terra e Cebs) e a do sindicalismo conciliacionista da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) majoritário na década de 1970: “Teoricamente, os membros da CONTAG são todos os que não são empregadores rurais, ou seja, os assalariados, os pequenos produtores, parceiros e arrendatários, até os proprietários mini fundistas” (1988, p.576).

Na visão de Martins (1984) o MST nasceu a partir das lutas concretas que os trabalhadores rurais sem-terra foram desenvolvendo de forma isolada nos estados brasileiros. Segundo ele,

A diversidade de movimentos sociais no campo é determinada pela diversidade de contradições existentes e modos de viver e enfrenta-las. As bases dos diferentes segmentos de trabalhadores rurais na estrutura agrária e no processo de produção agropecuária (1984, p.34-37).

Formado por pessoas de vários lugares do Brasil, o MST é um Movimento camponês que foi criado como forma de lutar contra a expropriação camponesa e apropriação das terras indígenas, bem como realizar ocupações de terras, como já foi citado anteriormente. Para Gorender (2002), os problemas da terra no Brasil remontam ao século XVI e que são de natureza diversas como: exclusão social, expropriação das terras nativas, expulsão dos camponeses da terra, que acontece desde a colonização portuguesa. Acreditamos que os problemas agrários no Brasil e a exploração não está concentrado somente no espaço rural. No rural concentra parte desses conflitos independentemente da modernização técnica e produtiva.

Para Oliveira (2002), são essas desigualdades que levam os trabalhadores rurais brasileiros e de regiões mais vulneráveis como a região Nordeste a desenvolver historicamente os movimentos de lutas contra a estrutura fundiária excludente e por melhores condições. Entre os problemas rurais há outros, que é o caso da seca, êxodo rural, o latifúndio, a falta de infraestrutura, educação etc.

Para Sader (2000), uma pesquisa encomendada pela Confederação Nacional da Indústria, feita pelo IBOPE apontava que mais de 80% dos pesquisadores era a favor das ocupações de terra, mas sem violência e mortes. Mais de 90% entendiam que a luta do MST pela reforma agrária era justa e que mais de 70% achava o MST um movimento que lutava pela justiça. Segundo Sader, um dos dados que deixou o governo um tanto preocupado, na época FHC, foi que 88% disseram que o poder público deveria confiscar terras improdutivas e distribuí-las aos sem-terra.

Em sua obra: Quatro Séculos de Latifúndio (1989), Alberto Passos Guimarães chama a atenção de discutir a reforma agrária, ao dizer que nunca na história do Brasil “*compartilhou [...] por um instante sequer, o inconciliável antagonismo entre a classe dos*

*latifundiários e a classe camponesa, tal como igualmente sucedeu em qualquer tempo e em qualquer outra parte do mundo (p.110)*

No início do século XX, era muito mais comum a existência de movimentos ligados ao rural, assim como movimentos que lutavam pela conquista do poder político. Em meados de 1950, os movimentos nos espaços rural e urbano adquiriram visibilidade através da realização de manifestações em espaços públicos (rodovias, praças, etc.). Os movimentos populares urbanos foram impulsionados pelas Sociedades Amigos de Bairro - SABs - e pelas Comunidades Eclesiais de Base - CEBs. Nos anos 1960 e 1970, mesmo diante de forte repressão policial, os movimentos não se calaram. Havia reivindicações por educação, moradia e pelo voto direto. Em 1980 destacaram-se as manifestações sociais conhecidas como "Diretas Já".

Em 2002, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) afirmava que no Brasil, além do MST havia mais de 70 movimentos sociais e organizações que lutavam por terra, entre eles estão: Movimento de Luta por Terra (MLT), Movimento de Libertação de Luta por Terra (MTB), Movimento Terra Brasil (MTB), Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA). A tensão social existe e não adianta fechar os olhos para a questão agrária no Brasil. Parece haver uma necessidade por parte da sociedade civil e se apropriar de argumentos com capacidade de discutir o tema com os olhos voltado para questão do desenvolvimento rural.

### 3.5 MAIS DO QUE UM PROJETO DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA: O MST ENQUANTO AGENTE DO MOVIMENTO SOCIAL NO BRASIL

Sem dúvidas, o MST é um movimento social atuante e com maior visibilidade em todo território nacional. Seu discurso está agora para além da causa de ocupar, resistir e produzir, sem perder o foco que o seu maior objetivo é a luta pela reforma agrária no país. Segundo Scherer Warren (apud SOUZA, 2007),

Nos anos recentes, os estudos e pesquisas sobre os movimentos sociais no campo vêm assumindo uma porção considerável da pesquisa em ciências humanas ou sociais. Isso se deve, em grande medida, pela vitalidade das ações coletivas no campo, especialmente no Brasil, que passaram a ter maior visibilidade na arena política do que a maioria dos movimentos de outra natureza (SOUZA, 2007, p.451).

Portanto fazem parte, por exemplo, dessa história política os sindicatos dos trabalhadores rurais, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e o MST. Para Caldart (1995), o MST é uma organização de massa, de caráter sindical, popular, e político, que tem por objetivo central a conquista da reforma agrária em nosso país. O MST surgiu do reaparecimento da luta pela terra no Brasil, através das ocupações de 1978 e 79, nos estados do RS, PR, SP e MS. A sua criação como movimento nacional data de 1984.

O MST enquanto movimento social começou nos anos 80 do século passado e hoje já se faz presente em 24 estados da federação, fato que ilustra sua representatividade em termos nacionais. A fundação deste movimento se deu em um contexto político no qual o regime militar que se iniciava na década de 60 do século passado chegava ao fim, permitindo à sociedade civil brasileira uma abertura política para reivindicações e debates. Neste contexto de redemocratização do país, em 1985 surgiu a proposta para a elaboração do primeiro PNRA (Plano Nacional da Reforma Agrária). Sua segunda versão (II PNRA) foi proposta apenas em 2003, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.<sup>29</sup>

Entre outros autores farei uso aqui do trabalho de Pedro Rosas Magrini<sup>30</sup> pois entendemos ser bastante relevante, ao se tratar dessa temática. O autor faz uma leitura do Movimento desde sua gênese até os dias atuais sem perder de vista a sua conjuntura política de atuação, sucessos e insucessos ao longo dos anos. Embora sua semente tenha sido plantada, como já mencionado, em plena ditadura militar, seu reconhecimento de fato se dá nos anos de 1980, no Sul do Brasil em meio a violentos confrontos entre trabalhadores rurais, grandes proprietários e governos. De lá para cá o movimento cresceu e conseguiu fazer milhares de militantes e simpatizantes, mas também inimigos que ver no movimento uma organização de terroristas e subversivos da ordem social.

O MST passou a ter mais notoriedade principalmente a partir de 1989 com a primeira campanha de Lula à presidência da república pelo PT, no período Lula da Silva foi associado diretamente ao MST, a bandeira de cor vermelha ligada ao comunismo e toda forma de imaginação que permeavam os símbolos contidos, Najla Passos (2008 apud MAGRINI, 2015). Na época a revista *Veja* se torna um dos principais algozes do MST, sempre tecendo críticas ao movimento de forma negativa criminalizando suas ações e suas lideranças.

---

<sup>29</sup> RIBEIRO. Paulo Silvino. “O MST no Brasil”, Brasil Escola. Disponível em <http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/mst.htm>. Acesso em 11 de novembro de 2017.

<sup>30</sup> MAGRINI, Pedro Rosas. **Produção acadêmica sobre o mst: perspectivas, tendências e ausências nos estudos sobre gênero, sexualidade, raça e suas interseccional idades** - Florianópolis 2015

Segundo Magrini (2015), a partir de 1996 a Veja transformou o MST em um de seus alvos prioritários de crítica, juntamente com aliados históricos como o PT, CUT e grupos progressistas da igreja, entre outros.

Segundo Lima (2012), de 2009 a 2011 foi criada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Campo (CPMI), ou "CPMI do MST". Na edição nº 2128, do dia 02 de setembro de 2009, da Revista Veja, de circulação nacional no Brasil, trouxe em sua capa a matéria intitulada "Abrimos os cofres do MST". De acordo com a autora o texto denunciava desvios de R\$ 60 milhões de recursos públicos destinados a entidades ligadas ao MST para a realização de serviços de georreferenciamento e outros pareceres técnicos, principalmente no estado de São Paulo.

O MST contra-atacava dizendo que tal denuncia se tratava de uma resposta do Congresso às mobilizações ocorridas em agosto de 2009, quando se conseguiu que o então Presidente Lula afirmasse o compromisso de atualização dos índices de produtividade rural, o que poderia aumentar a quantidade de áreas destinadas à reforma agrária. O MST (2009) alegava que os líderes da bancada ruralista no congresso, não admitia que fosse cumprida a Constituição Federal de 1988 e a Lei Agrária de fevereiro de 1993, assinada pelo presidente Itamar Franco. A Lei Nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 determinava que "os parâmetros, índices e indicadores que informam o conceito de produtividade seriam ajustados, periodicamente, de modo a levar em conta o progresso científico e tecnológico da agricultura e o desenvolvimento regional.

O movimento passa a ser alvo de investigação em 2009, a partir de uma reportagem da Veja intitulada "por dentro dos cofres do MST", que foi instaurado uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) a pedido da bancada ruralista para investigar sobre repasses de dinheiro ao movimento pelo governo federal, na época do governo Lula devido a aproximação que tinha com suas líderes.



Figura 5: Capa da Revista Veja em 02/09/2009

Essa CPI do Campo, mas apelidada como CPI “do MST”, foi instituída através do requerimento do Congresso Nacional nº 24, de 2009, solicitado pelos Deputados Federais Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Ronaldo Caiado (DEM-GO), além da Senadora Kátia Abreu (DEM-TO).<sup>31</sup> O objetivo era:

apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas a desvios e irregularidades verificados em convênios e contratos firmados entre a União e organizações ou entidades de reforma e desenvolvimento agrários, investigar o financiamento clandestino, evasão de recursos para invasão de terras, analisar e diagnosticar a estrutura fundiária agrária brasileira e, em especial, a promoção e execução da reforma agrária (CPI “DO MST”, 2009).

Sobre o diagnóstico da estrutura fundiária brasileira, pouco se foi investigado, tendo apenas uma audiência pública a respeito do tema, realizada com o formulador do II PNRA, Plínio de Arruda Sampaio. A CPI do MST se arrastou até 2011 e se findou sem nenhum relatório final sobre o parecer.

O MST se sobressai como um Movimento que causa mais visibilidade pela forma como se dá suas ocupações e a maneira como é vista na sociedade. Não é bem recebido em

<sup>31</sup> A senadora Kátia Abreu pertencia ultimamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Foi expulsa pelo Conselho de Ética do partido em 2017 devido sua postura crítica ao governo e ao partido.

alguns lugares e muitas vezes é visto como invasores. Ainda assim apresenta grau de articulação maior entre os demais movimentos e por isso embora não sendo tão homogêneo se revela nas formas de suas ações e de seus vários conflitos particulares.

A partir do que os seus líderes chamam de “lutas, vitórias e conquistas” e que apesar de isolada, no início, representavam a existência de milhares de famílias sem-terra que foram encorajadas a requerer também aquilo que o Movimento prega, que lhe é de direito, a terra. Nessa circunstância nasce a necessidade dos sem-terra se conhecerem, se encontrarem e discutirem suas experiências concretas, como tentativas fracassadas, êxitos e ao mesmo tempo procurando novas maneiras de como lograr mais espaço. Buscam maior aproximação com pessoas de outras cidades, de outros estados.

Em anos anteriores o MST se organizava nos SR (Sindicatos Rurais) apoiado pela Igreja Católica através da CPT. Atualmente o MST está consolidado no país inteiro e sua organização cada vez mais articulada. Segundo Abramovay (1987) acerca do MST no país:

O sentido político da luta dos sem-terra não decorre das relações mais imediatas que eles mantêm, mas está no fato de serem a nu sua comum situação de excluído, devido à estrutura agrária vigente, e de exigirem do Estado medidas que lhes garantam o acesso à propriedade de terra e a sua reintegração econômica e social como pequenos proprietários. Os sem-terra não se defendem, mas tomam a iniciativa, ocupando áreas e, sobretudo, organizando acampamento (1987, p.55-59).

Hoje o MST se configura como o mais atuante na busca por reforma agrária nos últimos 30 anos. O MST tem o sonho socialista, pois seus maiores objetivos são: terra, reforma agrária, transformação da sociedade. Tem como proposta construir uma sociedade mais justa e igualitária, sem exploradores e sem explorados, com justa distribuição de terras, garantia de uma boa alimentação e o desenvolvimento econômico e social para todos.

Entre as inúmeras causas defendidas pelo MST, a principal é embasada na promoção da justa e igualitária reforma agrária no Brasil, com todas essas outras causas, convergindo sempre para a equidade em distribuição de terras. Um ponto que chama atenção na proposta de reforma agrária do MST é a estipulação de um limite máximo para todas as propriedades rurais de acordo com a escala de produção e o atendimento de demandas que a terra proporciona. Isso, como uma forma de estabelecer um limite racional, para o uso social e justo da terra. O movimento defende uma organização da produção agrícola nacional com um objetivo central para a produção de alimentos saudáveis, sem utilização de agrotóxicos ou

alimentos transgênicos (ou seja, geneticamente modificados). Acreditam que assim, estabelecerão o que chamam de princípio da soberania alimentar.

É salutar apontar algumas críticas feitas ao MST por aqueles que estudam acerca da reforma agrária no país. Segundo Carter (2010), avaliando o que ele chama de “sucesso organizativo do MST” ressalta por um lado, a capacidade que o Movimento tem de promover o consenso através de debates internos e o processo de tomada de decisões de forma coletiva e, por outro, diz que:

O Movimento sofre o risco permanente de se burocratizar e esvaziar as práticas participativas, de banalizar a mística e os instrumentos de luta, de sectarizar o processo de educação e perder o ímpeto pela mudança social do país. Além de tudo isso, há tradições do meio rural brasileiro, como o mandonismo, clientelismo, machismo e racismo, que não vão sumir facilmente entre os integrantes do Movimento (CARTER, 2010, p.321-322).

É uma crítica a respeito de uma tendência a burocratização no Movimento Sem-Terra. Navarro (2002) aponta a existência de uma distância entre a base social e a agenda discursiva de ação social proposta pelos dirigentes do MST. Para ele, este último grupo é constituído “de seu corpo dirigente principal e seus militantes intermediários, diretamente ligados à organização como seus funcionários” (p.191) e a base social é composta pelos assentados, pequenos agricultores, meeiros, posseiros e por famílias rurais pobres que estão pelos campos brasileiros visando à terra própria.

O fato de o MST estar enquadrado no conceito de movimento social, não possui um registro legal como outras representações sociais, como as ONG'S e associações de moradores por exemplo. Esse detalhe dá ao MST a desobrigação de prestar contas de seus gastos e recebimento de recursos públicos e privados para a União. Essa "desobrigação fiscal" tem dado margem a diversos críticos do movimento, que defendem que o MST constantemente recebe recursos muito mais elevados do governo do que simplesmente o que já tem tido por parte do INCRA.

Existe um certo mal-estar contra o MST por não ter respaldo jurídico, boa parte da opinião pública brasileira refuta e critica o recebimento de recursos públicos ao movimento. No ano de 2009, o então presidente do Superior Tribunal Federal (STF), órgão máximo do judiciário brasileiro, Gilmar Mendes, criticou duramente a política de repasses

governamentais de orçamento do governo em benefício ao MST, que, segundo o ministro, financiariam as invasões dos integrantes a terras produtivas. Uma vez feita a crítica, o Tribunal de Contas da União constatou e comprovou que um repasse para educação de 7,3 milhões de reais destinados à ANCA (Associação Nacional de Cooperação Agrícola), nos anos de 2003 e 2004 foram diretamente repassados e distribuídos diretamente a secretarias regionais do MST em 23 estados.

No dia 05 de outubro de 2009, o Jornal Nacional da Rede Globo mostrava integrantes do MST invadindo a Fazenda Santo Henrique, sob a suspeita de uma multinacional ter grilado terras da União para produção em uma de suas fazendas de laranja, uma área no município de Borebi (SP). Realizaram ali uma verdadeira destruição, derrubando 90% dos pomares de laranja da fazenda, destruindo tratores e a sede da propriedade. Tudo isso sem a comprovação de que as terras eram verdadeiramente griladas. A ação do MST foi criticada por diversas instâncias da opinião pública e na época também pelo então presidente Luíz Inácio Lula da Silva.

De acordo com o Movimento, os objetivos do MST, para além da reforma agrária, estão no bojo das discussões sobre as transformações sociais importantes ao Brasil, principalmente àquelas no tocante à inclusão social. Se por um lado existiram avanços e conquistas nesta luta, ainda há muito por se fazer em relação à reforma agrária no Brasil, seja em termos de desapropriação e assentamento, seja em relação à qualidade da infraestrutura disponível às famílias já assentadas em todo país.

Portanto se por um lado a luta pela terra além de ser notável é legítima, por outro, os meios praticados pelo movimento para promover suas invasões em alguns determinados casos geram muita polêmica na opinião pública. Em determinados episódios que repercutiram nacionalmente, o movimento foi acusado de ter pautado pela violência, além de ter permeando suas ações pela esfera da ilegalidade, tanto ao invadir propriedades que, segundo o Estado, eram produtivas, como ao ter alguns de seus militantes envolvidos em depredações, incêndios, roubos e violência contra colonos dessas fazendas, e isso são bastante negativos para o MST.

No Ceará, o MST completou nesse ano (2017), 28 anos de existência. Segundo Bonfim (2016), o Movimento está organizado em 70 municípios, contando com 26 mil famílias assentadas entre assentamentos federais e estaduais. De acordo com Bonfim (2016) o

MST durante esses 28 anos já conseguiu mais de 180 projetos produtivos (“São José Agrário”) para esses assentamentos. No Setor de Educação, nacionalmente foram conquistadas cerca de 1800 escolas públicas nos acampamentos e assentamentos em todo o país. Mais de 8 mil trabalhadores/as jovens e adultos foram alfabetizados a partir do programa de alfabetização, em atuação desde 1998. Em relação a cursos técnicos e superiores, em parceria com a Universidade Estadual do Ceará e com a Universidade Federal do Ceará, através do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), o MST-CE já formou várias turmas nos cursos de Pedagogia da Terra, de Serviço Social da Terra, Jornalismo da Terra, História, Direito, Veterinária, Agronomia, Administração e Geografia.

### 3.6 O LATIFÚNDIO NO CEARÁ E OS TRABALHADORES EXCLUÍDOS DA TERRA

No Ceará, de acordo com Sousa (2017)<sup>32</sup>, não havia fontes seguras sobre a estrutura fundiária no século XIX. O autor faz uma análise da distribuição da população no ano de 1860 por meio de setores econômicos e chega a conclusão que é possível uma contestação acerca do número de proprietários e de arrendatários numa população que segundo os dados era de 500 mil habitantes na época. Contrapondo os dados de Tomaz Pompeu sobre o número de proprietários no Ceará, que dizia que existiam 100 mil proprietários para 400 mil arrendatários, Sousa também apresenta esse número, porém ao inverso,

nos números que apresentou sobre a atividade agrícola para aquele ano, indica que a quantidade de pessoas empregadas nas atividades agrícolas correspondia a cerca de 100 mil trabalhadores, sendo 90 mil livres e 10 mil escravos, ou seja, menos de 1/5 da população se dedicava à agricultura, não sendo possível discriminar quantos na posição de proprietários ou arrendatários (SOUSA,2017, p. 157).

Portanto, no Ceará os conflitos fundiários e sobretudo a origem dos assentamentos rurais tiveram origem a partir de movimentos sociais no Nordeste. Tais movimentos faziam oposição às políticas agrárias desenvolvidas pelo governo que objetivavam a modernização da

---

<sup>32</sup> Ver. Econ. NE. Fortaleza, v. 48, n.1, p. 145- 161, jan./ mar., 2107

agricultura. Outro fator que não podemos ignorar foram as expulsões de vários trabalhadores, os chamados sem-terra.

Para Holanda (2006) o processo de desapropriação de terra no Ceará, com a finalidade do programa de reforma agrária está alicerçado num tripé cercados por fatores sociais, econômicos, políticos e culturais e dentro de um quadro histórico e distinto. Para o autor, o primeiro ponto desse tripé se desencadeou a partir dos conflitos entre patrões e moradores. Esses conflitos tiveram início durante os governos da ditadura militar e que tiveram apoio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE) e das Organizações não Governamentais (ONG's).

O latifundiário sempre mantinha na maioria das vezes o seu poder sobre o trabalhador rural. Conseguia ficar para si boa parte do que era produzido e isso veio a se tornar mais acentuado na década de 1970. Nesse período, 50 % do que era produzido ficava com o patrão, o dono da terra. De acordo com o Estatuto da Terra<sup>33</sup> rezava que esse pagamento deveria ser somente de 10%. Como os trabalhadores já estavam mais conscientes dos direitos, começaram a se engajar e começaram a lutar por direitos mais justos.

Assim com outros autores, Holanda (2006) afirma que a primeira desapropriação de terra para a reforma agrária, realizada pelo INCRA no Estado do Ceará, aconteceu em 1970. A área pertencia a Fazenda Japuaru, localizada no município de Canindé e o seu proprietário era o senhor Júlio César Campos, que por muito tempo teve diversos conflitos com os moradores. um desses conflitos ocasionou na morte de um morador, dois capangas da fazenda, um soldado da polícia e um agente do Departamento da Ordem Política e Social (DOPS).

As várias formas de lutas pela terra no Ceará tiveram uma maior amplitude com a chegada do MST em 1989. Essas lutas se deram em áreas de grandes latifúndios, mas é bom lembrar que os conflitos por terra no Ceará já vinham acontecendo bem antes, desde a formação social do campesinato cearense<sup>34</sup>. Segundo Alencar e Diniz (2010):

---

<sup>33</sup> Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

<sup>34</sup> Ver: MST- Ceará, 20 anos de Marchas (1898-2009). ALENCAR, F.A.G e DINIZ, A. Sales. Mercator, Volume 9, número 20, 2010.

Os conflitos agrários no território do Ceará iniciam com os índios Paioku, Íkos, Jandauí e Karatiu, que foram os primeiros a enfrentar a implantação das fazendas nos sertões do Ceará, no século XVII. As batalhas da Confederação dos Kariris, que tinha como objetivo a reterritorialização das terras indígenas, ocorreu no período de 1683 a 1713, envolveram os índios dos Estados de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, que se organizaram e enfrentaram o conquistador português (ALENCAR e DINIZ, 2010, p.02).

Na segunda metade do século XX alguns municípios tinham pessoas que pagavam renda para os proprietários das terras, que na verdade eram terras devolutas. Essa renda que era paga pelos posseiros era de 10 por 1 (dez por um), quer dizer, de cada 10 sacas produzidas uma ficava com o patrão.

Um caso que ficou muito conhecido no Ceará aconteceu nos anos de 1930 no município de Crato. Os conflitos gerados se deram em virtudes da cobrança da renda da terra que eram exigidas pelos proprietários. Era cobrada a metade do que os trabalhadores produziam e ainda tinham que trabalhar três dias por semana para o patrão. Conforme, Zé Leandro (1982), Barreira (1992) e Alencar (2010), foram essas formas de cobranças que ocasionaram os maiores embates de terras no Ceará durante os anos de 1960 a 1970.

Segundo Alencar e Diniz (2010) as lutas sempre renasciam toda vez que os trabalhadores que já estavam conhecedores do Estatuto da Terra, reivindicavam seus direitos conforme estava na lei do Estatuto, ou seja, o Estatuto dizia que o trabalhador devia pagar uma renda de 10% para o patrão quando esse concedesse a terra sem nenhuma preparação, quer dizer, a terra nua. De lá para os dias atuais os trabalhadores passaram a não somente combater e exigir a forma justa de renda, mas também entrar em conflitos para tentar mudar o regime do uso da terra.

A primeira área de terra desapropriada como forma de amenizar os conflitos na região, foi no município de Canindé, a Fazenda Japuaru. Foram quatro anos de espera dos trabalhadores até o governo dá a causa ganha e transformar a área em assentamento.

O que era para ser somente um meio de controlar os conflitos entre trabalhadores e proprietários acabou servindo de exemplos para outros trabalhadores sem-terra de municípios vizinhos. Na década de 1990 foi a vez dos trabalhadores do município de Quixadá ocupar a Fazenda Monte Castelo. Assim, os sem-terra de outros municípios começaram a se mobilizarem e ocupar outras fazendas com o discurso de que estavam cumprindo o Estatuto

da Terra. As ocupações e os conflitos entre sem-terra e proprietários de terras nos municípios de Quixadá, Itapipoca e Itarema foram notícia na edição do Jornal O Povo do dia 30 de maio de 1985, onde o jornal da conta de que o INCRA estava acompanhando o que estava acontecendo no interior do Estado.

No ano de 1984 na cidade de Cascavel, Paraná aconteceu o I Encontro Nacional do MST. Lá havia representante de vários estados brasileiros, entre eles o Ceará, que enviara um ônibus organizado pela CPT do Ceará. O Movimento traça estratégias de territorialização e tenta formar lideranças em locais onde existem mais indícios de terras improdutivas e contingentes de trabalhadores sem-terra. Somente em 1989 foi que a direção nacional decidiu que a Região Nordeste era a região importante para o crescimento do Movimento. Segundo Alencar e Diniz,

Em cada Esta do o MST inicia sua atuação, a ocupação é um dos marcos da luta. No Ceará não foi diferente, pois a marca do seu surgimento no dia 25 de maio de 1989, ocorreu com a primeira ocupação no Estado. A partir desse marco, o MST no Ceará foi realizando ocupações e a proporção que as executa, aumenta o seu poder político e expande-se (ALENCAR e DINIZ, p.04.2010).

É importante salientar que ocupar não significa que já se tornou um (a) assentado (a). O processo de ocupação até chegar a causa ganha é muitas vezes demorado. Existem pessoas que desistem logo no início. Outros desistem pela família e outros mais pela demora. A primeira ocupação se deu numa fazenda com área de quase 30.000ha, e pertencia a três municípios: Madalena, Quixeramobim e Boa Viagem. De acordo com Alencar e Diniz (2010) a ocupação aconteceu durante a madrugada por meio da mata fechada. Havia sentimentos de medo, de dúvidas e de esperanças para outros. Eram ao todo 450 famílias incluindo homens, mulheres e crianças acampadas na Fazenda Reunidas S/A, era propriedade do Sr. Wicar Parente de Paula.

O acampamento é o local onde as pessoas acampadas traçam estratégias para os próximos passos. É nesse momento que é provado a resistência dos acampados, o medo e do sentimento contraditório. É do acampamento que sai as várias formas de pressionar o poder público na agilidade das negociações dos interesses dos acampados. As mobilizações vão desde a interdição de rodovias a ocupação de prédios públicos. No caso da fazenda reunida São Joaquim foi enviada uma comissão de cem pessoas que ocuparam a sede do INCRA-Ce,

como uma forma de dá uma visibilidade ao problema. Em 09 de Julho de 1989 o governo concede a posse da terra aos trabalhadores, dando início a implementação de assentamentos no Ceará.

De 1991 a 1995 ocorreram várias ocupações de terras em vários municípios, entre eles Ocara, na fazenda Córrego do Quinxixé, que passou a se chamar Assentamento Antonio Conselheiro. No Ceará há um fator determinante que especifica o modelo de assentamento, que é a gestão, a posse e o uso do imóvel articulando a unidade familiar a unidade coletiva.

A ocupação de terras no Ceará, se comparada ao restante do Brasil se deu de forma tardia. Ainda assim seu papel fundamental era a produção pecuária para abastecer os polos açucareiro das capitâneas da Bahia e Pernambuco no século XVII, pois no cenário internacional esta cultura já começava a entrar em decadência.

Embora com limitações, as sesmarias concedidas aos grandes senhores de terra no território cearense possibilitaram por sua vez a extensão de seus domínios sobre os trabalhadores que a eles se agregavam. As grandes fazendas no Ceará tiveram suas origens ou início na doação de sesmarias. Estas fazendas eram por sua vez exploradas extensivamente pelos vaqueiros e moradores, enquanto o dono das terras fazia pequenos investimentos em rebanhos bovinos e equinos e que estabelecia com o vaqueiro um acordo denominado quartiação ou sorte<sup>35</sup>.

Para César Barreira:

A associação com outras culturas fez com que a pecuária tivesse um caráter quase “extrativista” e predominassem a de tipo extensivo. O cuidado do gado ficava a cargo do vaqueiro, que recebia na forma de parceria, em geral a quartiação (1992, p.21).

Nessa época o cultivo da terra era feito pelos moradores que ficavam obrigados – em alguns casos até recentemente- a prestar dias de serviço para o patrão como troca da moradia e terra para cultivo do seu sustento e da família. Ou seja, não pagava aluguel, mas teria que ser fiel ao patrão. Não era assalariado e o seu pagamento dependia da produção dos animais.

---

<sup>35</sup> Sistema de parceria onde cabia ao vaqueiro a quarta parte dos animais produzidos a cada cinco anos de trabalho.

O processo de povoamento no Ceará se caracterizou pelo grande número de agricultores sem-terra que sobrevivia de forma precária em pequenas glebas sob a julgo dos grandes latifundiários que cada vez concentravam grandes extensões de terras. No meado do século XIX estimava-se em 80% da população do interior cearense o número de trabalhadores sem-terra.

Ao longo da história das relações entre camponeses e proprietários de terras, acreditamos que não somente no Ceará, mas em toda a região Nordeste e também no Brasil afora, essas relações foram marcadas por uma estrutura de dominação e dependência caracterizada de “coronelismo”, o uso da repressão por parte dos proprietários para lhes garantir o comando e a ordem sobre a terra e os que nela trabalhavam. Nisso se perpetuava assim a indústria da seca que outrora muito contribuiu para o enriquecimento de fazendeiros e chefes políticos.

Os chefes políticos eram sempre os fazendeiros locais que por sua vez dificultava a ruptura da ordem vigente por meio da conscientização do papel de explorado por parte do trabalhador e de suas contestações contra o sistema no qual estava submetido. Entendemos que na relação com o mundo econômico, político e jurídico eram perpassados pela figura representativa do patrão. Portanto, com o passar dos anos, essa relação foi se perdendo. Hoje talvez esteja revestida com outra roupagem.

Segundo Barreira (1992), as expressões do tipo “gente do coronel” usada no século XIX e “morador de fulano” no começo do século XX ainda que expressassem a submissão do camponês ao dono da terra, representavam situações históricas diferentes, pois o termo “morador” já sugere a ideia de trabalho.

No início período republicano os camponeses defenderam os interesses dos coronéis proprietários de terra, aceitando como seus, os inimigos políticos deles que lutavam entre si pelo poder político, quer exercido por próprios, enquanto ocupantes de cargos eletivos, como aconteceu na Primeira República, quer que era delegado a seus representantes, fato comum nos períodos subsequentes.

Ao se referir a autoridade dos “coronéis”, Maria Isaura Pereira de Queiroz afirma que,

Um coronel importante constituía uma espécie de elemento socioeconômico que servia de ponto de referência para se conhecer a distribuição dos indivíduos no espaço social, fossem estes seus pares ou seus inferiores. Era o elemento chave para saber quais linhas divisórias entre os grupos e os subgrupos na estrutura tradicional brasileira (QUEIROZ, 1977, p.156).

O prestígio que tinham e que gozavam os grandes coronéis, credenciavam a intervir junto aos governos cargos públicos para parentes ou pessoas mais próximas, fazendo uso do poder político local e cidades adjacentes:

Dominando em parte a grande indústria, o grande comércio, as grandes organizações de serviços públicos ou privados; com membros seus exercendo as profissões liberais, os coronéis e seus parentes, possuidores além do mais de grandes propriedades rurais, se mantiveram nas camadas superiores da estrutura socioeconomicamente e política do país, numa continuidade de mando que persiste, em alguns casos, até os nossos dias (QUEIROZ, 1977, p.185).

Durante os anos de 1970 e 1980, enquanto o prestígio dos coronéis vai diminuindo e os profissionais liberais aos poucos vão se substituindo nos espaços até então ocupados apenas por eles ou seus representantes, na esfera política, aumenta-se a contestação dos trabalhadores rurais, resultando em vários conflitos entre eles e fazendeiros. A primeira propriedade desapropriada no Ceará, foi a Fazenda Japuaru, em Canindé no ano de 1969. Essa ocupação rendeu manchete nos jornais de circulação no Ceará. Assim se constituía o primeiro assentamento de reforma agrária no estado do Ceará.

O Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) funcionou e funciona como mediador das questões de terra. O seu papel não é de conscientizador, visto que enquanto órgão do Estado serve muito mais para impor limites aos conflitos do que mesmo conscientizar. Esse órgão é sempre solicitado quando da arbitragem do conflito.

Chamar o Estado para intervir em suas lutas, não representa contradição nas atitudes dos camponeses, pois esses vêem o Estado como conivente com a situação de violência que predomina no meio rural. Segundo Lygia Sigaud:

Na medida em que esta duplicação das desigualdades estruturais da sociedade se produz num contexto de lutas conduzidas dentro dos parâmetros da legalidade, as quais os grandes fazendeiros respondem contrapondo o seu poder, privilegiando, a força ilegal e ilegítima e o poder público, não resta aos trabalhadores e as suas lideranças outra alternativa senão pressionar o Estado para que use o seu poder e a

sua força, cujo monopólio legitimamente exerce, para deter a violência. Daí o principal interlocutor da luta pelo fim da violência, seja o próprio Estado a quem os trabalhadores dirigem todas as suas reivindicações e denúncias (SIGAUD,1987).

No Ceará os grandes latifundiários buscaram manter e ampliar seus poderes e suas riquezas e não hesitaram ou se utilizar de meios para impedir que suas terras fossem invadidas ou ocupadas. Dessa forma, quando do início dos anos de 1960 surgiram os SR (Sindicatos Rurais) em vários municípios cearense e os proprietários voltaram -se contra os líderes sindicais, pressionando-os e intimidando-os com a ajuda de pistoleiros e da própria polícia, que nesse caso foram usados como ou para fins particulares.

Ao lado dos sindicatos rurais, também a Igreja passou a contribuir para a conscientização e a contestação camponesa. A Igreja através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) baseado na ideia de que o trabalho deve assegurar os direitos da pessoa humana mostrou ao trabalhador rural uma maior dimensão de seus direitos, engajando-se com eles na luta para concretizá-los. As Romarias da Terra, organizadas pela Igreja no sul do Brasil como forma de luta pela terra, acontece no Ceará desde 1984.

As Romarias foram realizadas principalmente em Canindé e Juazeiro, cidades onde realizaram as tradicionais romarias de São Francisco e Pe. Cicero. No entanto durante as Romarias da Terra, os camponeses não só pedem chuva ou agradecem as graças alcançadas. Eles buscam o que chamam de “terra livre”, exigem reforma agrária e fim do latifúndio enquanto se confraternizam com agentes pastorais e a hierarquia da Igreja. As Romarias da Terra são expressões da luta pela terra que liberta e que é um compromisso das CEBs e denúncias das violências no campo.

Uma vez ajudados pelo STR e pelas CEBs, os camponeses continuaram suas lutas contra os latifundiários que, procurando manter suas forças, promoveram reuniões e debates, denunciando o comprometimento do INCRA-Ceará e da igreja com os trabalhadores do campo. Para defender a causa dos proprietários, são criados a Comissão de Defesa dos Proprietários Rurais, em 1985 e a Associação dos Proprietários Rurais do Ceará (APRUCÉ) que se propôs a garantir os direitos dos proprietários. A Federação das Associações Rurais do Ceará (FAREC) existia desde 1951 e os sindicatos patronais não demonstravam força suficiente para isso.

Não podemos pensar que um assentamento rural pode ser considerado tão somente como um lugar onde um grupo de pessoas se reúne para discutir seus problemas, sejam sociais, identitário, político e econômico. É importante saber e entender que é necessário observar seus comportamentos, o espaço que ocupa e como se organizaram e se organizam. Essa organização se dá pela circunstância da condição do momento no qual circunscreve toda a condição para tal concretização.

Para muitos trabalhadores do campo já é percebido que é preciso renovar sua forma de trabalho e as mudanças necessárias para haja uma maior valorização. A questão é que na maioria das vezes essas buscas se dão através de greves, organização sindical, criação de associações, enfim, de seus movimentos. Para Grzybowski (1987) ao se refletir sobre os movimentos sociais, percebemos que suas lutas estão contribuindo, contraditoriamente, para que seus adversários também se renovem politicamente, fazendo com que se unam, negocie e dê forças e poder as suas organizações de classe.

Sobre a reforma agrária no Ceará e as políticas de assentamentos, fazemos uso dos trabalhos de Cesar Barreira e Francisco Alencar (2007) para entendermos melhor a problemática da questão agrária no estado do Ceará. A partir de 1985, com o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e em 1986, com o Plano Regional de Reforma Agrária do Ceará (PRRA-CE), o processo de desapropriação teve uma nova configuração no estado. Nesse período o estado adquiriu destaque no cenário nacional pelo número de projetos de assentamentos e que embora o número fosse relativamente baixo, ainda assim se destacou pela forma como se processou.

Nesse mesmo período, no contexto estadual, o governo do Ceará era Tasso Jereissate (1985-1989) eleito pelo PSDB, logo elaborou um projeto chamado de “Plano dos Cem Dias”. Esse projeto tinha como meta assentar mil famílias em parceria com o governo federal. Com esse projeto começou uma reestruturação de todos os órgãos ligados ao setor rural, o objetivo era atender as novas diretrizes do governo. A Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAAB) passou a ser chamada de Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária (SEARA), que atualmente corresponde a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR). Dentro da SEARA foi criado um departamento específico para o setor reformado, o Departamento de Apoio à Reforma Agrária (DARA).

A partir dessa reestruturação os órgãos estaduais passaram a trabalhar de forma articulada com o INCRA, contribuindo na construção dos assentamentos de reforma agrária. Uma outra mudança foi o fortalecimento do Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE), anteriormente era chamado de Instituto de Terras do Ceará (ITERCE). Com a ampliação de suas atribuições o IDACE passou a atuar nos assentamentos de reforma agrária e depois na Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA), que é o caso da Empresa de Assistência Técnica Rural do Ceará (EMATERCE) que foi posta como prioridade na atenção aos projetos de assentamentos. As ações que aconteceram nesse período foram apoiadas tanto pelo governo e também pelos movimentos dos trabalhadores rurais. Serviu para demonstrar o envolvimento político sindical e o compromisso de alguns técnicos com a reforma agrária no estado do Ceará.

O governo de Sarney terminou em 1989 e junto ao seu governo o PNRA da época da Nova República. Nesse mesmo ano aconteceu no Ceará a primeira ocupação de terra organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no município de Madalena, nas Fazendas Reunidas São Joaquim, numa área de 22.000ha.

Na segunda metade da década de 1980 com a campanha da “Diretas Já” e com a eleição do voto direto, o Brasil coloca Collor de Mello à frente da presidência (1990-1992). Assim como na esfera federal, o Ceará também passou por algumas mudanças, Ciro Gomes sucedeu a Tasso no início dos anos 90. O INCRA, no Ceará, passou por mudanças em sua direção e a nova administração passou a priorizar e privilegiar o parcelamento dos imóveis desapropriados. Portanto, nesse período começou uma política de embates entre o INCRA e os assentados, que por sua vez não concordavam com a divisão dos assentamentos em lotes.

Com o afastamento de Collor da presidência, quem assumiu foi o seu vice Itamar Franco. Em 1993 com o Programa Emergencial de Reforma Agrária, os trabalhos no INCRA-CE são reorientados com a nomeação de pessoas com uma proximidade com os movimentos dos trabalhadores rurais. Lembrando que no governo de FHC os camponeses sem terra obtiveram de certa forma êxito de colocar a reforma agrária na pauta da política do governo federal. A repercussão foi maior devido o número de mortos no conflito entre os sem-terra e as forças policiais em Corumbiara e Eldorado dos Carajás. Esses acontecimentos fizeram com que o governo criasse uma pasta específica para o desenvolvimento agrário e para fazer com que o governo fosse obrigado a realizar um amplo programa de reforma agrária.

Segundo César Barreira e Francisco Alencar (2007), desde 1987 a 1997 a política de assentamento do governo federal se deu por etapa. No governo de José Sarney (1985- 1989). Nesse período o PNRA/ PRRA criou 44 projetos de assentamentos que foram beneficiadas 4.087 famílias numa área de 127.396ha. No governo de Collor (1990-1992) foram assentadas 889 famílias numa área de 27.516ha composta por 17 projetos de assentamentos. No governo de Itamar Franco, com o Programa Emergencial de Reforma Agrária foram desapropriadas apenas 6.388ha, o número de famílias atendidas foi de 255 e criou apenas 01(um) assentamento. Na época de FHC (1995-1997) o governo criou 136 projetos de assentamentos. Assentou 9.537 famílias numa área de 317.636ha.<sup>36</sup>

Diante de tais dados sobre a reforma agrária nesses governos mencionados é importante que concomitante a tudo isso, o INCRA-CE criou 198 projetos de assentamentos em 478.936ha e assentou 14.768 famílias com uma média de 32,4ha por família. Na época já havia assentamentos presentes em 35% dos municípios cearense. O Assentamento Antonio Conselheiro faz parte desse desenrolar que coincide com o governo Tasso Jereissati, o governo das mudanças.

No início de 2000 houveram ocupações de terras em muitos municípios cearense. Em Ocara houve a morte de um trabalhador chamado Aldenir em confronto segundo algumas pessoas com a polícia na localidade de Serrote, na Fazenda Lagoa Serrote e que depois essa fazenda passou a ser chamada Assentamento Denir, em homenagem a esse trabalhador. Então a partir de 2001 o MST no Ceará passou a se preocupar mais com a gestão dos assentamentos e sua organização interna. Isso tudo porque a década de 2000 foi o período que mais houve ocupação, conflito, protestos e maior número de assentamentos rurais no Estado. Portanto o MST achou que era melhor se organizar para buscar projetos para melhores condições de produção e melhores infraestruturas para os assentamentos.

---

<sup>36</sup> Ver: Assentamento rurais: o Sonho da terra conquistada. Revista de Ciências Sociais. N. 1. 2007. P. 128-142. BARREIRA, C. e ALENCAR, F.A.G. de.

## **4 ASSENTAMENTO ANTONIO CONSELHEIRO: OCUPAÇÃO, RESISTÊNCIA, LUTA PELA TERRA E A QUESTÃO AGRÁRIA.**

### **4.1 CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS**

Atualmente, a Reforma Agrária no Brasil se dá basicamente da seguinte forma: a União realiza a compra ou a desapropriação de latifúndios particulares considerados improdutivos em diversas áreas da federação, e sob a figura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), distribui e loteia essas terras às famílias que recebem esses lotes, como também presta uma assistência financeira, de consultoria e de insumos para que possam produzir nessas terras. O Incra é órgão federal responsável por executar a reforma agrária. Criado em 1970, atua em todo o país através das 30 superintendências.

No Brasil existem cerca de 9.256 assentamentos ocupando uma área de cerca de 88.314.857 hectares<sup>37</sup>. Esses assentamentos rurais são basicamente conjuntos de unidades agrícolas entre si, legalizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) onde anteriormente era um imóvel rural pertencente a um único ou mais proprietário e que cuja propriedade era considerada improdutiva. O assentamento é dividido em unidades denominadas parcelas, lotes ou glebas, que por sua vez é entregue pelo Incra a famílias sem-terra que não tem condições econômicas para conseguir uma área de terra por outras vias, para plantar e produzir.

Os trabalhadores rurais que recebem o lote comprometem-se a morar na parcela e a explorá-la para seu sustento, utilizando exclusivamente a mão de obra familiar. Eles contam com crédito, assistência técnica, infraestrutura e outros benefícios de apoio ao desenvolvimento das famílias assentadas. Até que possuam a escritura do lote, os assentados e a terra recebida estarão vinculados ao Incra. Portanto, sem portar a escritura do lote em seu nome, os beneficiados não poderão vender, alugar, doar, arrendar ou emprestar sua terra a terceiro

---

<sup>37</sup> [www.incra.gov.br/](http://www.incra.gov.br/) assentamento. Acesso em 13 de fevereiro de 2017. Esses dados vão mudando de acordo a criação de novos PAs.

Para Carvalho (1999), Sauer (2005), os assentamentos são resultados de um administrativo que limita o território, seleciona as famílias a serem beneficiadas sendo, portanto, constituído artificialmente, criando um novo ambiente geográfico e também se cria uma nova organização social.

Segundo Vera Sales (2003) os assentamentos rurais surgiram como resposta a pressão das famílias sem-terra, que de forma organizada enfrentavam a luta por terra e trabalho e que foram se transformando em projetos de governo. A autora salienta que a organização dos trabalhadores sem-terra na década de 1980 surge no momento em que no campo já havia uma modernização da agricultura. A própria ideia de reforma agrária já estava superada. Tanto Medeiros como Leite (1999), ambos afirmam que essa ideia estava deslocada do seu tempo histórico.

Na década de 1980 o setor agropecuário continuou crescendo e embora seu dinamismo tenha sido menor do que na década anterior, ainda assim os dados apresentam que o PIB real da agropecuária teve um aumento de 28,2%, (FERREIRA FILHO, 1997). O progresso tecnológico assenta-se não só na invenção de novas máquinas, de novos equipamentos, mas também no desenvolvimento e adoção de novos processos de produção, tecnicamente mais eficientes. A produtividade é a medida mais comumente utilizada na mensuração do progresso tecnológico e da eficiência dos setores produtivos ou do país. Se o MST reclamava a divisão da terra para fazer a reforma agrária sob a justificativa de produzir, então parece aqui uma contradição.

Podemos afirmar que de acordo com a visão de alguns autores, houve um diagnóstico apressado ou equivocado acerca da busca por se fazer reforma agrária no país, tanto é que a partir do período houve uma intensificação de conflitos por terras e o número de ocupações se multiplicaram por todo o país e os movimentos rurais, sobretudo o MST colocou a reforma agrária brasileira na pauta do dia exigindo do governo uma posição quanto a democratização, ou seja, a desapropriação de grandes áreas de terras para fins de reforma agrária.

O tamanho e a quantidade de lotes, parcelas ou glebas, vão depender do tamanho da terra e de sua capacidade para comportar e sustentar as famílias ali assentadas. O seu tamanho e a localização de cada lote serão determinados pela geografia de cada terreno e pelas

condições de produção que o local dispõe. Em alguns casos, os assentados moram em casas construídas dentro dos próprios lotes onde desenvolvem suas atividades rurais.

Os assentamentos além de unidades produtivas e moradias, contam com áreas comunitárias e espaços para construção de igrejas, centros comunitários, sede de associações e locais de preservação ambiental. Segundo o Incra Além da distribuição de terras, os assentamentos da reforma agrária dão condições de moradia e de produção familiar e garantem a segurança alimentar de brasileiros das zonas rurais que até então se encontravam sob risco alimentar e social. Os assentados pagam pela terra que receberam do Incra e pelos créditos contratados. Para ser um assentado é preciso ser agricultor e ter acima de 18 anos. Segundo Marcia Barreto, assistente social do Incra,

Ele (assentado) não pode ter um salário acima de três salários mínimo, tem que ser brasileiro, não pode ser aposentado por invalidez, pois o invalido não tem condição de trabalhar. Não podia ser funcionário público, mas com essa nova lei que foi regulamentada, acho que foi em junho agora, o governo abriu para servidor público. Só que aquele servidor público que trabalha na artea de educação, saúde transporte ou em áreas ligadas a reforma agrária. Quer dizer, uma pessoa que é ligada a prefeitura, mas que atua dentro dessas áreas eles podem ser assentados hoje em dia. Outros critérios avaliativos são a questão da família, de ser casado, ter uma força de trabalho maior na família (14.11.2017).

Em tese, os assentamentos são unidades de agricultura familiar e que demanda de infraestruturas por parte de todas as esferas de governo, que é o caso de escolas (municipal e estadual), estradas, créditos (estadual e federal), saúde (municipal), entre outros. O Incra cria e reconhece os assentamentos em todo país, que é feito através da publicação de uma portaria, constando os dados do imóvel, a capacidade estimada de famílias, o nome do projeto de assentamento e os próximos passos que serão dados para a sua implementação.

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), os assentamentos podem ser divididos em dois grandes grupos: Projeto de assentamento de reforma agrária criados por meio de obtenção de terras pelo Incra, na forma tradicional, denominados **Projetos de Assentamento (PAs)** e os Projetos de Assentamentos de reforma agrária reconhecidos pelo Incra, criados pelas instituições governamentais para acesso às políticas públicas do PNRA. Nos projetos de assentamentos (PAs), há os que são ambientalmente diferenciados, denominados Projeto de Assentamento Agroextrativista

(PAE), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e Projeto de Assentamento Florestal (PAF).

Após a criação dos assentamentos, o Incra inicia a fase de instalação das famílias no local, com o pagamento dos primeiros créditos e a realização do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), que é responsável pela organização espacial do assentamento. Os projetos de assentamentos rurais estão amparados pela Norma de Execução DT nº 69/ 2008.<sup>38</sup>

#### 4.2 MODALIDADES DE PROJETOS CRIADOS PELO INCRA ATUALMENTE

O Projeto de Assentamento Federal (**PA**)- que é a obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA. O aporte de recursos de crédito (apoio a Instalação) e de crédito de produção é de responsabilidade da União; Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade), todos são de responsabilidade da União.

O Projeto de Assentamento Agroextrativista (**PAE**) Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA. O aporte de recursos de crédito (Apoio a Instalação) e de crédito de produção é de responsabilidade da união; Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União. Titulação (Concessão de Uso) de responsabilidade da União. Os beneficiários são geralmente oriundos de comunidades extrativistas; as atividades são ambientalmente diferenciadas.

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (**PDS**), são projetos de assentamento estabelecidos para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas e dirigido para populações tradicionais (ribeirinhos, comunidades extrativistas, etc.) A Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA. O aporte de recursos de crédito (Apoio a Instalação) e de crédito de produção (PRONAF A e C) é de responsabilidade do Governo Federal. A infraestrutura básica (estradas

---

<sup>38</sup> [www.incra.gov.br/](http://www.incra.gov.br/) criação de assentamentos.

de acesso, água e energia elétrica) é de responsabilidade da União. Não há a individualização de parcelas (Titulação coletiva – fração ideal) e a titulação é de responsabilidade da União.

Projeto de Assentamento Florestal (**PAF**) é uma modalidade de assentamento, voltada para o manejo de recursos florestais em áreas com aptidão para a produção florestal familiar comunitária e sustentável, especialmente aplicável à região norte. A produção florestal madeireira e não madeireira no PAF deverá seguir as regulamentações do IBAMA para Manejo Florestal Sustentável, considerando as condições de incremento de cada sítio florestal. Tais áreas serão administradas pelos produtores florestais assentados, por meio de sua forma organizativa, associação ou cooperativas, que receberá o Termo de Concessão de Uso. O INCRA, em conjunto com IBAMA, órgãos estaduais e a sociedade civil organizada, indicará áreas próprias para implantação dos PAF's.

Projeto de Assentamento Casulo (**PCA**) Projeto de Assentamento criado pelo município ou pela União. A União pode participar com os recursos para a obtenção de recursos fundiários, mas a terra pode ser do município ou da União. O aporte de recursos de Crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF A e C) é de responsabilidade do Governo Federal. A infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) é de responsabilidade do Governo Federal e Municipal. Diferencia-se pela proximidade à centros urbanos e pelas atividades agrícolas geralmente intensivas e tecnificadas. A titulação é de responsabilidade do município.

#### 4.3 MODALIDADES DE ÁREAS RECONHECIDAS PELO INCRA

O Projeto de Assentamento Estadual (**PE**) Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade das Unidades Federativas. O aporte de recursos de crédito e infraestrutura de responsabilidade das Unidades Federativas segundo seus programas fundiários. Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos à obtenção de terras, do crédito de apoio à Instalação e produção (PRONAF A e C) mediante convênio. Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos a infraestrutura básica. O INCRA reconhece os Projetos Estaduais como Projetos de Reforma Agrária viabilizando o acesso dos beneficiários aos direitos básicos estabelecidos

para o Programa de Reforma Agrária. A titulação é de responsabilidade das Unidades Federativas.

No Projeto de Assentamento Municipal (**PAM**) a obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade dos municípios. O aporte de recursos de crédito e infraestrutura também é de responsabilidade dos municípios. Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos à obtenção de terras, crédito de apoio à Instalação e produção (PRONAF A e C) mediante convênio. Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos a infraestrutura básica. O INCRA reconhece os Projetos Municipais como de Reforma Agrária viabilizando o acesso dos beneficiários aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária. A titulação é de responsabilidade dos municípios.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (antigo Programa Cédula da Terra (**PCT**) - Projeto de Assentamento criado pela União com a participação dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS, onde a obtenção da terra se dá por meio da compra e venda, nunca pela desapropriação. Os beneficiários recebem financiamento específico destinado a obtenção dos recursos fundiários e implantação da infraestrutura básica. A seleção dos beneficiários é de responsabilidade do Governo Federal. A Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) é de responsabilidade da União. São direcionados para as regiões de difícil obtenção de terras por meio da desapropriação.

As Reservas Extrativistas (**RESEX**) são reconhecidas pelo INCRA como áreas de Reservas Extrativistas - RESEX como Projetos de Assentamento viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária. A obtenção de terras não é feita pelo INCRA, mas pelos órgãos ambientais federal ou estadual quando da criação das RESEX.

Território Remanescentes Quilombola (**TRQ**), são áreas decretada pela União visando a regularização e o estabelecimento de comunidades remanescentes de quilombos. O aporte de recursos para a obtenção de terras, créditos e infraestrutura é feito pela União por meio de ações integradas com a Fundação Palmares e outras instituições.

Reconhecimento de Assentamento de Fundo de Pasto (**PFP**) - Projetos criados pelo Estado ou Municípios. Esses projetos são reconhecidos pelo INCRA como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, viabilizando o acesso das comunidades que

ali vivem ao PRONAF A. No Reassentamento de Barragem (**PRB**), a implantação é de competência dos empreendedores e o Incra reconhece como beneficiário do PNRA, quando eles passam a ter direito ao Pronaf A e a Assistência Técnica Social e Ambiental (ATES) e o Pronera.

Na Floresta Nacional (**FLONA**) a obtenção de terras não é feita pelo INCRA, mas pelos órgãos ambientais federal quando da criação das FLONAS. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável (**RDS**) é de competência do IBAMA. São unidades de conservação de uso sustentável reconhecidas o pelo INCRA como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos básicos como créditos de implantação e produção (PRONAF A). O reconhecimento de RDS como beneficiária do PNRA, feito por analogia, à portaria de reconhecimento das Resex.

A terra depois de disponibilizada, o INCRA passa a executar programas e ações integradas para fomentar uma produção diversificada nos assentamentos, garantindo dessa forma aos assentados uma renda a partir da exploração econômica do seu próprio lote que são entregues às famílias, para que dessa forma possam permanecer na terra com qualidade de vida. Pode ser assentado<sup>39</sup> do Programa de Reforma Agrária Nacional do INCRA todo trabalhador rural sem-terra e aquele que trabalha individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da família, indispensável à própria subsistência. Quando uma área é desapropriada para fins de reforma agrária, o INCRA dá prioridade aos que já estão morando nela, como arrendatários, parceiros, colonos etc. Também serão assentadas outras famílias que estejam cadastradas pelo INCRA, e que atendam aos requisitos legais que ocorrem no cadastramento e seleção.

Os assentamentos rurais são realidades em todo Brasil. Pensar esses assentamentos também significar entender que essas construções de comunidades agrícolas estão circunscritas a política agrária do país. Para além da terra, da produção agrícola e da geração de renda, os assentados lutam por melhores condições de vida e direitos por meios de políticas governamentais. Conforme afirmou Cunha (apud ALENCAR, 2002, p. 45), o nome *assentamento* etimologicamente deriva do latim *asseentamento*, século XVI, *asseent-* XIII, *asentamento* – século XV, que tem origem na palavra *asseentar*, século XIII- assentar que é

---

<sup>39</sup> O nome “assentado” é o termo usado para designar uma categoria social no meio rural, é a pessoa que obtém a concessão da terra.

verbo e significa por sobre, sentar. De acordo com Bergamasco e Noder (1996), o termo assentamento,

Apareceu pela primeira vez no vocabulário jurídico e sociológico no contexto da reforma agrária venezuelana, em 1960, e se difundiu para inúmeros outros países. De uma forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando ao reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Como o seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e vida comunitária [...] (BERGAMASCO E NODER, p.7, 1996).

Contudo é importante ressaltar que a materialização dos assentamentos rurais parte da territorialização da luta pela terra levada a cabo pela a expansão das lutas dos movimentos sociais. Nesse contexto, a forma de acesso à terra se caracteriza como uma recriação do campesinato. Esses aumentos constantes de lutas dos movimentos sociais fazem com que suscite a possibilidade da conquista do lugar de morada e da produção (assentamentos rurais) que se efetiva e se materializa. Segundo Fernandes (1996),

O assentamento é uma fração do território conquistado. É um novo recurso na luta pela terra. Esse recurso significa parte das possíveis conquistas de territorialização. [...]. Ao se territorializar, ao conquistar frações do território, territorializa-se na luta pela terra (FERNANDES,1996, p.142).

No Brasil os assentamentos rurais surgiram das lutas originadas no Nordeste a partir dos movimentos sociais e que mais tarde deram origem no Sul e Sudeste do Brasil ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST, no Rio Grande do Sul ainda no período dos militares. Esse movimento surgiu em oposição ao modelo de políticas agrárias do governo que visavam a modernização da agricultura. Conceituando o que vem a ser um assentamento rural, segundo o próprio INCRA (2005), diz o seguinte:

Assentamento é o retrato físico da Reforma Agrária. Ele nasce quando o INCRA, após se imitir na posse da terra (recebê-la legalmente) transfere-a para trabalhadores rurais sem terra a fim de que a cultivem e promovam seu desenvolvimento econômico. O assentamento é, portanto, razão da existência do INCRA.

Para outros, que é o caso de Jara (1998), na sua visão conceitual de assentamento, vai dizer que esse espaço “é uma complexidade, uma especificidade de integração social, uma conquista coletiva, um pequeno patrimônio produtivo diferenciado e, também uma instituição tutelada e burocratizada, que com frequência resiste à emancipação”.

Há mais de duas décadas o Estado através dos governos federais vem de certa forma protagonizando o surgimento de projetos de assentamentos de reforma agrária, isso não significa que esse reconhecimento se deve somente ao papel do Estado como o principal protagonista, mas, sobretudo a sociedade civil organizada por meio de movimentos sociais no campo que pressiona o governo para que se faça a reforma agrária. Ao se realizar o processo de assentamento não significa que tudo acontece de forma pacífica e harmoniosa. Nesse período que vai do acampamento até a legalização do assentamento pelo governo, pode ocorrer uma série de problemas decorrente dessa transformação dos sem terras para assentados. De um lado o Estado, com poder de decisão e do outro está às famílias e os movimentos sociais apresentando-se de forma conflituosa, e assim produzindo uma série de limitação frente à realização da conquista da terra junto ao Estado.

Do governo de FHC até o governo de Lula da Silva, ocorreu o maior número de assentamentos rurais, que não deixa de ser de certa forma um marco na história da questão agrária do país. Por outro lado, também tivemos uma grande expansão da monocultura de exportação comandada pelo crescente agronegócio. Nesse caso é importante entendermos que o Estado não é o agente principal e nem tampouco o único protagonista do surgimento dos Projetos de Assentamentos (PAs). Ao contrário disso, além da resistência do Estado ainda tem a grande morosidade por parte dos governos. Já que o país não faz uma reforma agrária, os sem-terras em ações de reivindicações de forma organizadas produzem ações institucionais que faz com que se desapropriem fazendas e grandes áreas de terras que não cumprem a função social que é exigida pela Constituição Federal de 1988.

Para os movimentos sociais, a “conquista da terra”<sup>40</sup> em que a expressão já faz alusão a luta que é travada contra o latifúndio e a pressão frente ao Estado, o que faz entender que sem a existência e insistência dos movimentos sociais dificilmente haveria assentamentos rurais presente em todo o país. A transformação que acontece de sem-terra passando por acampamento até chegar a condição de assentado é um longo acabar com a criação do

---

<sup>40</sup> Conforme Mitidiero Junior, M. A, em Reforma Agrária no Brasil: Algumas considerações sobre a Materialização dos Assentamentos Rurais. 2011. O autor traz uma discussão sobre as questões e problemas trazidos no processo de assentamentos de famílias sem-terra.

assentamento, pois agora a luta continua para se manter na terra, visto que é necessário todo um amparo técnico e governamental para a vida do assentamento.

No entanto, pode ser assentado do Programa de Reforma Agrária Nacional do INCRA todo trabalhador rural sem-terra e aquele que trabalha individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da família, indispensável à própria subsistência. Quando uma área é desapropriada para fins de reforma agrária, o INCRA dá prioridade aos que já estão morando nela, como arrendatários, parceiros, colonos etc. Também serão assentadas outras famílias que estejam cadastradas pelo INCRA, e que atendam aos requisitos legais que ocorrem no cadastramento e seleção.

A criação dos assentamentos rurais circunscreve-se num movimento histórico e multiescalar, pois o território de assentamento é forjado quando ao se apropriar simbólica e funcionalmente desse espaço geográfico, o homem estabelece novas relações políticas, econômicas e culturais (DOURADO e VARGAS, 2012).

Considerando o tema exposto, essa pesquisa tem como eixo central fazer uma abordagem acerca da reforma agrária no Brasil a partir da década de 1960 até o período do governo Lula, 2010. Analisar assentamento Antonio Conselheiro para entender a visão de reforma agrária implantado no mesmo e saber se há uma produção capaz de torna-lo autossustentável. Considerando o que dizem os que defendem a reforma agrária e as lideranças do MST de que o processo de assentamentos de famílias tem como finalidade a produção de alimentos para a economia local, o MST afirma que 70% dos alimentos que vai a mesa é produzido pelas famílias por meio da agricultura familiar.

Nesse sentido, é fundamental fazer uma leitura do assentamento para conhecer melhor o processo de ocupação, de onde vinham as pessoas, quantas famílias chegaram no período de ocupação e como se deu de fato processo de organização e implantação do assentamento. Esse contexto tem como objetivo dá um sentido à realidade do assentamento bem como uma compreensão do seu processo histórico que é resultado das lutas dos movimentos sociais interligados a questão da terra.

Partindo desse pressuposto, considero relevante o trabalho de Lucíola Andrade Maia (2005)<sup>41</sup> e outras questões que irão nortear o debate teórico, sem perder de vista a realidade

---

<sup>41</sup> Ver Mística, Educação e Resistência no Movimento dos Sem-Terra – MST: Assentamento Antônio Conselheiro, Ocara, Ceará, 2005. Tese de Doutorado.

concreta e de referenciais com capacidade de esclarecer o percurso metodológico que articule a leitura do cotidiano de um assentamento já consolidado. Desse modo o assentamento como resultado do processo de reivindicações e resistência dos movimentos sociais, aqui o MST, hoje o maior e mais organizado movimento de lutas a favor dos sem- terras e da reforma agrária. Surgem algumas indagações tais como: Qual é a visão de reforma agraria para o MST? Qual a concepção que os assentados têm do Movimento? Quais a sua contribuição na organização do Antonio Conselheiro?

#### 4.4 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE OCARA

O município de Ocara, onde está localizado o objeto desse estudo, é um município brasileiro do estado do Ceará, localizado na mesorregião Norte cearense e na Microrregião de Chorozinho. É um dos municípios mais novos do Ceará, tendo se emancipado politicamente em 1987. Ocupa uma área de 765, 366 km<sup>2</sup> e é constituído por seis distritos: Ocara (sede), Arisco dos Marianos, Curupira, Novo Horizonte, Sereno de Cima e Serragem. A cidade de Ocara está situada a 131 metros de altitude e tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 4° 29' 10" Sul, Longitude: 38° 35' 39" Oeste. A distância para a capital do Estado em linha reta é de 101km.

Está localizado na região conhecida como “Maciço de Baturité” no Estado de Ceará, ou seja, centro-norte (Cf. Figura 1). A população de Ocara no ano de 2015 era de 25.123 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

**Figura 6: Mapa do município de Ocara**

Em 2010 a população era de 24.007 habitantes, significando um aumento de 4,65% numa taxa de 0,93% ao ano (Ver tabela e o Crescimento populacional)

**Figura 7: Tabela 4- Crescimento populacional de Ocara (1991- 2015)**

Crescimento populacional		
Censo	Pop.	%±
1991	19.828	-
2000	21.584	8,85%
2010	24.007	11,23%
2015	25.123	4,65%

Desse total, 7.605 habitantes viviam na zona urbana (31,68%) e 16.402 na zona rural (68,32%). Ao mesmo tempo, 12.317 eram do sexo masculino (51,31%) e 11.690 do sexo feminino (48,69%). (Ver tabela população rural/ urbana).

**Figura 8: Tabela 5- Dados sobre a população rural e urbana de Ocara (1991-2010)**

População Rural/Urbana						
População	1991	% do total (1991)	2000	% do total (2000)	2010	% do total (2010)
<b>População total</b>	19.828	100,00	21.584	100,00	24.007	100,00
<b>Urbana</b>	5.182	26,13	6.372	29,52	7.605	31,68
<b>Rural</b>	14.646	73,87	15.212	70,48	16.402	68,32

Fonte: PNDE, Ipea e FJP. IBGE/ 2015

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Ocara é considerado baixo de acordo com os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Segundo dados do relatório de 2010, divulgado em 2013, seu valor era de 0,594, sendo o 145º maior do Ceará e o 4284º do Brasil. Considerando-se o índice de renda, seu valor era de 0,524, o valor do índice de longevidade era de 0,771 e o de educação era de 0,519.<sup>42</sup>

De 2000 a 2010, a renda per capita de Ocara cresceu 6,94%, passando de R\$ 111,36 para R\$ 208,77. Entre 2000 e 2010, a proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar inferior a R\$ 140,00, passou de 76,11% para 49,99% e o índice de Gini passou de 0,58 para 0,53. No mesmo ano, 49,4% viviam acima da linha de pobreza, 32,7% abaixo da linha de indigência e 17,9% entre as linhas de indigência e de pobreza. Em relação a distribuição de renda, os 20% mais ricos concentram 54,5% das riquezas, valor 28,1 vezes maior que os 20% mais pobres, que era de apenas 1,9%.<sup>43</sup>

**Figura 9: Tabela 6: renda, pobreza e desigualdade em Ocara**

<b>ANO</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>Renda per capita (R\$)</b>	75,90	111,36	208,77
<b>% de extremamente pobres</b>	61,94	49,10	32,09
<b>% de pobres</b>	88,57	76,11	49,99
<b>Índice de Gini</b>	0,45	0,58	0,53

Fonte: PNDE, Ipea e FJP

No que diz respeito aos aspectos climáticos do município, apresenta um clima tropical quente semiárido com pluviometria média de 810 mm com chuvas concentradas de janeiro a maio e a temperatura média de (°C) entre 26.1° e máxima de 33°. Ocara não apresenta grandes elevações e sua vegetação apresenta a caatinga arbustiva e densa. A economia de Ocara é baseada na agricultura e na pecuária.

<sup>42</sup> PNUD Brasil/ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento / Ranking IDHM 2010. [www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br) consultado em 14/12/2017.

<sup>43</sup> ODM 1- acabar com a fome e a miséria- Ocara-Ceará- Relatórios Dinâmicos Portal ODM- Sistema de Relatórios Dinâmicos dos Objetivo de Desenvolvimento do Milênio(ODM). Consultado em 14/12/2017.

Os dados do Censo agropecuário de 2006 registrou 2.015 estabelecimentos agropecuários no município de Ocara perfazendo numa área de 48.745 hectares, observando que dentre esses estabelecimentos, existe várias condições do produtor (arrendatário, proprietários, assentados, ocupantes e outros), onde a maioria são proprietários (IBGE, 2006). Ver tabela:

**Figura 10: Tabela 7- Censo Agropecuário de Ocara**

Ocara-Censo Agropecuário- 2006 <sup>44</sup>			
<b>Produtos</b>	Número de estabelecimentos agropecuário	Quantidade	valor
Feijão	235	878 t	953,00x 1000
Mandioca	137	682 t	181,00x 1000
milho	1.356	5,710 t	2.246,00x1000
castanha	18.000	2.475 t	11.437,000x1000
sorgo	700	1.950 t	663,00x 1000
<b>pecuária</b>			
bovinos	749	8.178 cab.	
Leite/vaca		809/ano (x 1000)	650,00x1000
caprinos	77	1.279 cab.	x
Suínos	355	2.680 cab.	x
Mel de abelha		6.800kg.	65,00 x 1000
Ovinos	220	5.271 cab.	X

Fonte Censo agropecuário- IBGE- 2006

A economia de Ocara como já mencionamos e podemos constatar pelos dados é baseado na agricultura e na pecuária e em pequenos comércios situados na sede do município e também nos distritos. Nesse contexto, vale salientar que os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e benefícios previdenciários, têm apresentado um papel importante na dinâmica econômica do município de Ocara.

O município de Ocara possui atualmente 07(sete) assentamentos de reforma agrária (PA), são eles: Antonio Conselheiro (Córrego do Quixinxé), Denir, Vitória (Aroeira), Novas Vidas, Che Guevara, Sete de setembro (Cachoeira) e Uiara Juazeiro. O foco desse estudo é o PA Antonio Conselheiro.<sup>45</sup>

<sup>44</sup> Para os demais dados ver Censo Agropecuário de Ocara, 2006.

<sup>45</sup> O INCRA-CE usa outra nomenclatura para esses PAs.

O assentamento Antonio Conselheiro está situado em Ocara<sup>46</sup> localizada na mesorregião Norte cearense e na Microrregião de Chorozinho, mas também faz parte do maciço de Baturité, no Ceará, na fazenda que se chamava Córrego do Quixinxé, na CE- 122, conhecida como estrada do algodão. A ocupação da área foi efetivada em 20 de maio de 1995, com a participação de 400 famílias, na época contava com cerca de quase 1.500 pessoas oriundas de vários municípios cearense: Aquiraz, Itapajé, Crato, Chorozinho, Ibaretama, Itapiúna, Caucaia, Capistrano, Quixadá, Baturité, Boa Viagem, Canidé, Redenção, Maranguape, Umirim, inclusive do município de Quixeramobim, terra onde nasceu Antonio Conselheiro, figura conhecida em todo cenário brasileiro como liderança que resistiu na luta contra a exploração dos grandes latifundiários, na década de 1890 e que ficou conhecido como Guerra dos Canudos, no sertão da Bahia.<sup>47</sup>

Os critérios de escolha do Assentamento Antonio Conselheiro como objeto de pesquisa da minha dissertação se deram porque entendermos ser um assentamento com mais de duas décadas de implantação, possui associações de moradores e de produtores rurais ligados ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e ao Governo federal através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a área é de fácil acesso. A princípio possui Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) que é um programa do governo que visa assistir as famílias que trabalham na agricultura que tem como objetivo melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias do campo através do aperfeiçoamento do sistema de produção, de mecanismos de acesso a recursos, serviços e renda de forma sustentável.

Em 2005 tive os primeiros contatos com algumas pessoas do Assentamento Antonio Conselheiro, entre elas a D. Teresinha, uma das primeiras pessoas a chegar no local ocupado e que fora presidente da Associação por várias vezes. Desse contato surgiu o interesse de entender melhor como se deu o processo de construção desse assentamento e que mais tarde me rendeu a produção do trabalho intitulado:

**“ASSENTAMENTO ANTONIO CONSELHEIRO: Uma história de lutas e resistência pela terra e sua organização (1995-2005) ”**, no Curso de Especialização:

---

<sup>46</sup> Segundo dados do IBGE 2015, a população ocarense era de 25.123 habitantes, sendo assim o 78º município mais populoso do Ceará e apresentando uma densidade populacional de 32,82 hab/km<sup>2</sup>. Em 2010 era de 24.007 habitantes, significando um aumento de 4,65% numa taxa de 0,93% ao ano.

<sup>47</sup> De acordo com Maia (2005), constava no relatório do INCRA, que a ideia principal do movimento era transformar o imóvel/ assentamento numa nova Canudos, ou seja, um exemplo de igualdade, organização, justiça e muita produção. (MAIA, 2005, p. 62).

Perspectivas e Abordagens em História (FECLESC-UECE) na cidade de Quixadá- Ce em 2012.

Dessa vez volto a trabalhar o mesmo local, mas com outra finalidade, que é de compreender o tipo de reforma agrária presente nesse assentamento. A partir dessa experiência com os assentados resolvi novamente construir meu artesanato (MILLS,1972). Segundo o autor, “(...) o artesanato é o centro de você mesmo, e você está pessoalmente envolvido em cada produto intelectual em que possa trabalhar” (MILLS, 1972, p.22). Tudo isso que foi descrito a cima não significa aliviar o rigor desse trabalho, mas antes possa ser uma porta para me apresentar e desenvolver a pesquisa com o objetivo de apreender as informações necessárias exigidas a fim de entender a questão agrária no Brasil.

Com a pretensão de uma reflexão sobre a reforma agrária, se justifica pela própria história do Brasil, principalmente na conjuntura política do atual governo. Diante dessa atual conjuntura tanto social como econômica de novos caminhos, novos rumos para a agricultura brasileira, entendemos que esses caminhos possam contemplar uma reformulação em toda a sua conjuntura espacial.

O Brasil é um país que possui enormes latifúndios e uma das maiores concentrações de renda do mundo, para muitos esses dados são um dos fatores ou o fator que contribuem para que haja o aumento da miséria, que já foi bem mais acentuada, principalmente na região do Nordeste, mas que ainda de forma espantosa se comprova pela história da estruturação agrária. Para algumas pessoas, um dos fatores que contribui para reforçar a hegemonia latifundiária é a modernização da agricultura.

Este processo tem como marca a implantação de inovações tecnológicas nos campos, isso resulta em alterações nas relações de trabalho e produção, e isso faz com que se intensifiquem as relações capitalistas na agricultura. Neste sentido, o capital torna-se o principal meio que viabiliza os meios de produção, passando a reger a forma de pensar e agir da sociedade, territorializando e monopolizando o espaço geográfico, trazendo à tona novos sujeitos sociais e novas articulações. (OLIVEIRA, 1991)

De acordo com Maia (2005), a área ocupada do Assentamento Antonio Conselheiro possui um total de 5.968 hectares, sendo que 4.476 hectares ficaram pertencendo aos trabalhadores rurais organizados pelo MST, objeto de ocupação, e a outra área com 1.492 hectares, ficou com os ex-moradores. O assentamento dista 109 quilômetros de Fortaleza,

limitando ao norte com os municípios de Barreira e Chorozinho, ao Sul com Aracoiaba e Morada Nova, a leste com Cascavel e Morada Nova e ao Oeste com Aracoiaba; possui uma extensão territorial de 763 km. A ocupação foi organizada pelo MST em 20 de maio de 1995. Após vários conflitos e tensões no processo de ocupação, o governo desapropriou o imóvel no dia 10 de novembro do mesmo ano. Na época havia duas associações de moradores, uma dirigida pelo MST (área I) Antonio Conselheiro, e a outra (área II), do Córrego do Quixinxé, nome da fazenda, dirigida pelos ex-moradores que não tinham participado das lutas e ocupações. O deslocamento dos assentados de uma agrovila para outra se dá por meio bicicletas, motos, carroças e carros.<sup>48</sup>

#### 4.5 CONSOLIDAÇÃO DO ASSENTAMENTO ANTÔNIO CONSELHEIRO - A OCUPAÇÃO DE FATO



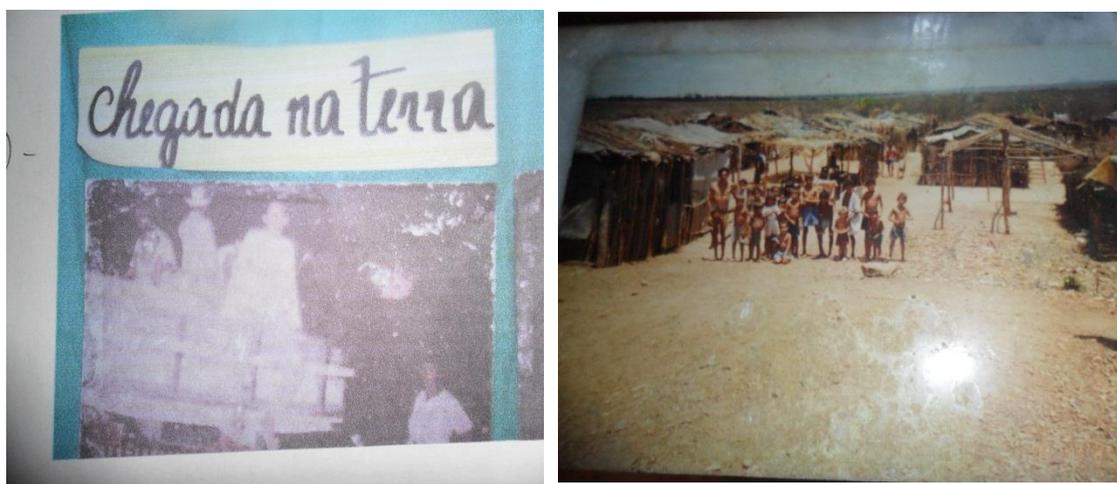
**Figura 11: Foto: Casa Sede- fonte: Edimilson S. Barreto (2017)**

Na metade da década de 1990, precisamente em 1995, surgiu através do MST reuniões em várias cidades e municípios do Estado do Ceará, a militância ainda não era como hoje, havia poucos militantes fazendo articulações com os trabalhadores sem-terra e por reforma agrária. No clima de esperança de conseguir terra para trabalhar, plantar e produzir, cada liderança promoveu um encontro municipal, inclusive Ocara, fazendo com que fortalecesse a luta e o movimento. Em 19 de maio de 1995, as lideranças se articularam em

<sup>48</sup> Esta denominação de agrovila foi dada pelo Inbra e pelos próprios assentados, e se refere aos aglomerados de casas dispostas em três áreas distintas dentro do mesmo assentamento.

seus municípios com os trabalhadores sem-terra numa marcha em direção ao município de Ocara.

Segundo Vera Sales (2003), ao amanhecer do dia 20 de maio de 1995, após uma noite de muita chuva, a Fazenda Córrego do Quixinxé foi despertada por um acontecimento que mudaria completamente. As três horas da manhã quando o temporal começou a cessar, chegaram os primeiros caminhões e ônibus superlotados de trabalhadores e trabalhadoras sem-terra. Nos transportes trouxeram suas mobílias (mesa, cadeiras, fogões, etc) utensílios domésticos, gêneros alimentícios e os animais (cachorros, galinhas, porcos). No local havia apenas quatro pessoas de prontidão esperando, dois trabalhadores da área vizinha que conhecia a fazenda e dois militantes do MST.



**Figura 12: Fotos - Caminhão com pessoas chegando na fazenda Córrego do Quixinxé em 1995 e construção de barracas para os acampados**

Fonte: arquivo (D. Terezinha).

As famílias vieram de vários lugares como já foi dito, rumo a Fazenda Córrego do Quixinxé (conhecida como Córrego do Facó). O nome faz referência a família Facó, os antigos donos da fazenda. Dessa forma formaram grupos cada grupo fez o seu próprio percurso até chegar ao local do acampamento, a maioria saiu durante a noite escura e chuvosa, pois era no período chuvoso. Traziam consigo os filhos jovens e crianças, muitos não sabiam o local onde iriam acampar, ainda era um rumo incerto para muitos, para outros seria uma trajetória sem volta.

A ocupação da fazenda foi organizada pelos camponeses com o apoio do MST, da CPT e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quixadá. Era um grupo bastante

diversificado. Havia segundo informações dos assentados que participaram da ocupação, aproximadamente 400 famílias de quase 20 municípios. Em 20 de maio de 1995, se dava a ocupação da área como forma de pressionar o governo a desapropriar a terra, começava mais uma batalha dos agricultores contra a miséria e exploração contra o latifúndio, a opressão pelo próprio governo. Somente a partir de julho de 1996 o INCRA deu ganho de causa e assentando 200 famílias numa área de 5.968 hectares.

Para Vera Sales a área do Assentamento Antônio Conselheiro, segundo dados do INCRA, é de 5.651,6337 ha, sendo 3.543,0351 no Município de Aracoiaba e 2.108,5986 no Município de Ocara. O clima, como em todo município de Ocara, está caracterizado como semi-árido quente. A vegetação da propriedade é formada por caatinga.<sup>49</sup>

De acordo com Vera Sales (2003), na época o INCRA efetuou 200 cadastros na Fazenda Córrego do Quixinxé. A maioria correspondia às famílias, totalizando 864 pessoas, sendo 401 mulheres e 463 homens. Dentre os cadastrados, 50 faziam parte do grupo de moradores e 150 do grupo dos acampados. Os cadastrados que foram preenchidos pelos os acampados, naquele período, foram distribuídos da seguinte forma: 110 homens adultos com família, 02 mulheres adultas com filhos e sem marido, 38 jovens; destes, 36 homens solteiros e 2 mulheres solteiras. Segundo Vera Sales,

No momento em que o INCRA foi efetuar o cadastro, para torná-los formalmente assentados, só havia 128 famílias das 280 que fizeram a ocupação. Durante o período de luta, uma parte dos acampados desistiu. Para completar o número de 150 famílias, os acampados buscaram parentes em outras localidades (VERA SALES,2003, p.99).

As dificuldades encontradas por muitas pessoas foram entre elas o período de bastante chuva, a falta de estrutura, a própria família (faltavam alguns membros) e também a relutância em obter o ganho de causa. Algumas vezes há pessoas que vem fazer parte de ocupações por influencias de outros, mas na verdade não é aquilo que espera.

Ao observar o total de cadastros feito pelo Incra no assentamento percebemos que o total de homens cadastrados é bem superior aos números de mulheres. Essa realidade

---

<sup>49</sup>Analisando os trabalhos de Lucíola Maia e Vera Sales percebemos que existe uma distorção quanto ao tamanho da área do Assentamento Antonio Conselheiro. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- Superintendência Regional do Ceará- SR 02, a área do assentamento é de 5.652,0502 ha. Fevereiro de 2014.

acontece em todo o país, onde o homem é considerado o chefe da casa e da família e é ele quem decide na tomada de decisões em casa e nas assembleias que acontece no assentamento. Atualmente já se discute muito dentro do MST uma maior participação da mulher quanto a ocupação de cargos de liderança dentro do próprio Movimento e também em outros setores.

Segundo Magrini (2015) no 2º Congresso Nacional do MST de 1990 já se discutia o papel das mulheres no que diz respeito a participação em associações, sindicatos, cooperativas e nas diretorias. As mulheres deveriam votar somente em mulheres como um compromisso de conquistar um maior espaço na sociedade e nas instituições. Constar nos documentos a profissão de trabalhadora rural, que antes denominava “dona do lar” já é segundo o autor, uma conquista. Fernandes (1999) defende que é preciso combater todas as formas de discriminação social que venha prejudicar a mulher e que a mesma possa buscar uma participação mais igualitária.

De acordo com a direção do MST (2003) um dos grandes desafios é garantir igualdade das mulheres que vivem no campo em todas as atividades, principalmente no que diz respeito ao acesso à terra, na produção e na gestão, buscando superar a opressão histórica que lhes foram impostas. Desde então vem se tentando igualar a participação das mulheres aos homens junto a coordenação do Movimento nos estados e em todo país. O assentamento Antonio Conselheiro em Ocara representa um grau de importância para o MST entre outros fatores, inclusive por abranger uma área considerada e comportar uma quantidade relevante de famílias organizadas pelo Movimento.

Para os assentados a luta é importante para que o agricultor tenha mais liberdade e condições de vida. Sobre a vida no assentamento, a agricultora Erivan Queiroz dos Santos se expressa:

Meu filho eu cheguei aqui no dia 20 de maio de 1995 às duas horas da madrugada. Eu vi para cá porque precisava trabalhar, precisava de terra para plantar, criar meus bichos (gado, porco, galinhas) e não depender de ninguém, queria ter minha liberdade. Aqui, ave maria! É muito bom de se viver. A gente respeita os outros, ajuda os nossos companheiros. Aqui nós temos tranquilidade, temos paz. Ninguém aborrece a gente. Algumas besteiras que acontece a gente resolvem aqui mesmo. (D. Erivan Queiroz)

As falas são repletas de subjetividades e sempre usam as palavras luta, engajamento, liberdade, felicidade. As pessoas do assentamento sempre estão associando a

condição que estão vivendo ao MST. O sofrimento enfrentado para estar no assentamento não se compara a vida de antes, quando trabalhava para o patrão. Atualmente suas vidas não consistem em dividir o que produzem com o dono da terra, agora é diferente, aqui o que produzo é meu e não tem patrão para levar a metade do que a gente produz, segundo sr. Manoel. Percebemos que isso representa uma marca, uma lembrança de uma vida sofrida. Para os trabalhadores do assentamento e os para os que militam no MST, a produção “livre” e sem pressão é uma forma diferente para eles e os familiares.

Para Leite (2008), ao investigar os processos de subjetivação militante no MST, conclui que os dirigentes desse movimento social buscam, por meio de várias práticas sóciodiscursivas, implementar a efetivação de um modelo de militante Sem-terra. No entanto, segundo o pesquisador, há uma tensão entre essa busca de uma identidade Sem-terra e o modo como ela é significada pela “base social”, nos termos de Navarro (2002), no MST. Melo (2011, p. 117), corrobora com a ideia de um “perfil ideal de lideranças esboçado pelo MST”, afirmando que essa identidade é vista pelos integrantes do MST como homogênea, sem conflitos e sem contradições internas a sua própria constituição

No assentamento Antonio Conselheiro há pessoas com uma vivência maior no MST, que já fizeram parte como pessoas muito ativa e que agora não participa mais como antes. Uma dessas pessoas é o sr. Manoel Câmara que viajou para vários estados a serviço do Movimento.

Eu fui do mst durante 8 anos e depois fiquei mais 6 ou 7 anos na CPT. Eu sempre fui engajado nas organizações. Eu sou sócio fundador da Cooperativa da Agricultura Familiar de Ocara, que é a COOAF. (...)quando eu comecei no MST eu comecei no que eles chamam de frente de massa. A frente é aquele cara, militante que ia fazer o trabalho de base de ocupação de terra. Eu entrei no MST em 95 por conta da ocupação aqui, logo em seguida a gente fez uma formação de base. No final de 96 eu fui para o Piauí, pelo o movimento do sem-terra. Eu fui pelo mês de dezembro. Fiquei no Piauí, fui pra Floriano, na região do médio Parnaíba também para trabalhar com assentamento de reforma agrária e organizar as famílias. Fiquei por lá uns dois anos e nesses dois anos eu percorri do Norte ao Sul. Conheci vários assentamentos, fizemos ocupações. A maior ocupação de terra no Piauí foi feita com contribuição da gente. (Entrevista: 05/08/2017)

Com o passar do tempo muitas pessoas que faziam parte do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) saem do Movimento. Alegam diversos motivos, razões. Segundo o assentado Manoel Câmara,

As razões é porque o movimento cresceu muito e começou a ter lutas por espaço e acabava não tendo espaço, ou não souberam organizar os espaços. Acredito que espaço tinha, não souberam foi organizar o espaço. Eu mesmo fui vítima. Minha saída do mst não foi porque eu quis sair, foi jogado pra ficar fora mesmo. A gente começou a perceber que algumas coisas não estavam certas e começamos a questionar. Quando você começa a questionar quem tá em cima, no poder geralmente eles dão uma rasteira. Mas eu aprendi muito com isso e faz parte do processo. (05/08/2017)

Pelo depoimento do assentado percebemos que ele não ficou feliz em ter ficado fora do Movimento. Mas assim como em qualquer instituição que há hierarquia, existem disputas por cargos e isso faz com que muitas pessoas se decepcionem e passe a ver no caso do Manoel, o Movimento de outra forma. Então começa a perceber que até mesmo nos movimentos de massa as pessoas procuram o seu espaço e para conseguir esse espaço não importa o que seja feito. Quando Manoel saiu do Movimento, na época em 2001 cursava o curso técnico em agropecuária ainda pelo o MST na Paraíba na Escola Agrícola.

Um caso curioso é que quando ele cursava o segundo ano do curso, o MST o coloca para fora alegando que o mesmo era um militante indisciplinado. Segundo ele, a disciplina era muito rígida. Mas para ocupar a terra tem que ser indisciplinado, do ponto de vista da sociedade. De acordo com a lógica da sociedade, uma pessoa disciplinada não vai ocupar uma propriedade que não seja sua. Portanto, e desse ponto de vista a forma como o Movimento trabalha é algo que foge a disciplina. Na época,

Eles falavam que eu era disciplinado (...) a gente tinha uma certa rebeldia porque tinha algumas coisas que a gente estava percebendo, por ser da organização também, não estava certo. Então foi uma queda de braço entre eu e a coordenação do mst. Eles resolveram me tirar, exatamente faltando um ano pra gente terminar. Aí você veja o que é uma coisa desmontar na sua cabeça um sonho que você tinha. Aí eu tinha uma relação muito boa com a coordenação da universidade, com o diretor, inclusive era meu amigo. Aí eu fui me sentei com eles lá, aí conversei e o diretor disse: eles podem tirar você do mst, mas você é um aluno regularmente matriculado e você vai fazer seu curso. Aí me encaixaram nas turmas normal lá e aí terminei até primeiro do que eles. (05/08/2017)

Até mesmo antes de começar o curso, Manoel afirma que algumas pessoas do próprio MST já haviam falado acerca dele e diziam que dentro do assentamento não era bem visto. Depois desse episódio ainda havia mais três alunos na lista para ser expulso do Movimento. Depois disso ele não ouviu mais falar sobre expulsões. Existe um falso moralismo dentro da organização.

Em Antonio Conselheiro o MST continua atuando embora os assentados estejam mais acomodados em relação ao Movimento. Foi um assentamento que mais levava gente para as mobilizações, como por exemplo a ocupação do INCRA, da prefeitura, da BR e ainda enviava pessoas por meio do MST para ajudar em ocupações de terra em outros locais.

#### 4.6 COMO NA PRÁTICA, O VIÉS DE REFORMA AGRÁRIA DO MST ESTÁ PRESENTE NO ASSENTAMENTO ANTONIO CONSELHEIRO



**Figura 13: Imagem - Passeata dos assentados - Estrada do algodão (arquivo Luizinha Camurça)**

Os assentamentos rurais no Brasil atuam do ponto de vista das famílias assentadas e do MST com foco na produção familiar. Trabalham com objetivo de viabilizar o desenvolvimento local a partir da posse da terra e sua introdução na terra. Nesse caso, compete as famílias assentadas estarem organizadas, mantendo um laço de sociabilidade, estando apto a parcerias para a implantação de projetos, formação e capacitação voltadas a atividades produtivas. Essas competências devem possibilitar a inserção social e econômica dos assentados, ocasionando uma melhoria na qualidade de vida de cada um.

Em 1995 quando a terra foi ocupada, logo começaram a construir as barracas de madeiras e lona. Quando o dia amanheceu brocou a mata e limparam o local de forma que no final da tarde as barracas estavam prontas. Segundo os assentados, as barracas se assemelhavam uma cidade e algumas pessoas até se perdiam entre os barracos, embora

estivesse construído em alinhamentos. D. Terezinha ainda tem as fotos desse dia, embora algumas estejam apagadas. Na sua fala percebemos o sentimento que a mesma demonstra ao falar desse período:

Meu filho, foi um momento muito difícil. Era um momento de muita luta, mas nós nunca deixamos a esperança cair. Nós sempre acreditávamos que íamos conseguir. Era só uma questão de tempo. Quem tirou essas fotos nem tá mais por aqui. Não foi só uma pessoa que tirou, foram várias. Deixa eu lembrar (momento de silêncio) foi a Fátima Ribeiro (Maria de Fátima Ribeiro) que hoje está militando na Paraíba, foi a Deusália (Francisca Deusália Afonso) e até o José Rainha, que está morando no Rio Grande do Sul.<sup>50</sup> ( 25 de maio de 2012)

Nesse sentido, “lutar” tem o sentido que embasa o próprio MST. Afinal, tudo “o que conquistamos é resultado de luta: realizamos luta pela terra, pela educação, por saúde, por crédito, para poder ter direito a produzir, comercializar, morar etc.” (MST, 2014, p.42).

A ocupação e a luta por terra fazem parte da vida dos militantes do MST que quando entrevistado afirmam que vale a pena lutar pelos seus ideais e sempre está presente no momento de luta. Vejamos o que diz a moradora e militante Francisca Pinto:

Eu cheguei em 1995, foi no início do mês de julho. A ocupação foi no dia 20 de maio e eu cheguei no início de julho. Lá onde morava, no Itapajé eu ensinava uma turminha de educação infantil, por isso demorei um pouco vir para cá. A gente estava envolvida com movimentos, eu fazia parte do Sindicato Rural de Itapajé. A minha ligação com o sindicato fez com que eu conhecesse os militantes do MST, e através do sindicato eu fiquei sabendo que em Ocara estava em processo de desocupação, eu soube através de uma apostila do MST. (Militante do MST-assentada)

Outras famílias só chegaram ao assentamento bem depois da ocupação, em alguns casos somente um ou dois membros vieram para garantir seu lote, que é o caso da família do sr. Adail, que tem 41 anos, casado e pai de 3 filhos:

Eu sou de Quixeramobim. Eu comecei a trabalhar desde os 10 anos, junto com meu pai né. Primeiro meu pai foi mobilizado pela organização né, pelo MST. Ele veio no dia 20 de maio de 1995. Então depois que ele chegou aqui mandou um bilhete para mim dizendo onde que estava e gostaria que eu viesse para onde ele estava né, para ver se nós como família se agradávamos, onde estava feito o acampamento. Só que o meu movimento inicial ficou assim, eu ficava uns dias aqui e voltava para lá, como a

---

<sup>50</sup> José Rainha Júnior é um ativista brasileiro e ex-líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MS), foi afastado em 2007. Atualmente é militante da Frente Nacional de Lutas no Campo e Cidade (FNL).

gente tinha planta lá e tinha uns bichinhos também, aí a gente veio para cá definitivo mesmo em 2007 e a gente trouxe a família toda<sup>51</sup>.

Algumas pessoas temiam vir para a ocupação da terra e não ter êxitos, ou não se agradar do local, por isso resolveram não trazer toda a família e como tinham roças plantadas, alguém tinha que cuidar. Era no período de inverno e não era possível abandonar tudo de vez, por isso veio o homem e a mulher e depois vieram o restante. Segundo Maia (2005), em assentamentos do MST, o que a maioria das famílias produzem são para seu próprio sustento, ou melhor para suas subsistências. Na produção coletiva, há uma área mista e uma área individual para que todos produzam e colham para sustento próprios.

Para o assentado e militante do MST, Paulo Magalhães, 49 anos, casado e pai de três filhas, natural de Canindé, Ceará chegou ao assentamento por intermédio de lideranças do MST,

Eu vi de Canindé e a minha origem é canindeense. Eu era das pastorais sociais e tinha muito interesse em conhecer o mst e também conquistar terra para trabalhar, até porque minha origem é camponesa, eu nasci e me criei no campo e quero morar a vida inteira no campo. E foi através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que vi pra cá pro assentamento, antes acampamento que era a Fazenda Córrego do Quinxixé e hoje assentamento Antonio Conselheiro, desde 1996. Eu conheci através de um programa do mst e quem fazia esse programa era o companheiro Ailton Soares que era de Baturité, mas morava em Canindé, hoje assentamento Nova Conquista e é presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Canindé e também por uma companheira chamada Deusália que mora hoje em Quixadá, mas ela foi também militante do mst. Foi através dela que eu vim pra cá, pra ocupação.<sup>52</sup>

A declaração do sr. Paulo Magalhães assim como de outros assentados deixa claro a influência que o MST teve na vida de muitos assentados. O que chamou atenção foi a análise que ele fez sobre a importância do campo para o camponês assentado:

Na medida que vai havendo mudanças no projeto de agricultura do capitalismo, ele vai proporcionando também mudanças na agricultura camponesa, na agricultura familiar. Imagina que quando eu nasci não conhecia nem o cultivador, né? Um arado. Hoje, além do cultivador, além do arado nós tem máquina, tratores que aram

<sup>51</sup> Adail Paz de Lima, presidente da Associação Comunitária dos Produtores do Assentamento Antonio Conselheiro. Entrevista, 22.07.2017.

<sup>52</sup> Francisco de Paulo Lopes Magalhães, assentado e militante do MST (Direção estadual). Atualmente atua na Brigada Zumbi dos Palmares. Antonio Conselheiro. 29.07.2017.

os campos e facilita um pouco o trabalho e também você ser assentado hoje muda completamente sua relação de exploração com o latifúndio. Porque você passa a ter a conquista da terra e a terra ela é um instrumento que sempre esteve a serviço dos grandes e agora está sob domínio dos camponeses e camponesas que conquistaram ela. Então há uma mudança muito grande na relação de exploração, o que o Marx chamou de capital e trabalho, né? (29 de julho de 2017).

O assentado e militante por fazer parte do MST a nível estadual, viaja bastante e deixa a perceber que tem suas leituras focadas em obras marxistas e demonstra que as lideranças são educadas dentro dos parâmetros ideológicos de esquerda. Por fazer parte da direção estadual do MST, está submetido as decisões do coletivo e direção estadual. Nesse caso, precisa conciliar seu trabalho na agricultura no assentamento e também seu papel de militante do Movimento no que eles denominam de “brigada.” Curiosamente peço que ele explique o significado da palavra brigada:

Quando o MST surgiu especificamente na região Sul, no estado do Rio Grande do Sul, né? Em Macali Brilhante, depois Encruzilhada Natalina, o MST tinha uma visão de regionais. Então primeiro surgiu como regionais, depois desse nome regional ele não é um nome que caracteriza pessoas, ele caracteriza território físico, terra. Então nós identificamos que o nome brigada, ele é um nome que identifica pessoas. Brigada sempre que se refere o nome brigada, é brigada pessoa. Seja brigada militar, brigada do exército, de pessoas ligadas a saúde. Mas brigada é um nome muito mais político e ideológico falando no linguajar mais dos movimentos de outros países, né? Também nós aqui do MST identificamos que não somos dirigentes de regionais, somos dirigente de gente, de povo. E o nome brigada se refere a pessoas. Então nós somos militantes na coordenação de gente e não de terra, territorialmente falando.

O encontro das brigadas é de grande importância para os assentamentos em geral, pois é nesse momento que acontece um estudo sobre a estrutura (balanço) dos assentamentos a nível de região e também local. Esse encontro acontece sempre no final de cada ano, até mesmo porque primeiramente aconteceu a nível nacional. Em 2010 tive a oportunidade de participar de algumas reuniões no assentamento Antonio Conselheiro e observei que uma dessas reuniões era denominada de brigada. Cada brigada faz sua apresentação usando o discurso de que a luta é feita de enfrentamentos. Cada assentamento leva o nome de alguém que morreu em conflitos durante as ocupações de propriedades.

O dia 17 de abril é considerado pelos militantes o dia internacional do MST. Foi o dia em que houve uma grande chacina em Eldorados dos Carajás no estado do Pará, no ano de 1996. No assentamento Antonio Conselheiro essas brigadas acontecem desde o início da

ocupação, 1995. Os organizadores desse encontro é o sr. Paulo Magalhães e sua esposa Tereza Brás. Nos encontros das brigadas são repassadas informações acerca do Movimento a nível nacional, estadual e regional, bem como os objetivos alcançados e os próximos passos a serem dados.

Os militantes do MST acreditam que o Movimento precisa ter esperanças para sobreviver. Essa esperança é desenvolvida através do que eles chamam de mística. A mística engloba a terra, a água e a vida. Segundo Leonardo Boff (1993), sem a mística, qualquer método de trabalho popular se torna facilmente técnica de manipulação e as regras metodológicas acabam se transformando em fórmulas rígidas e sem alma (p.39). Segundo Maia (2005) a mística é a alma do Movimento dos Sem Terra, é um elemento que dá solidez ao processo de organização dos trabalhadores rurais. As representações se dão por meio gestos, danças e/ou encenações teatrais.

Existe uma identificação muito extensa com algumas figuras emblemáticas e revolucionárias como Lenin, Che Guevara. Seus rostos estampados em bandeiras estão sempre estendidos nas reuniões, também faz parte da mística. Alguns assentamentos inclusive em Ocara, tem o nome dessas pessoas, pois os nomes dos assentamentos na maioria das vezes estão associados a pessoas que serviram como modelo de alguma causa. A mística é um ritual presente e sempre existem momentos que é posta em prática, seja no cantar uma canção ou numa peça de teatro durante as reuniões ou encontros.

Quando participei do encontro das brigadas, pude observar que havia uma distribuição de tarefas entre adultos, jovens e crianças, como forma de todos participarem e estarem envolvidos no processo de aprender fazer. As pessoas que vivem no assentamento parecem precisar estar sempre atentas aos trabalhos que acontecem. Alguns parecem se doar o máximo possível, outros deixam a emoção fluir embalados com vozes (músicas) e palmas, em alguns momentos dão as mãos fazendo uma corrente. Tudo na mística é valorizado, não deixa de ser um ritual com início, meio e fim. Durante esses momentos que estava presente pude contemplar e acompanhar cada passo e vi que até mesmo na hora do lanche uma forma de agradecer. Compreendi que a vida no assentamento está para além de uma simples apresentação ou uma música qualquer, a mística é e faz aparte da vida deles, é um dos elementos de integração do MST.

A música faz parte das comemorações existentes no assentamento. Artista como Geraldo Vandré (pra não dizer que não falei das flores), o hino do MST, de Ademar Bôgo. Antes das reuniões os participantes cantam na voz de violão e ao som de palmas, as músicas trazem letras que os encorajam a continuar na luta. Há um momento em que todos se misturam, crianças, jovens e adultos. Em seguida se dividem em equipes para tarefas diversas. Dá a perceber que há uma preocupação de formar futuros líderes militantes dentro do assentamento. Para Eliane Pinto, coordenadora de assentamentos, atribui aos futuros militantes a responsabilidade de não deixar que o assentamento venha a se tornar algo sem sentido. Uma boa maneira de preparar os futuros militantes se dá em contato com outras pessoas de outros lugares e mais experientes, principalmente em encontros a níveis de região e estados.

No assentamento as datas e os dias estão marcados no calendário, destacados por lutas, combates e também as conquistas. Essas datas viram memórias, são as marcas da resistência, seja nas marchas, nas ocupações e mesmo na vida diária. Essas lembranças começam com a mobilização, pelo acampamento, pela entrada no latifúndio e continua no assentamento. As dificuldades existentes no meio rural são inúmeras e diante disso surgem outros novos problemas. Os assentados assim como os demais trabalhadores, sofrem restrições de políticas públicas por parte dos governos. É aqui que entra em cena os militantes do MST com maior facilidade de conseguir liberação de verbas para o assentamento.

As marchas, os acampamentos, as ocupações são consideradas para o MST como importantes meios para lutar por reforma agrária, trabalho e educação. Segundo Maia (2005) a intenção do MST é conseguir a terra para trabalho de modo articulado a outros movimentos sociais que sejam atuantes no campo, por justiça, igualdade de condições, por uma universalização do ensino no campo, escola pública de qualidade que possa atender aos interesses da população que vive meio rural.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), deseja ser reconhecido como resultado e continuidade das grandes lutas que se antecederam no Brasil. É um movimento com capacidade de mobilização muito grande e está presente em todo território, conhecido nacionalmente e internacionalmente, constitui um movimento histórico de luta pela

terra e pela reforma agrária. O movimento que dá continuidade as lutas que se antecedeu a ele.<sup>53</sup> Segundo Morissawa (2001),

O MST foi implantado em 7 de setembro de 1979, ainda em plena ditadura militar e nascida em 1984 quando aconteceu sua primeira ocupação na fazenda Macali, em Ronda Alta, Rio Grande do Sul. Organizada pela Comissão Pastoral da Terra- CPT, e a partir daí muitas outras lutas, nesse e em outros estados foram acontecendo e ampliando as conquistas em busca de um objetivo mais alto, a Reforma Agrária (MORISSAWA, 2001, p.123.)

A formação do MST no Brasil está dividida em momentos históricos, essas lutas foram acontecendo em todo país e hoje se configura como o maior movimento de luta e resistência camponesa com mais de três décadas no Brasil. O MST tem como objetivos: terra para a reforma agrária e transformação da sociedade, tem como proposta a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, sem exploradores e explorados, com distribuição de terra, garantia da soberania alimentar e o desenvolvimento econômico social para todos. Como dizia Deusalia Afonso, militante que acompanhou o processo de organização do acampamento, na trajetória histórica da comunidade desenvolveu-se a organização, e essa ocupação foi papel do MST. Na fala de Deusalia, “os militantes tinham o objetivo de organizar um grande arraial, assim como foi Canudos no sertão da Bahia”

O MST, a princípio se preocupava somente em ocupar, depois incorporou em seu discurso as palavras “resistir e produzir”. Referenciando um texto da CONTAG-Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, no seu 6º Congresso em Brasília em 1985 (apud ALENCAR, 2000):

Os projetos de assentamentos são fundamentais para consolidação do processo de reforma agrária dentro de uma estratégia de promoção da agricultura familiar, que assegura ao núcleo familiar renda e condições de vida e trabalho dignos, adaptando-se á dinâmica econômica com preservação do meio ambiente, garantindo crédito, assistência, comercialização. (ALENCAR, 2000, p. 30)

Na realidade, o desejo do MST é que tudo ocorra como dito acima, mas não funciona com tamanha rapidez e nem tampouco com tal desenvoltura administrativa. As vezes esquecemos de mencionar os impasses e burocracias enfrentadas após a consolidação dos

---

<sup>53</sup> Entre essas lutas estão Zumbi dos Palmares (1629), Canudos na Bahia (1893- 1897), contestado no Paraná (1912), Caldeirão em Juazeiro do Norte, Ceará (1926), Ligas Camponesas na década de 1950.

assentamentos. Ainda existem aqueles que por falta de gestão e da própria estrutura não alcança nenhum sucesso.

Um dos maiores problemas nos assentamentos é sobre como administrar as terras já conseguidas e como deve ser implementada a gestão a fim de possibilitar uma maior sustentabilidade econômica, social, ambiental e política. Quanto a esses problemas, Milton Santos (1979) deixa claro que,

O uso da terra tem que ser definido primeiro como um subsistema no interior do sistema espacial. Num determinado momento o uso da terra é o resultado da apropriação total do espaço rural, a qual tem, em cada lugar formas específicas (...). a transformação do espaço natural em espaço produtivo é o resultado de series de decisões e escolhas, historicamente determinadas (SANTOS, 1979, p.32).

Segundo Abramovay (1997), no Brasil cerca de 30% dos assentamentos são um sucesso absoluto, outros 30% conseguem apenas garantir a sobrevivência da família, os 40% restantes tendem a vender a terra e abandonar o campo. Para muitas pessoas que hoje vivem no Assentamento Antonio Conselheiro relatam que viviam em condições de exploração. Tudo que produziam era dividido com o patrão, ou seja, ficavam apenas com 50% do que era colhido, eram submissos ao patrão. Alguns afirmam que levavam uma vida muito difícil, não recebiam o respeito que mereciam. Trabalhavam, mas não tinham nenhuma perspectiva de melhoria de vida para si e para os filhos. Por não ter para onde ir, a única maneira de ter alguma coisa era suportar as imposições dos patrões. Segundo a moradora e militante do MST, Francisca Pinto dos Santos:

Meu pai tinha um terreninho pequeno e nós trabalhava com outros fazendeiros e tinha que pagar renda, que era muito alta. As vezes tinha que pagar a metade da produção e alguns fazendeiros melhores se pagava menos. A gente vivia apertada, praticamente só produzia para os outros e ficava quase sem nada.

Para pensar a importância e o valor dado ao Assentamento Antonio Conselheiro pelos assentados, e a maneira como eles falam – a história de luta travada pela reforma agrária, a posse da terra e o seu uso – atentamos para o que diz Francisco Alencar (2000), ao analisar os assentamentos cearenses como compreensão da realidade sócio espacial do mundo agrário do estado:

O assentamento é o novo espaço social do campo brasileiro que representa a contradição do capital, dos movimentos sociais do campo e do Estado como mediador. O assentamento simboliza esta perspectiva da construção de outras especialidades e territorialidades do Brasil rural (ALENCAR, 2000, p.90).

O assentamento é um ambiente, um espaço geográfico delimitado que comporta um grupo de pessoas (famílias) beneficiadas por programas governamentais de reforma agrária. Para Sauer (2005) esse espaço que é a terra, vai ganhando um significado real e simbólico e que se torna um lugar de trabalho, moradia e produção, quer dizer, uma reprodução social camponesa. Um assentamento de reforma agrária ele só se torna um assentamento de fato, legal, com um decreto do governo federal após estabelecer a posse e o uso da terra. A criação de assentamento é, por outro lado, produto de conflitos, lutas populares e demandas sociais pelo direito de acesso à terra (Sauer,2005).

O assentamento Antonio Conselheiro assim como muitos outros no Ceará e no Brasil, é considerado por muitos como resultado da política da reforma agrária brasileira. Mas entendemos que os assentamentos rurais são consequências das reivindicações pela terra, pois somente após a ocupação é que foi implantado o projeto de assentamento. Saber se existe uma reforma agrária no Brasil e que o assentamento é fruto dessa política agrária é o assunto que venho tentando descobrir ao longo desse trabalho. Nessa discussão cabe aqui uma relevante contribuição de Martins (2000) quanto ao tema abordado:

A regulamentação da situação fundiária dos posseiros de extensas regiões do país foi e é um legítimo ato de reforma agrária porque impõe limites ao processo expropriatório que daria ao país uma estrutura fundiária muito mais concentrada e latifundista do que a atual (...) assentamento é a forma da redistribuição da terra, que é em que consiste, no essencial, qualquer reforma agrária. Reforma agrária é todo ato tendente a desconcentrar a propriedade da terra quando esta apresenta ou cria um impasse histórico ao desenvolvimento social baseado nos interesses pactados da sociedade (MARTINS,2000, p.101, 102).

Contrapondo o que disse Martins sobre o mesmo assunto, Fernandes (2001) afirma que a política de assentamentos e a regulação fundiária dos posseiros não constitui necessariamente a reforma agrária, portanto:

Para se falar de fato em reforma agrária é preciso que exista – de fato – uma política nesse sentido, um plano com objetivos e metas para a desconcentração fundiária.

(...) se as famílias não ocuparem a terra, não há assentamento. Ao denominar a atual política de assentamentos de reforma agrária, ignora-se a história da luta pela terra e respectivamente os seus protagonistas (FERNANDES,2001, p.44).

Bernardo Mançano Fernandes vai apontar dois fatores interessante para essa questão: o primeiro fator seria a continuidade da expropriação, ao mesmo tempo em que uma família é assentada, pelo menos duas são expropriadas ou expulsas; o segundo fator consiste na supervalorização das desapropriações, que, muitas vezes, possibilita ao latifundiário adquirir uma área maior do que a que foi transformada em assentamento. Isso significa que a implantação dos assentamentos cresce simultaneamente à concentração fundiária.

Dentro do assentamento há pessoas que discordam quanto a forma de como é vista o modelo de reforma agrária vigente. Para Manoel da Silva Câmara, casado, 44 anos, pai de dois filhos e técnico agrícola, quando pergunto sobre como ele ver a reforma agrária, ele afirma que:

Eu começaria dizendo o seguinte, eu não considero que no Brasil nós temos uma reforma agrária de verdade. Nós temos políticas de assentamentos, políticas de compensação de terras, mas a reforma agrária de forma estrutural, né, que dê estrutura para o produtor não depender de outras fontes, a gente ainda não tem. Aí eu vou falar mais, porque a reforma agrária no Brasil ela sempre foi feita na base da luta. O governo nunca por conta própria quis fazer reforma agrária, porque o modelo fundiário do Brasil, ele não permite. (...) então a gente tem muitas dificuldades porque falta estrutura. Nós estamos aqui com 22 anos e nós viemos conseguir um pequeno açude agora no ano de 2016. Nós viemos construir a nossa escola de ensino médio terminando agora em 2017, então ainda falta muita coisa. Eu acredito que a reforma agrária nos moldes que está presa ao Incra hoje, ela não é reforma agrária. Ela reduz e desqualifica o produtor quando ele tem uma formação profissional. (Entrevista: 05/08/2017)

O fato do INCRA desqualificar as pessoas que tem uma qualificação profissional na fala do Manoel, ele se refere a si próprio. Algumas pessoas que estavam trabalhando em outra área, quer dizer, exercendo outra função que não era da agricultura estavam com o Cadastro de Concessão de Uso (CCU) cancelado.<sup>54</sup> O assentado precisa provar para o INCRA que ele é um agricultor.

---

<sup>54</sup> O Cadastro de Concessão de Uso – CCU é um documento individual que cada assentado cadastrado no INCRA tem e a cada 5 anos precisa ser renovado.

No estado Ceará especificamente, a forma de como foi organizado os assentamentos de reforma agrária, geram opiniões divergentes em torno da posse coletiva. O sr. Manoel discorda, na visão dele é um desastre, porque:

Ela não gera herdeiros e eu tenho questionado muito isso. Por exemplo, eu tenho aqui a minha casa, tenho minha estrutura, minhas coisas. Mas se por acaso amanhã eu deixar isso aqui, que vai decidir o rumo dela, das minhas coisas não é minha família, é o assentamento, é a associação do assentamento, é através de assembleia, né. E a gente é, gostaria que as pessoas tivessem seu título de posse.

Para o MST que não concorda que os assentados tenham o título de posse individual, aqui o assentado discorda. O Movimento acha que o título tem que ser coletivo. Percebemos que as visões e opiniões nem sempre estão em consonância. Segundo Manoel, as pessoas ficam limitados a investir no seu próprio local de moradia porque não sabem como será o futuro. De acordo com a funcionária do INCRA, Marcia Barreto, os assentados não querem se emancipar, eles querem sempre está sobre a tutela do INCRA. Ela entende que eles têm medo de não conseguir sobreviver. Mas também sabe que existem aqueles que são a favor dos lotes individuais. Para o MST, o Movimento não quer que cada assentado tenha o seu lote individual.

Uma vez que os assentados se tornam independente, quer dizer, com os seus devidos lotes emancipados e com o título desses lotes, significa dizer que o INCRA não mais se responsabiliza com esse assentamento. Nesse caso, cessa o repasse de recursos, a assistência técnica e os agricultores se tornam pequenos agricultores. Já sabemos que a força dos assentados reside na capacidade que tem em torno do MST. Uma vez que esses assentados sejam emancipados, automaticamente enfraquece o Movimento e a própria luta por reforma agrária.

Conforme afirma Vera Sales (2003) os assentamentos rurais surgiram para responder à pressão das famílias sem-terra que, organizadas, lutavam por terra e trabalho e foram se transformando em projetos governamentais. O surgimento do MST no início da década de 1980 se deu no exato momento em que a “dinâmica da modernização da agricultura apontava que” a questão agrária no Brasil estaria superada e a reforma agrária seria uma medida fora do lugar e deslocada do seu tempo histórico” (MEDEIROS e LEITE: 1999, p.8). Para os autores o momento não era oportuno para tal questão, haja vista o campo estava modernizado e que não havia necessidade de se fazer reforma agrária. Porém no mesmo

período comprovamos que isso não foi bastante para impedir os vários conflitos de terras e as ocupações feitas pelo MST em quase todo os estados, sendo que a pauta posta pelo Movimento era a reforma agrária. Assim contrariava o diagnóstico de que a reforma agrária já estava ultrapassada.

De acordo com Ernesto Filippi (2005), no que diz respeito às políticas, o termo “reforma agrária” vai comportar três concepções distintas. A primeira é apontada pelo autor é chamada de “clássica”, que no caso seria a distribuição massiva de terra, o tipo de reforma agrária que foi implantada nos países centrais ao longo do século XVIII até o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). No início essa distribuição se deu entre a burguesia emergente e a *plebe* que construíram a república após a vitória na Revolução Francesa (1789), a reforma agrária bolchevique russa nos anos 1920, entre outros.

Na segunda concepção seria aquela que o autor chama de “colonização”, quer dizer, a ocupação de terras que comportaria diferentes objetivos: expansão das atividades agrícolas e/ou ocupação estratégica de porções territoriais “desertas” (exemplo disso foi a colonização da Amazônia nos anos 1960 e 1970). Na terceira concepção de reforma agrária descrita pelo autor, é aquela de implantação de “assentamentos rurais”. Resultado de desapropriações, o assentamento rural é o tipo de ocupação do espaço rural que dá espaço à construção de atividades rurais de cunho familiar individual e coletivo (misto).

Dos modelos que caracterizam a reforma agrária citados acima,

O Brasil experimentou (e experimenta) políticas de colonização e de assentamentos rurais. Em resumo, a colonização serviu, fundamentalmente, para a expansão da agricultura comercial de exportação – o agronegócio, tradução do termo *agrobusiness* -, enquanto que o modelo de assentamento rural reproduz, em grande medida, o sonho, por ora utópico, de solidificação e de ampliação da agricultura familiar. Nessa última é a reprodução social do agricultor e de sua família que determina a dinâmica da exploração agrícola do estabelecimento, antítese do agronegócio (FILIPPI, 2005, p.4).

Entendemos que a questão agrária no Brasil pode imprimir uma grande importância não só pela dinâmica da pobreza ainda existente no mundo rural, mas sobretudo na maneira de escolher qual modelo de reforma agrária, -caso fosse levado a sério no país- poderia ser conectado a uma dinâmica de maior oportunidade de geração de empregos no campo e que ao

mesmo tempo pudesse contribuir para o desenvolvimento social na vida das pessoas na cidade.

Muitas vezes diante das situações burocráticas da própria instituição e da própria conjuntura do país, não é permitido a presença mais assídua dos técnicos do Incra dentro das áreas de assentamentos, que embora sendo desta forma é preciso trabalhar conforme a meta do governo. Ao perguntar sobre a realidade dos assentamentos no estado do Ceará, a funcionária do Incra Márcia Lima Barreto, comenta:

Aqui no Incra nós trabalhamos por equipes e articulação territorial certo? Então nós somos nove equipes e cada equipe atua numa região. A minha especificamente é a região metropolitana e a região do maciço do Baturité, mas a realidade é quase sempre a mesma, não muda muita coisa não. Eu tenho uma visão geral da situação. Olha, a essência da reforma agrária está se perdendo ao longo do tempo. É isso que eu estou sentindo atualmente, além da dificuldade que existe da desapropriação de áreas né, a própria dificuldade do nosso público alvo que é o agricultor. Atualmente quando a gente vai implantar uma área de assentamento, assentar novas famílias, o que a gente sente é que hoje o interesse maior, do meu ponto de vista (é particular isso), é isso que tenho observado ultimamente. Não existe aqueles agricultores realmente, não sei se é por conta da luta, da dificuldade né que o semiárido oferece para um agricultor, mas hoje em dia o que eu sinto é que há um interesse maior não pela terra mais sim pela moradia. Pois hoje não existe mais o interesse de dizer, olha eu quero uma vaga no assentamento com um pedaço de terra para eu trabalhar. A gente não está sentindo mais isso atualmente. Existe o interesse muito grande é pela casa, que a casa é apenas uma consequência do processo. O governo ajuda na construção da casa que é para que o agricultor fique perto do seu local de trabalho. É uma consequência, mas hoje em dia o que eu sinto é que os candidatos a uma vaga na reforma agrária estão mais interessados numa moradia do que na própria terra para trabalhar.<sup>55</sup> (Entrevista no dia 14 de novembro de 2017)

Analisando a fala da Márcia, percebemos que não existe por parte de muitos trabalhadores sem-terra um compromisso sério com a terra como sendo o fator principal e de maior importância. O que importa mesmo é um lugar para morar. No entanto, para alguns assentados o Incra não cumpre o seu papel como deveria.

---

<sup>55</sup> Marcia Barreto Lima é assistente social e trabalha no Incra- Ceará desde 1999. É responsável pelos assentamentos na área metropolitana e região do maciço de Baturité. Atualmente estão atuando na questão da titulação e créditos através dos recursos do próprio Incra, no caso créditos produtivos principalmente para mulheres onde recebe uma ajuda de 3.000 reais para implementação de atividades produtivas para aumentar a renda familiar. (Exemplo disso é o artesanato)

#### 4.7 ORGANIZAÇÃO E ASPECTO SÓCIO ECONÔMICO DO ASSENTAMENTO

A escolha da historicidade do saber popular como construção desta narrativa não poderia deixar de estar associada a um momento histórico, como também as tendências reflexivas do pensamento histórico, filosófico e político do final do século XX e início do século XXI. O que nos remete muitas vezes a cultura popular não é tentar descobrir o enclave que há dentro da representação cultural produzida oficialmente, mas tentar fazer esse caminho inverso. Para Montenegro (1994) é através dos depoimentos, que podemos analisar quais elementos simbólicos são construídos pela população e se apresentam muitas vezes como avesso daquilo que lhe imposto cotidianamente. A medida que essa população convive, tolera, assimila e também reproduz a cultura oficial, não estar isolada no local e no espaço, mas interage e faz parte desse todo.

O trabalho aqui desenvolvido busca trazer a compreensão do assentamento como história presente de uma comunidade de pessoas que pela persistência política busca continuar no campo apesar dos problemas enfrentados no passado e que ainda enfrentam até hoje. Portanto achamos importante trabalhar a história oral, pois traz um nível de historicidade que geralmente era conhecido através do que é produzido pelos meios oficiais. Entretanto, uma das vertentes a ser trabalhada aqui será a oralidade que por meio dos depoimentos colhidos nas entrevistas ajudarão na compreensão e desenvoltura do trabalho. A memória contém elementos básicos, mas importantes para a construção da história.

No assentamento Antonio Conselheiro, além das 200 famílias assentadas há também os agregados, que somados todos chegam cerca de 1200 pessoas.<sup>56</sup> A atividade econômica dos assentados consiste basicamente na agricultura, como o cultivo do feijão, milho, mandioca e a colheita da castanha do caju. Há também a criação de gado leiteiro e de corte, cerca de 600 cabeças, esse número já foi bem maior, chegando a mais de mil. Criação de ovinos, cerca de 350 cabeças. Esse ano (2017) houve uma grande perda, algumas foram mortas por cachorros. Dona Terezinha afirma que teve um grande prejuízo, pois foram mortas 14 ovelhas somente o ano passado. Também há a criação de suínos, que no momento enfrenta um problema dentro do assentamento por conta do mal cheiro. Estão estudando uma

---

<sup>56</sup> Agregados são as pessoas que moram com os pais (filhos, noras, genros), essas pessoas não têm cadastro do Incra em seu nome e não recebe nenhum benefício por parte do governo no que diz respeito aos créditos para trabalhar no assentamento.

forma de construir um local para colocar todos juntos. Quanto a criação de aves, praticamente existe em toda as casas. Os trabalhos são executados de forma coletiva e individual. Algumas dessas culturas foram prejudicadas em virtudes das baixas medias de chuvas, os chamados invernos fracos como diz o sr. Adail Paz,

A gente produz aqui a questão do feijão, do milho. No geral a cultura aqui que é mais cultivado é o milho e o feijão. Diante dos anos que a gente vem enfrentando.... Há cinco anos atrás a gente conseguia cultivar a mandioca também. Situemos bastante cajueiros, mas diante desses cinco anos a gente teve perca de muita área de cajueiro e da semente da mandioca. E hoje, nesse ano a gente não tá conseguindo situar a mandioca por que a gente não teve condições de adquirir a semente (Entrevista do dia 22 de julho de 2017)

Distribuição das terras do assentamento Antonio Conselheiro conforme a sua utilização.<sup>57</sup>

Figura 14: TABELA 8 - Distribuição da terra (área) do assentamento.

ESPECIFICAÇÃO	USO ATUAL ha	% DE USO
<b>1.Áreas individuais</b>		
Cajueiro Gigante	250,00	4,19
Cajueiro Anão	120,00	2,01
Milho	301,00	5,04
Feijão	224,00	3,75
Mandioca	121,00	2,02
<b>2.Área de pastagens</b>		
Pasto nativo	2.500,00	41,89
<b>3.Áreas comunitárias</b>		
Capoeira grossa	75,4	1,26
Capoeira fina	1.120,00	18,76
Benfeitorias	3,0	0,05
<b>4.Áreas inaproveitáveis</b>		
Inaproveitáveis	60,00	1,00
<b>5.Áreas de reserva</b>		
Reserva legal	1.1193,60	20,00
<b>TOTAL</b>	<b>5.968,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte- Pesquisa direta e espelho do projeto- 2005

<sup>57</sup> PRA- Plano de Recuperação do Assentamento Antonio Conselheiro, antiga fazenda Córrego do Quixinxé. Outubro-2005.

Os assentados associam a falta de outras culturas como a mandioca para fazer a farinha e a diminuição da castanha do caju a falta de chuvas que foi insuficiente nos últimos cinco anos. O bioma onde está localizado o assentamento é 100% caatinga e o planejamento físico adotado se dá de forma concentrada e dividido em três núcleos denominados de agrovilas. Existia uma área de cajueiro gigante de um total de 250 hectares (como mostra a tabela), de início pertencia ao coletivo, atualmente é individualizada. As demais áreas do assentamento são de uso coletivo, existindo um planejamento anual para a exploração das mesmas, conforme a definição dos grupos de trabalho.

Para o assentado e técnico agropecuário Manoel da Silva Câmara, no assentamento diminuiu bastante o número de roças principalmente no método da broca<sup>58</sup>:

É assim, porque a tecnologia na área rural era no período do meu pai, era na base do brocar e do tocar fogo, né? E muitas vezes no trabalho penoso de arrancar tocos, por exemplo, com a mão né? O que mudou hoje, por exemplo que praticamente as pessoas não fazem mais a arranca de toco á mão. Geralmente usa uma máquina, né? No caso das brocas diminui muito. Aqui mesmo no assentamento hoje, posso dizer que a agricultura diminui bastante nesse ato de brocar. Só tem o campo e continua plantando na área desmatada. (Entrevista: 05/08/2017)

No assentamento além de não ter praticamente mais o sistema da derruba da mata para fazer a roça, nos últimos anos em virtude das estiagens até mesmo as áreas já desmatadas não foram todas plantadas. Para Manoel a agricultura ainda é tida como algo penoso.

(...) acaba botando a roça como castigo(...) eu nasci e me criei na roça, gostei da agricultura. Eu acho que a agricultura, ele é fundamental, porque sem a agricultura a gente não tem alimentos na mesa. É obvio que talvez seja uma das profissões mais prejudicadas no sistema de governo, porque não existe incentivo, principalmente para a agricultura familiar. os projetos que existiam para a agricultura familiar praticamente eles têm uma dificuldade muito grande de chegar e quando chega, chega atrasado, enfim. (05/08/2017)

O senhor Manoel já criou gado, ovelhas, mas hoje cria somente porcos e galinhas. Ele afirma que a criação de gado é algo muito complicado no semiárido. O consumo para criar o gado é muito alto e tem a questão da água, da forragem. Uma vaca consome em média de 40 a 50 litros de água por dia, segundo ele. Sua renda na maior parte vem do seu trabalho, quando dá cursos, capacitação e de quando é contratado para prestar serviço.

---

<sup>58</sup> A broca consiste no método de derrubar a mata, colocar fogo e após fazer o plantio. Nesse método não arranca os troncos que ficaram, o plantio da roça é feito entre os troncos queimados.

No assentamento a maioria dos assentados produzem apenas o básico para a subsistência. Como já foi dito, apenas o milho e o feijão. Existem algumas barracas de vendas à beira da estrada com produtos produzidos em sua maioria no próprio assentamento. Segundo a moradora e assentada Elissandra (Fia), “dá pra gente fazer mais de um salário por mês, e aqui tudo é da gente”. Numa conversa informal debaixo da barraca da Fia, ela disse que trabalha também com o Crédito Amigo, contraído junto ao Banco do Nordeste (BNB). Esse empréstimo que varia de 1.000 a 1500 reais serve para comprar outros produtos e manter a barraca sempre cheia e ter tudo que o cliente procurar.



**Figura 15: Fotos - Barraca dos assentados Diassis e Elissandra, 2017**

Fonte: Edimilson S. Barreto (2017)

Para o Diassis, que é filho de assentado, “dependendo do período do ano dá para apurar muito bem”. No mês mais fraco dá para apurar entre 700 e 800 reais. Os meses que eles afirmam ganhar mais se refere ao período do inverno, época em que no assentamento é produzido o feijão verde, o milho, jerimum, maxixe, quiabo, etc. Os principais compradores desses produtos são pessoas de outros municípios que passam pela rodovia que corta o assentamento.



**Figura 16: Fotos - Barraca dos assentados Diassis e Elissandra, 2017**

Fonte: Edimilson S. Barreto (2017)

Os donos de barracas (barraqueiros) vendem produtos como o caju in natura, castanhas, doces de caju, mel de caju, mel de abelha italiana, nata do leite de vaca, queijos, mangas, molho, fubá de milho, jacas, seriguelas, e outros produtos que compram fora para revender. No entanto, o que falta para complementar a alimentação se compra fora do assentamento, vem da grande produção ou do que podemos chamar do agronegócio. Para Márcia Barreto:

A grande maioria é só de subsistência. E atualmente eu acho que nem de subsistência. Tem muita gente que nem de subsistência tá plantando nada, entendeu? Por exemplo, nós tivemos um inverno que deu para plantar milho e feijão nessas culturas de subsistência. As vezes quando eu estou indo no assentamento eu pergunto: o que foi que você plantou esse ano? Não plantei nada não! Quer dizer, eu até digo assim: um agricultor, as vezes eu sou até chata sabe? Eu digo assim: olhe, um verdadeiro agricultor não desperdiça nem um dia de chuva. Não desperdiça, né? E eles estão aí, não sei se é desacreditando se vai chover ou se não vai. Perder a safra né? Mais o que tá acontecendo é só a cultura de subsistência mesmo. E uma safra muito pequena. (14/11/2017).

Pela fala da Marcia, percebemos que no assentamento não está cumprido as formas de produção e uso da terra como deveria ser. Isso pode deixar o assentamento no futuro bem próximo como apenas um local de moradia e sem nenhuma função a mais. Se essa condição que o assentamento está vivendo se deve a escassez de chuvas, é preciso que as pessoas se voltem para outros meios que possam fazer com que o assentamento volte a ser útil para os assentados e as comunidades adjacentes.

No de 2017, o MST completou 33 anos de existência, organizando os/as trabalhadores/as do campo, lutando por terra, reforma agrária e por mudanças sociais. O

movimento atua hoje em 23 Estados e no Distrito Federal, organizando mais de 1,5 milhão de camponeses/as e ainda 100 mil famílias acampadas, nas beiras de estrada por todo o país, lutando pelo seu “pedaço de chão”. Em seus assentamentos, tem mais de 800 cooperativas e mais de 1.900 associações, onde os/as assentados/as trabalham de forma coletiva na produção de alimentos como: arroz, feijão, milho, leite, queijo, frutas, legumes e verduras. “Nessas unidades gera empregos, renda e impostos, beneficiando indiretamente cerca de 700 pequenos municípios no interior do país” (MORISSAWA, 2001, p. 167).

O que Morissawa (2001) afirma, não é bem o que se vê em alguns assentamentos, mas também é verdade que uma boa parte deles só conseguem produzir para sua própria subsistência. O Antonio Conselheiro é um dos que ultimamente só consegue plantar para sua subsistência e está distante de se tornar autossuficiente na produção de alimentos.

#### 4.8 AGRICULTURA FAMILIAR- AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE

Segundo o censo agropecuário (IBGE,2006), revelou que a concentração de terra no Brasil não sofreu grandes mudanças nas últimas duas décadas, ou seja, cerca de 1% dos proprietários rurais são donos de quase a metade das terras agrícolas brasileiras. Os estabelecimentos com menos de 10 hectares somam 47%, e desse apenas ocupam 2,4% da área. Esses dados mostram que a distribuição de terras no Brasil ainda é bastante desigual<sup>59</sup>

Essa discussão sobre concentração de terras coloca em lados opostos os dois responsáveis pela produção agrícola brasileira: o agronegócio e a agricultura familiar. por um lado, os defensores dos grandes donos de terra acreditam que a concentração de terra é uma tendência mundial e permite a produção em grande escala e reduz o preço dos alimentos para que toda a população tenha acesso. Nesse caso acredita que o cliente que comprar o produto pelo menor preço, independentemente de quem produz.

---

<sup>59</sup> Censo Agropecuário- 2006. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE.

Para os defensores do agronegócio, esses afirmam que o agronegócio de hoje sustenta o país e que só foi possível o Brasil superar melhor e mais rápido que outros países porque havia uma reserva em dinheiro produzida por mais de 90% pelo agronegócio. Mas por outro lado os pequenos agricultores defendem que além de produzir alimentos, a agricultura familiar é a maior empregadora de mão de obra no campo. De acordo com o Censo agropecuário de 2006, cerca de 16,5 milhões de pessoas estavam ocupadas nas propriedades agropecuárias. Esse total representava 18,8% da população ocupada no Brasil.<sup>60</sup> O Censo ainda mostra que 85% desses trabalhadores estão em propriedades com até 200 hectares.

Como a agricultura familiar e o agronegócio disputam espaços na produção de alimentos, as críticas surgem de ambos os lados. A agricultura familiar diz ser responsável por até 80% da produção do feijão, do milho, de até 50% da carne suína, diz ser responsável por  $\frac{3}{4}$  do emprego no campo. Discordam que o agronegócio e o latifúndio sejam responsáveis por maior parte da produção. Quanto ao agronegócio, afirmam que este não produz para o consumo interno, mas para a exportação. Acreditam que a reforma agrária é o caminho para desenvolver a agricultura familiar.

Para Alberto Ercílio Bloch, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) para fortalecer a agricultura familiar é necessário ter acesso à terra. Portanto a reforma agrária é parte fundamental não só para a distribuição da terra, mas para fortalecer o processo de fazer agricultura, a agricultura familiar. O MST é o movimento social que mais reclama por terras para a implantação desse tipo de agricultura. Para muitos proprietários de terras o MST é um movimento terrorista.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento agrário (MDA), a agricultura familiar é a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes. Essa mesma agricultura familiar produz 35% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e absorve 40% da população economicamente ativa.<sup>61</sup>

No dia 25 de agosto de 2017, foi realizada em Ocara a I Feira da Agricultura Familiar e Quintais Produtivos de Ocara. Através das secretarias de Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) sob orientação dessas secretarias, o evento contou com a participação dos Assentamentos: Antonio Conselheiro, Novas Vidas, Denir, Aroeira, Uruanã e várias comunidades como a Vila São Marcos e

---

<sup>60</sup> Censo Agropecuário- IBGE, 2006.

<sup>61</sup> Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA, Censo agropecuário de 2006.

Melosa. Na ocasião foi exposto um grande número de quintais produtivos e da Cooperativa da Agricultura Familiar de Ocara- COOAF.

A I Feira da Agricultura Familiar e Quintais Produtivos foi batizada de Vila Rural. Teve como principal atrativo a comercialização direta dos produtos da agricultura familiar sem uso de agrotóxicos. Esse foi a principal orientação para os produtores rurais local. Os principais produtos comercializados foram o mel de caju, a castanha do caju, milho verde, verduras, bolos, macaxeira, pimenta de cheiro e peças artesanais.

Segundo a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas. Esse procedimento se dá por meio de chamada pública, quer dizer, o que apresentar o menor preço é quem fica fornecendo os produtos. A aquisição dos produtos da Agricultura Familiar poderá ser realizada por meio da Chamada Pública, dispensando-se, nesse caso, o procedimento licitatório.

A conexão entre a agricultura familiar e a alimentação escolar fundamenta-se nas diretrizes estabelecidas pela Lei nº 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da AE, em especial no que tange:

- I) Ao emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis e;
- II) Ao apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, sazonais, produzidos em âmbito local e pela agricultura familiar.

Este encontro – da alimentação escolar com a agricultura familiar – tem promovido uma importante transformação na alimentação escolar, ao permitir que alimentos saudáveis e com vínculo regional, produzidos diretamente pela agricultura familiar, possam ser consumidos diariamente pelos alunos da rede pública de todo o Brasil.

A aquisição da agricultura familiar para a alimentação escolar está regulamentada pela Resolução CD/ FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, (atualizada pela Resolução CD/FNDE nº 04, de 2 de abril de 2015), que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE. Com base na Resolução supracitada, a Coordenação Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar – CGPAE/FNDE elaborou o Manual de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar, que tem como objetivo apresentar o passo-a-passo do processo de aquisição da agricultura familiar.

Existe também aquelas pessoas que criam os seus gados e que vendem o leite nas comunidades vizinhas para aumentar a renda mensal. Percebemos isso na fala do sr. Adail quando perguntamos qual a sua renda e ele sabia dizer, apesar de não ser assalariado, e de acordo com o salário atual, qual seria o saldo no final do mês,

Eu creio que eu consigo dentro da agricultura tirar um salário, salário e meio. Porque eu tenho o meu criar e eu faço parte duma cooperativa no município de Ocara, que é da agricultura familiar. Eu consigo vender através da cooperativa para a merenda escolar do município, né. É uma rendazinha extra, né, que eu creio que juntando com a venda de uma criação e que também eu vendo um leite, né. Então mensalmente, de um salário a um salário e meio. (22 de julho de 2017)

Na fala de Adail percebemos que ele se refere sobre a venda de produtos para as escolas por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PNAE oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa, aos estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino.

O PNAE é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), e também pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público. De acordo com o Art. 1º que altera o Art. 38, inciso II, da Resolução CD/FNDE nº 26 de 17 de junho de 2013, o governo determina esse valor a cada ano. Atualmente o valor repassado pela União a

estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino<sup>62</sup>:

I) **R\$ 1,07**(um real e sete centavos) para alunos matriculados em Creches; II) **R\$ 0,53** (cinquenta e três centavos) para alunos matriculados na Pré-escola; III): **R\$ 0,64** (sessenta e quatro centavos) para alunos matriculados em Escolas indígenas e quilombolas; IV) **R\$ 0,36**( trinta e seis centavos) para os alunos matriculados no Ensino fundamental e médio; V) **R\$ 0,32** (trinta e dois centavos) para os alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos- EJA; VI) **R\$ 1,07** ( um real e sete centavos) para os alunos matriculados em tempo integral; VII) **R\$ 2,00**(dois reais) para alunos matriculados no Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral; VIII) Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: **R\$ 0,53**( cinquenta e três centavos ) para alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno-AEE. (grifo meu)

Esse repasse é feito diretamente aos estados e municípios, com base no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. O Programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público. Com a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, 30% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades.

De acordo com o PNAE são atendidos pelo programa os alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público). Vale destacar que o orçamento do PNAE beneficia milhões de estudantes brasileiros, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal.

Para que os agricultores familiares/ organização de produtores (associações e cooperativas) possam participar da chamada pública para aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar é necessário que disponha de DAP – Declara de Aptidão ao PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Os agricultores familiares podem participar de forma individual ou organizados em grupos informais – com a

---

<sup>62</sup> Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE. Ministério da Educação- MEC. Programa Nacional de Educação Escolar- PNAE. Acesso em 11/12/2017.

DAP física –, ou por meio de suas organizações formais (associações e cooperativas) – com a DAP jurídica.

Uma pesquisa feita sobre os dados da prefeitura Municipal de Ocara mostrou que no ano de 2017, o município recebeu do FNDE o repasse financeiro no valor de R\$ 581.649,60,<sup>63</sup> destinado a compra de alimentação escolar. Desse total, menos de 30% foi gasto na compra de produtos advindos da agricultura familiar. No Antonio Conselheiro, conforme os dados fornecidos pela COOAF o valor chegou a cerca de 6% com a compra dos gêneros alimentícios da agricultura familiar. Lembrando que essa porcentagem nos referimos apenas ao Antonio Conselheiro, ainda há outros cinco assentamentos, mas ainda assim não conseguem atingir os 30%, de acordo com a Lei de 2009.

De acordo com a atual presidenta da Cooperativa da Agricultura Familiar de Ocara (COOAF), Marli Mesquita Oliveira, essa cooperativa existe desde 2013. Antes os produtos vendidos para o PNAE eram vendidos individualmente e por meio da Associação dos Produtores da Agricultura Familiar de Ocara (APAFO). Dos sete assentamentos em Ocara, cinco deles fornecem produtos da agricultura familiar para o PNAE das escolas públicas do município de Ocara.<sup>64</sup> No assentamento Antonio Conselheiro, do total de 200 famílias apenas 04 agricultores fornecem gêneros alimentícios destinados a alimentação escolar por meio da cooperativa. Os produtos são diversos e variados desde o feijão ao cheiro verde (coentro e cebola de palha). Ver tabela:

---

<sup>63</sup> FNDE, 2017. Liberações- Consultas gerais. [www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br)

<sup>64</sup> Assentamentos Antonio Conselheiro, Denir, Vitória, 7 de setembro e Novas Vidas.

Figura 17: Tabela 9- Produtos produzidos e vendidos para o PNAE

<b>AGRICULTOR- Adail Paz de Lima</b> Mês: abril/nov.2017				
<b>Produto</b>	<b>Kg</b>	<b>Qtd</b>	<b>Val. Unit</b>	<b>Val. Total</b>
Feijão de corda	1004		5,26	5.281,04
Banana prata	120		4,39	526,80
Cenoura	72,2		4,39	316,95
Chuchu	20		2,68	53,60
Cheiro verde		136	3,95	537,20
Mamão formosa	96		3,95	379,20
Pimentão	98,6		3,95	389,47
Poupa acerola	374		5,88	2.199,12
Poupa de caju	374		5,88	2.199,12
Poupa de goiaba	374		5,88	2.199,12
Poupa de manga	374		5,88	2.199,12
Tomate	132		4,39	579,48
Frango	73,5		10,52	773,22
Valor total R\$				17.633,44

Fonte: Cooperativa da Agricultura Familiar de Ocara- COOAF-2017

Ao contrário do que disse o senhor Adail, que ganhava em média cerca de um salário e meio, percebemos que chega a ser mais do que ele afirmou. Fazendo os cálculos de acordo com os meses que ele repassou seus produtos para a cooperativa, a média do salário chega a ser de R\$ 2.204,18. É o agricultor assentado que mais vende para a agricultura familiar. O seu caso difere dos demais, visto que só há no assentamento 04 assentados que vendem seus produtos pela cooperativa. Ver tabela:

Figura 18: Tabela 10- Produtos produzidos e vendidos para o PNAE

<b>AGRICULTOR- João Ferreira Dias</b> Mês: Set/nov.2017				
<b>Produto</b>	<b>Kg</b>	<b>Qtd</b>	<b>Val. Unit</b>	<b>Val. Total</b>
Feijão de corda	120		5,20	624,00
Banana prata	384		4,39	1.685,76
Cenoura	231,04		4,39	1.014,26
Chuchu	64		2,68	171,52
Cheiro verde		32	3,95	126,40

Mamão formosa	307,2	3,95	1.213,44
Pimentão	27,2	3,95	91,64
Poupa acerola	88	5,88	517,44
Poupa de caju	88	5,88	517,44
Poupa de goiaba	88	5,88	517,44
Poupa de manga	88	5,88	517,44
Tomate	44	4,39	193,16
Valor total R\$			7.189,94

Fonte: Cooperativa da Agricultura Familiar de Ocara- COOAF-2017

Entre os produtos mais vendido está o feijão de corda. As poupas de frutas vem em segundo lugar seguido das verduras. Os produtos são repassados de acordo com o cronograma de entrega nas escolas. Tem agricultores que fazem entrega semanal, outros entregam por mês. No caso das verduras (cheiro verde) é feito por semana. O bolo, frango e os demais são entregues uma vez por mês em cada escola. Ver tabela:

**Figura 19: Tabela 11- Produtos produzidos e vendidos para o PNAE**

<b>AGRICULTOR- Mardonio Isac Nogueira do Nascimento. Mês: Maio/nov.2017</b>			
<b>Produto</b>	<b>Quant.</b>	<b>Val. Unit.</b>	<b>Valor total</b>
Bolo de batata doce	194	13,03	2.527,82
Bolo de milho	182	13,03	2.371,46
Bolo de macaxeira	213	13,03	2.775,39
Valor total R\$			7.674,67

Fonte: Cooperativa da Agricultura Familiar de Ocara- COOAF-2017

Os assentados Mardonio e Manoel Pereira são os que vendem os bolos. Como mostra as tabelas, os bolos são feitos de batata doce, milho e macaxeira. Os preços são tabelados, a diferença está na quantidade como mostra a tabela. Ver tabela:

**Figura 20: Tabela 12- Produtos produzidos e vendidos para o PNAE**

<b>AGRICULTOR- Manoel Pereira do Nascimento Mês:</b>				
<b>maio/out.2017</b>				
<b>Produto</b>	<b>Quant.</b>	<b>Val. Unit.</b>	<b>Valor total</b>	
Bolo de batata doce	148	13,03	1.928,44	
Bolo de milho	150	13,03	1.954,50	
Bolo de macaxeira	147	13,03	1.915,41	
Valor total R\$			5.798,35	

Fonte: Cooperativa da Agricultura Familiar de Ocara- COOAF-2017

Os dados das tabelas acima mostram que os assentados do assentamento Antonio Conselheiro conseguiram vender o total de 10 itens alimentícios. Essa venda para a agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escola (PNAE) se deu por meio da Cooperativa da Agricultura Familiar de Ocara (COOAF). O valor das mercadorias é depositado diretamente na conta de cada produtor. Esses dados parecem ser muito, mas na verdade, para um assentamento do porte do Antonio Conselheiro e com 200 famílias, esses valores se tornam quase irrisório. Apenas 4% dos assentados cadastrados no assentamento vendem para a cooperativa. É um número muito pouco.

Além do PNAE os assentados repassam seus produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos(PAA). Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção.

De acordo com o programa, funciona dessa forma: parte dos alimentos é adquirida pelo governo diretamente dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, para a formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social. Os produtos destinados à doação são oferecidos para entidades da rede socioassistencial, nos restaurantes populares, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias e ainda para cestas de alimentos distribuídas pelo Governo Federal.

Outra parte dos alimentos é adquirida pelas próprias organizações da agricultura familiar, para formação de estoques próprios. Desta forma é possível comercializá-los no momento mais propício, em mercados públicos ou privados, permitindo maior agregação de valor aos produtos. A compra pode ser feita sem licitação. Cada agricultor pode acessar até um limite anual e os preços não devem ultrapassar o valor dos preços praticados nos mercados locais.

Somente quem tem acesso ao programa são os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais ou empreendimentos familiares rurais portadores de DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf. o PAA é executado com recursos da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), em parceria com os estados, municípios e com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).<sup>65</sup>

Quanto aos produtos de Origem animal, em conformidade com a Resolução/CD/FNDE Nº 26 de 17 de junho de 2013 “Os produtos alimentícios a serem adquiridos para a clientela do PNAE deverão atender ao disposto na legislação de alimentos”..., que normatiza o registro dos produtos e empreendimentos no Serviço de Inspeção Federal- SIF; No Serviço de Inspeção Estadual- SIE; no Serviço de Inspeção Municipal – SIM; no Serviço de inspeção/ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- MAPA e na Vigilância Sanitária.<sup>66</sup>

Segundo a coordenadora do PAA em Ocara, Isabel Martins Frota, em Ocara o Programa de Aquisição de Alimentos com Doação Simultânea (PAA) – do Governo Federal em parceria com o Governo Estadual, através da SDA – Secretaria de Desenvolvimento Agrário – tem as seguintes características:

a) Os agricultores definem antecipadamente os produtos que cultivam e que pretendem fazer a comercialização, segundo as normas do Programa, e doá-los às entidades definidas pela Coordenação do mesmo no Município.

b) Em Ocara durante o ano de 2017 o Programa atendeu 9 entidades, sendo elas: Cadeia Pública; Hospital Municipal; MAFO (Movimento de Apoio as Família de Ocara –

---

<sup>65</sup> Fonte: agricultura Familiar e o Desenvolvimento Agrário. [www.paa@mda.gov.br](http://www.paa@mda.gov.br)

<sup>66</sup> Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE/CE, 2013. Ver lista de gêneros que podem ser adquiridos da Agricultura Familiar.

ONG); CAPS (Centro de Atenção Psicossocial); 3(três) CRAS (Centro de Referência da Assistência Social); Creche – CEI – Pequeno Lucas e a Escola Municipal de Ensino Fundamental – Luis Cândido de Oliveira.

O Programa tem a participação de 39 agricultores de todo o Município de Ocara, sendo 9 (nove) do Assentamento Antonio Conselheiro, sendo eles: Mardônio Isac Nogueira do Nascimento; João Ferreira Dias; Ana Selma Araújo da Silva; Maria Lêda Nogueira do Nascimento; Adil Paz de Lima; Adail Paz de Lima; José Expedito Gomes da Silva; Jaclean Ricardo de Lima; Francisca Lima Pinto.

De acordo com a coordenadora do programa, em 2017 o repasse federal do PAA para o município de Ocara foi de R\$ 180,000 mil. Desse montante foram gastos na compra de alimentos R\$ 165.179,50, que corresponde a 91,75% do total. Para a compra dos alimentos produzidos no assentamento Antonio Conselheiro foram pagos R\$ 41.053,95, que corresponde a 24,85% do valor total.<sup>67</sup> Os produtos comercializados/doados são: Canjica – 150kg; Acerola 70kg; Laranja 60kg; Limão 70kg; Feijão 2.350kg; Bolo 600kg; Milho Verde 800kg; Cajú 1.526kg; Jerimum 500kg; Cheiro Verde 140kg; Pimenta de Cheiro 30kg e Pimentão 100kg.

No PAA os agricultores vendem os seus produtos individualmente, diferente do PNAE que precisam estarem associados. Funciona como se o agricultor doasse os seus produtos para o município e o governo federal pagasse por “essa doação”. Na verdade, é só uma forma de dizer, pois o governo paga esses produtos. Cada Agricultor recebe um Cartão Bancário individual para a retirada do dinheiro, conforme prestação de contas mensal, realizada pela Coordenação do Programa no Município, junto a Secretária de Desenvolvimento Agrário do Estado – DAS – e ao MDS – Ministério do Desenvolvimento Social.

Outras fontes de rendas no assentamento vêm dos aposentados e de alguns funcionários públicos. Devido à falta de trabalho algumas pessoas saem do assentamento para procurar trabalhos fora. De acordo com a funcionária do INCRA, Marcia Barreto, ela afirma que:

---

<sup>67</sup> Fonte: Dados cedido pela coordenação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) de Ocara, Ceará, 2017.

Na nossa realidade atual o índice de desistência é muito grande e o índice de assentado que estão procurando renda fora do assentamento também é muito grande. Nós temos casos, é...eu não sei te dizer em termos percentuais porque o Incra nunca fez um trabalho nesse sentido, entendeu? Mas o número de assentados que trabalham fora do assentamento, inclusive até de carteira assinada é muito grande. E as vezes eles não saem do assentamento por causa da casa, da moradia. (14/11/2017).

Nesse caso, se os moradores saem para trabalhar fora em busca de renda para sobreviver, significa dizer que no assentamento não dispõem de condições de trabalho para sustentar suas famílias ou significa dizer que essas pessoas não estão preparadas para trabalhar como agricultores e cultivar a terra. Como afirmou a assistente social Marcia Barreto, o que ainda prende essas pessoas é a moradia e não a terra.

O assentamento desenvolve parcerias de trabalho com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Cooperativa de Prestação de Serviços e Assistência Técnica LTDA (COPOSAT), nos projetos para o desenvolvimento do assentamento. Os técnicos agrícolas têm o objetivo de orientar às famílias de agricultores assentados, nos assuntos relativos à implantação e desenvolvimento de culturas e pastagens, armazenamento e comercialização de produtos, criação de animais, introdução de novas tecnologias, bem como ações que estimulem a organização dos assentados.

Quanto a infraestrutura existente no assentamento, podemos ver de acordo com a tabela a seguir:

**Figura 21: TABELA 13- Infraestrutura do assentamento Antonio Conselheiro**

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>ESTADO DE CONSERVAÇÃO</b>
Casas de alvenaria	200 und	Regular
Aprisco	16 und	Bom
Silo trincheira 50 ton	18 und	Bom
Cocho coberto	12 und	Bom
Casa de mel	02 und	Bom
Cerca com 08 fios de arame	121 km	Bom
Casa de Reuniões	03 und	Regular
Depósitos/Quartos	01 und	Ruim
Casa de forrageira	05 und	Bom
Estábulos	08 und	Bom
Quadra	01 und	Ruim
Poço Profundo	06 und	Regular

Cisternas	122 und	Bom
Casa de Farinha	01 und	Ruim
Cacimbão	08 und	Ruim
Açude de pequeno porte	12 und	Regular
Garagem para trator	01 und	Bom
Lagoas	05 und	Bom

**Fonte: PRA- Plano de Recuperação do Assentamento Antonio Conselheiro, 2005.**

As instalações consideradas de acordo com a tabela (BOM), na época permitia-se o seu uso por tempo determinado, quer dizer, precisavam de manutenção. Algumas passaram por reparos e hoje se encontram em uso. As casas de alvenaria passaram por reformas e na sua maioria tiveram ampliação (construções de quartos, alpendres, áreas de serviços). A casa de farinha não existe mais, como já estava bastante danificada não foi possível reverter os danos e, portanto, não foi construída outra em seu lugar. As que se encontravam em estado (ruim) muitas delas não atendem mais suas finalidades, por conta do estado precário de conservação. Foi construída uma casa para a comercialização dos produtos produzidos no assentamento e um local para o beneficiamento da castanha do caju. No que diz respeito a questão hídrica no assentamento no ano de 2016 foi construído um grande açude para atender a demanda da população.

O assentamento conta com uma rede de energia trifásica que atende todas as famílias assentadas, porem falta melhorar a iluminação pública das agrovilas Umari e Furnas. Até pouco tempo o assentamento só contava com uma escola de ensino fundamental, denominada Escola Municipal Raimundo Facó que levava o nome do proprietário da fazenda, fundado em 1992, anterior a ocupação. Os filhos dos assentados que faziam o nível médio teriam que se deslocar para os municípios de Ocara e Ibaretama. Ainda não há creches para atender as crianças assentadas. Em 2016 foi construída uma escola Francisca Pinto dos Santos para nível médio dentro do assentamento que vai atender toda a demanda no assentamento e localidades adjacentes.

De acordo com o Plano de Recuperação do Assentamento (PRA,2005), há também no assentamento as instituições representativas dos trabalhadores rurais a nível federal, estadual e municipal, que contribuem na organização, reivindicação de direitos e melhorias em prol dos assentados. São elas: Confederação Nacional do Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará (FETRAECE) E O Sindicato do Trabalhadores Rurais (STR). As

organizações não governamentais que também contribuem com os trabalhadores na convivência com o semiárido, saneamento básico, apoio a gestão e capacitações em geral são: Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Caritas, por meio da Igreja católica e O ESPLAR<sup>68</sup>. Existe o Fórum dos assentados, que é o espaço de debate dos assentados para discutir problemas, alternativas de soluções, planejar ações e trocar experiências que venham melhorar a vida no campo. E o MST, que trabalha a organização social, política, econômica das famílias assentadas na luta pela reforma agrária.

O modelo de unidade de produção constitui-se de duas formas de organização, o individual e o coletivo. Prevalendo o primeiro em seu sistema produtivo. O trabalho coletivo se dá na construção de cercas, exploração da cultura de caju, quando há safra e em outras atividades que necessitam de mão de obra urgente. A organização/gestão do assentamento é coordenada pela associação dos assentados que tem a diretoria eleita de dois em dois anos, conforme o estatuto. As assembleias gerais acontecem com frequência para a melhor avaliação e encaminhamentos dos trabalhos estabelecidos. Existe também o Regimento Interno e as coordenações de trabalho que determinam a mobilização e funcionamento do assentamento.

No assentamento há o espaço de socialização política onde é permitido o aprendizado prático de construir, organizar, participar, negociar e lutar. Parece que todos precisam estar conscientes de seus interesses, de suas reivindicações. Os assentados, através de suas organizações são os contratantes dos serviços de assistência técnica. Além de assinar os contratos, os assentados têm papel fundamental no acompanhamento e na avaliação dos trabalhos realizados pelos técnicos das equipes locais e participando diretamente das reuniões com os técnicos e instituições das reuniões com os técnicos e instituições públicas e privadas sobre o desenvolvimento da comunidade assentada; acompanhando o dia-a-dia dos técnicos no Assentamento, trocando experiências, dando opiniões sobre as ações que vão ser realizadas; verificando e comprovando na realidade se os serviços de assistência técnica estão sendo realizados conforme contrato, autorizando pagamento quando for o caso e apoiando e auxiliando os trabalhos realizados pelas equipes técnicas que prestam serviços.

---

<sup>68</sup> **O ESPLAR** é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundado no ano de 1974, com sede no município de Fortaleza. A organização atua diretamente em municípios do semiárido cearense, desenvolvendo atividades voltadas para a agroecologia e o serviço da agricultura familiar, além de realizar trabalhos nas áreas como: fortalecimento de políticas públicas para o interesse da agricultura familiar, promoção da igualdade de gênero, justiça ambiental e qualidade de vida, desenvolvimento de sistemas agroecológicos etc.

No dia 13 de maio de 1995, aconteceu a primeira assembleia geral no Assentamento Antonio Conselheiro (Ocara-se) para a criação e instalação da Associação Comunitária dos Assentados e Assentadas do Assentamento Antonio Conselheiro. Na ocasião esteve presente 187 trabalhadores, pois só podia votar as pessoas cadastradas no Incra. A assembleia tinha como objetivo a criação da associação e o estatuto do assentamento. As chapas foram formadas no mesmo dia, seguida da eleição no qual saiu eleito o assentado José Ivan Andrade da Silva, para ocupar o cargo por dois anos. A chapa vencedora conseguiu 165 votos contra 18 votos do outro candidato, 03 votos nulo e 01 votos em branco.

A posse da diretoria e do conselho fiscal deu-se após proclamado o resultado final, isto é, nesta mesma assembleia geral de criação e instalação desta entidade de trabalhadores, para cumprir um mandato de 02 anos. Desta data em diante todos os problemas que viesse a surgir no assentamento deveria ter uma convocação para ser discutido, cabendo a resolução por parte da maioria, nesse caso os assentados que faziam parte das assembleias, tomar uma decisão através de votação sobre qualquer problema e também sobre outros assuntos, tais como os projetos para o assentamento, famílias, trabalhos, saúde, educação etc. O planejamento discutido serve para todos que vivem no assentamento.

A associação é a forma de organização criada pelos integrantes do assentamento Antonio Conselheiro para representá-los junto a entidades governamentais ou não, para discutir o seu processo de desenvolvimento e determinar os rumos que serão tomados pela comunidade em sua busca de cidadania. As associações têm grande importância no desenvolvimento do assentamento, é necessário está sempre de acordo com as exigências dos órgãos governamentais. Para que os projetos serem aprovados é preciso que haja uma associação organizada.

Nós nos organizamos por grupo. Nós temos 16 grupos de famílias, é o grupo de trabalho que se chama Conselho da Coordenação de Trabalho (CCT). O presidente encaminha as burocracias jurídicas e os trabalhos dependem dos coordenadores dos grupos de famílias. Cada coordenador encaminha os procedimentos do seu grupo. Os recursos vão para as mãos dos grupos. De dois em dois anos tem mudanças, assim como na presidência da associação.<sup>69</sup>

---

<sup>69</sup> Dona Terezinha, ex-presidenta da Associação Comunitária dos Produtores do Assentamento Antonio Conselheiro. Entrevista, dia 24 de novembro de 2010.

No assentamento a D. Terezinha Ricardo dos Santos Lima, mais conhecida como D. Terezinha, foi uma das primeiras pessoas a chegar na Fazenda Córrego Facó em 1995. Atualmente é professora aposentada, militante do MST. Para D. Terezinha é uma grande responsabilidade está à frente de uma associação no assentamento. Para ela todos os sócios precisam está organizado e ter consciência do que querem, se não for desta maneira dificilmente as coisas funcionam. Ela fala o seguinte:

Pra mim a associação representa a parte jurídica. Os projetos, os modos de se organizar, nós não podemos viver desorganizados rapaz. Só no papel não adianta, tem que ter uma completa organização. Tem associação que é muito desorganizada. Tem presidente que não tem conhecimento do que seja uma associação. Os sócios têm que ter a consciência de seus direitos, mas também dos seus deveres. Tem associação que vive na inadimplência e quando vai atrás de projetos não consegue. (Terezinha 24 de novembro, 2010.)

Segundo D. Terezinha, ela foi uma das pessoas que mais lutou para que a fazenda se tornasse um assentamento. Presidenta por três vezes, ainda exerce várias funções dentro do assentamento. Faz parte da Coordenação do Fórum das Assembleias dos Assentados do Maciço de Baturité, da Coordenação do Núcleo Dirigente do Território Rural do Maciço de Baturité. Também é uma das coordenadoras da Rede de Produção de Comercialização do Desenvolvimento Sustentável do Estado do Ceará. Já participou de vários congressos do MST em vários estados, inclusive em Brasília.

Atualmente os assentados na sua maioria, pelo menos as pessoas entrevistadas, gostam de morar no assentamento. Afirmam que já tiveram muitos ganhos, mas com o passar do tempo foram relaxando. Hoje estão mais acomodados. A produção básica continua sendo o milho e o feijão. Já houve período de plantio de outras culturas, como a mandioca, o algodão, o arroz, por exemplo. Isso não significa dizer que a terra se tornou improdutivo. Além do básico, há os pequenos criatórios de gado, ovelhas, cabras, galinhas e também a apicultura que é muito pouco.

A relação do INCRA com os assentados nos últimos anos tem sido distante. Para alguns assentados o INCRA no Ceará está bastante sucateado. Alguns créditos que o INCRA tinha, foram transferidos para a Caixa Econômica Federal, inclusive o crédito para habitação (construção das moradias). Está mais burocrático construir uma casa em assentamento de reforma agrária. Segundo relatos o INCRA já passou um ano sem visitar o assentamento Antonio Conselheiro. Visitando O INCRA, percebi que o quadro de funcionário está

envelhecido e as vezes de acordo com a Marcia Barreto, que é funcionaria, falta condições para visitar os assentamentos.

A visita do INCRA acontece mediante a assuntos pontuais de cadastro, ou algum conflito que tenha no assentamento, pode ser conflitos de família ou pode ser algo como desmatamento ilegal. A assistência técnica está também a desejar. A empresa que presta serviço alega que o órgão não cumpriu o seu papel como acordado e acabou rompendo com o contrato. Falta no assentamento visita de campo para o agricultor, visita domiciliar para saber como está a famílias, a produção, capacitações, diagnostico no assentamento para saber os problemas existentes e tentar solucionar, oficinas que seja de acordo com a demanda da comunidade. A descontinuidade da assistencial técnica tende a deixar os agricultores (as) assentados (as) desacreditados.

Dessa forma entendemos que no assentamento não existe uma assistência capaz de dá aos assentados uma continuação daquilo que seria uma reforma agrária de acordo com a lei. Mesmo que o assentado se emancipe, ainda assim necessita de assistência técnica para produzir, elaborar projetos, fazer uma orientação na sua cadeia produtiva etc. No assentamento existem somente algumas ações pontuais. A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE) não consegue cumprir com suas atribuições.

Para a maioria dos assentados do assentamento Antonio Conselho, o governo Lula foi quem mais fez pela reforma agrária no Brasil, mas isso se refere mais a concessão de créditos. Mais também foi o período que os assentados se tornaram mais inadimplentes. Muitos contraíram dívidas a até hoje ainda não conseguiram pagar.

Para que a comunidade de Antonio Conselheiro dê certo, é preciso investir na educação das pessoas, uma formação que prepare as pessoas para viver no campo. É preciso oferecer uma infraestrutura valorizando as formas de trabalho, uma assistência técnica de qualidade e que as instituições responsáveis, nesse caso o INCRA entre outras, esteja mais presente no local. É preciso que as pessoas se sintam mais acreditadas em si mesmas e nas instituições que fazem parte no processo de produção. Caso contrário o assentamento será somente um local de uns amontoados de casas.

Como disse Marcia Barreto, “será feito somente uma política de assentamento”. Portanto, uma reforma agraria da maneira que está atualmente no assentamento se revela uma reforma agraria distributivista e não produtivista como reclama muitos. Para que o

assentamento se mostre produtivista é necessário aumentar sua produtividade para que se torne autossuficiente, gere excedentes para poder comercializar com o comércio local e regiões adjacentes. Sem isso, não cumprirá com o seu papel de agricultura familiar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esse trabalho percebemos que a questão agrária no Brasil é vista por alguns como uma questão política e econômica. Para outros, a reforma agrária é o único meio capaz de dinamizar a economia local e uma forma de melhor distribuição de renda no campo. Na visão clássica de alguns autores a questão agrária não se resolve com a distribuição da terra, mas com a modernização e tecnologia no campo. É verdade que existe uma farta disponibilidade de terras ociosas para os programas de redistribuição agrária no país. Infelizmente, o paradigma dominante entre os estudiosos nunca permitiu uma discussão alternativa clara e profunda sobre a questão agrária brasileira (NETO,1989).

A reforma agrária continua sendo bastante atual no Brasil. Embora tivemos algumas mudanças no cenário agrário nos últimos anos, essas mudanças não se mostraram capazes de resolver os problemas que ainda perduram até hoje. E isso faz do Brasil um dos países com maior concentração de terras do mundo. Tais mudanças nos oferecem outros ângulos para analisar a política da questão agrária nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), bem como as ações dos Movimentos Sociais e os futuros rumos da reforma agrária no país.

A desapropriação de terras para a reforma agrária sempre é vista como algo conflitivo. Na maioria das vezes durante as ocupações por parte do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) acaba ocasionando conflitos e até mesmo mortes. Se, para a execução da reforma agrária, é necessária a pressão dos movimentos sociais enquanto sujeitos políticos e coletivos (e os dados confirmam que a grande maioria das áreas que são assentamentos instituídos foram, antes, alvo de mobilização popular), excluí-los das decisões que forjam o próprio Estado é uma maneira de resguardar a propriedade da terra como direito absoluto e inatingível (LIMA,2012).

Como resultado de políticas da reforma agrária, os assentamentos rurais brasileiros representam, sob o ponto de vista das famílias hoje assentadas, uma nova forma de produzir, um novo controle sobre o tempo de trabalho, a realização de atividades que até então não faziam parte de suas atribuições nas relações sociais anteriores. No assentamento Antonio Conselheiro em Ocara, constatamos que seus moradores/agricultores produzem apenas os alimentos básicos para suas subsistências. Não conseguem do ponto de vista do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa da Aquisição de Alimentos (PAA)

atingir os 30% que é o mínimo, de acordo com a política da agricultura familiar. Portanto, no assentamento o viés do modelo de reforma agrária se revela mais distributivista do que mesmo produtivista, como reclama o MST. No entanto, entendemos que a falta de produção se deve a displicência dos próprios assentados, da falta de incentivos e de uma maior presença de técnicos no local.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCIOLY BORGES, Pompeu. Os donos da terra e a luta pela Reforma Agrária. CODECRI/IBASE, Rio de Janeiro, 1984.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Segredos Íntimos; a gestão nos assentamentos de reforma agrária**. Fortaleza: EUFC, 2000.

BARCELLOS, Sérgio Botton. A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL EM QUESTÃO: UM DEBATE FORA DAS PAUTAS? **Línea** (<http://racismoambiental.net.br/2013/05/16/a-reformaagraria-no-brasil-em-questao-um-debate-fora-das-pautas/>) visitado el, v. 15, n. 06, p. 20015, 2013.

BERGAMASCO, Sônia Maria; NORDER, Luiz Antonio Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BONFIM, Marco Antônio Lima do. PRAGMATICA DOS CORPOS MILITANTES NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA DO CEARÁ. Tese, 2016.

BORDIEU, Pierre. O poder simbólico. 10.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRANFORD, Sue. Lidando com governos: o MST e as administrações de Cardoso e

BUAINAIN, A.M.; SANTANA, C.A.M.; SILVA, F.P.; GARCIA, J.R.; LOYOLA, P. O tripé da política agrícola brasileira- crédito rural, seguro e Pronaf. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z. O mundo rural no Brasil do século 21- a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014.p.797-825.

BUAINAIN, Antônio Márcio; ROMEIRO, Ademar R; GUANZIROLI, Carlos. Agricultura familiar e o novo mundo rural. Sociologias, Porto Alegre, n. 10, 2003.

CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a Desigualdade social: O MST e a Reforma Agrária no Brasil**. Tradução: Cristina Yamagami. São Paulo: Unesp, 2010.

CARTER, Miguel. **Combatendo a Desigualdade social: O MST e a Reforma Agrária no Brasil**. Tradução: Cristina Yamagami. São Paulo: Unesp, 2010.

CASTILHO, Alceu Luis. **Partido da terra**. Editora Contexto, 2012.

Censo Agro 2006: IBGE revela retrato do Brasil agrário. 2006. 2012.

COCA, Estevam Leopoldo de Freitas; FERNANDES, Bernardo Maçano. Análise e mapeamento dos tipos de assentamentos no Brasil. **Compreender a Diversidade e a Atualidade da Reforma Agrária Brasileira-Estudo Dos Assentamentos Das Regiões Norte E Nordeste. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/relatório\\_estevan.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/relatório_estevan.pdf). Acesso em, v. 7, 2008.**

COCA, Estevan. O DEBATE TEÓRICO A RESPEITO DA REFORMA AGRÁRIA. **Terr@ Plural**, v. 8, n. 1, p. 77-89, 2014.

COLONIZACAO E REFORMA AGRÁRIA. II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, produção e qualidade de vida no meio rural. 2005.

DE MERA, C. M. P. A Questão Agrária no Brasil: as contribuições de Caio Prado Junior e Ignácio Rangel. XI Encontro Regional de Economia - ANPEC-Sul. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

DE REZENDE FORSTER, Germano. **A privatização das terras rurais**. Manole, 2003.

DE SOUZA DIAMICO, Manuela. **Reformas de Base: Goulart e a Estrutura Agrária. Em Debate**, n. 3, p. 72-86, 2007.

DELGADO, Guilherme C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 157-172, 2001.

DELGADO, Guilherme Cassel. Lula abandonou a reforma agrária, diz pesquisador. **Brasil de Fato**, 18, abr, 2008. Caderno Nacional.

DIEHL, Astor Antônio. Caio Prado Júnior: as ideias de futuro que se tinha no passado e o pêndulo da razão. In: AXT, Gunter e SCHÜLER, Fernando Luís (orgs.). *Intérpretes do Brasil*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004, p. 348-362.

DOURADO, A.M: Entre tradições e traduções: Identidade territorial nos assentamentos de reforma agrária de Sergipe, 2012.

ENGELMANN, Solange I.; GIL, Aldo Duran. A questão agrária no Brasil: a política agrária do governo Lula e a relação com o MST. **Revista eletrônica do CEMOP**, v. 2, p. 01-09, 2012.

\_\_\_\_\_. Estado, Banco Mundial e protagonismo popular: o caso da reforma agrária de mercado no Brasil. In SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Márcio Mendes (Org.). **Capturando a Terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação e Territorialização do MST no Brasil. In

FERNANDES, BERNARDO MANÇANO. – MST: movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, formação e territorialização em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Agronegócio e reforma agrária. **Anais do Encontro Nacional de Geografia Agrária**, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Gênese e Desenvolvimento do MST**. Caderno de Formação Nº 30, São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FERREIRA FILHO, J.B.S. Ajustamento estrutural na década de oitenta: notas adicionais, 1997 (a publicar).

FILIPPI, Eduardo Ernesto. **Reforma Agrária: experiências internacionais de reordenamento agrário e a evolução da questão da terra no Brasil**. UFRGS editora, 2005.

FRANÇA, Caio Galvão de; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; MARQUES, Vicente PM. O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil. 2009.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE. Ministério da Educação- MEC. Programa Nacional de Educação Escolar- PNAE. Acesso em 11/12/2017.

FURTADO, Celso. Plano Trienal de desenvolvimento econômico e social (1963–1965). **Brasília: Presidência da República**, 1963.

GARCIA, Antonio. Sociologia de la Reforma Agrária em América Latina. Buenos Aires: Amorroto, 1973.

GIRARDI, Eduardo Paulon; FERNANDES, Bernardo Mançano. A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a Reforma Agrária conservadora. **Agrária (São Paulo. Online)**, n. 8, p. 73-98, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. 2º edição. São Paulo, Edições Loyola, 2009.

GUEDES, Sebastião Neto Ribeiro; FLEURY, Renato Ribeiro. Reforma agrária e concentração fundiária: uma análise de 25 anos de reforma agrária no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 47, n. 3, p. 31-44, 2016.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Fulgor, 1963.

HOBSBAWN, Eric J. A Era das Revoluções (1798-1848). 35º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

HOLANDA, Francisco Urubam Xavier. **Mudancismo e conservadorismo no Ceará: o desenvolvimento rural na Era Jereissati, 1986-2002**. Konrad Adenauer Stiftung, 2006.

INCRA- **II Programa Nacional de Reforma Agrária**. Disponível na internet. <http://www.Incra.gov.br/>.2008.

JARÁ, C. J. A Sustentabilidade do Desenvolvimento Local. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA): Recife: Secretaria do Planejamento do Estado de Pernambuco-Seplan, 1998.

LEITE, Jader. A militância em movimento: Amizade e maquinação de modos de existência no MST. 2008.180f. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2008.

LEITE, Sérgio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Agronegócio. In CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo e FRIGOTTO, Gaudênio. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro e São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e Expressão Popular, 2012. p. 79-85

LENIN, Vladimir Ilich; ESTADO, O. O programa agrário da social-democracia na primeira revolução russa de 1905-1907. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

LIMA, Mayrá Silva. Tensões e conflitos em torno da luta pela terra: estudo das comissões parlamentares de inquérito no Brasil. 2012.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. **A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: UM VELHO PROBLEMA, ESPERANDO UMA SOLUÇÃO QUE NUNCA CHEGA? JOÃO PESSOA- PB, 2002.**

Lula. In Carter, Miguel (Org.). **Combatendo a Desigualdade social: O MST e a**

MAGRINI, Pedro Rosas et al. Produção acadêmica sobre o MST: perspectivas, tendências e ausências nos estudos sobre gênero, sexualidade, raça e suas interseccionalidades. 2015.

MAIA, Lucíola Andrade. Mística, educação e resistência no movimento dos sem-terra- MST: assentamento Antonio Conselheiro, Ocara, Ceará. Tese de doutoramento, programa de pós-graduação em educação brasileira. Universidade Federal do Ceará- faculdade de educação. Fortaleza, 2006.

MARÉS, Carlos Frederico. **A Função Social da Terra.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. **Petrópolis: vozes**, v. 1986, 1981.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **História dos movimentos sociais no campo.** Rio de Janeiro: FASE, 1989.

\_\_\_\_\_. **Mídia, Terceiro Setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo.** Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/INSTITUTO NACIONAL DE

MORISSAWA, M. A história da luta pela terra e o MST. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOTTA, Márcia. **Nas fronteiras do poder: conflitos de terras e direito agrário no Brasil de meados do século XIX.** Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Nota à imprensa*. 2005.

\_\_\_\_\_. Movimentos Sociais no campo, lutas por direitos e Reforma agrária na segunda metade do século XX. In CARTER, Miguel. (Org.). **Combatendo a Desigualdade social: O MST e a Reforma Agrária no Brasil**. Tradução: Cristina Yamagami. São Paulo: Unesp, 2010.

\_\_\_\_\_. **Movimentos sociais, disputas políticas e reforma Agrária de mercado no Brasil**. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.

NAVARRO, Zander. “Mobilização sem emancipação” – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. SANTOS, Boaventura de Sousa (org). Produzir para viver. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 189-232.

NETO, FRANCISCO GRAZIANO. **A VERDADE DA TERRA (CRÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA DISTRIBUTIVISTA)**. 1989. Tese de Doutorado.

OLIVEIRA, A. U. A “*Não reforma agrária*” do MDA/INCRA no governo Lula. Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural - CIRADR-FAO, Porto Alegre-RS, 2006

OLIVEIRA, A. U. Modo capitalista de produção e agricultura. São Paulo: Editora Ática. 1986. 88p. (Séries Princípios).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A “*não reforma agrária*” do MDA/INCRA no governo Lula. In: **Trabalho apresentado na reunião paralela realizada pela Via Campesina durante a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural– CIRADR-FAO, Porto Alegre**. 2006. p. 7-10.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil-um retorno aos dossiês. **Agrária (São Paulo. Online)**, n. 12, p. 3-113, 2010.

\_\_\_\_\_. (Org.). A questão agrária no Brasil: Programas de reforma agrária 1946-2003. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

\_\_\_\_\_. **Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania**. 3º Edição. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos avançados**, v. 3, n. 7, p. 87-108, 1989.

PRIORI, Angelo. O PCB e a questão agrária: os manifestos e o debate político acerca dos seus temas. In: MAZZEO, Antônio Carlos e LAGOA, Maria Izabel (orgs.). *Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 61-81.

\_\_\_\_\_. Processos recentes de criminalização dos movimentos sociais populares. In PRETTO, Adão (Org). **25 anos de luta pela terra**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2009.

\_\_\_\_\_. **Questão Agrária, pesquisa e MST**. São Paulo, Cortez, 2001 (Coleção Questões da nossa época, V. 92).

RANGEL, I. *Obras reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. V. 2

**Reforma Agrária no Brasil**. Tradução: Cristina Yamagami. São Paulo: Unesp, 2010. p.409-432.

ROMERO, Ademar Ribeiro. Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1998, 272p.

SALES, Celecina de Maria Veras. CRIAÇÕES COLETIVAS DA JUVENTUDE NO CAMPO POLÍTICO: UM OLHAR SOBRE OS ASSENTAMENTO RURAIS DO MST. 2003.

SAUER, Sérgio. **Terra e Modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SENAR- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Curso técnico em agronegócio: políticas públicas para o agronegócio/ Serviço Nacional de Aprendizagem Rural; Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, Rede e- Tec Brasil, SENAR (Organizadores). - Brasília: SENAR,2015.

SILVA, Cristiane Moreira da. Agricultura Alternativa e Sustentabilidade: O caso do assentamento Novas Vidas em Ocara, Ceará. Tese de dissertação, UFC, 2004.

SOUSA, José Weyne Freitas. Um Projeto Autônomo de Colonização para o Nordeste do Brasil (1859-1879). **Revista Econômica do Nordeste**, v. 48, n. 1, p. 145-161, 2017.

SOUZA MARTINS, José de. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. Edusp, 2000.

STÉDILE, J. P. *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Atual, 1997.

\_\_\_\_\_. **Teorias dos Movimentos Sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 8ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

\_\_\_\_\_. *V Congresso Nacional do MST: uma obra coletiva da militância*. Cartilha. São Paulo. 2007.

VASCONCELOS, Joana Salem et al. *Acumulação socialista em Cuba: a herança da plantation na reforma agrária-1959 a 1970*. 2013.

ZIMERMAN, Artur. *Governos democráticos e as vítimas da luta pela terra: de Arte, Mídia e Política*. ISSN 1982-6672, n. 7, p. 144, 2010.

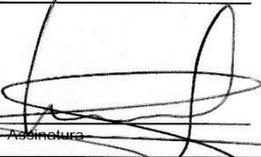
## **ANEXOS**

## FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS.



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP

### FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL VISTA A PARTIR DO ASSENTAMENTO ANTONIO CONSELHEIRO, OCARA, CEARÁ ( 2003- 2010)			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 50			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 7. Ciências Humanas			
<b>PESQUISADOR RESPONSÁVEL</b>			
5. Nome: EDIMILSON SILVA BARRETO			
6. CPF: 894.037.383-91		7. Endereço (Rua, n.º): JOAO FERREIRA DOS SANTOS BURITI PACAJUS CEARA 62870000	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO		9. Telefone: 85991332005	10. Outro Telefone:
		11. Email: edimilsonbarreto4@gmail.com	
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p>			
Data: <u>29 / 03 / 2017</u>		 Assinatura	
<b>INSTITUIÇÃO PROPONENTE</b>			
12. Nome: UNIVERSIDADE DA INTEGRACAO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA		13. CNPJ: 12.397.930/0001-00	14. Unidade/Orgão:
15. Telefone: (85) 3366-7368		16. Outro Telefone:	
<p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição ): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p>			
Responsável: <u>Antonio Vieira da Silva Filho</u>		CPF: <u>42006465358</u>	
Cargo/Função: <u>Coordenador</u>			
Data: <u>13 / 02 / 2017</u>		 Assinatura	
<b>PATROCINADOR PRINCIPAL</b>			
Não se aplica.		<b>Prof. Dr. Antonio Vieira da Silva Filho</b> <b>Coordenador de Mestrado Interdisciplinar</b> <b>em Humanidades IHL / UNILAB</b> <b>SIAPE: 1960408</b>	

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA OS PARTICIPANTES

Comitê de Ética UNILAB. Endereço: Campus da Liberdade- Avenida da Abolição, nº 3, Centro. Rodovia CE 060, Km 51, Redenção/CE/Brasil. Contato do CEP: (85) 3332 1414. Email: [cep@unilab.edu.br](mailto:cep@unilab.edu.br)

Eu, abaixo assinado \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ anos, RG: \_\_\_\_\_.  
 Declaro que é de livre e espontânea vontade que estou participando como voluntário da pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa, e recebi explicações que responderam por completo.

Nome do voluntário	Data	Assinatura
Nome do pesquisador	Data	Assinatura
Nome do profissional que Aplicou o TCLE	Data	Assinatura

**DECLARAÇÃO DO INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA  
(INCRA)**



CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO CEARÁ – SR(02) – CE  
AV. AMÉRICO BARREIRA, 4.700 BAIRRO: BELA VISTA FORTALEZA/CEARÁ  
CEP: 60.440-260

MEMO/INCRA/SR (02)D/Nº 78 /2017

Fortaleza, 13 de março de 2017.

Da: SR (02) D  
A: SR(02)G

Senhor Superintendente,

Venho por meio deste solicitar a autorização do Sr. Edimilson Silva Barreto cadastrado no CPF. 894.037.383-91 e RG. 2007124363-6, estudante do Curso de Mestrado “Interdisciplinar em Humanidade” da Universidade da Integração Internacional da Lusolonia Afro-Brasileira- UNILAB, Redenção-CE, para fazer uma pesquisa no Assentamento Córrego do Quixinxé (Antonio Conselheiro), no período de Abril a Dezembro de 2017.

Atenciosamente,

  
 Ibernôm Noronha Lima  
 Chefe da Divisão de Desenvolvimento  
 INCRA-CE

**AUTORIZO**

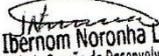
EM 13/03/17

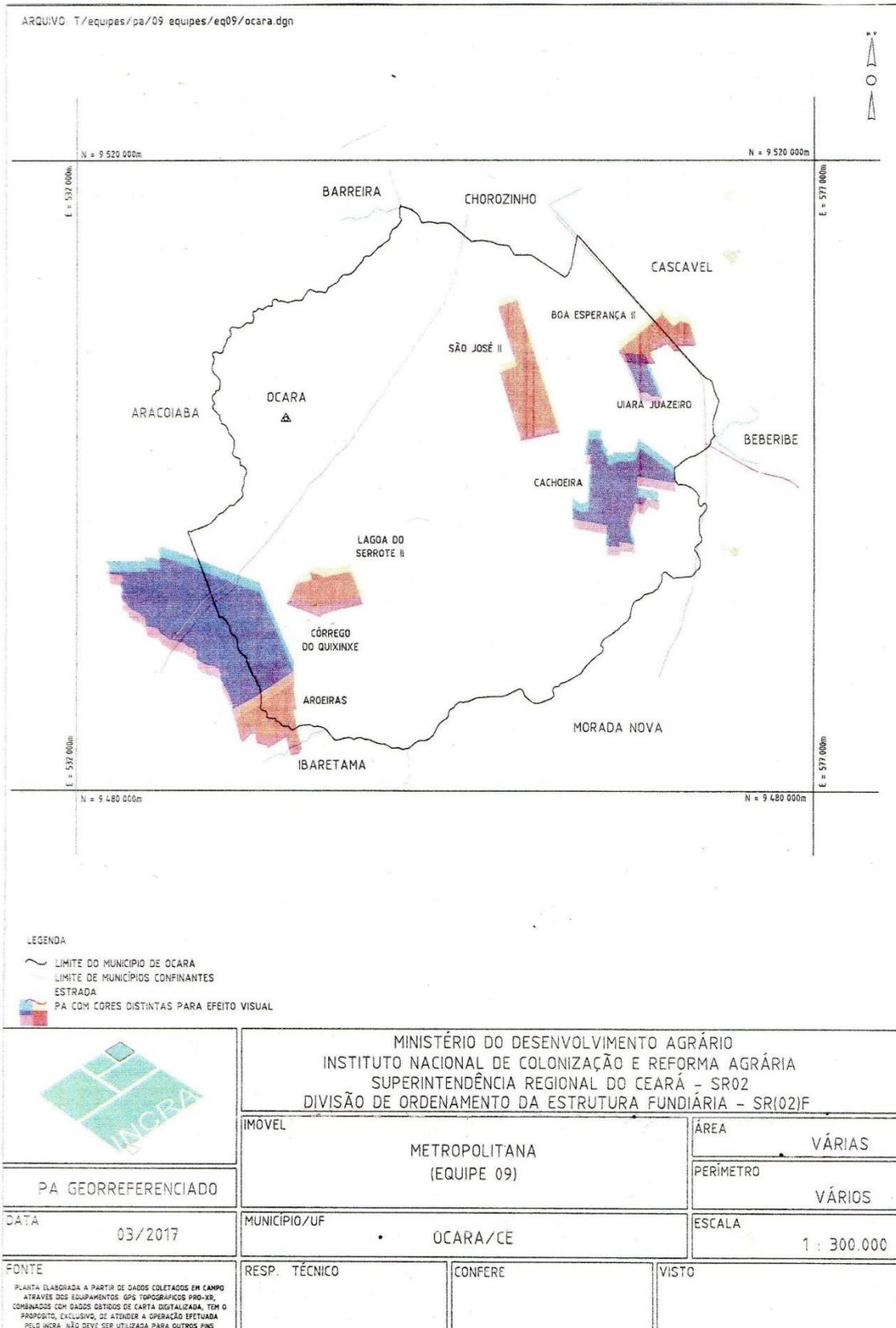
A SR(02)D,

PARA CONHECIMENTO.

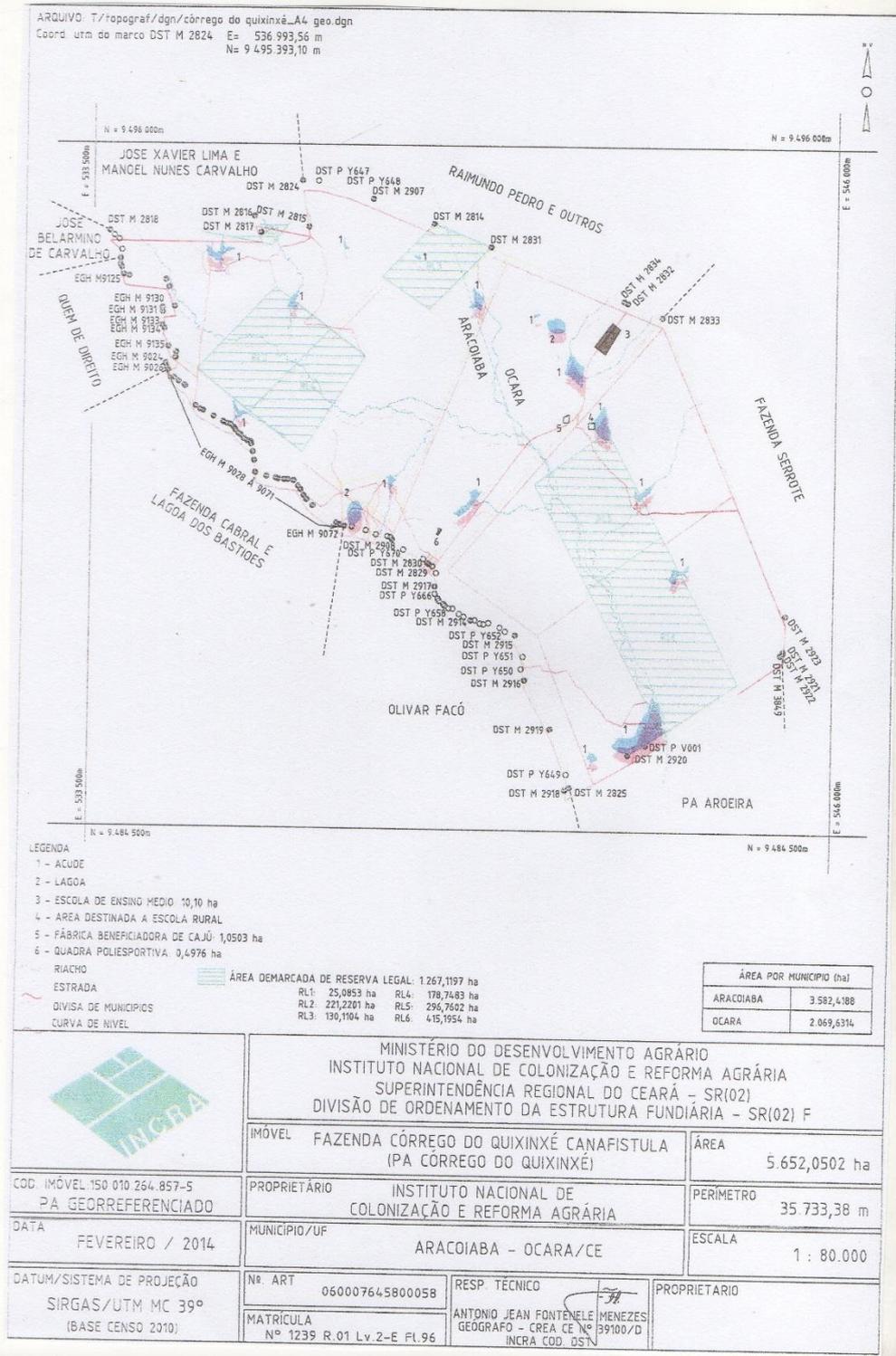
  
 Margos César Cals de Oliveira  
 Superintendente Regional do INCRA/CE/SR(02)  
 Portaria/INCRA/Nº 577  
 de 09 de Setembro de 2016

A EAT, Metropolitana  
 Para conhecimento e  
 providências.  
 em 13/03/2017

  
 Ibernôm Noronha Lima  
 Chefe da Divisão de Desenvolvimento  
 Portaria/INCRA/Nº 82 Art. 2º  
 de 14 de Fevereiro de 2017



Localização do assentamento Antonio Conselheiro- fonte: INCRA-Ce, 2017



Georreferenciamento do PA Antonio Conselheiro- fonte: INCR- Ce, 2017.

**DECRETO DA DESAPROPRIAÇÃO DO IMÓVEL – FAZENDA CÓRREGO DO  
QUIXINXÉ PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA**



**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**DECRETO DE 10 DE NOVEMBRO DE 1995.**

Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural conhecido como "CÓRREGO DO QUIXINXÉ", situado no Município de Ocara, Estado do Ceará, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 84, item IV, e 184, da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, 2º, da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 2º, da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarado de interesse social, para fins de reforma agrária, nos termos dos [arts. 18, letras "a", "b", "c" e "d", e 20, item V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 2º, da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993](#), o imóvel rural conhecido como "CÓRREGO DO QUIXINXÉ", com área de 1.095,7700ha (um mil, noventa e cinco hectares e setenta e sete ares), situado no Município, de Ocara, objeto do registro nº R.01/1239, fls. 96, do Livro 2-E, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Aracoiaba, Estado do Ceará.

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste Decreto os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas, bem como as benfeitorias existentes no imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata este Decreto, na forma prevista na [Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993](#), e manter a área de Reserva Legal, preferencialmente em gleba única, de forma a conciliar o assentamento com a preservação do Meio Ambiente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de novembro de 1995; 174º da Independência e 107º da República.

FERNANDO  
*José Eduardo de Andrade Vieira*

HENRIQUE

CARDOSO

**Roteiro de entrevista para os moradores do assentamento Antonio Conselheiro**

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_ Sexo: ( ) M ( ) F Data: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_ Nível de escolaridade: \_\_\_\_\_

- 1) De onde você veio, qual município?
- 2) Como e quando iniciou a vida na agricultura?
- 3) Você acha que as formas de trabalho mudaram desde o tempo de seus pais até agora?  
Quais foram as mudanças?
- 4) Qual(is) sua(s) principal(is) fontes de renda?
- 5) Como é a sua rotina como trabalhador(a) rural assentado(a)?
- 6) Há divisão de tarefas entre homens e mulheres no assentamento?
- 7) Quais as dificuldades enfrentadas no assentamento?
- 8) Na sua opinião o que falta para os assentamentos serem mais valorizados?
- 9) Para você o que é reforma agrária? Porque é importante se fazer reforma agraria no Brasil?
- 10) Quem é o mais interessado em fazer reforma agrária no Brasil?
- 11) Você faz parte de algum movimento social? Qual?
- 12) Qual o papel do MST dentro do assentamento?
- 13) No assentamento é usado algum tipo de agrotóxico? Insumo agrícola?
- 14) Quais produtos são produzidos atualmente no assentamento?
- 15) Qual a relação dos assentados com o INCRA?
- 16) No assentamento existe assistência técnica?
- 17) Na sua opinião, qual governo brasileiro fez mais pela reforma agrária?
- 18) O que é necessário para o sucesso do assentamento?
- 19) Como os assentados resolvem os conflitos que surgem dentro do assentamento?
- 20) Quantas casas existem no assentamento?
- 21) Quais as construções feitas no assentamento desde sua implantação

**Roteiro de entrevista para a funcionária do Instituto Nacional de Colonização e  
Reforma Agrária- INCRA**

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_ Sexo: ( ) M ( ) F Data: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_ Nível de escolaridade: \_\_\_\_\_

- 1) Qual o seu trabalho no INCRA?
- 2) Você conhece mais de perto a realidade dos assentamentos no Estado do Ceará?
- 3) Qual a relação do INCRA com os assentados do assentamento Antonio Conselheiro em Ocara?
- 4) Com que frequência o INCRA visita o assentamento Antonio Conselheiro?
- 5) Quais os critérios para ser um assentado?
- 6) Atualmente qual a relação do INCRA com o MST?
- 7) Em se falando de reforma agrária, principalmente a partir da década de 1990, qual foi o papel do presidente Fernando Henrique Cardoso na reforma agrária? Houve reforma agrária no governo de FHC?
- 8) O que você entende acerca do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) sobre a reforma agrária?
- 9) Você acha que existe reforma agrária no Brasil ou existe uma política de assentamentos? Como você diferencia isso?
- 10) Na sua visão, no Brasil é necessária uma reforma agrária ou isso não faz parte da pauta e não interessa mais aos governos?
- 11) Algumas pessoas já desistiram de morar no assentamento e saíram a procura de empregos fora?
- 12) Marcia, a produção no assentamento é somente de subsistência ou lá se produz para vender, comercializar?
- 13) Marcia, um assentado pode vender sua casa para outra pessoa?
- 14) Se um assentado sair (desistir de morar) no assentamento, uma outra pessoa pode pagar pelo benefício que ele fez?
- 15) No caso de desistência, existe alguém aguardando na fila para preencher a vaga?
- 16) Quem são os agregados no assentamento?
- 17) Cada assentado cadastrado, ele tem o documento particular dele ou é em geral?
- 18) Como é o assentamento? misto e individual?

- 19) Marcia, a presença do INCRA no assentamento é fundamental para o seu funcionamento?
- 20) Os assentados têm autonomia dentro do assentamento?
- 21) Quais as instituições os assentados podem contrair empréstimos?
- 22) Os assentados podem vir se tornar inadimplentes?
- 23) Quem está inadimplente pode fazer empréstimos?
- 24) Qual a relação dos assentados com o INCRA?
- 25) Porque alguns assentados não querem se emancipar?
- 26) Hoje, qual é maior dificuldade dos assentamentos e em especial o assentamento Antonio Conselheiro? Qual seria?
- 27) Existem a venda de produtos produzidos no assentamento Antonio Conselheiro para Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)?
- 28) Existe cooperativas no assentamento Antonio Conselheiro?
- 29) Quais as estruturas essenciais para o bom funcionamento no assentamento Antonio Conselheiro?
- 30) O fato da área do assentamento pertencer a dois municípios (Ocara e Aracoiaba), existem conflitos entre esses municípios?
- 31) Na sua visão o que é necessário para o sucesso do assentamento Antonio Conselheiro?
- 32) Marcia, existe um pouco de utopia na formação de um assentamento?
- 33) No governo Lula houve desapropriação de terra por interesse social?
- 34) Como que é a assistência técnica no assentamento Antonio Conselheiro?
- 35) Existe reforma agrária no Brasil?
- 36) Você acha que o país precisa fazer reforma agrária?
- 37) A quem interessa a reforma agrária?

### **Lista dos entrevistados**

- 1- Adail Paz de Lima (presidente da Associação Comunitária dos Produtores do Assentamento Antonio Conselheiro)
- 2- Erivan Queiroz dos Santos Ribeiro (assentada e agente de saúde)
- 3- Francisco Didá Braga dos Santos (assentado)
- 4- Francisco de Paulo Lopes Magalhães (militante do MST)
- 5- Manoel da Silva Câmara (técnico agropecuário)
- 6- Márcia Barreto Lima (Assistente Social do INCRA-CE, SR2)
- 7- Terezinha Ricardo dos Santos Lima (assentada e ex-presidente da Associação Comunitária dos produtores do Assentamento Antonio Conselheiro)